



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

SELMA REIS MAGALHÃES

**JUVENTUDE HOMOERÓTICA E PROJETO DE VIDA FAMILIAR:
A PATERNIDADE SILENCIADA.**

Salvador
2015

SELMA REIS MAGALHÃES

**JUVENTUDE HOMOERÓTICA E PROJETO DE VIDA FAMILIAR:
A PATERNIDADE SILENCIADA.**

Tese apresentada ao Programa de Família
Na Sociedade Contemporânea, da
Universidade Católica do Salvador, como
requisito para obtenção do título de Doutora
em Família.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Garcia Castro

**Salvador
2015**

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

M188 Magalhães, Selma Reis.

Juventude homoerótica e projeto de vida familiar: a paternidade silenciada / Selma Reis Magalhães.– Salvador, 2015.

228f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Profa. Dra. Mary Garcia Castro.

1. Juventude 2. Paternidade 3. Sexualidade 4. Homoerotismo
I. Título.

CDU 316.356.2-055.3

TERMO DE APROVAÇÃO

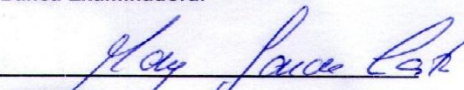
Selma Reis Magalhães

**“Juventude Homoafetiva e Projeto de Vida Familiar: a paternidade
silenciada”.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Família na
Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

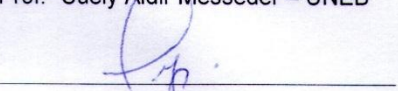
Salvador, 10 abril de 2015.

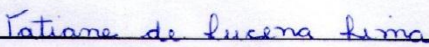
Banca Examinadora:

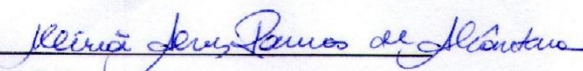

Prof.^a Doutora Mary Garcia Castro - UCSAL

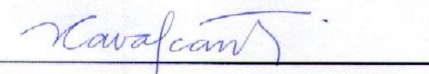
Orientador (a).


Prof.^a Suely Aldir Messeder – UNEB


Prof. Doutor José Euclimar Xavier de Menezes - UCSAL


Prof.^a Doutora Tatiana de Lucena Lima - UNIME


Prof.^a. Doutora Miriã Alves Ramos de Alcântara – IFBA


Prof.^a Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - UCSAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, arquiteto supremo do universo. Aos Mensageiros da Luz, irmão espirituais na grande seara que me orientam na presente encarnação.

A minha família. Mesmo reclamando as minhas ausências, não deixaram de me apoiar na grande viagem pelo doutorado.

Não vou citar nomes para não incidir em omissões, mas agradeço de coração a todos (as) amigos (as) que compartilharam cada momento das minhas: ansiedades, incertezas, medos, apreensões, como também acompanharam os progressos da pesquisa, a escrita da tese e vibram pelo sucesso no momento da defesa pública.

Agradeço com especial atenção a minha empregada Neide, uma das maiores incentivadoras e leitora assídua de cada sessão escrita. Na condição de senso comum, emitia suas opiniões e trazia experiências dos jovens da sua comunidade; trocava informações que, às vezes, o mundo da academia não consegue perceber.

Aos jovens homoeróticos que participaram da pesquisa e trouxeram informações importantíssimas para a análise e escrita da tese. Em particular agradeço aos jovens que atenderam a minha solicitação, mas por motivos diversos não foram contemplados para o momento da coleta de dados.

Aos gestores dos Colégios Estaduais: Professor Carlos Alberto Cerqueira e Desembargador Pedro Ribeiro que permitiram o desenvolvimento da pesquisa nos estabelecimentos de ensino e hoje cobram projeto socioeducativos envolvendo temáticas sobre sexualidades e gênero nos trabalhos de pedagogias de projeto.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Quatro anos que fiz amigos, companheiros de jornada, troquei conhecimentos, interagir no complexo universo da academia.

Distinto carinho à amiga, companheira e orientadora, professora Dra. Mary Garcia Castro, com seu jeito simples e austero conduziu-me aos caminhos mais sutis da pesquisa. Em todas as estações da incentivou-me a caminhar com as minhas próprias pernas.

**“Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou Masculino e Feminino...”**

(Trecho da música Masculino e Feminino - Pepeu Gomes)

MAGALHÃES, Selma Reis. **Juventude homoerótica e projeto de vida familiar: a paternidade silenciada**. 228 f. Tese (Doutorado) - Doutorado Em Família Na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica Do Salvador (UCSAL) Salvador, 2015

RESUMO

Objetivando ampliar o conhecimento sobre paternidade gay, a pesquisa está ancorada na juventude homoerótica e projetos de vida familiar, com vetores para questões que envolvem as significações de “ser pai” ou “viver a paternidade”; “ser presente”, independentemente do caráter reprodutivo; ser participativo no desenvolvimento intelectual, psicológico e moral dos filhos e filhas. A paternidade e juventude homoerótica são direcionadas para estudos de gênero e sexualidades, numa sociedade onde se privilegia o olhar sobre as reproduções dos papéis e posições sociais do macho e da fêmea, herdadas do passado e sustentadas, no presente, pelo social sobre o pretexto de regularidade das relações sociais. Agrega subconjuntos relativamente estáveis, recorrentes de situações cotidianas marcadas pelas relações desiguais e de poder, que se instauram na investigação, como os fatores socioeconômicos e étnicos vivenciados pelos atores que participaram da pesquisa. Nesta perspectiva, a investigação procura analisar a paternidade a partir dos discursos dos jovens homoeróticos sobre seus projetos de vida familiar. A juventude aparece nesse cenário quando considerada a fase em que a experimentação da sexualidade envolve dimensões sociais e culturais diversas, quanto à identidade sexual e de gênero, mais precisamente quanto ao erotismo e aos fatores emocionais. A paternidade no projeto de vida representa uma realização pessoal ou não para os jovens da pesquisa, como também no imaginário de cada um, faz parte ou não do processo de construção e representação coletiva quando dá a eles o reconhecimento social da descendência. Estende-se à juventude homoerótica, na medida em que a paternidade não é encarada como um valor vital de realização pessoal, por isso é silenciada, sendo vivenciada como uma experiência que pode ou não ocorrer paralela a outros projetos de vida considerados por eles como mais importantes. Quanto à família na trajetória da pesquisa, dirijo especial atenção, por entender que nela as ações educativas e as dinâmicas internas que envolvem questões referentes à orientação sexual são guiadas pelo princípio da dignidade humana e pela valorização de aspectos existenciais que garantam, acima de tudo, os direitos de personalidade e integridade física. Por intermédio de ações materiais e simbólicas, a família tem um papel muito importante na vida da juventude, ora em estudo, uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre consciente e intencionalmente dirigida, mas que através das ações assumem relações de interdependência entre os seus membros e com pessoas que a cercam. Os pressupostos teóricos de estudos sobre gênero, sexualidades e educação se apresentam de forma importante para compreender, através da escola, as centralidades e mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo sexual para a organização da vida social, com atenta crítica a uma política do conhecimento e da diferença, considerando as práticas educativas como mecanismo de forte atuação, capaz de controlar e disciplinar corpos e mentes.

Palavras-Chave: Juventude. Paternidade. Sexualidade. Homoerotismo.

MAGALHÃES, Selma Reis. Homoerotic **Youth and family life project: a paternity silenced**. 228 f. Thesis (Ph.D.) - Doctor In Family In Contemporary Society, Catholic University Of Salvador (UCSAL) Salvador, 2015

ABSTRACT

Aiming to extend knowledge of gay parenting, the research is based at homoerotic youth and family life projects, with vectors matters that involve the surrounding meaning of "being a father or "experience paternity"; "Be present", regardless reproductive character; be participatory in sons and daughters intellectual, psychological and moral development. Fatherhood and homoerotic youth are directed to gender and sexuality studies, in a society where thereby favoring the look at reproductions of social roles and positions of the male and female, inherited from the past and supported at present by the social on the pretext of regularity social relations. Adds relatively stable subsets, recurrent on a daily situation marked by unequal and powerful relations, built on investigation, as the socioeconomic and ethnic factors experienced by the survey actors participants. In this perspective, the research analyzes the paternity from the speeches of homoerotic youth about their family life projects. Youth appears in this scenario when considering the stage were the sexuality trial involves various social and cultural dimensions, regarding to sexual identity and gender, specifically about the eroticism and emotional factors. Parenthood in life project represents a personal achievement or not for young survey participants, but also in each one imaginary, be part or not of the process build and collective representation when it gives them social recognition of ancestry. Extends to homoerotic youth, as long as parenthood is not seen as a vital value of personal achievement, that's why it is silenced, lived as an experience that may or may not occur parallel to other life projects considered by them as more important. Regarding to the family during the research, I address special attention, because I understand that inside her educational activities and the internal dynamics involving issues about sexual orientation are guided by the human dignity principle and existential aspects appreciation to ensure, above all, personality rights and physical integrity. Through material and symbolic actions, the family has a very important role in youth life, under analysis, an influence resulting often subtle actions, not always knowingly and intentionally directed, but through the actions assume interdependence relations among its members and with those around . The theoretical background studies about gender, sexuality and education are presented in an important way to understand, through school, the centrality and social mechanisms related to the sexual binary operation for the social life organization, with careful criticism of a policy of knowledge and the difference, considering the educational practices as a strong performance engine, able to control and disciplinary bodies and minds.

KEYWORDS: Youth. Paternity. Sexuality. Homoeroticism.

MAGALHÃES, Selma Reis. **Juventude homoerotic e projeto of family life: a paternidade silenced.** 228 f. Tese (Doutorado) - Sociedade Na Doutorado Em Família contemporary Catholic University of Salvador (UCSAL) Salvador, 2015

RÉSUMÉ

Visant à accroître la connaissance de la parentalité gay, La recherche est ancrée dans des projets de jeunesse et de la vie de famille homoérotiques, avec des vecteurs aux questions entourant le sens de «être parent» ou «expérience paternité»; «Être présent», indépendamment de caractère de la reproduction; être participative dans le développement intellectuel, psychologique et moral des fils et des filles. La paternité et la jeunesse homoérotique sont dirigés vers des études de genre et de sexualité, une société où le regard privilégié au reproductions des rôles et des positions de l'homme et la femme sociaux, héritée du passé et soutenu à l'heure actuelle par le social sous prétexte de régularité des relations sociales. Ajoute des sous-ensembles relativement stables, des situations quotidiennes récurrentes marquées par des relations de pouvoir inégales qui sont établies dans l'enquête, que les facteurs socio-économiques et ethniques rencontrés par les acteurs qui ont participé à l'enquête. Dans cette perspective, la recherche analyse la paternité dans les discours des jeunes homoérotique au sujet de leurs projets de vie de la famille. Jeunesse apparaît dans ce scénario lorsque l'on considère la scène dans le procès de la sexualité implique diverses dimensions sociales et culturelles, que l'identité sexuelle et de genre, en particulier à propos de l'érotisme et de facteurs émotionnels Parenthood dans le projet de vie représente un accomplissement personnel ou pas pour les jeunes la recherche, mais aussi dans l'esprit de chaque partie ou non du processus de construction et de représentation collective quand il leur donne la reconnaissance sociale de la descente. Prolonge la jeunesse homoérotique, dans la mesure que la parentalité est pas considérée comme une valeur essentielle de l'épanouissement personnel, de sorte qu'il est réduit au silence, étant vécu comme une expérience qui peuvent ou peuvent ne pas se produire parallèlement à d'autres projets de vie considérés par eux comme plus importantes. Quanto famille dans le cadre de la recherche, je vous adresse une attention particulière, étant entendu que ses activités éducatives et les dynamiques internes impliquant des questions d'orientation sexuelle sont guidés par le principe de la dignité humaine et de l'appréciation des aspects existentiels de fixation ci-dessus tous les droits de la personnalité et l'intégrité physique. Par des actions matérielles et symboliques, la famille a un rôle très important dans la vie des jeunes, actuellement à l'étude, une influence résultant d'actions souvent subtile, pas toujours dirigé sciemment et volontairement, mais à travers les actions supposent l'interdépendance entre ses membres et avec des gens qui cercam. Os hypothèses théoriques des études sur le genre, la sexualité et l'éducation sont présentés d'une manière importante à comprendre, à travers l'école, la centralité et de mécanismes sociaux liés à l'exploitation du binaire sexuelle pour l'organisation de la vie sociale, avec la critique minutieuse d'une politique de la connaissance et de la différence, compte tenu des pratiques éducatives comme moteur de performance, capable de contrôler et les instances disciplinaires et les esprits.

MOTS-CLÉS: La jeunesse. Paternité. Sexualité. Homoérotisme.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APGL	Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas
CLAM	Centro Latino Americano em Sexualidades e Direitos Humanos
CFM	Conselho Federal de Medicina
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CRM	Conselho Regional de Medicina
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciência
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMES	Instituto Mantenedor de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNJ	Política Nacional de Juventude
PMA	Procriação Medicamente Assistida
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
STF	Supremo Tribunal Federal
TRS	Teoria das Representações Sociais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	11
1	INTRODUÇÃO	20
1.1	TRAJETÓRIA DO ESTUDO	33
2	METODOLOGIA	41
2.2	PARA A COLETA DE DADOS	55
2.2.1	Quem são e de onde vieram os jovens que fazem parte dessa pesquisa?.....	56
2.2.2	Quanto à técnica das entrevistas.....	60
2.3	AMOSTRA DA PESQUISA	63
3	O LUGAR DO (HOMOS) SEXUAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADES	69
3.1	CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DAS SEXUALIDADES E GÊNERO NO CORPO BIOLÓGICO	75
3.2	DO BIOLÓGICO-SOCIAL NASCEM AS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E SUBORDINADAS.....	82
3.3	DO LUGAR (HOMOS) SEXUAL NO CONTEXTO SOCIAL NASCE O CORPO HOMOERÓTICO	102
4	CONSTRUÇÕES FAMILIARES NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS HOMOAFETIVOS.....	111
4.1	CONCEITOS DE FAMÍLIA: UM BREVE RELATO	115
4.2	A FAMÍLIA HOMOPARENTAL ENTRE OS NOVOS ARRANJOS DE FAMÍLIA	119
4.3	O SENTIDO DE FAMÍLIA: UM OLHAR PESSOAL DA JUVENTUDE HOMOERÓTICA	125
4.4	O PROJETO DE PATERNIDADE PARA OS JOVENS HOMOERÓTICOS.....	141
5	AS FRONTEIRAS EDUCACIONAIS ENTRE SEXO, SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA	155
5.1	OS SABERES INTER(DISCIPLINARES) SOBRE SEXUALIDADES E GÊNERO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES	168
5.2	EDUCAÇÃO SEXUAL: UM RECORTE TEMPORAL	177
5.3	GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO	181
5.4	GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ..	188
5.5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A HOMOFOBIA NA ESCOLA	192
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	203
7	CHEGAR E PARTIR SÃO SÓ DOIS LADOS DA MESMA VIAGEM.....	210
	REFERÊNCIAS.....	216
	ANEXO.....	226
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO	226

APRESENTAÇÃO

Desenvolver um determinado estudo na academia é atividade complexa. Encontrar no início da caminhada o ponto que dará sentido a um tema como objeto de pesquisa é difícil. Assim foi a minha trajetória desde o mestrado e no doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Assim que deslumbrei o objeto na linha do horizonte, de imediato condescendi que fosse singular ou de fácil exploração durante a minha trajetória no *stricto sensu*. Agucei bem o olhar para vê-lo com mais nitidez e percebi que o meu objeto não caminhava em uma única estrada, nem era singular – era a peça mais complexa de um quebra-cabeças, que se encaixa em algum lugar na linha daquele horizonte que se divisava à minha frente.

Observei também que vários olhares estavam sobre ele – vários andarilhos procuravam responder inquietações, assim como eu. Cada um, sobre a sua ótica de análise, tentava contrapor os seus pontos de vista. Mesmo assim, tinha algo nele que eu gostaria de conhecer, analisar, avaliar, dialogar. O ponto do meu objeto era a natureza da qual eu não conhecia profundamente, e isso me excitava, ou se eu a conhecia, nunca tinha me dado conta da sua singularidade. Comecei a achar fascinante o mundo da pesquisa.... Minha primeira estação: apresentar-me ao meu objeto de pesquisa.... Fantástico!

Acredito que o leitor ou a leitora esteja questionando nesse momento: que objeto será esse? Que ponto se tornou tão singular para ela seguir numa caminhada, com inúmeros andarilhos no caminho, se a academia quer que se explore o não explorado? Acredito ser considerável começar a dizer que tudo principia na vida pessoal e profissional. Pessoal, por ter pessoas, muito ligadas a mim com conflitos de identidade e profissional por viver e conviver com problemas e conflitos no âmbito escolar. Tudo principiou a partir de simples observações sobre a sexualidade dos outros, em especial, atenção às inclinações e conflitos da homoafetividade.

Comecei a questionar tudo que envolvia identidade, gênero e atentar para a existência das sexualidades. Encabecei pelas diferentes formas como as pessoas homoafetivas expunham seus desejos e prazeres eróticos. Em outros momentos, observava crises de identidade por não atender aos padrões heteronormativos para a vivência da sexualidade. Tive experiências bem próximas no meu grupo de convívio,

todavia na minha singela ignorância sobre causas, era impossível poder ajudá-los a romper com os determinismos para que passassem a se perceber como sujeitos de direito... O direito de ser!

Do ponto de vista profissional, experimentei os limites dos educadores na sua formação para trabalhar as diferenças sexuais que transitam diariamente no ambiente escolar. A cada dia surgem realidades peculiares, sensíveis, que nos tornam, enquanto educadores, às vezes, impotentes frente à ausência de conhecimento em relação às questões relacionadas a sexualidade.

Diante das limitações e descobertas, resolvi parar tudo e fazer uma viagem ao mundo das sexualidades, para ser mais específica, ao da homossexualidade. Decidi, então, traçar um roteiro na condição de pesquisadora e me percebi em um universo complexo, cheio de estradas, avenidas e vielas. Meu olhar homogêneo, pronto e acabado não dava conta dos detalhes que se descortinavam à minha frente. Confesso, tive medo, fiquei assustada, quase desistia.

Na estação, o primeiro susto: para viajar tinha de escolher primeiro o meu destino. Pensei: mas o meu destino é conhecer o território da homossexualidade...é tão fácil! Assim mesmo, olhei para um lado, olhei para o outro, parecendo um matuto perdido numa cidade grande, e procurei a minha plataforma de destino. Eram tantas plataformas! Cada uma com destinos diferentes, mas para o mesmo lugar que eu queria viajar. Isso aumentava a minha ansiedade. O que fazer? De repente uma me chamou a atenção! Lá estava ela, com um transporte parado, à espera da hora da próxima partida: homens homoafetivos. Era isso!! Esse destino me conduziria a uma viagem fantástica e, quando retornasse, não seria tão inábil como antes. Comprei o bilhete, subi no transporte feliz da vida e esperei a hora da partida.

Quando a viagem começa, alguém senta ao meu lado e indaga sobre a trajetória da minha turnê. Narrei o meu problema, minhas hipóteses, minhas inquietações e os objetivos que estavam me levando ao encontro das terras dos homens homoafetivos. Quando acabei de narrar, toda animada, essa pessoa olha para mim e, com a voz bem firme, parecendo conhecer bem o caminho que eu estava percorrendo, acrescenta: *uma terra de muitas possibilidades, encantos e desencantos, com várias hospedarias. Você vai ficar mesmo em que lugar?* Não tinha pensado nisso.... Aonde eu iria me hospedar? Esse alguém acrescenta: *pensar no universo dos homens, Do mesmo modo como das mulheres homoafetivas, é*

pensar no mundo das probabilidades! Olhei.... Olhei.... Pensei: nossa! Como tudo isso é complexo!

Voltei meu pensamento sobre as minhas inquietações pessoais e profissionais na esperança de encontrar uma hospedaria e responder aquele mundo de interrogatórios. A pessoa ao lado me tira do devaneio e contrapõe: *pense... pense com carinho e tome uma decisão*. Onde eu iria me hospedar quando chegasse ao meu destino? Fui o caminho todo pensando e de repente me lembrei de algumas discussões que tínhamos na sala dos professores e na roda de amigos sobre paternidade dos homens homoafetivos. Ah!!! Lá estava a minha anfitriã: a paternidade.

Como diria o poeta Fernando Pessoa (em *Viajar! Perder países!*, setembro de 1933) “Viajar! Ser outro constantemente... E por a alma não ter raízes, de viver, de ver somente”. Neste sentido, esta viagem me possibilitaria, caminhar por uma trajetória vaga, imprecisa para mim: o sentido de paternidade para os homens homoafetivos. Nele estão inclusas as necessidades e realizações pessoais em confronto com o decorrente conservadorismo social que pondera atenção sobre homens homoafetivos cuidarem, educarem e orientarem sexualmente uma criança.

A sociedade em si ainda opera na crença da heteronormatividade, onde há a complementaridade hierárquica entre os sexos, ou seja, dentro de uma estrutura complexa cria múltiplos vínculos e nexos de pertencimento aos papéis para machos e fêmeas a parentalidades. Esses discursos edificados no senso comum se apropriam de fatores biológicos para as funções do homem e da mulher na vida da criança; criam representações de gênero como verdades absolutas. Dentro dessa concepção, a criança precisa da imagem do pai e da mãe para o seu bom desenvolvimento físico e psicológico; ou a figura do pai e da mãe é imprescindível para que a criança tenha em si o sentido de família e pertencimento. São discursos construídos que ratificam lugares de poder na organização simbólica da família, ficando impregnado no imaginário dos sujeitos, causando conflitos de identidade.

A paternidade seria minha anfitriã, e iria me abrigar na sua casa e me guiar por todos os pontos traçados no meu roteiro. Em breve estaria de volta com respostas concretas das minhas inquietações!

Retomando as palavras de Pessoa, para mim, o importante era “Ir em frente, ir a seguir. A ausência de ter um fim, e da ânsia de o conseguir!” Igualmente, almejava

conhecer o “desconhecido”, descortinar histórias, percorrer a memória, posto que era mais uma viajante que buscava “a experiência insuspeitada, a surpresa da novidade, a tensão escondida nas outras formas de ser, sentir, agir, realizar, lutar, pensar ou imaginar” (IANNI, 2003, p. 13) daqueles que me acolheriam com suas histórias.

De repente a pessoa ao meu lado me traz do devaneio e questiona: *você vai se abrigar com ela na casa do adulto ou da juventude? Só vale lembrar que são realidades totalmente diferentes que ela vivencia*. Fiquei surpresa! Não tinha me dado conta de tal particularidade. Outro problema a ser resolvido. A pessoa voltou a ficar calada, só observando, esperando que algo partisse de mim. E agora? Ponderei situações anteriores e resolvi ficar na casa da paternidade dos homens homoafetivos adultos.

Quando cheguei ao destino e fui procurar o endereço do meu abrigo por dois anos, no período do mestrado, quem me acompanhou? A pessoa que encontrei na viagem, a qual foi logo foi me arguindo: *por onde você vai começar?* Quase sem fôlego respondi: quero ficar com a educação. Acredito ser mais interessante e responder a inúmeras inquietações. Eu quero pesquisar o processo educacional de filhos de pais homossexuais no trânsito entre a família e a escola. *Ótimo, vamos lá...* respondeu a pessoa. Essa pessoa se tornou a partir de então a minha grande orientadora.

Com vasta experiência no campo da Sociologia, agora na condição de orientadora, começou a nortear os caminhos possíveis para a minha pesquisa. Primeiro me convidou para participar das reuniões do grupo de pesquisa a qual coordenava. De tal modo eu poderia interagir com pesquisadores com interesses comuns na área de identidades, sexualidades e gênero. Ingressei no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes e Identidades (NPEJI). Comecei a participar das reuniões, apresentar trabalhos, interagir com outros pesquisadores. Em paralelo com o grupo de pesquisa, apresentou-se a minha frente uma vasta e rica bibliografia a ser explorada. Foram dois anos de intensa trajetória, mais inquietações, limitações, indagações.

Apreendi com ela nesse percurso, a desenhar a metodologia da pesquisa. Trabalhei na parte prática entrevistas com pais biológicos e adotantes, entre 35 a 70 anos. Pude observar de perto os conflitos dos pais biológicos, quanto as suas sexualidades – a necessidade do casamento, da paternidade para não serem ridicularizados no grupo em que conviviam, nem fazerem a família passar por tal

circunstâncias. No final me dei conta de que não tinha chegado a um terço do caminho, muito menos ao destino. Olhei a minha orientadora e percebi que nós tínhamos chegado apenas a uma estação. Existiam mais horizontes a explorar. Ali era o começo de uma grande viagem.

Como diria, mais uma vez, o poeta Fernando Pessoa: “Não pertencer nem a mim! Ir em frente, ir a seguir. A ausência de ter um fim e a ânsia de o conseguir! ”. Parti então para mais quatro anos de pesquisa na certeza que era o tempo ideal para responder as minhas velhas interrogações e as novas que o habitat adulto tinha me possibilitado vivenciar. Agora seria diferente, eu iria me despedir da fase adulta e me hospedaria com a paternidade na casa da juventude. Perfeito! Vou pedir acolhida na casa dos jovens entre 13 a 18 anos. Mas a orientadora foi logo dizendo: *olho no Conselho de Ética!* Nossa! Em todos os momentos da viagem são sinalizadas dificuldades e apontados precipícios. Eu que pensei no início que seria a viagem mais curta que faria e logo traria as respostas da minha inquietação! Mas tudo vem, já coloquei o pé na estrada! Vou visitar o Conselho de Ética.

Passei um ano visitando a casa do Conselho de Ética e apresentando o meu projeto de pesquisa, defendendo a minha proposta. Depois de um ano: resposta negada. Justificativa: para que eu me abrigasse naquele espaço, teria que pedir o consentimento por escrito dos pais ou responsáveis e do conselho tutelar dos jovens, por se tratar de residência de menores. Nossa, que dificuldade! Eu já era quase da família! Já vinha desenvolvendo pesquisa no território dos homens homoafetivos há dois anos!

Olhei desolada para a minha amiga orientadora – já estávamos íntimas – e resolvi partir para pedir hospedagem na casa da juventude entre 18 a 29 anos. Lá eu não iria precisar do consentimento de pais ou conselho tutelar, pelo Código Civil eles eram pessoas maiores de idade. Eu só precisaria da anuência deles para responder aos meus questionamentos e posteriormente publicar a minha pesquisa. Voltei ao Conselho de Ética e apresentei o novo projeto. Mais um ano de visitas semanais. Cada uma delas apresentava um documento solicitado. Ao término de um ano, a liberação para que nós pudéssemos nos instalar entre os jovens de 18 a 29 anos. Quero registrar que fomos bem aceitas.

Chegando lá pude perceber que era uma casa cheia de projetos de vida, mas não encontrei de imediato a minha anfitriã: a paternidade. Quando ela aparecia,

geralmente estava num canto, sempre em silêncio. Ela não era prioridade ante os outros projetos de vida deles. Questionei-me o porquê. Para responder o meu próprio questionamento, eu deveria caminhar por três vielas imprescindíveis: identidade, gênero e sexualidade. Pegar duas avenidas principais: família e escola e os limites de aceitação, silêncio e violência, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais fundados, sobretudo, numa lógica hierárquica do modelo e diferença anatômica do ativo/passivo.

A orientadora que agora era a minha companheira de viagem, olha para mim e diz: *cuidado, a juventude é uma das etapas da vida que vem instigando diversos pesquisadores a explorar, devido às mudanças peculiares que provoca no desenvolvimento humano. Precisa encontrar algo singular, esqueceu?* Estudar juventude não é apenas compreender as conexões sexualidade e educação ou família, mas propor alternativas que possam vir a oferecer possibilidades para a minimização dos graves problemas que eles enfrentam para inserção, permanência e valorização no espaço social.

Nesse sentido, passei a considerar de suma importância acrescentar às inúmeras pesquisas que vêm se desenvolvendo na área das Ciências Sociais a minha investigação, sobre juventude homoerótica em seus diferentes projetos de vida: a paternidade silenciada. As minhas ansiedades agora iriam transitar em meio às transformações que afetam o mundo das sexualidades e do gênero – o modo como eles se constituem como pessoas, tanto como sujeitos do processo, quanto sujeitados pelo sistema heteronormativo. Minha companheira de viagem volta a questionar: *você vai pesquisar os jovens em todas as classes sociais? Lembre-se que fator socioeconômico tem peso na pesquisa!*

Pensei! É brincadeira! Mais um nó a ser desatado nessa viagem! Analisei as considerações e ponderei: do lugar de onde vim, as pessoas que observei pertencem à classe média e baixa. Seria louvável trabalhar com elas. Voltei e respondi: meu público, são jovens pertencentes a classes populares, que sofrem com a segregação e estão em situação de vulnerabilidade social e pessoal, necessitando de acesso e oportunidades para a promoção da sua condição juvenil. Como moradores de periferia, convivem diariamente com variadas situações, desde a delinquência e a criminalidade, até o preconceito e a discriminação – circunstâncias

que contribuem para que se estabeleça uma representação negativa sobre eles – a maioria é negra, também são pobres, e agravada por serem homossexuais.

Olhei com firmeza a minha interlocutora e disse: sinto necessidade de estudar, para compreender tudo isso, o corpo como território de construção e questionamento de identidades sexuais e gênero. Discutir os diversos conceitos sobre sexualidades, sexo, gênero nas representações sociais; como a sexualidade é pensada e para quem é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma homossexual na conjuntura social. Um trabalho de construção teórica que impõe definições, diferenciais sobre os sentidos do mesmo, sobretudo aqueles relacionados às questões sexuais, em que o corpo biológico aparece no cenário como força reguladora que delimita as identidades do corpo social.

As representações sociais aparecem, então, como uma maneira de interpretar a realidade cotidiana dos sujeitos da pesquisa; suas posições em relação a situações que lhes dizem respeito, traduzidos em códigos, símbolos e valores ligados às posições e vinculações sociais específicas. As representações sociais, segundo Jodelet (2001), são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social. Instalam-se sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular. São ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva de cada indivíduo.

Preciso penetrar nas questões que envolvem família e suas fronteiras de aceitação, silêncio e violência quando a orientação sexual do filho não atende as normas heteronormativas. Através das teorias e utilizando trabalho de campo, me aproximarei mais dos conflitos, do medo, das rejeições e sofrimento que esses sujeitos experimentam no âmbito familiar. Da família parte o sentido dos corpos macho e fêmeas a abrigam o sentido masculinidade e feminilidade. Dela nascem as hegemonias, subalternidades e marginalidades. Nessa estrada também se abrigam níveis de sexualidade que exigem múltiplos olhares sobre os desejos e o erotismo.

Em conjunto com a família, as identidades também transitam na escola, com suas ações afirmativas em relação às questões de gênero e sexualidades. Nessa estrada existem vielas significativas. Posso visitar as pedagogias das sexualidades,

do conflito e a do armário. Elas podem trazer informações precisas sobre a complexidade da questão. Elas ocultam os vários níveis desses jovens aprenderem a viver plenamente as suas sexualidades. A escola, juntamente com a família, hierarquiza os corpos, estabelece os comportamentos e, mesmo propondo trabalhar as diferenças, exclui todos e todas que vivem, nela, de forma diferente.

Com minha orientadora companheira de viagem, aprendi a vencer os desafios. Através de discursos diversos sobre sexualidades e gênero procurei respostas a muitas inquietações sobre homossexualidade, mas foi na residência dessa juventude, que nos acolheu com tanto carinho e alegria, que senti de perto as dificuldades que os homens homoeróticos mais próximos a mim, aqueles que fazem parte da minha vida pessoal e aqueles que transitam na minha vida profissional, como estudantes ou colegas de trabalho, sofrem quando precisam enfrentar junto à família, aos amigos, à escola qualquer tipo de discriminação ou preconceitos, quando traçam em seus projetos de vida a realização de ser pai. Constituir família, ter filhos e ser homossexual ou ter variações nos níveis sexuais é quebrar os paradigmas dos valores internalizados que definem o “homem de verdade”. Não nos esqueçamos de que esses estão legitimados, pela heterossexualidade.

Deixo registrado que, no processo da escrita da tese, depois de toda a pesquisa utilizo sempre o pronome “eu” em lugar do pronome “nós”. Mesmo consciente de que o trabalho científico requer informações bem estruturadas e deve expressar de forma articulada e organizada o pensamento do pesquisador, e é usual em tais pesquisas utilizar o pronome pessoal na primeira pessoa do plural por possuir a função simbólica de lembrar que o pesquisador não está sozinho, participa com ele uma vasta comunidade científica. Tomei a ousadia em assumir o “eu” pela sensibilidade do objeto de pesquisa ter partido das minhas expectativas em relação à problemática. Isto não desmerece a presença da minha companheira de viagem no momento da escrita, mas os sujeitos que ela me fez conhecer de forma tão singular nessa viagem, são aqueles sujeitos que fazem parte de mim. São os jovens que transitam pelos quartos da casa, pelos corredores da escola, nos encontros da igreja; que às vezes negam a sexualidade, por terem vergonha de não atenderem aos padrões heterossexuais. Outros que afirmam ser homossexuais puros, e de puros eles não têm nada – se acham femininos e têm comportamentos masculinos; se acham liberais, mas têm procedimentos machistas.

Entrar no universo da pesquisa é uma viagem sem volta, a cada estação, uma realidade se descortina, surgem novos questionamentos, outras inquietações. O que parecia ser enxergado em uma estrada, fica obscuro em outras. A ansiedade aumenta, novas necessidades surgem, e a estação de origem fica para trás. Sei, companheira de viagem, que se algum dia eu decidir retornar à estação onde iniciei a grande aventura, não será mais mesma sob a minha ótica. Perdi a inocência. Comecei sozinha, cheia de inquietações e medos, querendo entrar no mundo das academias para responder ao que o meu mundo não satisfazia. Na primeira estação encontrei você cheia de questionamentos. Posso lhe confessar? No início não gostei, mas como não sou de voltar ao ponto inicial com tantas facilidades, cá com os meus botões topei o desafio e hoje penso comprar o bilhete para outro destino e dar prosseguimento as novas indagações que formulei no caminho.

Por fim, convido você leitor ou leitora a embarcar conosco e fazer esta viagem de descobertas e conhecimento destas histórias de vida. Acrescento que são jovens que projetam, como qualquer um da sua faixa etária, traçam metas, alimentam desejos, aceitam desafios; são instáveis nas suas escolhas pessoais, mas esperam construir um futuro que lhes assegure uma vida digna. A paternidade é acolhida por eles como possibilidade, mas colocada num canto da sala junto com as incertezas. Nesse momento, vou calar para que você possa ler e também fazer os seus questionamentos. Quem sabe daí surjam novas inquietações que se somará àquelas que formulei ao longo dessa viagem e me levará junto com a minha orientadora a explorar novos horizontes? Ratifico o começo da minha fala que um determinado estudo na academia é atividade complexa ou uma viagem sem retorno.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade e os novos arranjos familiares afetam a dinâmica educacional. Como professora da educação básica, vivencio nas escolas diferentes comportamentos dos estudantes quanto à orientação sexual. São conflitos pessoais e outros vividos dentro da família, principalmente quando se assumem homossexuais. Por essa razão, conhecer “[...] não se refere somente à realidade objetiva, mas, e talvez principalmente, à realidade subjetiva” (SOUZA, 1995, p. 49). Através da educação passei a ser observadora atenta das inúmeras demonstrações do papel disciplinador, regulador e excludente para as questões que envolvem gênero e sexualidades, das quais família e escola participam ativamente do processo.

Ao ingressar no mestrado da Universidade Católica do Salvador, no Programa de Mestrado e Doutorado de Família na Sociedade Contemporânea, direcionei especial atenção às pesquisas sobre paternidade, mas procurando associá-la ao meu objeto de pesquisa, ou seja, a homossexualidade masculina. Atentei para o possível diálogo entre os dois extremos e como incluiria, na distância máxima entre eles, discussões sobre família e escola à luz da Sociologia, por perceber como professora da educação básica que são duas instituições que influenciam e compartilham funções sociais e educacionais, igualmente atuam como propulsoras ou inibidoras do crescimento cognitivo e emocional durante a trajetória de vidas dos indivíduos que delas fazem parte.

A dissertação teve por objetivo desenvolver uma análise sobre a paternidade gay na formação educacional de filhos e filhas no âmbito da família e da escola, numa sociedade cujos valores morais e sociais estão diretamente ligados à heterossexualidade. A partir de estudos bibliográficos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, percorri variáveis teóricas sobre a representação das identidades sexuais e de gênero e a relação destes com o cuidado e as uniões estáveis entre os casais homossexuais. Em Tarnovski (2002), encontrei dados estatísticos sobre a questão paternidade e homossexualidade, quando cita em pesquisa que, na década de 1980, nos Estados Unidos já existiam um milhão de pais gays. O autor também revela que no Brasil, jornais que fazem política em relação as minorias sexuais, entre elas a Revista G Magazine da Editora Abril, de circulação mensal, realizou uma enquete

entre seus leitores, em agosto de 2001¹, onde 6.402 pessoas responderam à pergunta: “Você pretende ter filhos?” Entre os participantes, 37% dos homens gays tinham optado pela paternidade, mas não sabiam se por inseminação, adoção ou pelo método tradicional, e 20% já se declaravam pais.

Em Grossi (2005, 2007), Zambrano (2006) e Uziel (2007), a temática é referenciada como pesquisas já desenvolvidas em alguns países e no Brasil, aparece no final da década de 1990, quando desperta interesses de alguns pesquisadores em benefício do reconhecimento civil da união estável entre casais homossexuais e os novos arranjos de família na sociedade contemporânea. Não descartei a construção da família tradicional nuclear, mas passei a compreender a família como uma estrutura complexa, formada por múltiplos vínculos e nexos pertencentes aos novos sistemas originados de relações precedentes. Uziel (2007) esclarece que esses sistemas acontecem em rede e parecem inovadores, por articular novas relações de filiação, de parentesco e parentalidade. Daí surgirem os novos arranjos de família, entre eles a homoparental, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo e o cuidado se dão entre pessoas do mesmo sexo e transexuais.

Entrevistei, na época, dez pais homossexuais com filhos advindos de um casamento heterossexual ou por adoção. Não em todos, mas principalmente os pais que vieram do casamento heterossexual, existia um grande conflito gerado desde o período da juventude: aceitar-se como homossexual. Para muitos, quebrar essa barreira foi muito torturante para consigo mesmo. Através da psicanálise, Isay (1998) explica como muitos garotos homossexuais têm medo de decepcionar a família. Alguns sabem que são homossexuais, mas escolhem casar porque querem ter uma vida convencional, conforto e respeitabilidade social ou porque querem ter filhos e acreditam que o casamento heterossexual seja o melhor para o filho; ou simplesmente querem agradar aos pais.

Quer neguem ou estejam conscientes de sua orientação sexual, os pais que fizeram parte da pesquisa, mesmo já estando na faixa etária adulta, demonstraram que foi na juventude que vieram os danos causados à sua autoestima que fizeram que eles vissem a sua homossexualidade como algo pecaminoso. Uma mocidade da qual não eram capazes de se assumir, vislumbra que eles não se sentiam relativamente

¹ G Magazine. São Paulo, Ano IV, n. 49, p. 07, out. 2001.

livres para poder sobrepor à negação de seus sentimentos por pessoas do mesmo sexo, negação que pode ser, por alicerce, o medo de rejeição dos pais, dos parentes, amigos e pelo próprio estigma social nas suas épocas de juventude.

Ao concluir a dissertação de mestrado², os micros estudos sobre família permitiram, entre outras demandas, abrir novos espaços para discutir limites, conflitos e contradições na construção de identidades, simbologias e representações quanto às questões relacionadas a gênero e sexualidades. Dentro das ações, foi possível pensar a família com padrões de comportamento próprios da esfera privada e valores morais estabelecidos simbolicamente. Nesse ínterim, coube-me, como educadora, pensar a escola como produto da família, produzindo e reproduzindo padrões de comportamento e aprendizagens sistematizadas assegurando o processo de socialização, proteção, condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de crianças e adolescentes no plano social, cognitivo e afetivo.

Objetivando ampliar o conhecimento sobre paternidade e homossexualidade, procurei no doutorado, no mesmo Programa de Família na Sociedade Contemporânea, aprofundar a pesquisa que comecei no mestrado, entretanto, com olhar voltado para a juventude. A proposta ancorada nos projetos de vida dos jovens homossexuais com vetores para “ser pai” ou “viver a paternidade”; “ser presente”, independentemente do caráter reprodutivo; ser participativo no desenvolvimento intelectual, psicológico e moral dos filhos e filhas. O agrupamento de todos os segmentos sugere interpretações de conceitos sociais marcados pelas reminiscências do patriarcado, cujo regime é pautado na dominação-exploração das mulheres pelos homens e na construção do *culto à virilidade*, com evidente poder simbólico nos modos de codificação e ritualização da reprodução. A masculinidade aparece atrelada à noção de virilidade, de macho. Do mesmo modo como a paternidade é contemplada como um rito de passagem do jovem para a vida adulta e de provedor.

A ideologia do patriarcado constitui-se em um conjunto de práticas e valores que determina lugares e alicerça poder que se traduz em hierarquização dos sexos e desigualdades de gênero. Note-se que Saffioti (1987) insiste que há um tipo de gênero que seria o gênero patriarcal.

² A conclusão do mestrado, vinculado ao *Programa Família na Sociedade Contemporânea*, linha de pesquisa *Família e Ciências Sociais*, ocorreu no ano de 2009.

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

Dos fundamentos político-econômicos do patriarcado se sustenta o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva. Reforçam-se, de tal modo, relações de poder intra e entre as classes sociais, os processos de sujeição e subordinação.

Nessa pesquisa paternidade e juventude homossexual são direcionadas para estudos de gênero e sexualidades, numa sociedade onde se privilegia o olhar sobre as reproduções dos papéis e posições sociais do macho e da fêmea, herdadas do passado e sustentadas, no presente, pelo social sobre o pretexto de regularidade das relações sociais. Agrega subconjuntos relativamente estáveis, recorrentes de situações cotidianas marcadas pelas relações desiguais e de poder, que se instauram na investigação, como os fatores socioeconômicos e étnicos vivenciados pelos jovens que participaram da pesquisa. De acordo com Furlani (2005), qualquer que seja a política de identidade, ela estará inserida no ponto de cruzamento entre a representação e o poder, que mantém o estado de desigualdade e submete os grupos subordinados.

No conjunto, a paternidade foi pensada, inicialmente, para os jovens que participaram da pesquisa, como algo que não faz parte, apenas, do mundo adulto; entretanto, como fator indesejado e precoce para o momento em que estão vivendo, ou seja, estão em um período de instabilidade, mudanças e projeções no universo profissional. Um período em que a maioria está concluindo os estudos e se inserindo no mercado de trabalho, outros dando continuidade aos estudos no ensino superior. Por outro lado, poderiam considerar o exercício da paternidade como um rito importante na passagem para a vida adulta.

Nesta perspectiva, o tema paternidade emergiu na presente pesquisa com o seguinte questionamento: Como a paternidade aparece nos projetos de vida familiar da juventude homossexual? Para dar fundamento aos questionamentos, a investigação recorre ao seguinte objetivo geral: analisar a paternidade a partir dos discursos dos jovens homossexuais sobre seus projetos de vida familiar. Buscando dar sustentabilidade ao objetivo geral proposto, elegi como objetivos específicos: identificar o corpo como território de identidade sexual e gênero; diferenciar as sexualidades e o gênero do ponto de vista das categorias do biológico e do social; identificar as novas

constituições familiares na contemporaneidade; analisar a influência da família e da escola no processo de orientação sexual da juventude; investigar a juventude homossexual, significados da paternidade nos seus projetos de vida familiar.

Como hipótese, sustentei, inicialmente, que seria uma paternidade silenciada em virtude dos jovens homossexuais, nos seus projetos de vida, não incluírem a construção de uma vida familiar, nem desejarem a função paterna pela própria condição sexual. A paternidade poderia servir apenas como um referencial à concepção da masculinidade, ou seja, a concessão ao padrão heteronormativo para serem respeitados ou aceitos pela sociedade. Entretanto, lendo sobre culturas juvenis, Pais (2003) chama a atenção para que seja verificado que a juventude, no seu cotidiano, traça diferentes modos de vida. Faz do seu espaço e tempo domínio de afirmações de identidades, tanto em nível simbólico, como prático. A sociabilidade juvenil se traduz em diferentes formas de consumo ou em apropriações dos espaços, o que possibilita o desenvolvimento de tensões e conflitos, seja no trabalho, na família, nos estudos ou mesmo nas relações amorosas e afetivas.

Para compreender o significado de juventude é preciso recorrer às tendências da sociologia da juventude. Nelas está a corrente geracional, que define juventude “[...] como um conjunto social em que os indivíduos são pertencentes a uma dada ‘fase da vida’, prevalecendo a busca da uniformidade e homogeneidade” (PAIS, 2003, p. 29) e a corrente classista, que define a juventude como

[...] um conjunto social, necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertencas de classes, situações econômicas, parcelas de poder, interesses, oportunidades geracionais. (PAIS, 2003, p. 29)

Além de ser definida como a geração que se contrapõe à vida adulta, a juventude também é entendida em termos de cultura de classe, em que se constituem grupos que se diferenciam, formam subculturas, isto é, “[...] culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe” (PAIS, 2003, p. 61).

Notei, por outro lado, que os jovens não necessariamente representam o novo no plano da cultura homossexual de normatização de direitos parentais, nem matrimoniais, mas que estão inseridos no “sintoma da cultura” (KEHL, 2004) dominante, ou seja, também reprodutores de tendências culturais de um tempo. Percebo uma juventude homoerótica com poderoso exército de consumidores, livres de freios morais

e religiosos que regulam a relação do corpo com os prazeres. Advogo com Kehl (2004) quando afirma ser o novo perfil de púbere, pós anos sessenta, assentado numa autonomia, em que questões relacionadas à sexualidade estão alicerçadas por diversificados processos de formação e informação, principalmente mediadas pelos meios de comunicação, cenário bem diferente das gerações anteriores.

A experiência afetivo-sexual, nessa fase, se acentua, quando é produzido um arsenal de categorias que modelam os corpos ativados pelo funcionamento dos hormônios, os metabolismos específicos e as pulsões. Pode-se dizer que é na fase reprodutiva que começam as codificações nas relações sociais e sexuais, como o “ficar” e o “namoro”. Para Heilborn (2006), o início da vida afetivo-sexual dos sujeitos evidencia as diferentes posições e atuações sociais sobre a composição de si e o relacionamento com o outro, particularmente a partir do processo de “socialização do gênero”. É uma fase de formação de identidade e posicionamento em relação à orientação sexual, considerando construção de subjetividades. Nela estão implicadas as mais diversas transições, desde a valoração e papéis de gênero, até os rituais de interação e práticas sexuais.

A juventude aparece nesse cenário quando considerada a fase em que a experimentação da sexualidade envolve dimensões sociais e culturais diversas, quanto à identidade sexual e de gênero, mais precisamente quanto ao erotismo e aos fatores emocionais. Daí buscar nos estudos de Abramo (2005); Heilborn (2004, 2006) e Bozon (2006); Brandão (2003; 2009), categorias de juventude agregadas a uma diversidade de caracterizações, cujos reflexos atendem a uma heterogeneidade de situações existenciais que as afetam e permitem se discutir diferentes identidades juvenis. Ao se estudar juventude, as atitudes em relação à sexualidade são complexas, porque envolve um conjunto de condições como fator socioeconômico, gênero, fantasias, desejos, valores, experiências e situações de vulnerabilidade e as fragilidades quanto à construção dos espaços de sociabilidade (BRANDÃO, 2003; HEILBORN, 2006).

O trabalho de Pierre Bourdieu (2003), intitulado “A juventude é só uma palavra”, traz a mesma discussão quando destaca a categoria que apreende distintas posições de classe social e representa um espaço de possibilidades intermediárias, ou seja, realidades distintas vivenciadas por determinados segmentos juvenis. Para Bourdieu (2003), na juventude estão contidas as relações entre a idade biológica e

social que se configura no contraste entre os mais novos e os mais velhos; compreende um critério etário em que não faz sentido isoladamente. Geralmente a experiência afetivo-sexual, nessa fase, é estimada de forma hegemônica, para os sexos/gêneros, o que contribui para a invisibilidade de diferentes tipos de juventudes e de uma infinidade de formas de serem vivenciadas as sexualidades por elas. Bourdieu (2003), no processo, traz importantes reflexões quando evidencia que a juventude é uma categoria socialmente construída, representando espaço de possibilidades intermediárias. Dentro de *status* temporário, é considerada a fase do “[...] meio-criança, meio-adulto; nem toda criança, nem adulto” (BOURDIEU, 2003, p. 154). A unidade biológica torna-se uma demarcação do espaço que o sujeito ocupa em termos etários, ou atende a estrutura de um sistema socialmente construído às novas gerações.

A paternidade nos projetos de vida está associada a possibilidade futura. Na visão de Soares (2002, p. 76), “o projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e objetividade e, é, também, o momento que funde o futuro previsto e o passado recordado”. A paternidade no projeto de vida pode representar uma realização pessoal ou não para os jovens da pesquisa, como também no imaginário de cada um, pode fazer parte ou não do processo de construção e representação coletiva quando dá a eles o reconhecimento social da descendência. Também pode se estender à juventude homossexual, na medida em que a paternidade não é encarada como um valor vital de realização pessoal, por isso é silenciada, sendo vivenciada como uma experiência que pode ou não ocorrer paralela a outros projetos de vida considerados por eles como mais importantes.

Para Petrini (2010), a paternidade assim como a maternidade e a filiação tem uma constituição relacional, feitas de qualidades relacionais mais que de traços individuais. A paternidade é simbólica e tem significado somente em determinados contextos de relações familiares. Quando o simbolismo do pai perde o valor, inevitavelmente as reações constitutivas sofrem alterações com consequências relevantes. A ausência pode ser interpretada como uma conquista emancipatória, mas pode constituir, também, para o surgimento de situações problemáticas, com especialmente atenção na formação de novas gerações.

É necessário esclarecer que a pesquisa não generaliza a condição do jovem homossexual vir a projetar em suas vidas a paternidade, todavia, defende a

possibilidade de cenários culturais deterministas e fixos, como os que contextualizam divisões sexuais de papéis em relação a maternidade e a paternidade, ou os que definem os papéis sexuais como símbolos que sustentam a ordem social virem a silenciar expectativas daqueles que tem possibilidade de consolidar novos conceitos de família, atendendo para uma nova ordem social em relação as práticas parentais marcadas por um repertório misto de comportamentos “masculinos” e “femininos” que ampliam, deste modo, o papel paternal homossexual.

Na escrita dos capítulos, no primeiro momento procuro discutir o corpo como território de identidades sexuais e de gênero. O corpo aparece como o lugar das diferenças. Nele são delimitadas possibilidades agenciadas por códigos discursivos e emblemáticos para os machos e fêmeas. Parte da ideia do corpo biológico é demarcado e redefinido como corpo social e, assim, transformado no corpo cultural, tornando-se uma fonte de símbolos, de construções de identidades e estilos de vida.

Questões relacionadas a sexualidade e gênero aparecem como como construto da identidade social a partir da negação da natureza e do papel da cultura na sua construção. Aqui é importante ressaltar a construção das categorias de masculinidades e as escalas de sexualidades constituintes das representações valorativas entre os sexos, como processo dinâmico ao qual os indivíduos estão sujeitos. O corpo, portanto, se constitui a partir de um conjunto de referências de identificação, podendo ser cristalizado ou remodelado pelas relações sociais e inseridas num contexto grupal, tornando-se sujeito das ações coletivas.

Ao falarmos sobre corpo, inevitavelmente, aproximamo-nos da discussão sobre identidade. Para Silva (1999, p. 97), “[...] identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo. [...] A identidade está ligada a sistemas de representações”. Processo que não pode ser olhado apenas de dentro, de si mesmo, mas da relação com o olhar do outro, do que está de fora, daquilo que foi construído numa linha de tempo, em uma determinada sociedade que padece de preconceitos e mitos. O corpo como espaço de pertencimento se constrói a partir da negociação, da troca, do conflito e do diálogo como do eu com os outros, em que estão implícitos valores, crenças, tradições e linguagens. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de suas ações - nenhuma identidade é construída no isolamento. Ela é negociada por meio permanente das relações dialógicas.

Tal situação está na visão de Hall (2006) sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Stuart Hall distingue três concepções de identidade do ser humano: o sujeito do Iluminismo, que é o indivíduo centrado e dotado de capacidades de razão; o sujeito sociológico, presente no mundo moderno e que não é independente, uma vez que se forma pela relação que estabelece com os outros; e o sujeito pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, promovendo deste modo debates em torno da crise de identidades.

A sexualidade aparece nesse cenário como o resultado de uma elaboração histórica e social desses três momentos, em que os aspectos biológicos do organismo criam os princípios da existência sexual e define os papéis de gêneros, numa lógica que condiciona e delimita aquilo que é possível ou provável para os sexos. Sob o jugo da heterossexualidade, a performance sexual masculina acaba ditando as regras de orientação sexual e prescreve a identidade de gênero para o corpo do macho.

Entretanto, é importante considerar que, consoante o sexo biológico, as identidades sexuais e de gênero não caminham necessariamente juntas, entre os níveis heterossexual e homossexual, lidas como polos extremos da escala de Kinsey (GAGNON, 2006); trabalhada posteriormente no capítulo identidade, outros níveis que envolvem atração, desejos e comportamentos sexuais devem ser levados em consideração na construção das identidades dos sujeitos. Cabe-me aqui expor que os sistemas que privilegiam e sustentam a categoria hegemônica para o papel familiar do pai, dentro de uma estrutura binária, são os mesmos que subjagam as masculinidades subordinadas por lhes conferir o lugar feminino na relação familiar, todavia, dentro do universo do próprio homossexual, é possível observar como os machos sustentam privilégios, prejuízos e tratamentos desiguais para o gênero e sexualidade, sustentados por regras internalizadas que permeiam as relações.

No encadeamento da discussão sobre o corpo como território de identidades, é importante considerar as fronteiras onde estão família e escola no processo de demarcação da sexualidade desses jovens. Através delas, eles constroem os modos de sentir, querer e articular afeto. Ambas as instituições – família e escola – tem peso na vida dos sujeitos, pois intervêm de várias maneiras nos comportamentos. Fornecem não só as bagagens culturais, mas também códigos, representações e valores ligados às

posições e condições que cada indivíduo deve ocupar no espaço social. Na visão de Louro (2010), são instituições que naturalizam os sexos como verdades biológicas que definem as diferenças de comportamentos entre seus membros.

Quanto à família na trajetória da pesquisa, dirijo atenção em um dos capítulos, por entender se nela que as ações educativas e as dinâmicas internas que envolvem questões referentes à orientação sexual são guiadas pelo princípio da dignidade humana e pela valorização de aspectos existenciais que garantam, acima de tudo, os direitos de personalidade e integridade física. Segundo Bourdieu (2007), a família é o primeiro lugar, em que a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá preponderantemente de dentro para fora, e não o inverso. A partir de sua formação inicial no ambiente familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação.

Petrini (2009; 2010) amplia a rede de significações quando defende que na cultura contemporânea observa-se uma forte tendência a considerar a experiência amorosa e as relações que dela derivam como fatos privados. Nessa perspectiva, o afeto é considerado como a base das relações de intimidade, dando origem a uma pluralidade de formas familiares. Mas, do ponto de vista social, a família se caracterizaria idealmente por uma cooperação entre os sexos e por relações de plena reciprocidade da educação das novas gerações. O que não necessariamente corresponde ao relatado por jovens que não se enquadram nos padrões esperados por seus pais.

A família é uma realidade específica que proporciona experiências no nível psicológico e social, bem como orientações éticas e culturais. É o lugar do indispensável exercício de conviver, tendo como base as relações de intimidade e, como ponto de referência, as exigências elementares, sendo elas bens relacionais, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção.

Por intermédio de ações materiais e simbólicas, a família tem um papel muito importante na vida da juventude, ora em estudo, uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre consciente e intencionalmente dirigida, mas que através das ações assumem relações de interdependência entre os seus membros e

com pessoas que a cercam. Frequentemente, é através das ações e reações dos adultos da família, que os jovens se apoiam e na maioria das vezes desempenham ou traçam espaços de comportamentos e de representações que acreditam ser possíveis para eles. Nas conjecturas de Bourdieu (2007) e Singly (2007), a família é unidade de reprodução social, e como tal configura-se como processo de transmissão da herança mediante difusão de diversos tipos de capital – simbólico, social, cultural, econômico – por meio dos quais se estabelecem vínculos. O capital ascético, dentro dessa perspectiva, tem peso por carregar no nome da família seu elemento básico.

Desse modo, todos os possuidores do mesmo nome de família são incluídos em uma unidade coletiva, que expande para além do âmbito da família, incorporando o conjunto de parentes, como avós, tios e tias, primos e primas, entre outros. São diferentes formas de relações que se estabelecem entre os sujeitos, e entre estes e o todo; por isso, na incursão bibliográfica, vale destacar um relativo consenso entre autores, por se tratar de uma reflexão complexa, e por vezes assimétrica, no que diz respeito aos valores e conflitos elencados nas relações familiares.

Importante ressaltar que o fato de considerar a família como uma unidade de reprodução social não significa tomá-la como instituição encarregada de mera reposição de estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2007). O caráter estruturante da família emerge de estratégias na tomada de decisões, quando ela se abre para as inovações, enfrenta as novas dificuldades ou adapta-se a situações indefinidamente variáveis. Por sua vez, Singly (2007) adverte que as estratégias não têm o condão de produzir efeitos imediatos, até porque o capital cultural e o social que formam redes de relações são estáveis e com poderes que agem de maneira regular, contínua e sistemática. O capital cultural, por exemplo, pode equivaler a dois contextos familiares e produzir situações diferentes entre elas.

No entanto, é imprescindível observar que a família age como sujeito coletivo (BOURDIEU, 2007). A unidade doméstica é constituída por sujeitos individuais, mas, através das diferentes formas de capital que ocorrem no seu interior, gera um conjunto de sociabilidades eminentemente personalizadas e impregnadas de afeto. São as trocas parentais e de parentesco que criam a afabilidade familiar favorecendo a ajuda entre os componentes da família. Em determinadas circunstâncias, seus membros criam forças de fissão, o que remete à luta pela autonomia dos sujeitos individuais que se contrapõem às forças de fusão que convergem ordenar o que é considerado

interesse coletivo. De modo geral, família e indivíduo não se excluem, mas convivem de modo tenso e conflitante nas cenas domésticas.

Pode-se considerar que argumentar sexualidades na família é traçar complexas teias psíquicas evidenciam escolhas e extensões constituídas de valores morais, mesmo que a hermenêutica da legislação disponível vislumbre o direito à constituição familiar para além do biológico legal positivado, em direção ao principal elemento amalgamador e constituinte de uma entidade familiar que é o afeto. Tanto Menezes (2009) como Castro (2009) defendem que os estudos sobre família vêm ganhando enquadramentos nos debates interdisciplinares e transdisciplinares hodiernos; entretanto, suas análises ainda trafegam por caminhos disciplinares, cujos diálogos críticos estão ancorados em conhecimentos específicos. Quando a realidade da família contemporânea exige olhares plurais, cujo esforço de interpretações de conceitos, teoria e métodos se confrontam, desestabilizam, tensionam e fazem emergir um diálogo seletivo, considerando a família um lugar de conflitos e contradições permanentes.

Os pressupostos teóricos de estudos sobre gênero, sexualidades e educação se apresentam de forma importante para compreender, através da escola, as centralidades e mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo sexual para a organização da vida social, com atenta crítica a uma política do conhecimento e da diferença, considerando as práticas educativas como mecanismo de forte atuação, capaz de controlar e disciplinar corpos e mentes. Segundo Louro (2010), a escola não trata de qualquer conhecimento, ela lida com aspectos culturais que foram selecionados por serem reconhecidos como aqueles que devem ser ensinados de maneira instrumentalizada.

O currículo, nesse ínterim, é veículo que envolve formas de conhecimento cujas funções regulam e disciplinam indivíduos através das experiências objetivas das diferenças entre os sexos (JUNQUEIRA, 2010, 2013; LOURO, 2007, 2010). A partir da análise sobre currículo, é possível dialogar com as experiências docentes e as pedagogias que sugerem novos métodos ativos de ensino e aprendizagem. O que existe na verdade nas escolas é um currículo dominante ou hegemônico que conseguiu marginalizar outras experiências e outras formas de organizar o conhecimento em relação a sexualidade e gênero. Isto contribui para má formação de professores que entram em programas compensatórios e são acompanhados por

modelos de intervenção onde o conhecimento sobre o corpo é anatômico e fisiologicamente naturalizado sexualmente.

Toda a trajetória, desde a construção do corpo até chegar à educação escolar, se tornou caminhos sinuosos, mas fundamentais para entrelaçar a paternidade aos projetos de vida familiar dos jovens homossexuais que participaram dessa pesquisa. Durante todo o percurso estão atrelados laços e alianças ordenados pelos aspectos sociais e simbólicos, sem, com isso, romper com a hegemonia biológica da reprodução. Caminhar por esta linha obrigou-me a repensar os papéis sociais tipicamente heterossexuais impostos à juventude, fazendo-a acatar internamente normas de masculinidade que ditam quais as regras do jogo são necessárias para ser um homem-pai. Através dos estudos de Morin (2008), sobre paternidade e homossexualidade, surge o grande desafio da pesquisa: buscar o homem-pai no mundo homossexual, se questões ligadas às masculinidades interferem na condição de serem pais ou os aproximam dos conceitos tradicionais para o estágio paternal, ou tendem a não confrontar o que está estabelecido e internamente podem acabar negando seus próprios anseios e desejos ao exercício da paternidade, ou fazem reproduzir papéis, apenas, com sinais trocados.

A paternidade aparece como uma confirmação da masculinidade e de sentido de pertencimento ao universo adulto. Em algumas culturas o sentido de paternidade está fortemente relacionado à responsabilidade da parentalidade. “São os desejos, as fantasias, os projetos idealizados que preparam o homem para o exercício da função paterna” (MORIN, 2008, p. 20). Isso implica se pensar no homem, os conflitos fundados entre a relação que se constitui entre o antes da procriação, a decisão da concepção – por não ser em seu corpo – e o exercício do cuidado, ou seja, a função parental pós-concepção. O pai é visto como o responsável pela perpetuação da espécie na família, o que na relação pai-filho experimenta a condição de continuidade.

Ainda de acordo com os estudos de Morin (2008), o estigma da paternidade homossexual ainda não é fácil de ser administrada por todos os segmentos da sociedade. Isto revela que no contexto social o homem vive regido por normas, sujeitando-se ao que é esperado e aceito para a função masculina. Isso repercute nas relações sociais e nas formas como se deve desempenhar a paternidade. Ser homem e pai significa agir sob as prescrições hegemônicas da heterossexualidade, o que não contempla uma paternidade homossexual.

A paternidade para a juventude homossexual vem carregada de significações e de estereótipos. Ora essa juventude a percebe diferenciada do universo feminino, o que requer desconstruir valores “heterossexistas” que regem a sua própria concepção de masculinidade e de paternidade ou rompem com tais prescrições ao afirmarem o vínculo de filiação não nas verdades jurídicas ou biológicas, mas na definição da paternidade à condição de filiação, reconhecidas como relações de afeto. Em outros momentos, reproduzem os discursos heteronormativos em que a sua condição homossexual impede pensar o papel de homem-pai na família.

Ser ou se tornar pai para esses jovens, na realidade, atende à ordem simbólica de poder, quando, de maneira implícita, evidenciam a soberania divina e o lugar central que ele ocupa na família e no universo do filho. Naturalmente, o debate gira em torno do *status* que foi conferido ao homem concedendo-lhe, hierarquicamente, poderes sobre a mulher e os filhos, como o “provedor”. As construções de gênero, baseadas no modelo patriarcal, concedem ao homem heterossexual o poder de ser pai e ocupar um lugar de respeito e de autoridade sobre a família. Em contrapartida, aportada nas leituras de Tarnovski (2002) sobre as famílias homoafetivas que começam a emergir a partir dos anos 80 como novos modelos de família, vários papéis sociais, que estão em transformação, incluindo-se o papel masculino e os avanços da modernidade em relação à família, inclui-se, nessa análise, que não se pode mais pensar também o homem que se relaciona com outro homem não possa ter tido incursões pela paternidade, ou a sua escolha sexual é obrigação na vida do filho.

1.1 TRAJETÓRIA DO ESTUDO

A tese está estruturada em três capítulos, além da apresentação, prossigo com a introdução, o delineamento metodológico, seguido pela discussão dos referenciais teóricos que orientam as abordagens e análise das entrevistas, concluindo com a análise dos resultados. Na introdução traço o panorama geral do meu objeto de pesquisa, assim como meu memorial de pesquisador, os objetivos e os propósitos que me levaram a pesquisar o fenômeno da paternidade entre jovens homossexuais, a relevância, os questionamentos e a hipótese levantada na

construção do projeto e durante todo o caminho da pesquisa. A partir de leitura e releitura do material coletado nas entrevistas e transcritos, surgiram núcleos temáticos que me orientaram a elaboração dos capítulos. Os núcleos temáticos surgem como uma forma de capturar o fenômeno de maneira multidimensional sobre as estruturas que compõem o problema.

Ainda na introdução, trabalho com os conceitos gerais sobre sexualidades, gênero, famílias, escola e juventude. Nela objetiva-se problematizar a temática paternidade em seus mais variados aspectos, através de uma análise panorâmica do complexo conceito de família, os vínculos de filiação, os conflitos e significados de paternidade para os jovens homossexuais no contexto social e afetivo. Procuo, também, nesse momento, delinear a justificativa para a realização da pesquisa e como está assentada em bases sólidas da literatura pertinente.

Na parte referente à metodologia, estão inseridas as abordagens teóricas e metodológicas, as técnicas utilizadas para a coleta de dados, as amostras da pesquisa e a trajetória do estudo. Partindo da centralidade do real, a metodologia orientada pelo modelo dialético-crítico tem como base de análise as realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais, os jovens homossexuais, seja nos estudos de realidades individuais, seja nas realidades produzidas pelos agentes sociais, como a família e a escola, como foi proposto no projeto. Acredito que a clareza e a simplicidade em relação à metodologia adotada, neste trabalho, ajudarão os leitores a compreender como os atores dessa pesquisa transitam através das diferentes representações sobre o virem a ser ou tornarem-se pais no futuro; como se identificam no contexto social a partir dos novos modelos ou categorias de masculinidades, de tal modo como legitimam e perpetuam em seus discursos as funções e papéis atribuídos aos sexos na manutenção da família.

No primeiro capítulo sobre sexualidade e gênero, eu trabalho o corpo como território de identidades. Segundo Butler (2010), o corpo na dimensão biológica é algo imerso em uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre sexo, gênero e desejo, dentro de uma ordem que contempla os diferentes. A criança, desde o ventre da mãe, se for diagnosticado que tem um pênis, é um menino, o qual será condicionado a sentir atração por meninas. Corpos marcados pelas vulnerabilidades primárias do macho e da fêmea, um pensamento binário e linear, que pressupõe uma necessidade de ajuste à norma por parte daqueles que não se enquadram em tais

estruturas. O modelo “normal” de comportamento exigido pela sociedade deixa invisível a percepção da sexualidade com uma multiplicidade de combinações.

Para pensar a paternidade no universo homoerótico, a partir das leituras de Butler (2007; 2010), é imprescindível levar em consideração a grande contribuição quanto aos debates sobre a dicotomia sexo versus gênero e as fronteiras de homens e mulheres, que não necessariamente implica o gênero masculino ou feminino. “O corpo não é um lugar sobre o qual uma construção tem lugar, é uma destruição que forma o sujeito” (BUTLER, 2007, p. 147). Se formação desse sujeito implica a subordinação e a regulação do corpo, podemos pensar que a produção do pai-homossexual aparece entre fronteiras das diferenças de gênero e do substrato heterossexual, cujo poder qualifica as diferenças sexuais para a procriação.

A categoria gênero, portanto, é pensada como construção social do sexo anatômico e compreendida nas relações que as representam, sobretudo quando se constrói essas relações entre as pessoas, sejam elas de sexos opostos ou do mesmo sexo; como se constroem os estereótipos ou ideias sobre indivíduos ou grupos. Redimensionar a pesquisa aos sistemas de relação de poder baseados nos papéis e identidades que homens e mulheres ocupam no contexto social significa levar em consideração o lugar em que os atores da pesquisa estão inseridos no contexto social.

Na obra *Gênero, patriarcado, violência*, Saffioti (1987; 2001) abrange o debate por categorizar o gênero como possibilidade de estar a serviço da opressão, como também das relações igualitárias nas relações sociais. O conceito de gênero toma uma dimensão maior do que o próprio termo patriarcado, por acompanhar a humanidade desde a sua existência, enquanto o patriarcado responde a um período histórico que atende a um capitalismo burguês, alimentado por desigualdade e opressão entre os sexos.

Debates ligados a gênero, portanto, se instaura no processo das ordens epistemológicas atravessando territórios disciplinares ou quando se instauram diálogos entre movimento social e a academia. Com o estudo gênero, deste modo, o debate expande para áreas mais plurais onde heterogeneidades e singularizações nas classes sociais contrapõem-se a saberes universais. A ponderações sobre o patriarcado enriquece a pesquisa quanto ao nascimento dos comportamentos homofóbicos na sociedade, que variam desde a violência física, da agressão e do assassinato, até a violência simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que não

gostaria de ter um filho, um colega ou um aluno homossexual. Nesse sentido, estudo de gênero enquanto ferramenta teórico-metodológica ajuda a compreender os modos de significação do masculino, que toma o chamado sexo biológico como referência, bem como suas variações e possíveis alterações.

Como explica Kartz (1996), a linguagem é uma ferramenta importante da qual nos apropriamos para construir os diferentes conceitos de sexualidades. A princípio, sexo e gênero aparecem como sistemas dentro de uma ética baseada na procriação. Relegam-se as relações sexuais não reprodutoras a um nível secundário e delimitam-se as identidades sexuais como resultado das condições construídas pela cultura em relação ao fator biológico, normatiza-se institucionalmente a heterossexualidade e estigmatizam-se as identidades sexuais não hegemônicas.

O debate teórico sobre sexualidades na incursão do desejo defendida por Gagnon (2006) motiva considerações sobre as adequações e readequações das quais são roteirizados os níveis de sexualidades nas conjunções sociais. “Uma interpretação do desejo” ao retratar os roteiros sexuais não os localiza como experiências concretas, mas como expectativas de projetos ou mesmo fantasias sexuais. Segundo o autor,

Qualquer vida de um gay ou uma lésbica, feliz ou infeliz, assumida ou enrustida, é uma vida que foi criada e preservada, às vezes por um preço muito alto, num mundo dominado por heterossexuais e homófobos (GAGNON, 2006, p. 165).

A partir da ideia de roteiros, as condutas sexuais são organizadas e subjetivadas o interior da rede de interações. Gagnon (2006) no debate, salienta a importância da identificação e compreensão das regras culturais explícitas e implícitas que estruturam as práticas e comportamentos sexuais. Adverte que as preferências eróticas pelo mesmo gênero são simples artefatos culturais, vulneráveis às mudanças no curso da vida de cada ser humano.

Em análise a essas formas de aferição do liame biológico, o estudo sobre “corpo e sexualidade”, trabalhada por Weeks (2007), reforça os caminhos da pesquisa, quando ratifica que a sociedade, em si, não está preocupada com as origens dos termos heterossexualidade e homossexualidade, mas como a cultura privilegia uma e marginaliza a outra. Nesse contexto, pude constatar a circulação de discursos que advogam a naturalização paternal homossexual, em relação à participação no

cuidado do filho, assim como no que diz respeito às novas técnicas reprodutivas, na medida em que põem em cheque os tradicionais atributos do homem. Importante observar que, em 2010, o Conselho Federal de Medicina (CFM) regulamentou as técnicas de reprodução assistida e abriu a possibilidade de casais do mesmo sexo usarem os avanços da medicina reprodutiva e terem filhos biológicos.

O mesmo Conselho Federal que regulamenta o material genético da reprodução assistida ou da “barriga de aluguel”, corretamente chamado de útero de substituição ou doação temporária do útero, torna o sistema complexo, em relação ao desejo de paternidade dos homens homoafetivos, em virtude dos bancos de óvulos terem filas de espera, mas, sobretudo, segundo o Conselho de Normas Éticas, as doadoras temporárias do útero precisar pertencer à família da doadora genética, num parentesco até o segundo grau, sendo os demais casos sujeitos à autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM).

A literatura especializada tem abordado um fenômeno denominado como “novas formas de paternidades”, convidando pesquisadores a repensar e discutir os conceitos de masculinidade. As “novas formas de paternidades” incitam compreender as concepções biológicas do sexo anatômico-fisiológico como âncora do sexo ideológico fabricado simbolicamente na seara do poder, em que são criados comportamentos admissíveis para dar ao homem valores viris e status moral em relação à mulher. O Mito da Masculinidade (NOLASCO, 1995) passa a ser um dos subsídios para entendermos a paternidade, por evidenciar uma sociedade patriarcal onde meninos e meninas crescem sob a crença de que mulher e homem são o que são por natureza; ou seja, os modelos biológicos são validados na definição celular de tal forma que o fator reprodução natural passa a ser sinônimo da expressão “homem de verdade”.

As posições críticas em relação aos procedimentos de objetivação das práticas sexuais e dos valores a elas relacionados advogam que as pesquisas sociológicas sobre sexualidade, no cotidiano dos grupos sociais, o “mito da masculinidade”, possuem cumulativas regras e roteiros, sendo o sexo e o prazer englobados por uma moralidade a partir da teia de significados e relações sociais que os sustentam em um determinado contexto. Portanto, do ponto de vista das Ciências Sociais, é importante pensar o lugar social e simbólico do corpo, como território de identidades e os impactos que podem ter

na redefinição desse lugar. Os valores básicos que estruturam a sociedade – das hierarquias de gênero à organização familiar.

No segundo capítulo destinado ao debate sobre família e projetos de vida, trago para discussão as construções familiares nos projetos de vida dos jovens homossexuais. As “novas formas de paternidades” desmistificam o discurso do homem como mero provedor, quando se refere à sua participação mais efetiva no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com os filhos, dando crescente visibilidade da figura do “pai cuidador”. A figura do homem-homossexual, que atuava como a negação da imagem do homem-pai normativo (TARNOVSKI, 2002), sofre uma nova interpretação das possibilidades e manutenção capital simbólica de masculinidade. A própria noção de experiência paternal não é mais possível ser generalizada para os heterossexuais, dada a ancoragem em teias de significações sobre a conquista dos homens homoeróticos e suas articulações na conquista por direitos que navegam para além dos contatos corporais entre pessoas de sexo oposto. A reprodução assistida gera esse novo repensar para as novas configurações familiares, desvinculadas de seus paradigmas originários, onde se alocam casamento, sexo, procriação.

Durante a trajetória, o afeto é considerado como a base das relações de intimidade, dando origem a uma pluralidade de formas familiares. Mas, do ponto de vista social, a família ainda se caracteriza por uma cooperação entre os sexos e das relações de plena reciprocidade da educação das novas gerações. O debate sobre família, apesar de ser uma realidade simbólica que proporciona experiências no nível psicológico e social, bem como orientações éticas e culturais, assume o lugar do indispensável exercício de conviver, tendo como base as relações de familiaridade e, como ponto de referência, as exigências elementares, sendo elas domínios relacionais, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação que vão além do apoio mútuo e da proteção.

Na relação mãe-filho, é importante perceber a conexão não somente física que se estabelece a partir da gestação, mas com a intensidade afetiva que se edifica por toda a existência. Mesmo os filhos sendo homossexuais, isso é bastante observado nos discursos quando as mães vão à escola. No primeiro momento, a posição sexual do filho vem recheada de aborrecimento e agressividade, entretanto, num segundo momento, depois de chorarem e se culparem, produzem uma rede proteção para os mesmos. Nesse momento, é possível observar a força do vínculo materno, quando se deixam levar pela afetividade – base organizadora da vida

psíquica na relação mãe-filho. Diferente é a relação pai-filho. Mesmo nas famílias menos abastardas economicamente, o pai assume a autoridade moral e tece critérios que regulam a vida do filho no âmbito familiar e fora dele. Uma relação de conflitos, marcada pela ambivalência e por fatores radicais quanto à posição sexual do filho.

É relevante ressaltar a participação dos avós na vida dos jovens, onde muitas vezes desempenham o papel de pais na ausência destes. Como se envolvem com os problemas dos netos na atenção, cuidado e educação. Um dos jovens que participou da pesquisa tem como realidade de ambiente familiar a casa dos avós, onde ainda permanece convivendo. Observa-se, com isso, que os avós estão se tornando cada vez mais responsáveis por cuidar dos netos, uma vez que os pais precisam se dedicar ao trabalho profissional para manter a renda familiar, ou vieram a falecer por múltiplos fatores, incluindo o fator violência.

Na parte de discussão sobre educação sexual, procuro identificar as fronteiras educacionais entre sexo, sexualidades e gêneros na escola. Um debate que não difere muito da representação da família. Louro (2007; 2010) vê a escola como espaço que se serve de símbolos e códigos que definem modelos que naturalizam os sexos como pressupostos de sexualidades. As diferenciações de gestos, identificações e representações são marcadas pela desconexão do corpo biológico em relação ao corpo social. Para se estudar a paternidade no contexto da educação escolar, é preciso que “[...] se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 2010, p. 21).

A anatomia do corpo atravessa de maneira sutil as disposições físicas e os sujeitos nela constituem suas identidades, sem que para isso se atente para a posição sexual, comportamento e desejo. Os pressupostos teóricos de estudos sobre gênero e educação se apresentam de forma importante para compreender, através da educação escolar, as centralidades e mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo sexual para a organização da vida social, com atenta crítica a uma política do conhecimento e da diferença, considerando as práticas e conhecimentos variados que organizam a sociedade como um todo, incluindo a sexualidade dos corpos, desejos, identidades e relações.

Autores como Junqueira (2009; 2010), Louro (2010) evidenciam que nas escolas os processos pedagógicos e curriculares produzem e alimentam a homofobia,

especialmente entre meninos e rapazes, solicitando que estes deem mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas (não raro, acionadas como recurso didático) constituem-se poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade, são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam “marcados” como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998), documentos propostos pelo Ministério da Educação (MEC), tornaram-se um dos subsídios relevantes para a pesquisa, quando através do tema transversal orientação sexual excluem questões de desejo, afetividade e sexualidades. A sexualidade é descrita sob o ponto de vista biológico e atrelada às funções hormonais. Neles, estão inscritos um conjunto de signos criados no mundo social condicionado a papéis e comportamentos adequados aos fatores determinantes heterossexista.

Na pedagogia da sexualidade, a violência consentida disciplina, produz gêneros, aprova ou reprova corpos. Segundo Louro (2007), desde cedo meninos e meninas aprendem piadas e gozações, apelidos e gestos para se dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem. O propósito da escola é a produção de homens e mulheres “civilizados”, capazes de viver em coerência e adequação na sociedade. Aqueles e aquelas que se percebem com desejos distintos da heterossexualidade são segregados. Na nossa sociedade, isto é mais forte para o masculino, onde as expressões de amizade e afeto são mais controladas e vigiadas.

Por fim, há as considerações finais sobre a pesquisa, apresentando as indagações finais sobre o objeto de estudo. As reflexões são evidenciadas através de declarações que contrastam com as transformações sociais que dão visibilidade à crescente liberdade e expressão sexual. Se por um lado existem declarações que naturalizam a igualdade de direitos nos novos arranjos familiares, por outro se percebem discursos que fortalecem o preconceito e a intolerância e incitam a condição de inferioridade e anormalidade projetada a uma identidade baseada na lógica do heterossexual.

2 METODOLOGIA

A pesquisa explora o universo masculino homossexual, o sentido do homem-pai, "Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte [...] juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens" (NOLASCO, 1995, p. 151). Evidencia-se a constituição social na distinção dos papéis que são atribuídos ao homem e à mulher, por meio de representações de gênero no que tange às atribuições do masculino e do feminino, a partir da concepção das diferenças sexuais. Explora, através da voz e das expressões dos entrevistados, os discursos construídos através do fator biológico para as identidades que o corpo pode assumir e as representações de gênero e sexualidades que o ser humano pode experimentar, não tendo o masculino-homem e o feminino-mulher ou heterossexual e homossexual puros como verdades absolutas.

A metodologia adotada no presente trabalho prevê uma apreciação de informações e coletas contextuais com base na Teoria das Representações Sociais (TRS) cujo objetivo é analisar a paternidade a partir dos discursos dos jovens homossexuais em seus projetos de vida familiar e indagar sobre suas construções. São jovens negros, apesar que durante a escrita do projeto não se delimitar questões étnicas-raciais. Entretanto, durante a pesquisa, eles se constituíram a população pesquisada, que habita em bairros populares na cidade de Salvador, cujo índice de violência física, psicológica e moral à pessoa homossexual é acentuada. Ainda estudam - alguns na educação básica-, outros ingressaram nas faculdades públicas e particulares. Internalizam expectativas sociais e familiares, conjugam desejo por realização profissional e bem-estar, sonham com um futuro brilhante para si. Por outro lado, mapeiam o campo das significações que envolve suas sexualidades e as cadeias discursivas de diferenças sociais implicadas em processos de exclusão, estratégias de divisão marcadas pelas hierarquias e por diferentes escalas valorativas dos sistemas de categorização.

Trata-se, portanto, de considerar o modo como os jovens representam a família e constroem significados traduzidos na apresentação do filho em suas vidas, a partir das experiências do dia a dia, no mundo que os envolve fora e dentro do

mundo privado. Este não contém somente características físicas e concretas, mas sobretudo uma enorme diversidade de códigos e significados simbólicos que impõem demandas e uma série de prescrições nas quais eles criam campos de exercícios da individualidade e da sociabilidade dos desejos.

Considerando Moscovici (2007), procuro compreender o universo consensual onde são criados os processos de ancoragem e objetivação que circulam no cotidiano dos jovens que participaram da pesquisa. A ancoragem integra o objeto representado a um sistema de pensamentos preexistentes e, com isso, são sempre complexos e “[...] dependentes de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI, 2007, p. 213). “A objetivação como a passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas, os quais, pela generalidade de seu emprego, se transformam em ‘supostos reflexos do real’” (MOSCOVICI, 2007, p. 289).

No processo, o objeto entra em uma série de relacionamentos e de articulações com outros objetos que já se encontram nesse universo dos quais toma propriedades, ao mesmo tempo em que lhes acrescenta as suas. São aspectos figurativos e simbólicos dentro das dimensões psíquicas, afetivas e sociais, onde há o esforço e a necessidade humana de lidar com o real, o subjetivo e o familiar. Através da objetivação, o sujeito descortina o visual que lhe é abstrato e, ao estruturar o pensamento sobre um determinado objeto, registra uma situação vivenciada.

Por Jodelet (2011) amplio o sentido de objetivação assinalando a tensão imanente entre o lado estruturado e conservador, onde estão inseridas as informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos, entre outros, e o lado estruturante e subversivo. As duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a naturalização e a classificação. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, enquanto a naturalização coloca e organiza as partes no meio ambiente, introduzindo, por meio dos seus cortes, uma ordem que se adapta à ordem preexistente.

A ancoragem possibilita que o sujeito classifique o que vê. O desejo de defini-lo como familiar ou exótico se personifica. No processo as tendências são classificatórias, tanto pela generalização, como pela particularidade; desse modo as definições são geradas por atitudes específicas, ou seja, o desejo de definir o que é normal ou aberrante, sadio ou patológico. Faz-se relevante pensar o construto do

desejo estando em diálogo permanente com o afeto. Pela teoria de Moscovici (2007), é na ancoragem que as representações assumem o caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através do "filtro" do indivíduo ou do grupo, que poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento. Comporta a integração do objeto representado no sistema do pensamento preexistente e às transformações decorrentes. A mediação entre a pessoa e o seu meio e entre outros membros de um mesmo grupo é o processo que não se possa identificar como tendências, por não serem objetos "sólidos" cujos significados uma vez construídos se transformam numa essência estática e imutável. Pode-se considerar códigos, linguagens comuns servindo-se para classificar os indivíduos e construir tipos nos quais os outros sujeitos e os grupos são avaliados e posicionados.

Assim, na relação da família e da educação com o afeto, por exemplo, expressa-se a importância de considerar a multiplicidade de valores, a história pessoal e a posição do sujeito em seu entorno. O afeto circula nessas áreas e abriga representações simbólicas que nomeiam as produções de prazer e desprazer. O afeto, portanto, se constitui o modo de relação dos sujeitos e suas relações transferenciais, que vão desde os sentimentos mais agradáveis aos mais insuportáveis. Isto denota compreender como a inserção real das significações de paternidade para esses jovens vem carregadas de componentes políticos, no aspecto do poder que os valores, tradições e imagens dessas duas instâncias com as demais que estão aos seus entornos podem exercer sobre eles, tornando seus discursos, em determinados momentos, amálgamas de outros discursos.

Em contrapartida, esses mesmos sujeitos são capazes de agir, de posicionar-se e dar respostas sem anular o seu pensamento individual quanto aos seus projetos de vida. Os vínculos que se estabelecem em torno do projeto de paternidade podem traduzir-se numa escolha, a qual é orientada por experiências e valores representacionais. As representações sociais oferecem uma rede de significados e permitem atribuições de sentidos aos sistemas de categorização; mas, de acordo com Moscovici (2007), estes sistemas estão atrelados aos códigos cognitivos, sobretudo, aos vários modos de pensamento existentes no mesmo indivíduo. Assim, numa coexistência dinâmica os indivíduos se informam e se representam.

Tomando o campo escolar como referencial por ser um ambiente social e de formação do sujeito que abriga representações e simbolizações de apreços e

desafetos, o processo ensino-aprendizagem é carregado de comiserações que se enlaçam de forma contínua, constituindo-se, na visão de Ornellas (2005, p. 233), como “[...] um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções e sentimentos acompanhados, em certa medida de dor ou prazer [...]”. A educação, portanto, permeia através da aventura do saber a aprendizagem não só acadêmica, mas, sobretudo, aquela imbricada no seu cotidiano, no qual o estudante sacia o afeto politicamente implicado no social.

Na função de educadora, à pesquisadora é fácil observar o encantamento dos pais, por exemplo, quando os filhos, ainda adolescentes, se envolvem emocionalmente com alguma colega. O discurso é comum: “o meu filho está vivendo, professora, o seu papel de macho”. Mas, quando o envolvimento do filho se dá com algum colega, a preocupação é sempre a mesma, o “evitar”. O primeiro discurso é que o filho está passando por algum problema psicológico, ou se envolvendo com más amizades. Procuram a escola na tentativa do “evitar”. Nesse momento a família não entende que aquele jovem, como os demais da sua faixa etária, fez uma escolha natural da sua sexualidade, e que esta não o impede de ter uma vida sadia e reprodutiva. Entendem apenas que precisam dar respostas satisfatórias aos parentes e à sociedade, na esfera do cuidar, garantir a sobrevivência e proteção integral dos filhos. Torna-se, então, evidente que consideram a homossexualidade como uma patologia.

A escola, por sua vez, internaliza a preocupação dos pais em relação à sexualidade das crianças e jovens que nela adentram e no processo de construção e desenvolvimento cognitivo, afetivo e intelectual dos sujeitos. Ela assume mecanismos de aprendizagem que procuram dar respostas organizadas e concretas em relação à sexualidade, pautada em crenças e valores oriundos de trajetórias singulares; sobretudo aquelas inscritas em contextos culturais e históricos determinados. Mas, infelizmente, desde cedo, inicia-se na escola uma série de normas, regras e preferências que serão ditadas pela sociedade, diferenciando claramente o que se espera de um menino ou de uma menina em termos de papel social e sexual. São regras sobre a diferenciação de gênero, que deverão ser internalizadas pelos estudantes para que possam ser aceitos pela sociedade como indivíduos masculinos ou femininos.

No campo familiar, reforça-se a predisposição psíquica dos sujeitos. A família é o ponto de encontro entre experiências individuais e vínculos interpessoais, ordena atitudes e opiniões. Admite-se ser uma instituição que garante não somente as

relações psicoativas, mas, sobretudo, interdependência econômica com a sobrevivência e os critérios da reprodução biológica e social, bem como a formação da personalidade e a vivência de valores. Nela estão centrados os aspectos da vivência psicoativa e da moralidade comportamental dos seus indivíduos, bem como problemas centrais que giram em torno da falta de diálogo e da agressividade. Os modelos que surgem estão muito vinculados ao modelo tradicional, e vivenciam a crise do padrão patriarcal e nuclear burguês, apesar de darem novos significados ao conceito de família na contemporaneidade; seus membros convivem com a insegurança frente às novas realidades que moldam a estrutura familiar.

É necessário, nas interfaces da família e da escola, levar em consideração o “[...] mapa das relações e dos interesses sociais [...]” (MOSCOVICI, 2007, p. 27), que estão em jogo nas imagens, informações e múltiplas linguagens dos sujeitos. São construções seletivas em que as crenças e as ideias a respeito do objeto estão representadas e sofrem, por conseguinte, todo processo de seleção e descontextualização. Os esquemas constituem conceitos organizados por forma e padrão de relações estruturantes, em que o não familiar torna-se familiar. Isso nos leva a pensar que os sujeitos, ao pensar qualquer objeto, o situa na sequência da objetivação e o define por seu universo mental, através das suas próprias experiências e por esquemas de pensamento já estabelecidos.

O contato do pesquisador entre a novidade e o sistema de representações preexistente em relação ao objeto é a fonte de duas ordens de fenômenos, de alguma maneira em oposição. Para os teóricos da linha das representações sociais, a “familiarização do estranho”, junto à ancoragem, faz com que prevaleçam meios de pensamentos antigos, arrumados aos já conhecidos. A predominância de posições estabelecidas, acionam mecanismos gerais como classificação, categorização, denominação e procedimentos que obedecem uma ordem específica. Compreender o novo é também apropriar-se, classificar no familiar o que deve ser explicado de uma maneira familiar. Para Moscovici (2007), importante é o lugar que as representações ocupam na sociedade e como as pessoas podem criar experiências sociais significativas e os modos pelos quais estes tentames podem, por sua vez, manifestar-se em ações sociais. Neste caso, a sociedade é vista como um sistema de comunicações interpessoais significantes, onde os sujeitos sociais criam permanentemente dinâmicas de interações. São nos comportamentos externos e nas

atividades internas que os sujeitos constroem o “eu” e o “outro”. Na ausência do outro, o sujeito não se constrói. Dentro dessa perspectiva, o ser humano não carrega, ao nascer, características que desenvolverá por toda a vida.

Todo processo comportamental é fruto da dialética entre o sujeito e a sociedade ao seu redor, o que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoal significativa. Na interpretação de Jodelet (2011), é possível apreender e esposar o espírito e as tendências da vida social que repercutem nas experiências subjetivas dos sujeitos. Elas trazem o caráter transversal e o diálogo interdisciplinar que permitem acender ao universo simbólico e encontrar os processos de atribuição de sentido, de significações e ressignificações da realidade social. A partir das representações sociais é possível perceber que as relações múltiplas entre as ciências sociais e humanas funcionam em colaboração e coordenação em torno de temas nos quais a noção de sujeito, ativo e pensante ocupa um lugar central. “Os determinismos econômicos. Os condicionamentos sociais, os modelos positivistas ou o dogmatismo da ‘virada linguística’, buscou-se recursos em modelos interpretativos” (JODELET, 2011, p. 24).

O processo de desenvolvimento psicológico do sujeito segue a sua origem em linhas diferentes: o processo elementar, de base biológica, e o processo secundário, de base sociocultural. Assim, a representação social passa a ser vista com um processo dinâmico construído pelos atores, de modo que estes podem interpretar o mundo que os cerca e com o qual interagem. Isso significa que as ações sociais não podem ser capturadas no decurso de uma lógica casualmente estabelecida a partir de uma ordem de fatos externos e fixos. A ordem dos fatos sociais e o sentido das ações estão sujeitos às mudanças, e cada ato pode ser considerado a partir de um novo perfil.

Todo organismo é ativo, estabelece uma interação entre as condições sociais, que são mutáveis e a base biológica do comportamento humano. Portanto, é observável que o ponto de partida está edificado nas estruturas orgânicas elementares psicológicas determinadas pela maturação do meio social em que o sujeito está inserido. Assim, durante toda a pesquisa procuro descrever um grupo social através de cuidadosos processos subjetivos e como este interage com o meio. Sinalizo as estratégias cujas ações entre os sujeitos e a validação externa a determinados comportamentos são baseadas em atuações de organizações sociais, valores morais tradicionais estabelecidos por instituições, como a família e a escola,

numa dinâmica plural de interpretações que os próprios indivíduos fazem do mundo em que vivem e sua inter-relação com os outros, compartilhando sentidos e significados sob a forma de compreensão e expectativas comuns.

Acredito ser um caminho propício para entender como funciona os sistemas de referências que os jovens utilizam ao traçar entre os seus projetos de vida aquele ligado à construção de uma vida familiar, bem como interpretam nas suas realidades cotidianas a paternidade, partindo da ideologia e do imaginário da homossexualidade, como elemento essencial à análise dos mecanismos que interferem na eficácia dos projetos de paternidade. Um traço fundamental do fenômeno encontra em Jodelet (2011) a ubiquidade, ou seja, como ele se articula ao plano individual, à dinâmica da subjetividade, ao plano social, aos discursos que armam a intersubjetividade. Ligados aos papéis e lugares ocupados por homens e mulheres na estrutura social, esses jovens vivem e interagem por meio de uma comunidade de experiências vividas, um estado de coisas que evidenciam situações que explicam condutas e resistências.

Teórico-metodologicamente, as representações sociais propõem o deslocamento do estudo dos comportamentos humanos da esfera da clínica psicanalítica, o mundo apenas da ciência, para o mundo institucional, do senso comum, de modo que as análises das implicações deixam de se reduzir à mobilização provocada pelo analista, e passam a envolver registros múltiplos e heterogêneos, ligados a diferentes dimensões da experiência do sujeito. Como sublinha Moscovici (2007), a absorção da ciência pelo senso comum não torna o saber científico vulgar, mas cria formas de adaptações a outras necessidades de conhecimento, não deixando de obedecer a critérios e contexto específicos do universo científico. A paternidade silenciada entre os jovens homossexuais dessa pesquisa, pode ser considerado um fenômeno representativo que se caracteriza pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações entre o desenvolvimento das ciências e a mobilidade social.

Diante do esboço de Moscovici entre a ciência e o senso comum para a explicação dos fenômenos sociais, procuro em Bourdieu (1997) o aparato teórico-metodológico, no âmbito na análise relacional, em verificar as possibilidades de tais ações. De acordo com os seus postulados, o objeto científico é, sobretudo, romper com o senso comum, com as representações partilhadas por todos. Construir o objeto supõe que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática. Para o real, é relacional e precisa ser pensado como tal. É preciso pensar o espaço social em que

os agentes e os grupos são distribuídos em função de sua posição, formado por estruturas objetivas como um campo de força ou de lutas, onde “os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição no campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p. 50).

Para isso, é preciso apreender as necessidades específicas da crença que os sustenta, o jogo de linguagens e o material simbólico que estão em jogo. Tais análises estão legitimadas na história entre as posições sociais, as disposições e as tomadas de posições, ou seja, “as escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática. Assim o princípio relacional assinala a propriedade que só existe em relação a outras propriedades. São distintas posições e coexistências exteriores umas às outras. Desta forma as relações e as diferenças tendem a organizar o espaço social de estilos de vida, que ele denomina de *habitus*. Bourdieu (2002) retrata nas sociedades dois princípios de diferenciação que se relacionam intensamente: o capital econômico e o capital cultural. Entre eles há o terceiro elemento, o capital simbólico, conhecido e reconhecido como algo óbvio; a partir deles os agentes determinam o poder, impõem a visão do mundo por meio dos princípios de divisão, que orientam as relações de força em proporção ao reconhecimento do grupo a que pertençam.

No campo das identidades, por exemplo, evidencia-se ser uma “[...] lógica propriamente simbólica da distinção, em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido como diferente” (BOURDIEU, 2002, p. 129). Isto implica reconhecer os princípios, os objetos, as regras, os bloqueios e os interesses que definem a lógica de ser diferente. As tomadas de posição é que vão vivificando o princípio da realidade ou de pertença, ocupando, assim, uma posição na estrutura da distribuição do capital simbólico específico e dispendo de autonomia para tomar decisões. O sentido de pertencimento não reside nem na consciência, nem nas coisas, mas nas relações entre dois estados do social. Para Bourdieu (2002), a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social.

Através do capital simbólico são percebidas as categorias, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, que são em parte produto da incorporação das estruturas objetivas. Os campos de pesquisa, a que o autor chama a atenção, são produzidos sob o ponto de vista do interesse, que deve descobrir e transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes em coerentes. No campo das representações é preciso reconhecer o que os agentes têm do real e

compreender quais as contribuições que as novas ideias vão dar à transformação da realidade dos sujeitos.

Além das posições assumidas por Moscovici e Bourdieu, retorno às contribuições de Jodelet (2011) a fim de observar o plano epistemológico da teoria das representações sociais centrada em processos puramente interindividuais. Pelo viés da comunicação social e da triangulação ego-alter-objeto, a autora propõe um novo olhar psicossocial sobre a relação com o outro. Considera os estados em que se inscrevem a prática e a ação e a reintrodução dos fenômenos representativos à ordem da cultura e da história. Chama atenção para o plano empírico e as vantagens de associar dispositivos metodológicos específicos e modelos particulares para o tratamento da noção de representação. De acordo com a problemática da pesquisa, é possível utilizar técnicas qualitativas e quantitativas, mas adaptando-as à construção e à exploração do objeto, constituindo-se numa simbologia que carrega marcas da expressão e nova interpretação dos novos fenômenos que surgem durante a pesquisa.

É possível observar que diferentemente das Ciências da Natureza, com seus métodos experimentais que podem apresentar verdades incontestáveis acerca do sentido dos fatos, as Ciências Sociais e Humanas não se envolvem apenas nas relações objetivas em termos de lógica situacional, por considerar que o estudo do comportamento humano não requer uma experimentação ou comprovação objetiva do elemento em questão, apesar de algumas informações estatísticas relevantes são coletadas durante a uma pesquisa. Todavia, os resultados não são avaliados pela eficiência na solução, nem pelo valor de quantidade em si, mas pelo progresso das construções teóricas que permitem interpretar os dados, compreender como se dão as interações entre indivíduos enquanto construções discursivas que se relacionam nas esferas sociais e ideológicas.

A partir dos anos 60, com o aumento do interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico, vemos florescer a preocupação com explicações as quais recorrem às noções de consciência e de imaginário. Para Jodelet (2011), é na década de 70 que as representações agem como operadoras da constituição e transformação das sociedades através das pesquisas realizadas por antropólogos e sociólogos. Os historiadores também a utilizam buscando compreender as dimensões materiais e sociais dos sistemas sociais. Na década de 80, com o abandono das grandes narrativas e a emergência de novas correntes de pensamento ligados à condição pós-

moderna, os historiadores reabilitaram da noção de representação a necessidade de retornar à ideia de sujeito ativo, pensante, sobre os vínculos e as representações coletivas que compõem a micro história.

É no corpo das organizações que se codificam os grupos humanos através dos valores, das técnicas e dos sentidos ligados às crenças e sistemas religiosos. Um mundo legado pelas transmissões vindas do meio, da educação, das instituições. O imaginário recai sobre o caráter simbólico na atividade representativa de sujeitos que partilham uma mesma condição ou experiência social, servindo-se de códigos e interpretações fornecidas pela sociedade, que projeta valores e aspirações sociais. Não se trata aqui de postular os conteúdos representacionais construídos em tempos históricos distintos, mas refletir sobre a existência de estruturas de pensamento que orientam tais conteúdos, entender como as ideais são apropriadas de outros momentos e remodeladas de acordo com a problemática contemporânea, assim como o sujeito social transforma o que é estranho em familiar.

As representações sociais apoiam-se em valores variáveis, reiteradas de significações, saberes anteriores, ideologias e valores culturais que sustentam “[...] um estado de conhecimento científico, quanto à condição social e a esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo” (JODELET, 2001, p. 21). Por serem ativas, agem na vida social servindo como guia aos mais diferentes aspectos do cotidiano humano, principalmente no que diz respeito à maneira como os indivíduos compreendem, administram e enfrentam as adversidades diárias. Tomando como referencial as significações de paternidade para os jovens homossexuais, posso afirmar que o modelo familiar tradicional nuclear e o papel do pai provedor ainda é muito representativo em suas vidas, apesar de que em seus discursos há um investimento maior em projetos profissionais, o filho deve ser envolvido com o cotidiano das tarefas relativas aos gêneros e aos cuidados.

A paternidade, portanto, deixa de ser compreendida como uma caracterização homogênea para o seu exercício, apesar de que, em algumas passagens, sinalizam conflitos em relação à problemática quando acreditam que ela também pode ser exercida no encadeamento de diferentes configurações familiares. Os jovens da pesquisa atuam com significantes sustentados por regras que fornecem padrão de comportamento coerente com papéis sociais atribuídos ao gênero. A triangulação jovem-gay-pai não possui lados congruentes, são situações com propriedades e

expectativas obtusas. O modelo tradicional do corpo biológico ainda atua com maestria sobre o corpo social em relação aos sexos e à reprodução da espécie.

Assim, através da Teoria das Representações Sociais, a pesquisa procura explorar o elemento paternidade para um determinado grupo de jovens homossexuais na tentativa de extrair ideias coletivas e individuais imersas no universo dos sujeitos. Na trajetória é possível visualizar as diferentes distribuições de poder e como são reproduzidas pelas diferenças de gênero que geram a heterogeneidade de perfis para os sexos e as sexualidades. As representações “[...] são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada sequência” (MOSCOVICI, 2007, p. 33), que vão pouco a pouco constituindo características próprias ao grupo social a que tais sujeitos pertencem e medeiam suas relações com o meio.

Como sistema simbólico comum a todos os grupos sociais, a linguagem terá, portanto, um papel fundamental na constituição do pensamento, pois é ela quem possibilita a organização do real. O papel da linguagem na transformação do indivíduo biológico em organismo social pressupõe a existência de uma sociedade com capacidades fisiológicas desses organismos individuais. Como retrata Bourdieu (2002), a ideia de representação permite prever uma determinada maneira de agir dos sujeitos; por outro lado, é o lugar do vago e do fluido onde é possível o confronto entre as regras e os arranjos. Nela estão inseridas as dimensões do poder simbólico do conhecimento e da realidade que atuam sobre os sujeitos, como aqueles que pensam, conhecem, desejam e tem vontades que se reflitam na estrutura social, conservando-a ou modificando-a. Instrumento por excelência de integração que torna possível obter o consenso acerca da acepção do mundo social, o qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante.

A outra opera na estrutura social como aquela que se opõe ao conhecimento, ao desejo e à vontade, em outras palavras, a estrutura com a qual o sujeito se depara quando vive em grupo e que se constitui antes mesmo de sua existência quando são determinadas as regras e normas de ação moral que devem orientar a ação e todos os dispositivos de coerção individual e coletiva, ou seja, “[...] os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural) e as estruturas estruturantes, ou seja, a concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 2002, p.8). Portanto, em cada situação da vida cotidiana estão à disposição diferentes

situações que se acomodam a novas realidades de acordo com o grau de codificações em que estão inseridas.

Não posso deixar de registrar a existência da “violência simbólica” que se define no contexto pela “crença” e legitimidade daqueles considerados dominantes que exercem o poder sobre indivíduos e grupos considerados subordinados, “[...] por intermédio da homologia entre o campo da produção ideológica e o campo das classes sociais” (BOURDIEU, 2002, p. 12). Através de mecanismos sutis, os indivíduos veem como naturais ideias dominantes e através de bens figurados e outro inscritos nas estruturas do pensamento e do corpo, elaboram suas trajetórias e reprodução social.

Imersa no conjunto heterogêneo, múltiplo e difuso dos discursos que atuam suturando peça por peça elementos estranhos entre si, um regime de verdade sobre a paternidade que engendra os campos da ciência e de senso comum, vou aportando nas estações que retratam, a partir de uma rede que engloba a família, a escola e a construção de identidades sexuais e de gênero, as demarcações da paternidade traçadas pelos jovens homossexuais que fizeram parte dessa pesquisa. Na análise de todo o processo, levo em consideração as condições de produção e reprodução que os sistemas sociais constroem para o fenômeno, a função e a ideologia construída para as sexualidades, além dos mecanismos de poder e luta dos jovens que se sobrepõem ao imaginário social na dicotomia relacional entre homossexualidade e paternidade.

2.1 ORGANIZAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA

A despeito de estudos sobre referencial teórico, o modelo que se mostra mais adequado é o qualitativo, por abarcar significados que os sujeitos atribuem às suas experiências pessoais e coletivas. De acordo com Minayo (2010, p. 47) a pesquisa social pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. No método de pesquisa qualitativo existem diferenças quanto à forma, método e aos objetivos; entretanto, possibilita abranger melhor discussões sobre comportamentos, quando levado em consideração situações e intenções.

Na abordagem qualitativa, existem estratégias de investigação que podem ser utilizadas e que permitem ao pesquisador uma direção mais específica dentro do fenômeno pesquisado. Segundo Creswell (2007), as mais empregadas dentro das ciências sociais são: a etnografia; a teoria embasada; o estudo de caso; as pesquisas fenomenológicas e as pesquisas narrativas. Para essa pesquisa, foi selecionado o estudo de caso, por permitir adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir de uma pequena amostra. Tem origem pela prática psicoterapêutica e pesquisa médica na reconstrução da história do indivíduo ou grupos, cujo objetivo era explicar a dinâmica e a patologia da doença investigada, tornou-se uma das modalidades pelas ciências humanas e sociais.

Hoje, há uma literatura mundial que contribui com posições diversas por considerar uma estratégia de pesquisa com aspectos relevantes para o desenho e a condição de um trabalho científico, um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado ou desenvolver uma análise intensiva de uma situação particular. Segundo Bonoma (1985, p. 203), "é uma descrição de uma situação gerencial".

Lüdke e André (1986) e Triviños (2009) enfatizam as características do estudo de caso como aquelas que partem de alguns pressupostos teóricos iniciais, mas procuram se manter constantemente atentos a novos elementos emergentes e importantes para discutir a problemática em questão. O estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Entretanto, "nem tudo pode ser considerado um caso", pois um caso é "[...] uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas". (STAKE, 2000, p. 436).

Do mesmo modo, Yin (2010) confirma que o estudo de caso é um método de investigação empírica que abrange a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir estudos de caso único e múltiplos, por conseguinte,

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (YIN, 2010, p. 23)

Tais definições ajudam-me a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico, a entrevista em

profundidade e o método experimental. Vale ressaltar que a amostra se realiza em entrevistas envolvendo estudo mais detalhado de um determinado grupo de jovens, que se declaram homossexuais, em bairros periféricos de Salvador, que sofrem algum tipo de discriminação pela condição sexual que assumem no contexto social. O importante é observar que o objeto de análise, nesse caso, “a paternidade”, é um estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular nos projetos de vida desses atores.

Para dar suporte teórico as investigações, recorri a cientistas sociais, como Medrado, Lyra, Galvão e Nascimento (2000), Tarnovski (2002); Uziel (2007); Zambrano (2006); Moris (2008) com teses já estruturadas da situação-problema as quais pude confrontar com as reais situações encontradas na trajetória da pesquisa, revelando, com isso, a existência de outros significados e a presença de novos elementos importantes para análise sobre paternidade no universo da juventude homossexual. Em uma combinação com outras abordagens, a pesquisa traz contributos importantes e ajuda a classificar pormenores no cotidiano desses atores, que passam às vezes despercebidos ou homogeneizados quanto à igualdade de direitos paternais.

Apoiada nos estudos de Yin (2010), fica para a pesquisa uma posição clara da necessidade de aprofundar, através de estudo de caso, a problemática posta, no sentido de compreender como a paternidade para a juventude homossexual pode ser explicada através das representações que constroem os papéis para o macho, a masculinidade e a reprodução; não esquecendo as instâncias complexas e de difícil intervenção que envolve os valores tradicionais da família; nem da escola, com suas *práxis* pedagógicas rígidas sobre anatomia e funcionalidades dos corpos, no exercício da sexualidade e no papel de gênero. Nessa perspectiva teórica metodológica, procurei a construção e a análise do caráter discursivo e dialógico, através dos processos de construção dos significados possíveis a serem construídos sobre a paternidade, nas interações dos diferentes protagonistas envolvidos. Os resultados da pesquisa extrapolam as minhas expectativas e hipóteses, e convida-me a outras situações de investigação, por trazerem novos conceitos sobre sexualidades, gêneros e categorias de tensões dentro do caso estudado. O importante é que, durante todo o processo, procurei concentrar elementos comuns que conduziram a análise no sentido de máxima abstração, apesar de serem advindos de fontes múltiplas.

2.2 PARA A COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada por meio da técnica de entrevista semiestruturada. As amostras (arbitrárias) proporcionaram o entendimento de determinadas situações, sem necessariamente permitir generalizar os posicionamentos quanto ao objeto estudado. A entrevista semiestruturada constitui um processo de interação social, no qual uma pessoa busca informações por intermédio de uma conversa com a outra, assim como combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem possibilidade de falar sobre o tema sem se prender à questão formulada.

Na pesquisa é possível gerar questionamentos estimuladores para os participantes, a fim de falarem sobre a sua compreensão acerca do objeto de estudo em questão. Abriga uma modulação semântica que atrai combinações de tendências que se aglutinam entre a teoria que fundamentará a tese, a representação, e a estratégia para análise de dados – o estudo de caso. Apoiar-se em teorias e hipóteses que oferecem à pesquisa amplo campo de possibilidades, por se referir ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1999). Portanto, há um olhar mais sensível em relação ao sentimento, atitudes e valores subjacentes ao comportamento dos sujeitos; isso significa poder ir além das descrições das ações, das observações ou da pesquisa bibliográfica.

Todo o processo da pesquisa foi realizado em duas escolas públicas: o Colégio Estadual Professor Carlos Alberto Cerqueira e o Colégio Estadual Desembargador Pedro Ribeiro, ambos oferecem o ensino regular fundamental e médio, nos três turnos e a educação de jovens e adultos, na modalidade de ensino fundamental, no turno noturno. Os dois colégios estão localizados no bairro de São Caetano.

O caminho da pesquisa passou primeiro pelo projeto inicial do Comitê de Ética em pesquisa IMES – Fundação FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciência) da Plataforma Brasil, que requisitou a anuência das referidas escolas em duas vias, ficando uma com o pesquisador e a outra com os gestores, documentos em anexo. As escolas selecionadas serviram de base por permitirem, na minha perspectiva como professora que atuou muito anos na área onde estão inseridas, maior amplitude com o público-alvo. Nelas, atuam as relações dos profissionais da educação (professores, direção, coordenação, corpo técnico) e os sujeitos objeto da pesquisa (jovens

homossexuais) – unidades de análise da pesquisa; a dinâmica escolar quanto à questão da educação sexual (interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento) e a relação dos jovens entre si. A escola, nesse contexto, torna-se um dos espaços sociais que ratificam e normatizam as regras e comportamentos multifacetados do ser humano; um lugar de troca de saberes e vivências em que sujeitos constroem e desconstroem relações estabelecidas. A partir da leitura de Hall (2000, p. 108), um lugar onde “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

O contato com as famílias não foi possível, até porque os jovens não demonstraram vontade de que tal caminho fosse efetivado, e por possuírem a maioria civil, o contato das famílias com a escola é menor, em relação ao período em que eles estavam na adolescência. Importante aqui deixar claro que a presença dos pais na escola representa situar comportamentos impregnados de valores e princípios aprendidos pelas gerações predecessoras, muitas vezes com fortes marcas e atitudes autoritárias e repressivas. Portanto, a presença das famílias no ambiente escolar é atuante, quando imprime nos sujeitos, ainda crianças, uma estrutura psíquica do culto à tradição. Nelas fervilham as contradições, proteção e choques de gerações; transforma-se em espaço essencial à produção da identidade social. Vale ressaltar que nessa pesquisa a família não é definida, apenas, pelos laços de consanguinidade, mas sim por um conjunto de variáveis, incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas.

2.2.1 Quem são e de onde vieram os jovens que fazem parte dessa pesquisa?

São pessoas fascinadas pelas tecnologias, a maioria é sustentada pela família, estão, ainda, estudando, mas sonham em ingressar no mercado de trabalho, construir um lugar para si, ou seja, têm projetos de vida. Foram entrevistados onze jovens com idades entre 18 a 29 anos, que vivem em bairros populares de Salvador, como: São Caetano, Uruguai, Fazenda Grande do Retiro e Engenho Velho da Federação.

Importante destacar que o bairro de São Caetano está inserido no subdistrito de mesmo nome (nomenclatura utilizada pelo IBGE) e Região Administrativa III para

a Prefeitura Municipal de Salvador, no Subúrbio Rodoviário da capital baiana. Limita-se ao leste com a rodovia BR 324, ao norte com as localidades da Boa Vista e Capelinha, sentido oeste com o Largo do Tanque e sul com Fazenda Grande do Retiro e Bom Juá.

Localizado no alto do subúrbio, é uma continuação do subdistrito de Santo Antônio, o qual teve suas origens nas antigas freguesias. É um subdistrito de Santo Antônio, porque entre 1943-1947 a prefeitura da Cidade de Salvador realizou o ordenamento do solo, e a cidade foi dividida por distritos e subdistritos, zoneada em diferentes áreas funcionais: a área de Itapagipe como zona industrial e São Caetano como subdistrito de setor residencial operário. A área correspondente ao Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza de Salvador. Teve sua ocupação iniciada pela construção da linha férrea, em 1860; contudo, a área se constitui nos anos de 1940 com muitos loteamentos populares que mantêm importantes manifestações da cultura afrodescendente; o subúrbio tem aproximadamente 500 mil habitantes, de acordo com o último censo do IBGE, em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade.

O bairro do Uruguai localizado na cidade baixa da cidade de Salvador, na Península de Itapagipe, ao norte da Massaranduba e da Enseada dos Tainheiros, ao sul dos Mares e da Calçada, ao leste de São Caetano e a oeste de Roma. É um bairro popular como outros da Península, que surgiu de um processo de invasões de terrenos alagadiços, quando a região começou a ser habitada na década de 1950, em virtude da migração maciça de moradores do interior do estado para a capital atraídos pelo grande número de indústrias de natureza e dimensões variadas na região, como a Souza Cruz, de tabaco, a Johanes Industrial, a Daw Química, a Barreto de Araújo, a Chadler, a Amaral Comércio de Papéis, a Fratelli Vita, de vidros e refrigerantes, Fábrica São João, Fábrica Paraguaçu, Fábrica da Fias, Bhering, Toster e Crush. Ao todo foram cerca de 30 fábricas consolidando o que se poderia chamar de um primeiro Centro Industrial Baiano.

O bairro da Fazenda Grande do Retiro está localizado na altura da BR-324 e é vizinho aos bairros do Alto do Peru, Pitangueiras e São Caetano. O bairro faz parte do miolo onde se concentra uma grande parte dos territórios populares de Salvador. Era a Fazenda Jaguaribe de Cima, também conhecida como Fazenda Grande que junto com a Fazenda Boa União, a Chácara Nogueira, entre outras, compunha a gleba

que começou a ser desapropriada em 1975 por meio de decreto estadual, para ceder lugar aos inúmeros cercamentos com finalidade de construção de moradias populares. Segundo o IBGE, 33% da população de Salvador vive em favelas e, segundo o levantamento, baseado no Censo 2010, a Fazenda Grande do Retiro tem 20.254 moradores. Isso significa que é um espaço social produzido, que se constitui em face de um contexto de desigualdade social e empobrecimento urbano.

Poucas informações consegui coletar sobre o bairro do Engenho Velho da Federação. Como reduto de "quilombolas", sua formação étnica é extremamente negra. Localizado num morro as margens da Avenida Vasco da Gama que o separa do Acupe de Brotas, fazendo fronteira com o Alto do Sobradinho, sendo ainda limitado pela Avenida Cardeal da Silva. Os domicílios estão limitados às encostas e fundos de vales, com trechos de difícil acesso e infraestrutura precária.

São bairros onde se concentram pobreza, alta densidade demográfica e baixos índices socioeconômicos. Jovens que convivem com a violência ligada ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Uma parte da cidade em que a exclusão urbana se dá através do capital imobiliário. Uma população que habita em áreas ilegais ou em espaços invadidos e sobrevivem economicamente como empregados domésticos, do mercado informal, como ambulantes ou estão desempregados.

Um mapa mental foi traçado nesse momento; mostra as múltiplas possibilidades de representatividades juvenis dos sujeitos da pesquisa, nas mais diversas formas conceituais. Os mapas mentais para Petchenick (1995) não são simplesmente arranjos de mapas, vão muito além do que se pode observar através do olhar, soam como se tivessem referência à soma total, por isso, englobam as várias representações que ajudam a interpretar a realidade desses sujeitos.

O primeiro diagrama apresenta o fator socioeconômico, o lugar de onde vêm esses jovens. Aqui, vale ressaltar alguns conceitos de pobreza, quando Soares (2007) evidencia que a pobreza não é um estado social natural, mas o resultado de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, não instituição de direitos e concentração de renda, riqueza, poder e informação. Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais. A pobreza corresponde, igualmente, a um *status* social específico, inferior e desvalorizado.

Importante perceber que, apesar de fatores socioeconômicos considerarem uma população de baixa renda com maior índice de violência e criminalidade, esses espaços são considerados pelos jovens como o lugar de solidariedade, auxílio mútuo entre os seus habitantes. O termo comunidade é percebido por eles como o espaço de pertencimento. Faz parte de uma rede familiar como alternativa para tentarem vencer as dificuldades da precária integração no mercado e na sociedade mais ampla. Uma rede de apoio, por estarem conscientes de que vivem sobre forte tensão, seja com tráfico de drogas, na criminalidade; seja pela própria lógica de estrutura urbana ou pela falta de políticas públicas, mas compartilham experiências singulares.

Momento oportuno para se pensar a situação de desigualdade social em relação à orientação sexual desses jovens, especialmente quando o olhar se dirige aos espaços esmagadores da população negra. Estatísticas oficiais, como IBGE, revelam que 80% da população da cidade de Salvador são formados por negros (pretos e pardos), em que os jovens em particular cultivam um sentimento positivo de etnicidade. Segundo Sansone (2004, p. 119), esse sentimento dá-se em virtude da cultura da juventude se adaptar a chamada "nova cultura negra baiana" que seria caracterizada, em linhas gerais, por estar "centrada na cor e no uso do corpo negro". Estes jovens, dos quais estou tratando, enquanto negros das camadas populares, são também alvos da sociedade de consumo, que tenta cooptá-los pela mídia a utilizarem mecanismos corporais de branqueamento. Percebe-se, nas falas que há, de forma implícita, o desejo de manter o *status*, ainda que estilizado, em forma de ideais de beleza para serem seguidos, reproduzindo, assim, modelos socialmente aceitos.

Moscovici (2011) diz que o indivíduo não é um produto biológico, mas um produto social levado a entrever que existem relações desiguais de poder que produzem uma heterogeneidade de representações. O negro pode ser representado pelo negro heterossexual, cuja emblemática de virilidade está na sua força física, agressividade, violência, grande apetite sexual e pênis potente. Mas há o outro lado da moeda, a negritude pode ser representada pelo negro homossexual, tido como portador de um distúrbio moral com uma acentuada fragilidade nas trajetórias pessoais modelares. Os grupos e os indivíduos são diferentes em relação ao grau de interiorização das normas e as respostas sociais. São nas tensões históricas que se criam pontos de ressignificações

Os jovens dessa pesquisa lidam com a sua negritude com aparente naturalidade; porém, no coletivo, não são vistos como uma representação social positiva, isto porque, mesmo numa sociedade como a de Salvador, são marginalizados, e na maioria das vezes confundidos com ladrões ou assaltantes. Tais reflexos podem ser observados nos estudos de Moscovici (2011), quando aponta que a sociedade, em seu conjunto, conduz normas como resposta e consolida comportamentos transformados em ações sociais ou categorias, ou seja, o que é permitido, o que está proibido, o que está incluído e o que está excluído dela. Cada ação reveste-se de um caráter social ou desviante, segundo o plano no qual esteja classificada; entretanto, encontramos aqui, na pesquisa, os jovens homossexuais, negros, que vivem nos bairros populares, estigmatizados pela representação étnica inferior e negativa da sexualidade contra hegemônica.

2.2.2 Quanto à técnica das entrevistas

As cinco primeiras entrevistas foram realizadas nas escolas do bairro de São Caetano, com jovens cursando a educação básica, no turno noturno, antes do início da primeira aula, às 18h40. Com o consentimento da direção, coordenação e professores dos horários das duas primeiras aulas, esses estudantes eram convidados a participar da pesquisa. À noite, eu só conseguia recolher uma ou duas entrevistas, porque tinha que permanecer nas escolas até 21h20min, em virtude do toque de recolher do bairro³.

Duas entrevistas foram realizadas com jovens já no ensino superior, que estudam na Universidade Federal da Bahia e na Faculdade D Pedro II e vieram das escolas públicas. As entrevistas com consentimento da ouvidoria da faculdade e dos jovens foram realizadas na Faculdade D. Pedro II, localizada no bairro do Comércio.

Quatro entrevistas também foram realizadas no bairro do Comércio, num espaço holístico, na Avenida Estados Unidos, Ed Wildenberg, 4º andar, Comércio.

³ Toque de recolher é a proibição, decretada por um governo ou autoridade, de que pessoas permaneçam nas ruas após uma determinada hora. Geralmente o tráfico de drogas, sediado no bairro determina um 'toque de recolher' durante a noite, de acordo com pessoas que moram, estudam ou trabalham no local. Com o toque de recolher, o comércio e as escolas encerram suas atividades e a população procura não ficar em via pública.

Nessas entrevistas fizeram parte três jovens estudantes da educação básica e um da educação superior. Como os estudantes da educação básica convidados a participar da pesquisa nas escolas citadas trabalhavam na região do comércio, e, às vezes, não frequentavam com regularidade as aulas, sugeri que as entrevistas fossem realizadas na região do Comércio – ponto central para todos. Tal iniciativa contribuía para incluir o jovem da educação superior que estudava em uma das faculdades do bairro do comércio. Após a aprovação dos estudantes e liberação do gerente do estabelecimento para que as entrevistas fossem realizadas no referido ponto comercial. Agendamos para as sextas-feiras, a partir das 17h30min nossos encontros, por ser o dia mais flexível nas escolas, ou seja, os estudantes, geralmente, não iam com regularidade às aulas nesse dia da semana e no espaço holístico, o dia da semana escolhido era considerado tranquilo.

Para as entrevistas foi previamente elaborado um roteiro (em anexo) dividido em quatro blocos: no primeiro bloco, foram geradas discussões sobre conceito sexualidades e gênero e os significados atribuídos às questões de desejo e erotismo, a percepção do corpo homossexual e conflitos em relação a si como indivíduo e ao outro como sujeitos de direito.

O segundo bloco retrata as relações familiares. A família, como objeto de investigação, corresponde perceber como ela interage aos novos comportamentos sociais, como as contradições presentes no discurso social acerca das sexualidades, as expectativas quanto à paternidade, casamento, família, relacionamentos, corpo e escolha homossexual do filho geram conflitos na relação pai-filho, mãe-filho. São pequenos detalhes que são observados quando pais e mães vão à escola conversar sobre o suposto “problema” que esteja interferindo na aprendizagem ou no comportamento do filho na escola, ou seja, “meu filho foi criado para ser ‘homem’ e não ‘bicha’, professora”, ou ainda, “eu sei que é má influência dos colegas, já chamei a atenção, bati ou coloquei de castigo, na minha família não existe essas ‘coisas’”.

Em relação à sexualidade do filho, isso pode ser compreensível nos discursos, porque pai e mãe, criados dentro de uma estrutura tradicional de família nuclear, sempre esperam que o filho cresça e tenha projetos de vida, em que estão inclusos o casamento e o desejo de ter filhos biológicos com uma parceira e não com um parceiro. O comportamento inadequado do filho imediatamente é atribuído ao comportamento sexual e de gênero, não percebem que outros fatores também interferem.

O terceiro bloco retrata as relações escolares. A pesquisa, ao se voltar para o âmbito escolar, procura analisar como se estabelece a relação sujeito-escola, quando “[...] o processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente sutil e imperceptível” (LOURO, 2010, p. 63). É natural nos depararmos, nas escolas, com realidades contraditórias e conflituosas porque a sexualidade ainda é tratada como um objeto definido para os sexos, onde as condutas são disciplinares, tendo por base vários conceitos dogmáticos, conservadores, aliados à má formação dos educadores e apropriados por um currículo que ignora a pluralidade da sexualidade.

O bloco traz o diálogo entre as áreas de conhecimento e as pedagogias, por atribuírem ao corpo olhares diversos. Se, pelo olhar das ciências biológicas, o corpo é dividido entre partes, com funções definidas e anatomicamente estruturadas, as ciências sociais e das humanidades o entendem como inconcluso, com valores, sentimentos, autonomia e sujeito a vulnerabilidades. Os sexos aparecem dentro de um processo desnaturalizado, composto por mecanismos e articulações que perpassam as fronteiras biológicas e se inserem em um sistema de regulação social.

Nesse ínterim, nasce o debate com as pedagogias do conflito, do armário e as normativas em ação que dão à escola os parâmetros da produção e reprodução da heteronormatividade, mas também a faz conviver com as consciências da contradição. São aquelas onde estão as pessoas que vão de encontro ao conformismo e as crenças preconceituosas sobre gênero e sexualidades, e assumem o papel eminentemente crítico e ativo voltado para a construção de uma sociedade mais igualitária em termos de direito de escolhas.

No último bloco, exploro questões ligada aos projetos de vida desses jovens homossexuais e trago para o diálogo, com eles, questionamentos em termos de vida pessoal e conjugal; os fatores que influenciam na criação dos planos de família, procurando, com isso, identificar neles a paternidade. A partir da escolha sexual, como pensam as adversidades sociais e como estas interferem nos seus intentos de vida futura, lembrando que as escolhas são importantes para situar questões que influenciam suas perspectivas de serem pais, em paralelo com as determinações da própria família de origem, em termos de possibilidades e restrições, assim como oferecem auxílio na instrumentação subjetiva na realização dos seus objetivos. Seria identificar a que grupo pertence e quais são suas reais chances, para investir na paternidade.

Por combinar perguntas abertas e fechadas, na entrevista, procurei, na condição de pesquisadora, proporcionar aos entrevistados maiores possibilidades de prestar informações dentro de um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal; assim, dirigi a discussão para o assunto proposto, o que me permitiu fazer perguntas adicionais quando vislumbradas e necessárias a elucidar questões, até então não muito claras para a conjuntura social. Segundo Haguette (2001), na entrevista semiestruturada, muitas vezes o informante “foge” ao tema ou tem dificuldades de falar sobre ele. Isto faz com que o pesquisador faça algumas interferências nas falas, assim como também permite maior avaliação da validade das respostas mediante a observação do comportamento não verbal dos respondentes.

Através da entrevista semiestruturada é possível comparar diferentes percepções sobre o objeto explorado. Durante os encontros, seguindo um roteiro, foi possível perceber como jovens conceituam e vivenciam suas sexualidades de formas diferenciadas, dentro do mesmo campo socioeconômico. Perceber, por exemplo, a diversidade e profundidade de respostas para o mesmo contexto. São informações para a análise da pesquisa, com maior riqueza de detalhes.

Para a técnica utilizada, o comitê de ética requisitou o termo de esclarecimento livre e esclarecidos, devendo conter uma cláusula assegurando que, na publicação dos resultados, a identidade do público-alvo seria preservada, garantido, com isso, os nomes e no lugar destes seriam utilizados nomes fictícios, devendo os participantes da pesquisa assinar o referido documento em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e a outra com o participante. Também foi solicitada uma declaração do professor-orientador, comprometendo-se a observar todas as fases da pesquisa, inclusive a entregar os relatórios anuais e o final da mesma ao comitê de ética, conforme documentos anexos.

2.3 AMOSTRA DA PESQUISA

Na pesquisa, trabalhei com jovens do sexo masculino, em idade entre 18 a 29 anos. Um grupo composto apenas por rapazes que se definem homossexuais, mas não se ditam travestis, transexuais ou bissexuais. Segundo Zambrano (2006), embora sejam comumente percebidas como fazendo parte do mesmo universo homossexual,

travestis e transexuais apresentam especificidades na construção das identidades. As transexuais e algumas travestis se sentem e se consideram “mulheres”, mesmo tendo nascido machos. Também não se determinam bissexuais, ou ligados a teoria *queer*, por não apresentarem sentidos organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele, e o que parece natural é histórico.

A expectativa, durante todo o processo, é que os participantes descrevessem, detalhadamente, suas experiências, o que pensam, suas crenças, percepções e atitudes em relação ao objeto explorado. Uma das maiores riquezas que traz à pesquisa a técnica da entrevista semiestruturada é poder basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação entre os participantes. Nesse sentido, com dados colhidos nos encontros, foi possível emitir opiniões, conceitos, impressões e concepções acerca da análise de dados. É lógico que entre os participantes algumas opiniões causaram mais impacto e polêmica que outras, gerando reações que ora convergem ora divergem ao propósito da pesquisa, mas o mais importante é que durante o procedimento todos apresentaram suas concepções, validando, assim, o universo da pesquisa.

É importante evidenciar que durante a escrita do projeto inicial e o da qualificação, pensei em desenhar meu universo de pesquisa entre uma juventude homossexual e heterossexual de 14 a 17 anos, ainda estudando na educação básica – ensino fundamental e médio; os membros da família, que podiam ser pai, mãe, avó ou avô dos jovens entrevistados; e, por fim, os profissionais das escolas onde esses jovens estariam inseridos, podendo ser professores, direção, coordenação, corpo técnico, permitindo a mim, como pesquisadora, compreender melhor as ações, percepções, comportamentos e intenções das pessoas relacionadas à situação específica. Nesta perspectiva de investigação, tem relevo o desvelamento dos significados que as juventudes atribuem as suas sexualidades, atrelados ao contexto mais amplo dos projetos de vida familiar e das imprevisíveis situações do cotidiano quando seus corpos são disciplinados para os papéis e funções do macho.

O primeiro rochedo encontrado foi no Comitê de Ética quanto à idade dos jovens. Para o Comitê a pesquisa só poderia dar prosseguimento com a anuência dos pais ou responsáveis dos jovens e do Conselho Tutelar. O segundo momento de resistência encontrei nas escolas por mim visitadas para o desenvolvimento da

pesquisa. De acordo com as direções, a pesquisa poderia ser realizada, mas com jovens a partir de 18 anos por preservarem a idoneidade dos estudantes na faixa etária definida para tal e por ser a homossexualidade um tema não muito trabalhado nas escolas. Como retratam Castro, Abramovay e Silva (2004), a homossexualidade nas escolas é muitas vezes vista como uma prática desviante, amoral, fora dos padrões aceitáveis para um processo educativo, ou simplesmente ela é silenciada, percebida, mas ignorada. Outro agravante exposto foi: os estudantes estão numa faixa etária em que o desenvolvimento púbere ainda não está completo. É alto o nível de energia sexual, geralmente costuma ser de natureza exploratória, acompanhada de relações genitais. Por fim, a escola precisava pedir anuência das famílias para que os estudantes participassem da pesquisa por serem, ainda, menores de idade.

Buscar nessa primeira fase o consentimento dos gestores para que a pesquisa fosse desenvolvida nas escolas, tornou-se uma prática excludente. A estrutura dinâmica das instituições permitiu que eu conhecesse não na prática de sala de aula, mas como pesquisadora, as fronteiras da sexualidade, em que questões ligadas à homossexualidade se manifestam de forma confusa no ambiente escolar, bem como em outras esferas, especialmente a família. Junqueira (2009) destaca que o ambiente escolar configura num lugar de opressão, discriminação e preconceito. E isso se faz com a participação da família e toda a comunidade.

Procurei em Bourdieu (2002, 2003), Junqueira (2010) e Louro (2010) reforço para mudar a trajetória da pesquisa e adaptar à nova proposta estabelecida pelos gestores, quando afirmam que a escola não é apenas o lugar que transmite e constrói conhecimentos, mas também reproduz padrões sociais, perpetuando valores e “fabricando sujeitos”. O universo da pesquisa foi redesenhado entre juventude de 18 e 29 anos, como citado anteriormente. Para Bourdieu (2003), em seu artigo “A juventude é apenas uma palavra”, enfatiza que não se deve falar de jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, mas relacionar esses interesses a uma faixa etária. O conceito de juventude foi uma invenção dos adultos para estabelecer uma divisão de poder e exercer controle social.

Outros pesquisadores que trabalham com o conceito juventude, como Sposito (2003), Pais (2003), Abramo (2005); nas Políticas Públicas: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Mundial da Saúde (OMS) e as Nações Unidas reconhecem a juventude como categoria etária, que se localiza dos 15 aos 24

anos. Para a Política Nacional de Juventude (PNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), deve-se considerar jovem os sujeitos que estão na faixa etária de 15 a 29 anos, subdivido em três grupos: aqueles que estão entre 15 a 17 anos, considerados jovens adolescentes; os que estão na faixa dos 18 a 24 anos, os jovens propriamente ditos; os que estão entre 25 a 29 definidos como jovens adultos⁴.

Para o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE (2006), ser jovem é uma condição social, plural, com direitos coletivos e com temporalidade. Compõe um estado de imaturidade, impulsividade e rebeldia. Definir a faixa etária para juventude serve, apenas, de parâmetros para o reconhecimento político dessa fase de vida para a elaboração das políticas públicas. Em entendimento mais amplo, ser jovem é imergir numa multiplicidade de identidades, posições e vivências. É preciso desconstruir noções do senso comum que os considerem como problema social.

A CONJUVE, até 2008, através das diretrizes e perspectivas sobre o que se entende por Política Nacional de Juventude, juntamente com o Relatório para 2007 elaborado pelo Banco Mundial que orienta propostas relacionadas a políticas de juventude, discutem os conceitos, os fatores comuns e as diferenças que orientam e enfatizam a diversidade de propostas que o tema política de juventude comporta. Tais perspectivas muitas vezes generalizam os conceitos e deixam de fora as múltiplas situações vivenciadas pelos jovens. Assim, tanto a CONJUVE quanto o Banco Mundial operacionalizam o conceito de juventude para pluralidade e a diversidade de identidades que pedem autonomia e que têm formas particulares de ser, mudar e de atuar no contexto social.

A pesquisa realizada por Castro e Abramovay (2004) sobre juventude, participação e política enfatiza que os e as jovens são sujeitos que representam valores da juventude, seja na música, na linguagem, no jeito de vestir, na aparência, na própria transgressão. A juventude se caracteriza como a faixa etária que busca correr o risco, mesmo com insegurança pessoal e social; falta perspectiva e são seres instáveis no emocional. Salientam que o conceito de juventude é um princípio provisório; como tal, vem carregado de múltiplas definições. Vale mais compreender

⁴ O parâmetro mais usado é a faixa de 15 a 24 anos, definição da Organização Internacional da Juventude, mas no conjunto há países que antecipam ou prolongam esta faixa etária. No Brasil a lei 11129 de 30/06/2005 – que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem –, estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos. No Brasil, como se verá no decorrer deste texto, atualmente, há pesquisas que consideram de 15 a 24 anos e outras de 15 até 29 anos.

os significados, construções simbólicas, identidades elaboradas com base em gênero, etnicidade e estrato socioeconômico.

Isto possibilita uma discussão mais ampla no campo das representações sociais, por permitir a elaboração de novos conceitos sobre juventude, os limites e contornos em que os sujeitos que dela faz parte se afirmam. Um estudo valioso sobre juventude deve levar em consideração as múltiplas questões que atravessam esse período de vida, entre elas como os indivíduos elaboram seu próprio amadurecimento no convívio social, ou seja, como saem do espaço de proteção da família e se inserem em novos círculos de convivência, criam seus próprios valores morais e projetam para sua vida novos empreendimentos.

As representações se constituem para Jodelet (2011) em elementos equalizadores socioafetivos e mentais que se articulam, comunicam e contribuem para a formação da identidade coletiva. Também para Moscovici (2007), é uma construção pensada entre o mundo pessoal e o social. Os indivíduos se organizam em torno dela e criam recursos simbólicos que produzem trocas ou interação com o outro. Importante pensar a constituição que esses jovens fazem de si mesmos e o que indica a presença do outro na sua subjetividade, ou seja, as significações das interações e mediações que orientará a construção da sua vida adulta.

Corroborando com a pesquisa, Pais (2003), Novaes e Vannuchi (2004), Morin (2006) trazem à discussão uma ponderação acerca da particularidade entre a dependência afetiva e financeira da família e a maturidade para sair dessa dependência e constituir seu próprio projeto de vida. A própria ideia de juventude aparece vinculada a um processo temporal e ideal de realização. Para Morin (2006), a “juventude” é uma “classe de idade”, no sentido de que está presente em todas as classes sociais, mas que é transitória; ao mesmo tempo em que simboliza rebeldia diante da ordem social, projeta sonhos. No papel que lhe cabe, projeta “modernidade, felicidade, prazer e amor” (MORIN, 2006, p. 139).

A validação da necessidade de se construir vários conceitos sobre juventude, encontra ancoragem em Novaes e Vannuchi (2004); ao abordar a mesma temática, elucidam que não há entre os pesquisadores consenso em torno dos limites de idade para se definir juventude. Tal categorização foi criada pela fase adulta, no sentido de compreender o período de vida em que os indivíduos estão imersos no tempo de solidificação das identidades sexuais e gênero e na definição de projetos para o futuro.

Na juventude, os indivíduos processam com mais dinamismo suas inserções nas mais diversas dimensões da vida social, entre elas estão o mundo do trabalho e a projeção de uma vida familiar própria.

Como sujeitos de representação, refletem sobre suas próprias posições e ações, fazem autocrítica em relação ao sentido que dão ao seu mundo singular e às relações que mantêm, mesmo assim são pensados como uma condição transitória do “vir a ser”, e não como sujeito que ocupa os espaços válidos de formação, onde estão inscritos os diversos modos de ser jovem: em relação ao grupo social a que pertencem, etnia, identidades, gênero, entre outros aspectos. Nunca o mundo adulto pensa nesse tempo de formação como o período em que os indivíduos passam por construções e desconstruções de comportamentos.

Para acrescentar que a concretude dos conceitos sobre juventude é complexa, recorro a Castro, Miranda e Almeida (2007), quando reconhecem a juventude como um ciclo decisivo de demarcação de diferenças de gênero no campo das identidades. Defendem que é a fase em que são potencializadas as diferenças, a singularidade que tendem a reproduzir divisões sexualizadas com conotação de assimetrias e desigualdades.

3 O LUGAR DO (HOMOS) SEXUAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADES

Não cabe aqui, neste trabalho de pesquisa, discutir os diferentes projetos de vida dos jovens homossexuais, em que estão inclusos constituição de vida familiar e de paternidade, se não abriremos espaços para discutir o sentido do corpo como território de identidades sexuais e de gênero – os meios através dos quais se criam as mais variadas formas de discursos do que se espera para os sexos. A ideia expressa nessas proposições é analisar como o corpo, no contexto biológico-social extrai elementos constitutivos que representam os indivíduos e os sujeitos dentro de uma estrutura social. Aqui, merece uma reflexão sobre o corpo como veículo do desejo, não o desejo pelo ato sexual, mas o desejo da desconstrução da ordem binária dos sujeitos para a realização pessoal.

Deste modo, o capítulo propõe uma discussão sobre pensar o corpo como objeto de representação na equação que se estabelece entre natureza e cultura, e como se fabricam homens e mulheres, ou como simbolicamente se constrói a sexualidade entre os seres humanos. Corpos que se diferenciam quanto à fisiologia, mas que movem a trama cultural da sociedade, dando tom às diferenças. Lugar complexo que nega, classifica e hierarquiza na construção das identidades sociais. Aparece no universo simbólico, como o lugar onde transitam as identidades, articulam os significados e as construções sociais que têm como substrato as características biológicas da espécie.

Para o debate sobre identidades, na concepção de Hall (2006), é preciso considerar primeiro que vivemos em uma sociedade marcada por mudanças no processo históricos dos seus sistemas de referências. Daí o autor considerar que, na pós-modernidade, as sociedades iniciaram uma espécie de “crise de identidade”, que vem transformando os sujeitos unificados em sujeitos plurais, carregados de conflitos, tensões que incorporam diferentes dimensões na sua vida, sejam elas étnico/raciais, de gênero, sexualidades, classes sociais, e está em processo de des/identificações complexo dinâmico, marcado por conflitos e relações de poder. “A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados” (HALL, 2006, p. 10).

São dimensões que se articulam e ao lado de tendências homogeneizadoras imposta pela cultura, como identidade feminina, masculina, pobre, rico, negro, branco, entre outros favorecem um repensar das posições que os indivíduos assumem na sociedade não ligadas às uniformidades, mas como essas são representadas através dos processos de conformidades às quais se sujeitam. São procedimentos híbridos, fronteiriços e descentrados. Utilizando o posicionamento de Hall (2006), podemos afirmar que somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, onde estão inteirados todos os elementos que lhes dão forma. Nos diferentes momentos da vida, nós, como indivíduos, assumimos diferentes identidades que não são unificados em torno do nosso “eu” coerente. “[...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas” (HALL, 2006, p. 10). Diante de tal posicionamento, rejeita-se a noção de identidade cartesiana, de concepção essencialista.

O corpo aparece no discurso como fronteira das relações do “eu” com a sociedade e do “eu” com o próprio eu. Traduz-se em fronteira simbólica na construção do desejo que se organiza em torno das categorias e se conformam nas trajetórias afetivas, sexuais, reprodutivas dos sujeitos. Do mesmo modo como pode demarcar os espaços de pertencimentos, de aceitação, de interesses e de poder. Portanto, através do corpo as identidades se cruzam e se deslocam e se reinterpretam mutuamente a depender como os sujeitos são interpelados ou representados.

Não se pode pensar, por exemplo, que os jovens que fizeram parte dessa pesquisa têm a mesma concepção de vida, ou constroem os mesmos projetos de vida só por estarem inclusos na mesma faixa etária e se afeiçoarem quanto ao desejo sexual por pessoas do mesmo sexo. Deve-se levar em consideração que são sujeitos descentrados, fragmentados, múltiplos, com identidades não homogêneas, não estáveis, pelo contrário, são sujeitos que se movimentam de acordo com a própria história de vida e as relações sociais tecidas no processo de interação com outras identidades, algumas delas contraditórias e não resolvidas.

Abro um parêntese aqui para elucidar as relações de poder e utilizo os estudos de Foucault (2009) sobre a questão, para evidenciar que o poder coercitivo aplicado pela sociedade gera os diferentes discursos sobre o corpo como território de identidades. “Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações” (FOUCAULT, 2009, p.

132). Tal posicionamento revela como a sociedade produz modelos de identidades e colabora para mapear os processos de formação dos sujeitos que não necessariamente se sujeitam ou se submetem a tais mapeamentos e que como partícipes da sociedade, mesmo em condições das minorias, colaboram em tais produções.

Os sujeitos da pesquisa são jovens que vivem modelados na norma, que veem seus corpos controlados pelo aparato de uma sexualidade alicerçada pelos argumentos da diferença entre os sexos. Simbolicamente são pensados a partir de “[...] uma série de injunções normatizantes que asseguram as fronteiras do sexo através da ameaça da psicose, da abjeção e da impossibilidade psíquica de viver” (BUTLER, 2007, p. 169). Agrupados numa rede produtiva, os seus corpos eróticos homossexuais, ao atravessar o corpo social, causam estranhamentos porque se deslocam do determinismo biológico da reprodução.

Na vertente de serem agrupados numa rede produtiva, se vinculados ao determinismo biológico da reprodução, posso afirmar que tal posicionamento não condiz, hoje, com a realidade de nenhum ser humano. Utilizo-me da reprodução medicamente assistida e das barrigas de aluguel para defender que os corpos contemporâneos rompem com determinados imperativos sociais. Em relação a sexualidade e gênero, vivenciam-se níveis constitutivos de identidades e compõem-se múltiplas performances fora do referente binário dos corpos. Vivemos com relações flutuantes, que apesar de normas previamente determinadas, experimentamos práticas diversas e com diferentes significados do que pode vir a ser homem ou mulher, se referenciarmos o indivíduo como ele ou ela realmente é, e não naquilo que se é esperado ou imaginado para os seus corpos.

Em História da Sexualidade, Foucault (2001) propõe que os sexos sejam colocados nos discursos sobre sexualidade e através deles sejam localizadas as formas de poder, os canais que utilizam e os discursos que permeiam os comportamentos individuais, que geram formas de desejo e como essas formas de poder penetram e controla o prazer cotidiano. O biopoder deve ser entendido como elemento indispensável para se compreender como é gerado o controle dos corpos como aparelho de produção, mas também como meio de ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.

Neste contexto, pensaremos o universo de alguns jovens homossexuais que não escapam à unidade violenta do mundo heteronormativo, onde seus corpos são

colocados em suspeição às normas regulatórias. Em contrapartida, criam estratégias em que sexo, desejo e gênero são deslocados a novos planos discursivos, não reduzindo seus corpos ao uno, ao múltiplo, nem ao indefinido. Buscam afirmativas e reivindicam outras sensibilidades, entre elas o próprio movimento de se conhecer.

Atento, nesse momento, para os estudos de Heilborn (2004) quando discute a elaboração de identidades sexuais, consideradas em um universo simbólico marcado pela propagação do igualitarismo. No plano das práticas sexuais, é importante observar como esses jovens articulam identidade sexual com a identidade social e como constroem os discursos no plano da atração erótica por pessoas do mesmo sexo. Tais princípios configuram linhas mestras que exprimem concretamente as normas e comportamentos de valorização da singularidade, as liberdades individuais e de afirmação da homossexualidade como estilo de vida.

Os jovens da pesquisa, portanto, podem ter fantasias com pessoas do mesmo sexo e jamais experimentá-las, mas podem se achar homossexuais porque desejam alguém do mesmo sexo mesmo sem ter praticado. Então, não é a prática que define a sua sexualidade, tampouco a identidade ou a atração, mas o modo como eles articulam os fatores e a maneira como colocam a sexualidade nas suas vidas; ou podem simplesmente secundarizar a identidade sexual valorizando mais a estratégia de vida a elaboração de sua imagem pública, ou seja, serem pessoas mais discretas e menos extravagantes. Voltando aos postulados de Heilbon (2004), compreender a homossexualidade requer distingui-la em níveis diferentes de abstração dos sujeitos.

Tais níveis evidenciam a forte relação entre sexo e gênero das quais podem ser vividas pelos jovens como fronteiras simbólicas de pertencimento. As fronteiras aqui servem para caracterizar o que é delimitado na sexualidade como normal e desviante. Socialmente, apoia-se em estruturas e condições sociais que focam na desigualdade, nas relações de poder ou nos comportamentos de determinados grupos marcados como exteriores por não atenderem ao que é estabelecido em termos de normas.

Os jovens homossexuais da pesquisa, “desviados”, podem ser vistos como ameaças à ordem social, às vezes, submetidos aos discursos moralizantes e de desprezo por parte daqueles que se encontram em condição “aceitável da vida”. Eles fazem parte das minorias desviantes por constituírem-se sujeitos excêntricos que afirmam, através de seus corpos, identidades diferenciadas da considerada normal.

No mundo das representações, Moscovici (2011) e Jodelet (2005) compreendem como as minorias desviantes, aquelas sujeitadas a aceitarem pontos de vista de uma maioria, reagem as tais influências. A representação social aqui é apresentada como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Ela gera identificações e diferenciações sociais a partir do reconhecimento de pertença a um determinado grupo social. Nela estão as fronteiras entre o que somos e o que não somos – um processo de categorização e valorização dos quais os indivíduos elaboram suas representações acerca do outro e de si mesmo.

Pela análise de Jodelet (2001), o outro representa o estranho cujas características são opostas àquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior, em termos de desvalorização e estereótipo – o diferente. Nessa construção se movem interesses e se definem as identidades. As minorias desviantes entram nesse cenário por serem considerados produtos de um sistema que os obriga a ocupar uma situação inferior ou marginal.

Moscovici (2011) já reflete o fenômeno das minorias como bilateral, e explica que são subgrupos que em sua totalidade não aderem às normas impostas pelos grupos, geram conflitos e predisposições para mudanças e inovações. No caso das minorias sexuais, os homossexuais apresentam-se como gênero discordante ao sexo biológico, em que, dentro da norma heterossexual que prega uma lógica binária de gênero e sexualidade, eles compõem o subgrupo de hibridez de conduta. Em contrapartida, é preciso observar que essa minoria também assume posição de poder, não são tão passivos como se supõe. Tal posicionamento tem fundamento quando se observa o grupo considerado maioria induzido a ser mais complacente com o que antes era considerado excluído ou proibido. Vejamos em que meio das interações sociais chega um determinado momento em que grupos e subgrupos atuam uns sobre os outros.

Portanto, para a Psicologia Social, questões ligadas às identidades são focalizadas nas relações entre grupos, com ênfase naqueles considerados minorias ou marginais, entretanto, é de se considerar o sentimento dos sujeitos quando se reconhecem fazendo parte de uma realidade social; como interiorizam determinadas imagens que o outro lhes atribui de forma que as naturaliza e torna gradativamente

algo pessoal. Isso nos faz presumir que o corpo persiste neste território de identificações.

O processo de naturalização das identidades sociais, o gênero se perpetua em regimes de verdade e, quando relacionado aos corpos, passa a ser compreendido como originais. “É interessante observar, neste sentido, quais os aspectos da ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’ são escolhidos neste jogo com os papéis sexuais” (FRY; MACRAE, 1983, p. 46). Isto em virtude das categorias sexuais poderem referir-se aos homens que fazem sexo com outros homens, porém cada uma delas vir a implicar em aspectos identitários particulares e descontínuos.

O corpo sexuado, ao ser entendido como natural e pela ótica biológica, é reduzido a um organismo anatômico, fisiológico, morfológico e metabólico, cujas conformidades sexuais são relegadas à distinção entre os sexos, associada à reprodução e à genética. Os órgãos e os sistemas, ligados à anatomia comparada, molduram os sexos tornando-os cenário perfeito e estruturado para atender um sistema complexo de representações e repleto de significações.

As reproduções binárias procuram constituir sujeitos homogeneizados nos espaços públicos e privados, sofrendo diferentes marcas na estrutura por transitar em condições culturais adversas, que permitem alicerçar a identidade sexual como fator biológico em construções permanentes. Para Butler (2010), o corpo na dimensão biológica está imerso em uma “ordem compulsória” em consonância com o sexo, gênero e desejo, ou seja, dentro de uma ordem que contempla os diferentes. São corpos marcados pelas vulnerabilidades do macho e da fêmea que pressupõem necessidades de “ajuste”.

Percebe-se, no campo teórico, que não há um determinante para se classificar as identidades sexuais, porque o corpo nem sempre acata o que os agentes sociais impõem para as identidades distintas dos sexos. O olhar sobre corpo exige um exercício de reflexão sobre o significado para determinados agentes sociais e o que chamamos construção de gênero e de sexualidade. Neste processo, as interpretações binárias podem constituir sujeitos homogeneizados que permitem alicerçar a identidade sexual como fator biológico, mas os corpos também experimentam diferentes sensações do gozo e fantasias mesmo quando se organizam em torno de insígnias sociais cujas regras, códigos, estruturas e leis que os roteirizam. “Os

indivíduos tomam o seu passado e os recursos naturais da sociedade que lhe estão disponíveis para criar um eu presente” (GAGNON, 2006, p. 127).

As fantasias são parte de uma peça que as pessoas montam em suas cabeças, mas há de convir ser fruto de uma cultura das apropriações, que dita as possibilidades a serem aceitas. Do mesmo modo, o corpo biológico se molda com expressividade, seja por aceitação ou pudor. São premissas epistemológicas que procuram amoldar no corpo o processo de mediação entre indivíduo e sociedade, ou como se dá a troca simbólica entre realidades exteriores e individuais com base em categorias que implicam afirmar que o individual nada mais é do que o subjetivo socializado.

Através dos discursos que modelam e politizam, os princípios fundamentais do natural colaboram com a construção social das desigualdades dos aparelhos genitais. As agências sociais criam espaços de dominação e sujeição na construção do gênero. O masculino e o feminino nada mais são do que um trabalho contínuo e difuso de tais agências quando, através de unidades distintas, criam e fundamentam em princípios culturais capazes de fazer os indivíduos se perceberem no mundo como tais, ou melhor, apenas, como homens ou mulheres. Destarte, é possível afirmar que as identidades passam a serem verdades, por serem efeitos de instituições, práticas e discursos cujas questões que lhes dão origem estão envoltas numa multiplicidade de significados difusos e que só é possível se manifestar sobre os corpos sexuados que por determinados parâmetros são vistos como lícitos, ou em outros como ilícitos ou anormais.

3.1 CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DAS SEXUALIDADES E GÊNERO NO CORPO BIOLÓGICO

O corpo sexuado, ao ser entendido como natural, pela ótica biológica é reduzido a um organismo anatômico, fisiológico, morfológico e metabólico, cujas identidades sexuais são transmitidas através da distinção entre os sexos. Esse mesmo corpo, entendido pela ótica cultural, torna-se cenário perfeito e estruturado para atender a um sistema complexo, cujas representações estão carregadas de múltiplos símbolos e significações.

Etimologicamente a palavra corpo, deriva do sânscrito *garbhas*, que significa ‘embrião’ e, por outro, do grego *karpós*, que quer dizer ‘fruto’, ‘semente’, ‘envoltura’ e,

por último, do latim *corpus*, que significa ‘tecido de membros’, ‘envoltura da alma’, ‘embrião do espírito’. Em diferentes épocas e por diversas sociedades, a constituição do corpo passa por diversos significados. Do mítico primitivo, carregado de medos, sensações de impotência diante dos mistérios, o corpo torna-se “instrumento de mediação do homem com o mundo” (COSTA, 2011, p. 248).

Em outros momentos, é representado pelo simbolismo de ritos eróticos traduzidos como sagrados. O corpo sexuado aparece como uma arte, não representado pelas suas formas e funções biológicas, mas como uma fonte mágica de prazer e celebração à vida. Para Foucault (2003), desenvolvimento da arte erótica, reflexo talvez do homem primitivo, buscava-se no corpo o prazer pelo prazer, encarando a prática e símbolo de experiência sexual sem qualquer referência ao caráter lícito e moral ou mesmo de utilidade como a simboliza o homem ocidental. O corpo grego, por exemplo, idealizado, era produzido em função dos valores culturais, representado pelos cuidados do aspecto físico, da beleza e da reprodução.

A sexualidade entre pessoas do mesmo sexo não possuía para o grego o mesmo perfil do homem contemporâneo. A pederastia servia à formação social e política do cidadão, por isso, não era considerada como vício erótico, e sim uma instituição pedagógica baseada no amor puro e desinteressado. A moral sexual quanto ao passivo e ativo residia na função que as partes ocupariam no processo educacional. Assim, erastas (mestres) e erôneos (aprendiz) estão longe de indicar a posição que as partes ocupariam na relação sexual, como se estabelece na regra moral da sexualidade contemporânea.

Havia todo um controle moral em relação à metodologia utilizada para o cumprimento da relação, desde o delineamento das faixas etárias, ritos de cortejo até o envolvimento sexual. Não havia o sentido binário dos sexos na relação, assim como também a preferência sexual inclinada ao mesmo sexo não era condenada, nem tratada como anomalia. O preconceito se concentrava na submissão humana à libido, papel atribuído à fêmea. O macho que não tinha domínio sobre seus impulsos sexuais não teria bom desempenho na assembleia e na relação com os outros cidadãos.

Sendo uma sociedade extremamente machista, as condições ativas e passivas na relação entre os iguais tinham posições definidas. Portanto, o ativo cabia ao mestre, na condição adulta, cabendo para o aprendiz a condição passiva, entretanto, não deveria este se igualar ao desejo da fêmea, porque ao passar para a

vida adulta a relação se transformaria em amizade e no devido tempo devia encontrar uma fêmea, casar e reproduzir. O termo pederastia não pode ser traduzido por homossexualidade, pois para o grego, no período clássico, mais precisamente para o ateniense, o vocábulo possuía um caráter simbólico muito mais amplo, que abrangia status, moral, poder (FOUCAULT, 2003, p. 68).

Com o medievalismo cristão, corpo e comportamentos passam por uma série de reestruturações sociais e é associado ao veneno da alma, contrária às leis de um único “Deus” (LE GOFF; TROUNG, 2006). A sensualidade se demonizou, e os ‘tabus’ construídos sobre o esperma passaram a ser questões controladas pela Igreja, mas permitida pela sociedade, para amenizar os conflitos e abusos sexuais da época. “É possível afirmar que o corpo sexuado da Idade Média é majoritariamente desvalorizado, as pulsões e o desejo carnal, amplamente reprimido” (LE GOFF; TROUNG, 2006, p. 41). Criam-se, nesse momento, no imaginário social, todas as instâncias de repressão. O relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo começa a ser relegado ao adestramento, cujas representações pairam sobre fonte de maldição, corrupção e pecado, um impedimento à elevação espiritual, devendo, por isso, ser punido, reprimido e controlado.

Conforme Foucault (2003), nos primeiros séculos da era cristã surgem, através das ordens monásticas, as prescrições morais para evitar atitudes reprováveis ligadas ao sagrado. O momento obriga o indivíduo a penetrar no labirinto da alma, perscrutar a própria dimensão subjetiva para controlar o desejo. Um intenso trabalho de vigilância sobre si a fim de expurgar o pecado que se encontrava na esfera da não ação. O que estava em jogo não eram códigos de atos permitidos ou proibidos, mas toda uma técnica que diagnosticava o pensamento, suas origens, suas qualidades, seus perigos, seus poderes de sedução, e todas as forças obscuras que podem se ocultar sob o aspecto que ele apresenta.

Foi um período em que as relações de gênero pautadas por hierarquias patriarcais se fortalecem no discurso clerical e leigo nos corpos do macho e da fêmea, e se nomeia o masculino e o feminino como categorias, e se atribui a ambos o lugar onde se estruturam as redes de poder. O corpo ocupa o lugar anatômico e fisiológico, traduzido na concordância dos sexos para a reprodução. Atraiam-se a eles os sistemas de representações, as oposições binárias determinadas pela natureza biológica e santificadas na estrutura da organização social. Assim como os gregos, a

masculinidade continua sendo o ideal viril. A penetração e a ejaculação dão-lhe liberdade e poder de dominar. Nessa conjuntura, o macho que desconstrói o poder de penetração constitui-se uma ameaça a todo organismo social, por transcender os domínios da lógica conjugada dos sexos.

Em *História da sexualidade II*, sobre o uso dos prazeres, Foucault (2003) aborda que entre os gregos é difícil encontrar uma noção de sexualidade tal concebemos na contemporaneidade. Por disporem de um vocabulário rico de significados para designarem as práticas sexuais e códigos morais, constroem uma ética não unitária e hegemônica para regular as condutas sexuais. Quanto ao caráter da sexualidade, não “[...] opunham como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo o amor pelo sexo oposto” (FOUCAULT, 2003, p. 167), até porque as relações éticas pressupunham assimetria com os não considerados cidadãos gregos, em especial atenção às mulheres e aos escravos. Encontrava-se também tal assimetria no silêncio dos discípulos considerados, o qual deveria se restringir à condição passiva na relação com o mestre.

A oposição entre um homem senhor de si e aquele que se entregava aos prazeres era, do ponto de vista da moral grega, muito mais importante do que aquele que se distinguia entre eles. A partir de um rigoroso trabalho sobre si, o corpo passa a ser visto como um templo singular de estética do prazer. Não se concebe, até então, dois apetites distintos em indivíduos diferentes ou confrontando-se numa mesma alma. Nos postulados de Foucault (2003), encontramos que os gregos encaravam os apetites sexuais como maneiras de obter prazer, uma das quais convinha melhor a certos indivíduos ou a certos momentos da existência. Amar os rapazes, por exemplo, era uma prática não só permitida pela opinião pública, como também permitida pelas leis e sacralizada pelas canções religiosas em ritos e festas que interpelavam as potências divinas. O que não era permitido, mas poderia existir, eram aqueles considerados demasiadamente fáceis, de condutas vergonhosas, hoje denominados de homens efeminados, para eles os “malakos”, por submeterem seus corpos a lascívia não natural.

Segundo Foucault (2003), apesar de toda a ousadia havia uma complexidade na moral que regia as práticas do prazer dos gregos. Amar os rapazes, apesar de ser uma prática difundida, sustentada pelas leis, era objeto de preocupação intensa entre

os gregos que investiam valores, imperativos, exigências, regras, conselhos e exortações para as condutas. Isto porque eles concebiam:

[...] que o mesmo desejo se dirigia a tudo o que era desejável – rapaz ou moça – com a reserva de que era mais nobre o apetite que se inclinava ao que é mais belo e mais honrado; mas também pensavam que esse desejo deveria dar lugar a uma conduta particular quando ele se instaurava numa relação entre dois indivíduos do sexo masculino. (FOUCAULT, 2003, p. 171)

Os prazeres obtidos entre os iguais eram necessários, outra forma moral que não aquela exigida quando se tratava das relações entre os sexos opostos, até porque as mulheres eram encaradas como intelectual, física e emocionalmente inferiores. As relações sexuais entre homens da mesma idade eram consideradas antinaturais, pois significava que um dos homens adotava a posição passiva, traindo assim a masculinidade que dele requeria o papel de cidadão ativo. A prostituição masculina era permitida pela sociedade e por lei, desde que seus praticantes não ocupassem cargos públicos, pois acreditavam que se um homem vende o seu corpo, não hesita em vender os interesses da cidade. Sob a ótica da razão, percebe-se que na civilização grega o problema do sujeito na relação com a sua prática conduzia a algo diferente da questão da lei, ou seja, nós “[...] modernos entendemos ‘sujeição do sujeito à ordem da lei’, os gregos e os romanos entendiam ‘constituição do sujeito como fim último para si mesmo, através e pelo exercício da verdade’” (FOUCAULT, 2003, p. 385)

Pelas informações prestadas nos estudos de Foucault (2003), a atenção e os cuidados das condutas sexuais entre os gregos se concentravam nas relações que se estabelecem entre o homem mais velho que terminou o seu tempo de formação, já apto a desempenhar os papéis sociais, morais, e sexualmente considerado ativo, em oposição o mais jovem em processo de formação, na condição passiva de discípulo, ou seja, “[...] uma diferença bem marcada em torno do limiar que separa o adolescente do homem” (FOUCAULT, 2003, p. 174). O exercício do prazer encontra-se atrelado à ética cuja singularidade não é saber quais os atos são permitidos ou não na relação, com o que é levado em consideração pelos prazeres e desejos considerados naturais e indispensáveis.

A partir dos meandros da Idade Média, as práticas do prazer vão sofrer uma grande repressão, vinda principalmente dos ideais propostos pela Igreja Cristã, em que a carne passa a ser a origem de todos os pecados, e o desejo, um mal que atinge

todos os homens. Nesse período, segundo Foucault (2003), o Cristianismo presente no dispositivo confessional trata o desejo como realidade obscura e cria, através do dispositivo da aliança, centrada nas regras do matrimônio, as regras das práticas sexuais. A partir dos códigos da aliança, o dispositivo da carne é vinculado aos artefatos do organismo, onde os sexos passam a ser, primordialmente, o lugar da verdade profunda, e o pecado ganha o dispositivo da saúde.

A Igreja Cristã, segundo Le Goff e Troung (2006), tomou para si a responsabilidade de regular como, onde, quais e com quem os atos sexuais poderiam ser praticados. O sexo passa a ser o maior entrave da época e se torna força dominante na vida moral e espiritual das pessoas. A prática sexual, na melhor das hipóteses, como um mal necessário, era somente indispensável para a reprodução. Entre os homens era rejeitada, nos primeiros tempos, não pela noção de pecado ou desvio, mas pelo mesmo motivo que a igreja defende o contraceptivo – ambos se destinam à não procriação. “Assim, é possível afirmar que o corpo sexuado na Idade Média é majoritariamente desvalorizado, as pulsões e o desejo carnal, amplamente reprimido” (LE GOFF; TROUNG 2006, p. 41) e deveria ser privado de qualquer atividade sexual: o beijo, o abraço, o ato sexual, o toque do próprio corpo foram proibidos.

Para controlar os impulsos do desejo e atividades sexuais, a Igreja cria mecanismos de controles através do rito da confissão. Segundo Foucault (2009), a técnica da confissão vai ser valorizada como mecanismo para produzir verdades. Através dela, confessavam-se desejos, sonhos e as mais variadas formas de sexualidade como sinônimo de pecado. Como todo e qualquer ato sexual que não tivesse como fim a procriação era tido por sodomia, considerado um pecado frente a Deus, muitos Estados católicos e não católicos começam a considerar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo não só como pecado, mas também como crime. Desviar-se do código de ética sexual representa ameaça de contágio moral e física à sociedade. Para resolver o mal, é preciso segregar, isolar e rotular como minorias desviantes ou dissidentes.

Com o advento da modernidade, o corpo se consolida na sua forma anatômica e deixa de ser um destino para dar espaço a uma estrutura de *design* criado na razão da ciência; a anatomia e fisiologia humana atendem a uma nova ordem que também determina e classifica. Consoante Foucault (2003), ao ser objeto de saber das ciências modernas, é elemento de poder de uma burguesia em ascensão, o corpo biológico

transforma-se em novo dispositivo e códigos, em que os sexos se envolvem em parâmetros que definem comportamentos considerados a partir de então normais e anormais ou patológicos no sistema de organização social. Nesse contexto, a homossexualidade aparece quando é transferida a prática da sodomia para a espécie de androgenia interior ou hermafroditismo da alma.

Com o advento da modernidade, o biológico se constitui um instrumento de poder a serviço do sistema político. A medicina social surge para dar forma ao corpo também socializado. Rompem-se gradativamente os valores religiosos e divinos inerentes ao pensamento medieval, e emergem formas de individualismo mais centradas na materialidade. Os sujeitos experimentam a liberdade de externar suas convicções pessoais e impor autonomia em suas ações. Seus destinos não se concentram mais nas mãos de Deus, mas nas suas próprias potencialidades e responsabilidades sociais.

É importante ressaltar que no encadeamento histórico, a prática sexual é pensada certamente com uma série de novas intervenções e controles. A ciência moderna, fundamentada na noção de verdade universal, produziu discursos capazes de regular os comportamentos sexuais e os valores morais baseados na ideia de perfeição. Os indivíduos que desviassem seus comportamentos daquilo que se passou a entender como naturais para cada sexo seriam vistos como indivíduos imperfeitos ou patológicos. “Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2001, p. 80).

O poder deve ser visto em Foucault como algo que funciona em rede e atravessa todo um corpo social. Não se caracteriza pelo caráter liberto, nem repressivo, mas como poder ideológico aceito pela coletividade na formação de individualidades e rituais de verdade. A partir do Estado Moderno, instaura-se o corpo anatômico passa a ser político disciplinar e normativo, os procedimentos institucionais se incumbem de modelar indivíduos e coletividade.

Nos estudos de Katz (1996), porém, os corpos sexuados, pelos discursos médicos da época, foram transformados em seres de inclinação erótica. Homossexuais e heterossexuais são sujeitos ativos e idênticos em vícios; não existe uma linha de demarcação entre eles; o prazer sexual parece similar entre ambos. Talvez o que exista é o fator procriação, daí os homossexuais serem considerados até pouco tempo como

perversos sexuais que poderiam através de tratamento médico voltar a ter mente e sentimentos normais. O poder, portanto, pode ser visto como a legitimidade do imperativo reprodutivo e a aceitação pública do prazer heterossexual.

O corpo biológico aparece no contexto histórico não como um invólucro da estrutura fisiológica e química que forma o organismo, mas um recipiente que carrega uma gama de informações entre o “eu” e o ambiente. Por certo, que algumas informações se organizam para dar-lhe a forma biológica, mas é do cruzamento de informações culturais que o mesmo vai criando mecanismos de identidades que ganham forma no corpo social e, simultaneamente, marginalizam e homogeneízam as multiplicidades coexistentes na sociedade. Na sua totalidade pensa, questiona, sente, interage, ressignifica, transforma e recria. Segundo Butler (2010), através dele aprendemos a demarcar gêneros, tipos de sexualidades e controlar idealizações imutáveis para os sexos, formulado com base na compreensão binária e heteronormativa. Mas, através dele, também, aprendemos a desconstruir e desnaturalizar pouco a pouco a compreensão pública sobre sexualidade, quando se desvincula o elo básico com a reprodução e se observam as múltiplas possibilidades dos sujeitos viverem os trânsitos das identidades.

3.2 DO BIOLÓGICO-SOCIAL NASCEM AS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E SUBORDINADAS

Embora haja amplo reconhecimento da dimensão biológica do corpo como produto da cultura de uma sociedade, no que concerne ao aspecto social, o mesmo é marcado pelo ideal de dominação e supremacia ideológica nas relações de poder. O corpo anátomo-fisiológico pode ser comparado a um automóvel, ou seja, composto por partes mecânicas e caracterizado como um conjunto de aparelhos ou sistema orgânicos. No conjunto, compreendem-se as marcas que distinguem os corpos, ou seja, a definição dos sexos: pênis e vagina. Entretanto, não são marcas que somente causam o que é distinto entre os corpos, mas também algo que torna essa distinção desigual quando se cria um corpo-homem e um corpo-mulher. Portanto, são marcas que dentro de sistemas complexos trazem elementos de representatividade que

transformam o corpo em produto e produtor de identidades nas relações sociais e territoriais, com histórias e momentos que condicionam sentidos em microvivências.

Nestes tempos, em territórios de periferias em Salvador, 2014, através das entrevistas, procurei entender os conceitos das identidades de gênero e sexualidade discutidos no campo teórico, mas atentando para a lógica do senso comum. Durante as entrevistas questionei aos jovens o conceito de sexualidade, como definiam a questão de gênero e sexo através do seu próprio corpo. Talvez pareça um questionamento banal, sem fundamento para o real significado da pesquisa, mas traz riquezas de detalhes quando se observa nas respostas um total desconhecimento, não só sobre os conceitos, como também, eles não têm noção da complexidade que envolve suas posições sexuais na intimidade com o outro. Fazem expressões com o próprio corpo associando-os ao sexo, para depois esboçarem uma resposta vaga, como se estivessem sendo pegos de surpresa:

Tiffany: Feminino. (Risos)... Homem. Feminino também.... Sexualidade pra mim é que a gente, o que a gente decide ser né? Como a gente se sente. Nasci homem e me sinto mulher.

Ruan: *Eu me sinto masculino né?... Meu conceito sobre sexualidade (eh) homossexual é que, assim, eu sou gay, sou assumido entendeu?*

Daniel: Gay... Masculino... A tá, (Pausa) O que entendo sobre sexualidade? *Normal, normal, isso independente de um homem com outro homem ou mulher com outra mulher pra mim isso é normal.*

Moranginho: *O sexo pra mim é uma coisa diferente do gênero, da sexualidade, porque pra mim cada um tem o seu gênero, e o gênero pra mim é diferente do sexo. E sexualidade também é diferente do sexo, porque sexo eu acho assim, quando a pessoa sente atração pela outra corporalmente, fisicamente, tudo.*

Ananda: *Eu me sinto mais feminino... Pra mim, sexualidade é entre homossexuais é uma pessoa que sente atração pela pessoa, pelo, pelo sexo oposto.*

Trago à última fala um breve comentário, que me chamou bastante atenção, por demonstrar o jovem total desconhecimento sobre os conceitos de gênero e sexualidades. Atrelo ao fato de que, por meio de comportamentos, valores que a sociedade admite e valoriza, os sujeitos vão tecendo seus próprios conceitos de maneira bastante banalizada. Geralmente, tais dificuldades podem ser concebidas mediante a sociedade promover modelos de gênero e sexualidades centradas na genitália, que dão aos indivíduos a identidade naturalizada; e quando um jovem se percebe dentro de um corpo

erótico, fora dos padrões de comportamento para o sexo que o compõe, porque o seu perfil é muito mais para o feminino, e sem orientação sexual adequada, tais conceitos passam a ser atropelados no próprio entendimento do sujeito.

Em outras entrevistas quando lançado o mesmo questionamento, mais expressões e respostas vagas, às vezes traduzidas em um enorme silêncio. Não existe entre os jovens o senso crítico do ser ou estar homossexual, ou ser feminino ou masculino. Eles não possuem uma definição concreta sobre os seus próprios corpos, conforme observado no depoimento abaixo:

Angico: *Eu me considero como masculino né? A minha, a minha parte sexual, porém eu tenho uma afinidade com uma outra pessoa do mesmo sexo, não quero dizer que eu vou (eh) (eh) me sentir feminino por tá gostando da, da, do mesmo sexo [...]*

Quando abordados quanto à identidade sexual e de gênero, depois do silêncio sem compreender o que respondem, vinculam o gênero ao sexo e alimentam discursos que revelam forte incidência sobre os atributos do gênero feminino por terem os trejeitos vinculados a ele. Mostram total desconhecimento aos conceitos traçados quanto às categorias que definem a sexualidade. Eles demonstram não terem conhecimento, nunca discutirem sobre tais identidades nem com a família, muito pouco na escola, quando têm aulas de ciências, e o professor fala sobre gravidez, doenças transmissíveis. Quando abordados, em todas as entrevistas, o silêncio operou, e pelos depoimentos percebe-se que gênero e sexualidade estão ligados ao desejo sexual, muitas vezes confundindo-se com orientação.

Dentro dessa perspectiva, Butler (2010) propõe repensar o processo de construção das identidades como um projeto incessante cuja construção se dá em disciplinamentos corporais. Isto implica em dizer que as limitações nos modos de agir, nos comportamentos esperados e fixados pelos valores culturais, através de práticas regulatórias impõem e uniformizam padrões coerentes no que diz respeito aos sexos. Nesse sentido, o estudo sobre o corpo, através do elemento sexuado, parece repleto de paradoxos, porque as construções das identidades sexuais, tomando como ponto de referências os jovens desta pesquisa, são bem exploradas por eles, pelo fator “corpo natural” que atende a situações por meio de uma sequência de atos que busca responder aos indivíduos o seu “eu verdadeiro”.

Para Hall (2006), o fato de projetarmos em nós próprios as identidades culturais, nos faz interiorizarmos os significados e valores, tornando-os parte de nós. Entretanto, é preciso compreender que, na contemporaneidade, os sujeitos têm se apresentados fragmentados, composto de variáveis quanto às questões de identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O próprio processo de identificação representada ou interpelada pelos sistemas culturais torna-se provisório, variável e problemático. Nem sempre os sujeitos se percebem dentro de várias óticas de interpretações.

Ao investigarmos os mais diferentes significados para o corpo, os sujeitos acabam criando linguagens amplificadas por códigos que determinam e enquadram todos nos comportamentos definidos como normativos. Os jovens, ao tentarem definir o que foi questionado, tencionam relativizar suas posições, mas vivem uma situação inconstante, principalmente quando revelam grande conflito por terem nascido “*no corpo errado*”. Nesse interim questiono sobre os conflitos vividos por eles em relação a sua sexualidade e como eles se identificam no processo.

Nas entrevistas:

Moranguinho: *Pra mim o meu pior conflito foi algumas partes do meu corpo porque eu falo, eu acho que eu nasci no corpo errado, eu queria nascer mulher, aí na hora que eu estou tomando banho que eu olho pro meus órgãos genitais, eu pego isso muito, sei lá, me dá uma coisa estranha assim, tipo um desprezo, uma coisa assim do tipo, porque eu pra mim eu queria nascer mulher, eu queria ser mulher.*

Tiffany: *Eu me ver é difícil né? A gente assim no começo, mas me vi como mulher, aí fui crescendo mais, aí, aí com esse conceito parou de, a dúvida que a gente fica, mas agora assim... A dúvida é da gente mesmo, será que é mesmo, será que é isso? Que a gente fica pensando.... Começa assim quando se tem relação com pessoas, começa a conversar com outras pessoas que tem mais mente que a gente, aí fica bota aquele negócio na nossa mente, se é ou não é, mas hoje eu sei que é.*

Ruan: *É foi difícil... Rapaz, eu fiquei assim, meu Deus, eu falei: será que é isso mesmo? Eu vou ser, porque eu não pedi pra ser né? Eu não pedi ah eu quero nascer gay, não pedi. Aí eu falei é eu sou gay vou encarar a vida, aí eu fiquei alegre, de boa, eu falei eu vou enfrentar agora eu só vou dizer a meus pais quando eu tiver de maior, mas durante isso aí eu vou escondendo.*

Tito: *Assim, conflito eu nunca tive, até porque eu brincava com os meninos, eu brincava, então conflitos pra mim mesmo eu nunca tive, uma vez eu passei a me interessar, eu me interessei por uma menina, mas porque ela era muito bonita, então eu me interessei, mas depois*

eu vi que não era nada demais e uma segunda vez eu me interessei por outra menina que eu também tava muito próximo, mas também passou.

Tatá: *Eu me considero como masculino né? A minha, a minha parte sexual, porém eu tenho uma afinidade com uma outra pessoa do mesmo sexo, não quero dizer que eu vou (eh) (eh) me sentir feminino por tá gostando da, da, do mesmo sexo, então assim, entrei, eu percebi isso como uns 13 anos, meu primo que me ajudou, né?*

Pelos depoimentos, concebe-se um choque de identidade produzido entre os sujeitos. Demonstram um sentimento negativo que nutrem pelo corpo, fruto da vida adulta que educa meninos e meninas, alimentando-os pelos mecanismos que envolvem vergonha, medo e insegurança para viver seus desejos, paixões e erotismo. Em seus comportamentos são internalizados significados e valores dos sistemas culturais de que fazem parte. É a anatomia do corpo que alimenta a imagem de homem e de mulher como realidades únicas possíveis. O sexo vai se tornando parte da constituição das identidades sexuais e de gênero do sujeito.

Dialogar com o corpo biológico, no contexto social, pressupõe explorar o campo das incompletudes, que vai além da mecânica e das partes anatômicas e fisiológicas do sexo. Para Butler (2010), a identificação do sexo permite que o corpo seja, apenas, a base material sobre a qual um sujeito se constituirá. O corpo-homem cujas representações sociais dão-lhe poder e superioridade masculina é capaz de tornar-se corpo sexuado feminino, isto porque o sexo não é simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém aparenta ser.

Talvez aqui devesse haver uma discussão mais apurada sobre os estudos das identidades *queer*⁵, quando afirma que o gênero não é uma essência pronta vivenciada pelos sujeitos, mas um permanente fazer pela sua própria reiteração performativa, que poderia subverter ou não os padrões dualistas hegemônicos. “Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos femininos ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2010, p. 24). Portanto, até na relação entre homem e mulher, o sexo é um instrumento de fantasias que ultrapassa os limites das noções rígidas de gênero no momento do arrolamento.

⁵ A política queer refere-se a uma corrente de pensamento para a compreensão da diversidade de sexualidades e expressões culturais que tem na resistência um enquadramento indenteditário.

Aludindo à temática, Colling (2012) traz importante reflexão quando discute que a identidade *queer* não ver a sexualidade por um único viés, assim como também não aporta na existência de dois gêneros. Para ele, a maioria das pessoas preferem transitar ou ficar às margens deles, mas é de se perceber na sociedade várias pessoas nascerem com determinadas características corporais e não se identificarem com o gênero que foi produzido para aquele corpo.

O conflito do jovem pode ser entendido num contexto em que a maioria das pessoas entende gênero compatível com o sexo. Dentro de uma ordem hegemônica que o obriga, de forma inconsciente, a todo custo e através de muita violência, a afirmar que realmente não existe coerência entre a materialidade de seu corpo e o gênero que se identifica. Isto se dá em virtude de acreditarmos que nascemos homens e mulheres, com gênero e orientação sexual condicionado à forma compulsória, sem direito de livre escolha (COLLING, 2012). O conflito incide além da identidade do sexo biológico e do gênero, sobre o desejo e a prática sexual.

Os jovens do século XXI são vistos como livres, bem informados, “antenados”, mas na prática cotidiana eles revelam, quando o assunto é sexualidade e gênero, que há desconhecimento e conflitos interiores que vão desde as dúvidas mais simples, que pairam sobre conceitos e definições, até aqueles que envolvem valores e atitudes em determinadas situações. Imersos nas expressões hegemônicas que geram relações desiguais de poder, acabam ratificando e alimentando uma sociedade que divide aqueles que são legitimados sadios e normais e aqueles doentios e anormais por não se comportarem conforme as regras estabelecidas pelo social.

Tal reflexão ajuda na construção desse trabalho, quando o relato acima impulsiona manifestações de desconforto por parte do jovem. Percebe-se que, ao se sentir no corpo diferente do seu desejo, salienta as instabilidades das identidades consideradas naturais, mas desconsidera também as outras possibilidades de relacionar o próprio corpo e as múltiplas vivências da sexualidade. As representações binárias procuram, neste caso, constituir sujeitos homogeneizados nos espaços públicos e privados, sofrendo diferentes marcas na estrutura por transitar em condições culturais adversas, que permitem alicerçar a identidade sexual como fator biológico talvez não estático, mas em construções permanentes.

Como organismo social do sexo anatômico, o gênero estabelece nas relações de poder os mapas que identificam homens e mulheres e os lugares que devem

ocupar no contexto social. São leituras que trazem substanciais análises para entendermos que “o corpo não é um lugar sobre o qual uma construção tem lugar, é uma destruição que forma o sujeito” (BUTLER, 2010, p. 147). Sendo assim, os jovens na contemporaneidade estão vivendo um momento de transitoriedade na busca individual, principalmente diante da possibilidade de construir um projeto para suas próprias identidades; dialogam com outros conflitos, entre eles, questões étnicas, estratificação e bem-estar social.

Outro sinal de conflito estaria registrado nos depoimentos abaixo, quando questionados sobre a orientação sexual. Dentro de uma matriz identitária, Hall (2006) exprime que existirão operações dialógicas que afirmarão “o que somos”, isto significa também dizer o “que não somos”, “quem pertence” e “quem não pertence”. Assim enfatizamos as identidades sempre em torno das relações binárias. No caso nosso, o questionamento ao jovem responde às formas produzidas entre ser homossexual e heterossexual, se levarmos em consideração que “as orientações sexuais são realidades do campo das práticas, escolhas, construções, preferências [...]” (SOUZA-FILHO, 2009, p. 66). Assim, podemos encontrar sujeitos reconhecidos como heterossexuais que experimentam, em vários momentos de sua vida, relacionamento com pessoas do mesmo sexo sem que necessariamente se reconheçam como homossexuais. Ou mesmo pessoas que assumem a sua homossexualidade, optarem por manter uma relação heterossexual sem que afete a sua escolha – isto incide nas construções.

As narrativas abaixo desvendam o conflito das orientações sexuais a partir das primeiras experiências como “o ficar”. Mesmo não sentido atrações pelas meninas, os jovens relatam que foi com “elas” e não com “eles” que começam a despertar da sexualidade. “O ficar” aqui representa um relacionamento no qual os pares ficam juntos sem assumir qualquer compromisso; uma relação passageira. Tais comportamentos ratificam as expectativas que a sociedade cria em relação à iniciação sexual dos jovens; entretanto, ilustra também que a escolha de parceiras não foi muito valorizada por esses jovens, por não terem vinculado o desejo ao aspecto emocional, nem ao sexual.

Voltando aos questionamentos sobre sexualidade, questiono aos jovens a partir de que idade ou período de suas vidas começam a identificar a sua aptidão pela homossexualidade:

Nas entrevistas:

Ruan: Assim, que eu fiquei com uma menina, eu fiquei com uma menina que é minha amiga até hoje, a gente desde a creche estudava, aí ela me perguntou: “você tem namorada?” aí eu falei não, aí ela falou “eu quero ficar com você” eu falei tudo bem a gente fica, fiquei com ela, aí eu fiquei, mas só que eu não sentia atração nenhuma por ela, aí foi daí, foi daí que fui descobrindo, depois eu vi os meninos brincando comigo assim, aí eu achei assim legal, eu falei que é isso? É muito estranho, não sou gay, não existe não, eu sou homem, mas só que não era eu, fiquei com outra menina também, não foi nada do que eu estava pensando, aí foi daí que eu fui descobrindo o que eu era.

Daniel: 09 a 10 anos. Não é, é, não é bem, bem uma descoberta aos 09 anos, antes disso na, com, até uns 06, 07 anos, eu o quê? Fazia 2ª, 3ª série, mais ou menos por aí, eu comecei a gostar de uma menina, mas só que aí eu fui crescendo, foi passando o tempo, então, lá na rua tinha um menino e daí nós três era amigo e eu passei a gostar dele, então foi uma coisa que não tem explicação, eu comecei a gostar dele de uma hora pra outra e dele só virou amizade, então passou, o que, no máximo dois anos, eu comecei a namorar com ele e daí em diante depois a gente terminou eu não consegui mais a gostar de mulher, e nem tentar também a gostar, meu objetivo agora é só homem.

Moranguinho: Eu acho que sou homossexual porque eu já nasci assim, não foi coisa de dizer que aconteceu com o tempo, eu já nasci assim eu tive esse jeito desde pequeno, desde criança, cresci... Eu cheguei a namorar só de beijo, não cheguei a ter relações sexuais, foi logo assim quando eu tava querendo saber mesmo o que eu era, foi logo quando eu fui me descobrir aí eu peguei e falei antes de eu ir de vez pra o lado gay eu ia me testar primeiro com uma mulher.

Tito: Desde a infância, assim a noção, a percepção, primeiro assim, eu não sou igual ao que eu vejo no geral assim dos meninos, ou seja, eu tinha essa noção desde criança, a minha ligação com os brinquedos, boneca, a postura, eu prestava muita atenção a minha mãe (eh) costurando [...]

Os discursos sobre sexualidade e gênero acontecem no sentido de dar respostas à sociedade ou para impedir que aconteça um mal maior, principalmente quando um deles afirma: “eu não sou gay... eu sou homem” ou “meu Deus, eu falei: será que é isso mesmo?” Os interlocutores, apesar dos conflitos existenciais, percebem-se em múltiplas situações que vão desde as relações assimétricas para os sexos e as fronteiras para a construção de gênero, até chegarem à construção da sua própria identidade, quando afirma: “daí que eu fui descobrindo o que eu era” ou “meu objetivo agora é só homem” ou “Aí eu falei é eu sou gay vou encarar a vida.” Aqui vale ressaltar o poder simbólico do “não ser gay”, aparece como um conflito de identidade.

Em contraposição, outros jovens se posicionam de forma diferente, mesmo se percebendo meninos diferentes, eles rompem nos discursos com tais conflitos, como se a presença dos outros lhes proporcionasse força para dizerem “eu sou gay”:

Tatá: [...], então assim, entrei, eu percebi isso como uns 13 anos, meu primo que me ajudou, né?... Meu primo ele a cada noite ele, ele, ele me futucava e aí eu achava aquilo assim meio, um meio estranho e também gostava, ele começou a assistir filme pornô, passava filme pornô, então assim, ele, o que ele sentia, ele, ele passava pra mim, então, ele me fazia como se fosse uma pessoa feminina pra ele e ele fazia a parte masculina, o ativo e o passivo, então eu era o passivo e ele masculino[...]

Angico: Desde os 10 anos que eu comecei a perceber que eu era uma criança diferente só que eu não tinha essa maturidade ainda que eu era uma criança diferente, tinha certos, tinha certos gestos e assim, as pessoas já percebiam e já falavam a mim, só que eu não levava em conta porque eu não tinha ainda essa certa maturidade de saber que era aquilo que eu queria, só que eu comecei a brincar escondido, essas coisas e aí rolou um beijo com um vizinho meu, daí por diante eu comecei a ficar com ele, aí fui crescendo, fui amadurecendo e vi realmente que era isso, eu era gay.

Astral: No caso assim, no meu caso foi diferente, eu desde pequeno nunca gostei de nada de homem, nunca gostei de futebol, nada masculino, eu nunca gostei, aí quando eu era pequeno eu tinha uma prima aí eu me escondia, brincava com ela escondido de boneca aí quando meu pai apareceu eu pegava o boneco, aí com meus 8 anos de idade eu tive uma tentativa de estupro.

Rique: Eu me descobri com 15 anos, que quando eu era criança já era diferente já, também gostava de brincar de boneca, não suportava jogar bola, meu pai sempre vinha estranhando, me batia quando via eu brincando com minhas primas... Eu via os homens na rua sentia atração, ficava ereto, mas nunca percebi que eu era gay, via pessoas assim, mas eu não, não me considerava, aí com meus 15 anos eu conheci esse rapaz e aí eu experimentei (eh) a penetração tal e tal e aí eu me assumi.

As expressões agem como produtores de efeito de verdade sobre o corpo e redes de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda uma coletividade. As redes devem ser entendidas como aquilo que “[...] penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos” (FOUCAULT, 2009, p. 182). Ser homem e não ser gay é, entre outros aspectos, uma forma de exibição da virilidade. Nesse caso, o biológico aparece como a situação satisfatória na combinação dos gêneros.

Para Connell (2013), que desenvolve um programa teórico para o estudo de gênero dentro de uma perspectiva de teoria prática, a masculinidade aparece não como uma categoria singular, apesar de que o fator hegemônico corresponde ao ideal

da cultura de masculinidade, por ser aquela que mantém posição privilegiada quando comparada a outras formas de masculinidade. Sendo um construto social, a masculinidade pode ser considerada um discurso elaborado por interações, muitas vezes conflituosas, em que o corpo do homem se torna objeto sobre o qual a sociedade trabalha as práticas de diferentes formas, mas dentro de uma prática reflexiva de poder, transforma-o em símbolos, signos e posições que são cultivadas por estruturas que têm peso e solidez no contexto histórico.

Percebamos a frequência com que o órgão genital para os momentos em que falamos sobre os desempenhos masculinos se encaixam nesta expectativa, assim como a reprodução da força como características inerentes ao homem. “*Eu fiquei com uma menina*”, é uma necessidade de autoafirmação diante de um conflito, que nasce da necessidade de afiançar a virilidade como marca do corpo masculino. É uma noção eminentemente relacional e aparece num espaço simbólico que modela atitudes, comportamentos e emoções. A partir das posições que eles ocupam no “ficar”, pode-se perceber como a sociedade cria o cenário da política de gênero.

De acordo com Connell (2013), tal política é fundamentada nas sociedades ocidentais, onde se observa não existir apenas a masculinidade hegemônica, aquela que incorpora e legitima o patriarcado, garantindo posições privilegiadas e dominantes aos homens considerados heterossexuais, mas também as masculinidades, não heterossexuais, consideradas, portanto, subordinadas, aquelas com os mesmos atributos das subordinações exercidas pelo feminino em relação ao masculino, além das masculinidades cúmplices e marginalizadas.

São aceções aos tipos de masculinidades que devem ser analisadas mediante as relações estabelecidas entre elas. Para tanto, é preciso saber separar questões inerentes a classe social e raça/etnia para poder escutar as relações de gênero que operam dentro delas. Os jovens da pesquisa se declaram negros, de classe média baixa, homossexuais; mas para uns o gênero está ligado ao feminino, para outros ao masculino. Isso me leva a reconhecer que, ao tomar o debate sobre as múltiplas masculinidades, preciso tomar como parâmetro o estilo de vida, assim como as opções que os sujeitos declaram em relação as suas concepções de vida. A masculinidade hegemônica opera como modelo disputável nas relações de gênero – ela garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Diz respeito à importância das relações de poder. Nesta dimensão, destaca-se o fato de

a subordinação feminina e a dominação masculina constituírem uma linha divisória de poder na configuração da espécie.

Importante perceber na discussão os elementos que se estabelecem nas relações entre masculinidades, a partir justamente da análise das posições que estas ocupam dinamicamente na sociedade.

Moranginho: *Alguns perguntam, outros não porque tem uns que eu dou intimidade e têm outros que eu não dou, realmente eu sou um tipo de pessoa que eu só gosto de me envolver com hetero, não gosto de me envolver com pessoas do mesmo sexo que eu porque eu acho que não dá nada certo, gay com gay pra mim não dá certo, eu só gosto de me envolver com hetero. A maioria dos que eu peguei realmente se relaciona com homem e com mulher, disse que fica com mulher, namora com mulher e quando alguma vez assim curte, curte gay, mas não é só dizer curte gay, gay, gay, gay não, bissexual.*

Abaixo trago dois momentos da mesma entrevista que considero importante por explicitar como no senso-comum os sujeitos se avaliam e aferem o outro focando no discurso o lugar de pertencimento que cada um assume no palco da sua vida.

Moranginho: *Me envolver, ter relacionamento, meu relacionamento, Matheus mesmo ele é hetero, ele curte mulher e gay, mas ele falou pra mim que o primeiro gay que ele pegou assim, ele falou pra mim que o primeiro foi eu, que nunca tinha acontecido nada disso. Meu relacionamento com ele é estável, eu estou com ele desde janeiro até agora, estou com ele, ele é super carente comigo, super carinhoso...*

Moranginho: *Ele que me bateu, mas eu bati também nele porque não vou ficar apanhado, mas quem mais apanhou foi ele porque pra ele dar em mim tava muito (???) quanto mais que ele é branco, ele não procura nem brincadeira de bater comigo porque ele fica todo roxo, aí nem procura muita brincadeira de bater comigo.*

No depoimento acima, não foi interrogado ao companheiro a posição que o mesmo ocupa na relação, mas o jovem que participou define claramente as posições e se coloca no estilo da masculinidade subordinada. Connell (2013) vem enriquecer tal posicionamento quando me faz localizá-lo entre os grupos de homens que, através de um conjunto de práticas, oscilam desde os gestos fantasiosos eróticos até se tornar um receptivo anal e se assimilar na condição da mulher. Existem, na relação, os homens considerados heterossexuais-ativos, aqueles que assumem a masculinidade hegemônica e os homens homossexuais-passivos, os que assumem a condição subordinada. Nesta dimensão estão implicadas as relações de produção, onde a ordenação do gênero acontece no mundo do trabalho e na divisão das tarefas entre

homens e mulheres. No processo, as práticas de subordinação e dominação incluem a violência, a discriminação econômica e o abuso.

O que chama bastante atenção à discussão na entrevista com o mesmo jovem é a forma como apresenta através do companheiro e dos outros “ficantes”, a presença marcante da masculinidade cúmplice, aquela na qual os sujeitos têm ligações com os projetos hegemônicos, entretanto não incorporam a masculinidade hegemônica, ou seja, o gênero está ligado aos investimentos emocionais nas relações.

Moranginho: *A maioria dos que eu peguei realmente se relaciona com homem e com mulher, disse que fica com mulher, namora com mulher e quando alguma vez assim curte, curte gay, mas não é só dizer curte gay, gay, gay, gay não, bissexual.*

Nesta dimensão, as relações que se estabelecem entre o objeto “[...] desejante e o objeto do desejo podem ser consensuais ou coercitivas, independente se o prazer obtido é igualmente dado e recebido” (GARCIA, 1998, p. 44). Um tipo de masculinidade construída de forma a permitir o dividendo patriarcal, ou seja, os homens desse grupo não cumprem todas as práticas da masculinidade hegemônica, procuram viver sem tensões. Geralmente se envolvem com casamento, com a paternidade, assumem compromissos com as mulheres, mas não são violentos, nem austeros como na masculinidade hegemônica.

Logo abaixo, continuo a ouvir e refletir sobre a fala do mesmo jovem, quando me traz novo exemplo do tipo de masculinidade cúmplice, agora utilizando nomenclatura. Adiante na fala de outros jovens, pude perceber novas enunciações que ratificam a multiplicidade de práticas e sentidos das masculinidades no cotidiano dos sujeitos que vivem em conflito com os campos heteronormativos:

Moranginho: *Só dois, que é boy, boy, boy, é gay só que é boy, gay machuda.... É porque ele é gay, mas aos olhos do povo que olha pra ele pensa que ele é heterossexual, pelo jeito dele se vestir, pelo jeito dele ser, que não é mole... quem não amostra assim afeminado é gay machuda.*

Na entrevista com outros jovens:

Tatá: *Eu já estava decidido, desde cedo sempre fui muito decidido do que eu quero e aí hoje eu me considero homossexual apesar de que tem vários, vários, podemos dizer vários loucos, agora inventaram os goys que são os homens que se relacionam com outros homens só que não acontece a penetração, entendeu? Um pouco complicado de se entender essa nova classe, mas é isso.*

Eu: *Acontece o que então? Agora, agora eu fiquei curiosa!*

Rique: *Beijo... Beijo... Carinhos...Coxinhas, famosa coxinha, pode acontecer a masturbação né?... Mas eles se consideram hetero... Eles se consideram hetero... Isso, e a sociedade colocou esse grupo como goys.*

Passei a me questionar a partir das colocações dos jovens, qual o conceito atribuído aos “*gays machudas*” e o que era “*G0ys*”? Usando uma linguagem mais técnica, presente no senso-comum, o grupo de homens considerados “*machudas*”, são aqueles que tentam reprimir sua atração por pessoas do mesmo sexo, por não conseguirem compreender seus próprios impulsos não acadêmicos. Procurei expandir o conceito na academia e encontrei, nas pesquisas de Isay (1998), na área da psicanálise, que esse grupo de homens sofre bastante por não aceitarem sua própria orientação sexual e sentem necessidades de adequar às expectativas da sociedade, muitos deles decidem pelo casamento heterossexual. Normalmente estão numa zona instável, se de um lado tornar sua homossexualidade pública significa arcar com os preconceitos e a estigmatização, por outro experimentam um relativo conforto e respeitabilidade no social que é conferido à heterossexualidade.

Através das redes sociais, procurei algo que revelasse a posição dos *g0ys* (com um zero no lugar do “a”) no momento dos depoimentos. “*G0ys*” é um grupo que surgiu nos Estados Unidos em meados da primeira década dos anos 2000 que deixa claro não serem homens gay e explica que são heterossexuais mais liberais. Não fazem sexo anal com homens, apenas brincadeiras “*sacanas*”, desde que nesses contatos não ocorra a penetração, por acreditarem ser “*degradante*”.

Segundo o site Heterogoy.webnode.com⁶, portal brasileiro sobre a ideologia, o tipo de contato que os parceiros têm entre si se resume nas preliminares da visão “hetero tradicional”, ou brincadeiras “*sacanas*” na visão “hetero *g0y*”, ou seja, vale beijo, masturbação e, eventualmente, sexo oral. A penetração é rechaçada podendo esse tipo de sexo ser praticado com mulheres. Pelo movimento gay moderno, esse grupo é denegrado por conta da questão do sexo anal e da perversão. Para o antropólogo Luiz Mott, por exemplo, é interessante a exploração da sexualidade, mas os *g0ys* deveriam se firmar como gays, porque acreditar que só é gay quem pratica

⁶ Conheça os ‘*g0ys*’, homens que se relacionam entre si, mas dizem não ser gays. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/conheca-os-g0ys-homens-que-se-relacionam-entre-si-mas-dizem-nao-ser-gays-12218506.html#ixzz3CaOERuvV> Acesso 06/set/2014

sexo anal é um equívoco, a homossexualidade não é sinônimo de cópula anal, existem alternativas como sexo oral ou masturbação recíproca fazem parte da prática homoerótica. Assim também existem os homens que dizem fazer sexo com outros homens sem se identificar como homossexuais.

Durante a pesquisa começaram a surgir outras categorias como a dos *Gouines*, cujas práticas sexuais acontecem sem a penetração. Os preliminares envolvem os parceiros através de carícias, masturbação e sexo oral. Não há ativos, nem passivos, ambos podem usufruir a mesma vantagem sexual dentro de uma prática consensual. Nesse tipo de relacionamento, há a exploração dos sentidos como o toque, o cheiro, o gosto que permitem a excitação e proporcionam o prazer.

No âmbito dos estudos sobre sexualidades, o heteroerotismo pode ser entendido tendo como pressuposto um conjunto de valores ou ideias que os homens eroticamente inclinados, como identifica Costa (2002), conhecem como modelo central de masculinidade. Aplica-se tal afirmação ao modo como os chamados “gays machos” rejeitam os considerados homens “afeminados” por associá-los ao feminino presente nos trejeitos. Para os “gays machos”, o desejo sexual entre homens é bem aceito, desde que não ameace a masculinidade, ausente no afeminado, que traz para o mundo masculino um feminino ameaçado.

Mas podemos buscar melhores compreensões sobre questões ligadas aos “gays machos” em Connell (2013) nos seus estudos da masculinidade quando elucida que esse grupo se configura na categoria das masculinidades hegemônicas, por sofrerem influências por muito tempo do pensamento sobre gênero e hierarquias. Isto não significa uma dominação total, mas uma ascendência que é alcançada através do jogo de forças seja sobre as mulheres ou outros elementos do sexo masculino. Caracteriza-se, sobretudo, pelo repúdio aos atributos da feminilidade. A masculinidade hegemônica, ao possibilitar a dominação de homens sobre as mulheres, se distingue pela hierarquia e submete as demais formas de se viver a masculinidade ao seu controle ideológico, especialmente aquelas consideradas masculinidades subordinadas, por considerar os homens dessa categoria sensíveis, ou aqueles que se contrapõem ao ideal do homem machista.

Os jovens desdenham os gays machões por serem enrustidos e com comportamentos machistas, por tratarem com diferença os afeminados. Podemos identificar a partir de Costa (2002) que, para os jovens, o homem homoerótico, não

afeminado, ao ocultar o seu desejo provoca a invisibilidade da sua inclinação e uma busca desesperada pela independência ao feminino. As estruturas patriarcais criadas e perpetuadas no imaginário social desses sujeitos evidenciam o desequilíbrio entre homens e mulheres, assim como também entre homens e homens.

É importante ressaltar, e eu comungo com Gagnon (2006), neste momento, que há alguns campos voltados para a sexualidade que levam a crer que assim como as classificações de gênero são desdobradas, como percebemos em relação às masculinidades, e não entro no mérito das feminilidades, seria para mim um outro estudo ou uma outra tese, as sexualidades merecem também ser desdobradas, a fim de que se possam abordar as condutas que elas identificam, não como essências universais ou singulares, mas como mostras complexas de condutas humanas, que diferem em tempos e espaços culturais. Pauto-me nessa consideração porque o próprio Gagnon (2006), ao discutir “uma interpretação do desejo”, aporta nos estudos de Alfred Kinsey, na década de 1950, sobre as diferentes práticas sexuais entre homossexuais e heterossexuais e os conflitos e tensões sobre as condutas, a partir das proporções de atos sexuais – incluindo as fantasias que os sujeitos tinham com o outro sexo e com o mesmo sexo.

Na teoria de Alfred Kinsey, os indivíduos não têm, durante todo o ciclo de vida, uma quantidade substancial de experiências eróticas com o mesmo gênero, nem representa uma categoria unitária. Ele defende que, em cada fase da vida, o indivíduo está associado a uma nova fase da sexualidade, portanto, o comportamento sexual pode ser descrito num *continuum*, denominada escala de 0 a 6, onde cada um dos extremos representa um comportamento exclusivamente heterossexual ou homossexual e na interface permanecem as predominâncias. Na escala de 1 a 5 encontramos aqueles que são considerados heterossexuais e apenas incidentalmente homossexuais; os heterossexuais e com experiências homossexuais mais que incidentais; aqueles que são igualmente heterossexuais e homossexuais; os homossexuais e com experiências heterossexuais mais que incidentes; homossexuais e apenas incidentalmente heterossexuais.

Nos seus estudos, que representaram uma grande ruptura com as concepções médicas e psicanalistas, é possível observar essas dimensões devido às várias facetas na vida sexual dos seres. A homossexualidade, a masturbação e o sexo oral são atividades comuns na “herança mamífera”, portanto, tais atividades entre os grupos

representa a diversidade da natureza e não a perversão e desvio de uma norma biológica. O problema da sexualidade humana são as graves tensões entre as ofertas da natureza e as restrições culturais. Na natureza há uma variedade de ofertas que ele denomina de natureza não controlada em relação à sexualidade que é polida pela cultura e de maneira repressora; essa mesma cultura cultiva como bem valioso a heterossexualidade ao considerá-la como único mecanismo para manutenção da procriação.

Gagnon (2006), na perspectiva da roteirização social, converge com o trabalho de Kinsey sobre a homossexualidade, na medida em que aceita sua constatação empírica quanto à variedade de tipos de pessoas mudarem de preferências quanto ao gênero nas relações eróticas ao longo da vida, e acrescenta, quando em entrevista à Revista Época⁷, que também não se pode afirmar que todo homem gay é homossexual porque faz sexo com outro homem, mas porque tem comportamento gay, seja com os amigos, na família, na política. Muitos homens que têm relação com outros homens não se apresentam como gays porque não se pensam como gays. A roteirização da homossexualidade e da heterossexualidade e as motivações para os desempenhos imediatos, em geral, costumam restringir-se as causas ou os motivos extraídos dos campos convencionados da sexualidade e do gênero.

Trazendo a análise para os depoimentos dos jovens da pesquisa, percebo em suas falas que eles não têm ciência da complexidade que envolve as identidades sexuais e de gênero. Acredito que, no momento, não poderei considerá-los exclusivamente homossexuais se utilizar a escala de Kinsey, nem totalmente subordinados, conforme as classificações de Connell (2013) para as masculinidades. Em suas falas há momentos de instabilidade marcante, se por um lado defendem atração e desejo por indivíduos do mesmo sexo, por certo, por outro apresentam momentos em que os seus parceiros apresentam comportamento de gênero oposto ao seu, o que me leva a perceber que, nas relações, volto à escala, o grande cenário se faz nas predominâncias e, à medida que vão amadurecendo pela idade cronológica, posicionam-se sem conhecimento de causa como versáteis no arrolamento.

Mais um questionamento paira sobre os meus questionamentos, através de uma simples palavra: versátil, e o sentido dela no mundo desses jovens; isto porque

⁷ Revista Época on-line. Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT1191240-1666,00.html> > Acesso em: 13 jul. 2014.

a palavra implica um diálogo permanente entre o sujeito ativo e passivo numa relação e suas implicações na construção do gênero e da própria sexualidade:

Nas entrevistas:

Angico: [...] esse Arlindo também era gay, é gay e se ajoelhou nos meus pés querendo namorar comigo, ele se ajoelhou, eu falei assim: não dá você é gay igual a mim, não dá pra namorar com você porque eu gosto de homem e você não é homem, você é gay e aí ele se ajoelhou dizendo que eu desse uma chance a ele... eu não sabia que eu podia me apaixonar por outro gay também, então hoje eu me considero versátil além de ser homossexual eu sou versátil, eu não sou só passivo, as vezes eu nem gosto de ser passivo, eu sou agora, eu, eu, eu prefiro ser o ativo e assim ser mais versátil.

Ruan: eu sou passivo e ele é ativo... Já teve tempo que, que eu queria ser versátil, mas só que ele não aceitou.

Ser versátil pode significar ter mais liberdade de escolha na relação. Se no primeiro momento foi motivo de conflito interior, num determinado estágio de amadurecimento, encontra na variação de papéis o sexo e o relacionamento mais prazeroso que lhe possibilita com o parceiro uma união não só sexual, mas também afetiva e mais livre em termos emocionais. Diferente dele, os outros não se identificam nesse estágio, mas encontram no ato passivo, não a sensação de serem penetrados, mas de serem dominados pelo macho.

Moranginho: Eu sou gay, gay, gay, sou passivo... Não gosto, não gosto, não sinto nada... Eu sou um tipo de pessoa que eu só gosto de me envolver com hetero, não gosto de me envolver com pessoas do mesmo sexo que eu porque eu acho que não dá nada certo, gay com gay pra mim não dá certo, eu só gosto de me envolver com hetero.

Daniel: Eu sou passivo e ele é ativo... Já tentei, mas só que não foi meu forte não... Ele no, ele até, eu acho que ele me entendeu, porque ele me perguntou, eu disse que não queria então ele insistiu e aí eu tentei, mas só que eu disse que eu não queria não..., eu me considero que eu esteja na posição da mulher... Rapaz (Permanece em silêncio) nesse momento eu me sinto uma mulher (risos).

Tito: Eu sou passivo. Sou extremamente passivo. Só passivo. Só quando. Assim. Eu uso a mão. A mão ali eu tô usando. Vou alisando o corpo, vou aproveitando pra, pra abusar né? do corpo do cara, mas eu não penetro, embora já me tenham pedido. Eu não me sinto à vontade fazendo isso. Tanto que quando fui ao urologista falei: Oh moço se eu fizer isso acho que vou me, me acidentiar todo, aí o urologista disse: que não alguma coisa, é urologista meu Deus? É urologista, aí ele pegou e falou é uma coisa de prática, você tem que praticar. Eu: não, não, não vou fazer isso nunca por isso também eu tenho medo de se acidentiar.

Quanto ao medo de “se machucar”, no relato acima, pode-se perceber que o jovem age de forma romântica como as meninas imaginavam algumas décadas sobre a primeira relação. Para ele, o ativo está envolto por inúmeros mitos e impactos psicológicos, entre elas a sensação de sentir dor, que não é boa; de romper sentidos e significados atribuídos aos papéis de submissão e dominação. O papel passivo revela uma identificação com a fêmea, que durante o sexo é tomada e submetida à dominação do macho viril.

Reporto-me a Bourdieu (2007), nesse momento, para inferir a seguinte colocação expressa em uma das falas: *“eu me considero que eu esteja na posição da mulher... Rapaz (Permaneça em silêncio) nesse momento eu me sinto uma mulher (risos)”*. É interessante, porque o próprio dominado consente a dominação, o que Bourdieu (2007, p. 7-8) traduz como uma submissão paradoxal e de violência simbólica, mas uma:

...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias permanentes e simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Os jovens consentem e significam o domínio dos desenhos que implicam o ideal de masculinidade. Os corpos dos parceiros se movimentam no espaço legitimado da virilidade, atribuído aos machos, enquanto os seus se movimento na posição inferior, no ato sexual, atribuído à fêmea e na ordem feminina, uma ordem que estabelece a divisão dos sexos. Mesmo sendo de forma simbólica, seus corpos fazem parte da ordem natural das coisas e se tornam seus habitus, “[...] funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2007, p. 17). Deve ser levado em consideração que, para esses jovens manter o ânus intacto, é ser considerado o dominante, o macho viril na relação. Bourdieu alude para o sistema simbólico que se estabelece na relação homoerótica, em que as posições ativo/passivo, penetrador/penetrado, identificam e seguem uma lógica de dominação – o penetrador é o que domina – e os jovens, nesse momento, se sentem feminizados por participarem de uma relação sexual que só se aplica a uma mulher.

Essa é uma maneira de conceituar o modo como os corpos se mobilizam dentro de uma matriz heterossexual compulsória que estabelece a necessidade da coerência entre categorias diferenciadas para que os sujeitos possam ser abarcados,

no limite, para ter existência enquanto sujeitos. Butler (2010) adverte para ter cuidado com os discursos que produzem corpos sexuados e os atos corporais que não advêm apenas das identidades binárias, mas que falam pelos sujeitos e se tornam capazes de alterar as normas. As masculinidades não hegemônicas estão presentes na vida de cada corpo sexuado e podem ser percebidas, não como versões inclusas ou exclusas, mas aquelas que existem na medida em que reproduzem para a sociedade significados, como o “perigo” ou os efeitos perversos. São experiências por vezes que estão além de um referencial biológico, ou que podem experimentar o descolamento entre o corpo e a subjetividade ou entre o corpo e as performances de gênero.

A subalternidade é determinante para a condição feminina e está tão enraizada em seu inconsciente, que ele constrói um discurso para o que percebe ser homem e a mulher e como esses dois atributos habitam no seu corpo sexuado. Retrata uma realidade carregada, ainda, do poder patriarcal. Assim, meninos e meninas crescem sob a crença de que mulher e homem são o que são por natureza, a mesma onde imperam as tensões entre a manutenção do poder do macho nas relações gênero versus as possibilidades de viverem os novos modelos de masculinidades.

Existem homens que utilizam a masculinidade hegemônica para conduzir a sua sexualidade e assim constroem uma identidade associada ao “não ser”, em outras palavras, apesar de terem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, o fato de não ser penetrado, de não ser afeminado na aparência física ou nos trejeitos dão-lhes o poder de conferir uma identidade construída a partir de um conjunto de elementos que os inter-relacionam com o mundo masculino pensado pela comunidade heteronormativa.

Em relação às práticas sexuais e reprodutivas na construção social do homem (ativo) em relação à mulher (passivo); do masculinizado sobre o afeminado e nas relações de poder, os estudos de Fry e Macrae (1983) legitimam a fala do jovem quando admite ser o homem aquele que penetra, podendo inclusive ser em outro não perdendo, com isso, a sua masculinidade, diferente do penetrado, que perde o seu status de homem e é relegado ao lugar da mulher. Isto se deve pela hierarquia de dominação e submissão onde ativo e passivo permeiam as construções dos significados. Não se nega, aqui, as possibilidades dos aspectos que anunciam a

transitoriedade das coisas, nem que os sujeitos deixem de criar as mais diferentes tipologias de manifestações eróticas.

Talvez caiba aqui pensarmos a construção masculinidades hegemônicas e subordinadas, a partir da simbologia do desejo. Ao utilizar o termo “homoerotismo” para se estudar tais possibilidades dos homens vivenciarem suas sexualidades, privilegia-se a concepção da existência de uma identidade fundamentada a partir do apetite sexual, em detrimento das discussões que são travadas às características que compõem o modo de vida, em relação à sexualidade, de determinados sujeitos sociais – especialmente quando sabemos das inúmeras transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas (HALL, 2006) que proporcionaram mudanças na maneira de entender o outro e de interpretá-lo, bem como de representá-lo nos inúmeros discursos sociais.

O homoerótico, portanto, não está reduzido a um grupo específico, mas às formas mais abrangentes de se discutir como o desejo transita entre as pessoas do mesmo sexo. Em seu estudo sobre desejo, Gagnon (2006) retrata que seja qual for a semelhança na disposição dos sexos, o estudo de gênero e sexualidades, quando se trabalha com relações eróticas, não pode ser aplicado de maneira simplista, nem comparado a realidades de outras épocas, porque transforma e extingue dos estudos a ordem social mais ampla, ou aplicam-se condutas que trazem consigo pressupostos de época em que foram inventados atos de arrogância. Usar os termos homossexualidade e heterossexualidade, por exemplo, poderia ser interpretado como rótulos provisórios e frouxamente sustentados para que todos reconheçam ser uma realidade complexa.

Aqui, o que se faz necessário é o reconhecimento do uso e da explicação dos termos como atos de controle social, mas compreender a intimidade dos sujeitos que problematizam subjetividades de minorias. O lugar homoerótico esconde ideologicamente toda uma tradição discriminatória. Nele está todo um complexo dialógico das representações e das construções das identidades que por muito tempo foram associadas à prostituição, pecado, vício e crime, para depois ser concebido como patologia pela ciência e por médicos. De acordo com os estudos de Costa (2002), o termo vai ser empregado para diminuir a carga discriminatória do termo homossexual, utilizado pelo conceito médico para identificar a causa patológica do indivíduo. O termo homoerótico, portanto, cria uma noção mais abrangente para se

compreender a multiplicidade de possibilidades que os sujeitos podem experimentar em termos de práticas sexuais e desejos entre pessoas do mesmo sexo.

Na pesquisa, os jovens encontram formas de viver sua masculinidade e sexualidade, a partir das peculiaridades e referências que têm para os termos. Revelam-se como homens, se declaram homossexuais, mas na questão de gênero se consideram efeminados, ou seja, subordinados àqueles que consideram heterossexuais. As práticas sexuais, inúmeras vezes não separadas das práticas de gênero, dão ao parceiro a identidade hegemônica, quando associado ao ativo na relação. Portanto, há nas identidades sexuais diversas nuances quanto à vivência e demonstração do desejo, e especificamente entre os homossexuais é possível perceber nem todos os homens que praticam o sexo com outro homem consideram-se ou podem ser considerados homossexuais, porque estão em jogo na relação a troca e a preferência. No caso dos jovens desta pesquisa, com exceção do mais velho, que passa pela experiência do ativo/passivo, todos enfatizam que preferem a condição passiva, o que compreendem como seres próprios de uma ‘identidade’ feminina, idealizada, e assim fazem parte de uma masculinidade subordinada.

3.3 DO LUGAR (HOMOS) SEXUAL NO CONTEXTO SOCIAL NASCE O CORPO HOMOERÓTICO

Explorar um pouco as características da “cultura homoerótica” através do corpo masculino parece relevante quando se procura dialogar com a identidade hegemônica da masculinidade dentro da heterossexualidade normativa. O que interessa, no momento, não é discutir a produção da homossexualidade ou heterossexualidade como senso ou contrassenso da sexualidade, mas como através das experiências sexuais, os jovens produzem o sentido do desejo do homem homoerótico, utilizando como ferramenta de análise o que se fundamenta como o “ideal de masculinidade”. Não respondo a modos de formação das categorias, mas procuro compreender a estrutura simbólica onde são produzidas as contradições entre tais categorias que compõem as diversidades dos desejos, o ideal de masculinidade, os valores e atributos morais supostamente propostos para um “homem de verdade”.

Através dos estudos de Costa (2002, p. 18), posso afirmar que nós “somos aquilo que a linguagem nos permite ser; [...] só ela pode fazer-nos aceitar algo como familiar, ou pelo contrário, repudiá-la como antinatural e ameaçador”. Pensar o erotismo entre pessoas do mesmo sexo é levar em consideração que no imaginário coletivo tais desejos estão relacionados aos estigmas dos comportamentos desviantes, tornando-se, com isso, difícil de substituir para o normal, correto e saudável, como se concebe nos espaços sociais o heterossexual. Costa (2002) utiliza o termo homoerotismo quando pretende se referir a possibilidades de determinados sujeitos sentir diversos tipos de atração erótica ou de relacionar-se fisicamente, como andar de mãos dadas, beijar e abraçar, demonstrar carinho e afeto em público entre pessoas do mesmo sexo.

O termo também pode ser compreendido através dos “roteiros” (GAGNON, 2006) quando os sujeitos estruturam os cenários do desejo e as construções de si mesmos. A roteirização aparece como parte de um instrumental teórico que possibilita interpretar os contextos etnográficos de sexualidade e da “escolha”. A própria ideia de preferência nas relações homoeróticas em detrimento de outras categorias mais consagradas é uma tentativa de desconstruir os pressupostos existentes em construções como “orientação sexual” e “preferência sexual”, assim como em “homossexualidade” e “heterossexualidade” (GAGNON, 2006, p. 162).

Retornando o questionamento sobre as posições de ativo ou passivo nos relacionamentos, os depoimentos dos jovens trazem uma contribuição valorosa, porque em alguns momentos eles sabem somente da posição passiva e adentram nos dois universos e, mais à vontade, deixam fluir como simbolicamente as formas hierárquicas de ordenar as masculinidades hegemônicas e as subordinadas começaram a fazer parte das suas realidades de vida:

Tatá: *ele me fazia como se fosse uma pessoa feminina pra ele e ele fazia a parte masculina, o ativo e o passivo, então eu era o passivo e ele masculino, logo no início, só depois eu vi que, eu vim descobrir, tive pessoas que me ajudaram, pessoas mais velhas que eu, que foram me ajudando pra que isso terminasse.*

Astral: *[...] um homossexual que ele venha a ser passivo, ele tem, ele tem uma mente feminina, ele vai amar, dar carinho, ele vai, aquele homossexual passivo ele vai saber qual o gosto, ele vai saber o gosto, ele vai saber, não que o ativo não venha saber, mas o passivo a, a mente deles tá mais pro lado feminino, a criação, o jeito, a tolerância.*

Os fragmentos acima revelam a força da perspectiva heteroerótica nas formas possíveis para se pensar a relação homoerótica, em que um dos parceiros exerce a posição semelhante à da mulher. Consideram-se mais afeminados, até mesmo a sensação orgástica, nas expressões, se baseia nessa lógica, ou seja, o poder masculino, simbolizado pela penetração, é descentralizado. Diferente se torna quando chegam ao estágio de amadurecimento e se tornam versáteis, onde vivem sem a preocupação, nem as “neuras”, as posições passivas e ativas na hora do prazer.

Os jovens organizam suas posições na relação sexual a partir dos aprendizados que recebem sobre os lugares que ocupam homens e mulheres no ato sexual prescrito pela cultura. Tais comportamentos são desenvolvidos pela cultura e seguem em roteiros e afirmações práticas na preferência de gênero. É feliz a colocação de Gagnon (2006) sobre a interpretação social das raízes do desejo dos seres humanos, quando coloca que a motivação nada mais é do que a parte de adequação e readequação social compartilhada dos contextos sociais.

Os roteiros sexuais não se localizam como experiência concreta, mas como uma expectativa de projetos ou mesmo fantasias sexuais. “Qualquer vida de um gay ou uma lésbica, feliz ou infeliz, assumida ou enrustida, é uma vida que foi criada e preservada, às vezes por um preço muito alto [...]” (GAGNON, 2006, p. 165). Parece aceitável, neste contexto, observar os roteiros alojados nos discursos dos jovens acima e as tendências quase universais para pensar identidades sexuais como categorias uniformes.

Outro aspecto relevante no debate paira sobre como os jovens identificam as diversas práticas afetivo-sexuais nos projetos de vida conjugal. A partir de algumas falas é possível sugerir que as experiências e práticas afetivo-sexuais relatadas por eles sustentam a tese da existência de relação entre sexo e afeto, apesar de que os depoimentos estão regulados por uma perspectiva marcada pelas noções de individualidade, revelam o quanto é importante para alguns a estabilidade do relacionamento com projetos de vida conjugal.

Nas entrevistas:

***Daniel:** Eu namoro, tenho 2 anos que namorando... Primeiro eu tá, a gente tá, vai comprar uma casa juntos, comprou uma casa e morar juntos.... Meu companheiro, depois que a gente casasse a gente (eh) adotasse um menino, eu peguei todas as vezes e dei risada, não disse que sim nem que não só fiz dar risada.*

Raul: Não, eu não quero ficar, eu, eu gosto de relacionamento sério, como eu to num relacionamento sério que eu já tenho 5 anos já.... Se eu tiver precisando ele me ajuda, se ele tiver precisando eu ajudo ele, ele tem o emprego dele, eu tenho meu emprego, eu trabalho pra ter o que é meu, ele trabalha pra ter o que é dele, aí a gente comprou uma casa, comprou os móveis, tudo junto, a gente é feliz, a gente mora junto já tem 5 anos, entendeu?... Ele me faz feliz, eu faço ele feliz, então?.....É bom que a gente quando se casar no papel é bom que você não vai poder se separar assim de mim não (risos)... Foi, ele que me tirou de casa, aí eu fui viver com ele.

Em outro momento, a estabilidade do relacionamento com projetos de vida conjugal é retratada em planos secundários e levada ao fator homoerótico:

Astral: Eu, eu sou um pouco promíscuo, negócio de (??? Não compreendi a palavra) sou um pouco promíscuo por conta mesmo de muito cedo eu ter relacionamento sério e ter ficado com uma pessoa que era bissexual, ou seja, ele não considera bi, nunca se considera bi, ele se considera um hetero que curte, então assim,.... Deixe eu falar, hetero que curte, curte, ele tem uma, uma mulher, uma esposa, namorada. E aí o que acontece? terminamos e aí eu fiquei sentido, sofri, tudo muito cedo, então assim eu decidi que eu tenho que ter outro foco e relacionamento pra mim não tá nos primeiros planos, entendeu? Então assim eu to curtindo, eu to ficando e não vejo essa necessidade ainda de ter um relacionamento sério porque eu acho que um relacionamento tem que ser duradouro e tem que ter sentimento e as pessoas.

Angico: Eu, no caso eu tive 2 relacionamentos, no caso 1 era, era idade menor do que eu, mais novo do que eu, já o outro era um pouco mais velho, no caso um eu gostei muito até hoje eu sinto alguns sentimentos e já o outro não, tipo assim, era uma pessoa que queria eu pra ele e ele pra mim, não queria eu com meus amigos... eu prefiro conservar uma amizade do que um relacionamento, relacionamento tem vários e amizade não, só tem uma só, verdadeira, e hoje em dia tá difícil achar uma amizade assim, aí começou aquele clima, ele pegou e não gostou, aí a gente pegou e terminou. Desse relacionamento eu não quis namorar mais com ninguém, aí eu prefiro estar dançando, que é uma coisa que eu gosto, é o que distrai minha mente, tar no meio, no meio artístico sempre ocupou minha mente, só pra não pensar em relacionamento, em ficar com algum, ter alguém ao meu lado.

Rique: Não, no caso, quando eu era mais novo, quando era mais novo, eu era, pegava vários, vários entre aspas né? Eu era muito, namora com um aqui, não, sabe? Não tinha uma mente, hoje em dia não, eu prefiro pegar uma pessoa séria, namorar mesmo, ter um relacionamento sério mesmo, se não for isso nem quero.

Em muitas passagens dos depoimentos, as expressões vêm repletas de significados sobre moral e tradição a se adequar às expectativas da sociedade e acabam reproduzindo os relacionamentos heterossexuais. “Tirar de casa”, na fala de

um dos jovens, nos reporta ao período em que a virgindade era considerada tabu, e a sexualidade feminina pertencia ao homem da vida da mulher. A ideia circula como um ato de integridade do outro, no caso o companheiro, de reparar pelo erro de ser o primeiro a penetrá-lo durante o ato sexual.

Importante observar que, para o relacionamento estável ou não, paira sobre a decepção da troca não correspondida. Nos depoimentos, fica evidente que muitos deles são levados pelo medo de se envolver numa nova paixão, porque o amor romântico é baseado na cumplicidade, na troca de carinho e na dependência do afeto; quando estes fatores desmoronam no relacionamento, os sentimentos transformam em decepção e negação.

Apesar de no cotidiano esses jovens procurarem viver a felicidade, a respeitabilidade social que a estabilidade lhes confere de forma diferente das normas sociais quanto à estabilidade conjugal, prescrevem as bases dos valores heterossexuais e defendem a estabilidade monogâmica. Daí desejarem o casamento no estilo heterossexual como garantia de direitos civis e como tentativa de superação da falsa “anormalidade” conferida aos homossexuais. Utilizando os estudos de Colling (2013), podemos afirmar que, historicamente, sejamos ou não heterossexuais, vivemos a herança da heteronormatividade.

As identidades eróticas não são naturalizadas, mas produto de construções culturais que se amplia nos discursos do senso comum, e assim se constroem os sujeitos normais, adequados e sadios versus os diferentes, ou seja, aqueles que ferem as referências de gênero. A posição “normal” é de alguma forma legitimada e reiterada. O binarismo do gênero transita livremente nos territórios. Apesar de não negarem predileção sexual pelo homoerotismo, nem a materialidade dos corpos, os jovens deixam implicadas as hierarquias e as relações de poder no ato sexual heteronormativo.

O aporte está na feliz colocação de Colling (2013), mais uma vez, quando alude ser possível perceber que, mesmo não tendo práticas heteroeróticas, os homossexuais se comportam e aspiram, às vezes, pelo modelo de vida heterossexual. Entretanto, a heterossexualidade dentro de uma trajetória histórico-social nem sempre representou o normal e o bom. Muitas vezes se apresentou associada à condição em que os sentimentos tinham um sexo biológico. Assim, homens e mulheres alimentavam-se da chamada atração física não pelo sexo oposto, mas pelo gênero.

Além dos impulsos complexos que envolvem sexo diferenciado e erótico, o sentido da perversão ou manifestações anormais do apetite sexual passou a ser o ponto-chave do desejo, e isto acontece em ambos os sexos. Nesse sentido, as práticas sexuais são guiadas por diferentes estilos de vida sexuais, como ilustra Gagnon (2006, p. 67), “uma reinterpretação de variáveis que atendem a diferentes necessidades sociais e psicológicas entre os sujeitos”.

Mas há de levar em consideração que no momento da pesquisa outros jovens se mostram contrários aos relacionamentos estáveis, por acreditarem que vivem o momento mais fascinante da vida, a juventude, por isso, os jovens dessa pesquisa não desejarem relacionamentos sérios, preferem “ficar”, viver a liberdade. Isto não os isenta de que no relacionamento não exista intimidades ou proximidade. Diferente dos testemunhos anteriores, em que os jovens consideram o namoro mais interessante, uma necessidade de ter alguém ao lado para compartilhar a vida, as declarações abaixo revelam que o relacionamento é como algo imprescindível na vida de qualquer ser humano, porém, não alimentam envolvimento ou o compromisso sério, por terem em mente que a liberdade lhes proporciona um ir e vir mais solto, podem conhecer outros parceiros e não necessariamente ficar apegado apenas a uma só pessoa:

Astral: *E o que é que acontece, o que aconteceu? Eu tive, eu fui uma relação, estava com uma pessoa amiga e uma terceira pessoa queria ficar com amigo meu, na verdade não era com meu amigo era comigo, ele hetero, considerado como hetero, nos beijamos, tiramos roupa, ficamos nus né? Não foi amor porque foi assim, à primeira vista e ter uma relação, então não foi amor, foi um prazer ali rápido.*

Angico: *Eu namorei 6 meses, terminei, foi meu primeiro namorado, sério mesmo porque pegava um aqui, outro ali, outro ali (risos) aí namorei 6 meses aí terminei por causa de ciúmes, era muito ciumento. Pegava muito no meu pé, me prendia demais, queria ser dono da minha vida, aí chegou um tempo eu terminei, fiquei solteiro tem dois meses, comecei a ficar com outra pessoa, não deu certo mais uma vez e gosto de uma pessoa que no momento já é comprometido e vou vivendo a minha vida.*

Os jovens revelam a necessidade da falta de compromisso nos relacionamentos amorosos por vários fatores que os ligam a sensação do medo, da traição, da submissão e da violência no tratamento dos companheiros. Beijar, trocar carícias sem compromisso é uma forma de defesa, mas também de busca da pessoa ideal. O desejo e o vínculo afetivo sexual estão mais ligados à questão do momento.

Nestes contextos até aqui evidenciados nos trechos dos depoimentos, o homoerotismo aparece sendo interpretado sob vários vieses. O sexo tem força ideológica que rotula e padroniza os comportamentos; as estruturas sexuais básicas da sexualidade criam múltiplos espaços para as identidades de gênero e as zonas de conforto construídas nas experiências dos sujeitos. Assim como as masculinidades hegemônicas e subordinadas têm suas formas plurais de interações, que precisam ser levadas em consideração, pelos reflexos que as relações entre os gêneros e como eles se traduzem nas representações sociais.

Utilizando os roteiros sexuais, defendidos por Gagnon (2006), a constituição sexual e do desejo, assim como o sentido do amor e da estabilidade no relacionamento podem ser percebidos a partir da roteirização das condições sociais e cotidianas que dão a cada um deles a possibilidade para viver o erótico. O erótico, portanto, pode ser percebido no universo homossexual sob várias versões, mas o mais importante nesse trânsito é como se compreender os fenômenos que se encontram nesse jogo de interesses. Ele se constitui um ato, onde os jovens concebem a si e ao outro. Doravante são as mais variadas interações sociais que conduzem esses jovens à ação prática, às vezes, vivenciando sentimento, em outros momentos não.

O próprio Costa (2002, p. 28-29), em suas pesquisas psicanalíticas, se questiona sobre o “verdadeiro homossexual” e argumenta se: “o verdadeiro homossexual é aquele que se sente atraído e só se relaciona sexualmente com homens? ”. Argumenta também, como ficam “aqueles que se sentem atraídos por homens, mas por qualquer razão pessoal nunca mantiveram contatos físicos dessa natureza? ”. Mais adiante interroga aqueles que “se sentem sensualmente atraídos por homens, mas só tem relações físicas com mulher? ” São inúmeras situações e singularidades do contexto homoerótico, constituindo-se, assim, projetos e identificações, além de uma pretensa classificação entre as categorias homossexual e heterossexual.

A crença na existência de um modelo de homem idealizado, que representa a verdade de masculinidade, nega os vínculos mais profundos de afetividade que pode viver o homossexual. São as interações e a maneira como os sujeitos significam as padronizações, que podem organizar uma diversidade de identidades. Entre os desejos, moralidades e subversões sexuais existem inúmeras experiências sexuais

vividas pelos sujeitos, apagadas pelas normas que regulam os comportamentos. Ser gay com identidade masculina heterossexual é mais tolerável que ser “gay afeminado”.

As fronteiras sexuais estão impregnadas de esquemas classificatórios. A aspiração pessoal que aflora na juventude, por exemplo, através das descobertas, das relações amorosas, das primeiras experiências sexuais vem carregada de contradições e conflitos entre as diferentes possibilidades de viver a sexualidade e a própria definição de identidade sexual. Os discursos são carregados de forte pressão para a conformidade aos padrões sexuais dominantes. São construções das identidades sexuais que residem no entroncamento das duas categorias. Repousa entre elas um terceiro elemento, a masculinidade considerada marginalizada. Para Connell e Messerschmidt (2013), compreender como as masculinidades transitam no social, é preciso procurar entender as questões relacionadas à classe e etnia como instâncias de identidades recriadas pela dinâmica social e como estão simultaneamente em relação uma com as outras.

Os discursos sobre as masculinidades marginalizadas são antes de tudo discurso sobre a condição de estratificação na conjuntura social dos sujeitos que habitam em zonas de abjeção, ou em regiões para onde são enviados todos aqueles que não se enquadram no binarismo sexual, portanto, uma masculinidade híbrida que demarca fronteiras. Os sujeitos marginalizados ou minorias sexuais surgem como se fossem receptoras das informações predeterminadas pelas masculinidades hegemônicas no fator identidades, contudo, se elegermos abarcar que existe uma variedade possível de vivência da sexualidade e do gênero, veremos que esses mesmos sujeitos também se organizam para uma conquista de melhores espaços que garantam tratar as suas diferenças com diferentes.

No que concerne às questões étnico/raciais, Messeder (2008) corrobora na discussão da eugenia da raça na literatura quando, através do mito da miscigenação, negam-se os atributos de contribuintes da taxa de fecundação dos brasileiros legítimos aos homens indígenas e negros. Os discursos são unilaterais do modelo de masculinidade hegemônica ligada, apenas, ao poder patriarcal de masculinidade branca, colonizadora, mas é preciso considerar existir modelos de masculinidades hegemônicas adotados pelos varões negros. As “[...] novas identidades sociais tornam-se visíveis, provocando em seu processo de afirmação e diferenciação novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como ‘política de

identidades” (HALL, 2006, p. 10). Da combinação das masculinidades e hierarquias surgem propriedades que apontam a necessidade de reavaliação do conceito de masculinidade hegemônica, principalmente por serem padrões múltiplos de identidades de gênero.

4 CONSTRUÇÕES FAMILIARES NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS HOMOAFETIVOS

Um abrasador debate que há algum tempo vem agitando a sociedade brasileira diz respeito a conquistas do direito de parentalidade dos homossexuais sobre diferentes formas e registros. Tal polêmica combina conceitos enraizados de família, que ainda tem por base as diferenças de gênero quanto a cuidado e reprodução humana. Através de discursos naturalizados, há apropriação do fator biológico nas representações de gênero que ratifica o poder binário dos sexos na organização simbólica da família.

A pesquisa explora, no universo da juventude homossexual, as significações do homem-pai. "Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte [...] juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens" (NOLASCO, 1995, p. 151). Evidencia-se a constituição social na construção das identidades do macho, por meio de representações sociais de gênero. O masculino ainda é imaginado segundo os padrões conservadores que tipificam o homem como o provedor da família, másculo.

As pesquisas e obras de Moscovici (2004) apresentam as representações como algo que deve ser pensado como um importante elemento de coesão grupal, no qual determinado grupo construirá uma realidade a partir do processo de comunicação onde há "[...] estruturas dinâmicas operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem juntos com as representações" (MOSCOVICI, 2004, p. 47). Seria uma forma de dialogar com uma sociedade que vive em processo constante com o novo; que está em conflito permanente com as cristalizações das tradições.

Portanto, são vários fatores que determinaram as condições que os jovens pensam e constroem seus projetos de vida familiar e pessoal, não se tornando receptores passivos; eles pensam, produzem ou rejeitam a vida de um filho em suas vidas em detrimento não da sua escolha sexual, mas a outros projetos que considerem no momento, mais importantes para as suas realizações pessoais; entre elas está a vida profissional e o bem-estar social. A noção de constituição de família, ainda aparece como algo não familiar, mas que pode vir a ocupar um lugar nos seus projetos de vida.

A partir da teoria de Moscovici (2004), a ancoragem transforma o estranho, o perturbador e ao mesmo tempo o ameaçador numa ação comunicativa. Nela, “nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo [...]” (MOSCOVICI, 2004, p. 61). Assim, quando discuto conceito de família entre jovens homossexuais, busco a percepção como eles julgam tal possibilidade, observando que nas relações sociais os seus projetos de vida familiar devem atender aos padrões tradicionais do binarismo para os sexos, quando existe a presença do filho no universo do casal.

Para o teórico, o grande nó social está em não se questionar os sentimentos que unem os pares que participam da dinâmica da família considerada “diferente” e como estes aportam a categoria hegemônica como modo ideal ou não em suas vidas. Daí se fortalecer conceitos distorcidos de “famílias desestruturadas”, vistas somente pelo ponto de vista negativo. A construção do pertencimento em relação ao vínculo familiar, por exemplo, nada mais é do que o fator que liga o adulto (pai) à criança (filho). Fator esse que ultrapassa as fronteiras do biológico, do social e paira sobre uma dimensão mais ampla, quando atinge a natureza afetiva.

Os conceitos de família entram em um sistema intrincado de relações, de sentido de pertencimento, de trocas afetivas e emocionais. São alianças entre partes, em que a filiação faz parte do processo sobre o qual repousa a perpetuação dos valores da família. Segundo Lévi-Strauss (1976), a família é o espaço onde se desenvolvem as normas de filiação e de parentesco, construindo sistemas elementares que unem indivíduos e sociedade. Nela, os indivíduos incorporam um conjunto de disposições típico da posição estrutural a qual devem desempenhar na sociedade. Os pais transformam-se em símbolos vivos, de um extraordinário poder que influencia a vida psíquica do filho, de maneira que não se pode atribuir a força a outrem.

Segundo Roudinesco (2003), Lévy-Strauss estabeleceu que a família é encontrada em todas as sociedades humanas, organizando-se dentro das duas grandes ordens: a do biológico e a do simbólico. A família, entendida em seu sentido mais extensivo, como nuclear, passava por três estágios evolutivos: o primeiro, a “família tradicional”, que assegurava a transmissão do patrimônio e era regida pelo poder do pai, transposição direta, para o seio do privado, do direito divino dos reis, reconhecido publicamente no regime da monarquia; depois é caracterizada como a “família moderna”, onde prevalece a lógica afetiva, romântica, em que o casal se

escolhe sem a interferência dos pais, procura a satisfação amorosa e sentimental, sendo que o poder e o direito sobre os filhos são divididos entre casal e o Estado. Por fim, a “família contemporânea ou pós-moderna”, em que a transmissão da autoridade passa a ser cada vez mais emaranhada em função das rupturas e recomposições que a família vai sofrendo.

Tal avaliação se soma àquelas que destacam a concepção de família, imagens e visões simbólicas que compreendem como raízes, base de tudo, as dádivas de Deus como ponto de equilíbrio social. Os estudos de Singly (2007) apontam que, até meados do século XX, a família estava centrada na lógica do amor e da afeição. Tratava-se de uma família constituída por um homem e uma mulher que desejavam ter filhos e estruturavam suas vidas em torno de um casamento sob a condição de se amarem.

No período considerado pós-moderno, o elemento central da família, a ser considerado, não é o grupo, mas o indivíduo. Daí Singly (2007) afirmar que a família é considerada, paradoxalmente, relacional e individualista. Na tensão entre esses dois polos se constroem e se desfazem os laços familiares – a fórmula mágica que lhe permita ser livre junto; onde o ideal é a alternância entre um “eu” sozinho e um “eu” com o outro.

[...] A família moderna é uma instituição na qual os membros têm uma individualidade maior do que nas famílias existentes anteriormente. Essas divergências individuais se acentuam se consolidam e, como elas são os cerne da personalidade individual, esta vai necessariamente se desenvolvendo. Cada um constrói uma fisionomia própria, sua maneira pessoal de sentir e pensar. O fato dos indivíduos terem cada vez mais sua lógica própria tem como efeito diminuir o comunismo familiar, pois este supõe, ao contrário, a identidade, a fusão de todas as consciências em uma mesma consciência comum, que os envolve. (SINGLY, 2007, p. 35)

A família começa a ser caracterizada como um grupo regulado pelo amor, no qual os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças, e os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem. Dentro dessa nova realidade surgirem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas “produções independentes”. Tornam-se mais frequentes duplas de mães ou pais solteiros ou já separados compartilhando a

criação de seus filhos. Chegamos ao século XXI com a família pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresenta.

Em contrapartida, os estudos das representações sociais sobre família são bastante heterogêneas e refletem a diversidade de concepções que a mesma possui decorrente dos mais diversos formatos que se configurou nas sociedades contemporâneas. Os discursos construídos em torno de uma lógica para estrutura de família devem ser desconstruídos, em consideração que na contemporaneidade entra em debate no conjunto social as novas ordens familiares que se desencadearam mediante processo de “[...] emancipação que permitiu as mulheres afirmar sua diferença, às crianças serem olhadas como sujeitos, e aos ‘invertidos’ se normalizarem” (ROUDINESCO, 2003, p. 11).

Discursos ideológicos que produzem pouco a pouco assimetrias e atentam para uma arena discursiva de significados ou significações de ordem simbólica entre gênero e sexualidade. Não há o desaparecimento da família, mas uma revolução quanto ao seu conceito. A paternidade, no estudo de família, torna-se objeto de novos debates sobre as masculinidades hegemônicas e subordinadas cujos significados até então estão naturalizados aos conceitos tradicionais de gênero e de cuidado. A figura do pai é responsável pela identidade na relação pai-filho quando pensada a partir de um conjunto de referenciais de identificações dos indivíduos em relação à construção coletiva. As masculinidades aqui aparecem atreladas à noção de virilidade, assim como a paternidade deve ser contemplada como um projeto de vida dos jovens para a vida adulta.

Segundo Lyra e Medrado (2000), o papel do homem, particularmente do pai na família, anteriormente negligenciado, tem emergido nas agendas dos movimentos de mulheres e das instituições internacionais e nacionais que propõem e implementam políticas públicas, como uma forma de promover a equidade de gênero. Para os autores no plano dos valores, o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres vem sendo discutido não apenas no que diz respeito à “cidadania pública”, mas também à “cidadania privada”, ou seja, a maior participação das mulheres na vida pública deveria corresponder maior participação do homem na vida privada. Rever a própria política ou linha de intervenção, abrindo canais para pensar a masculinidade, a paternidade e maneiras de encorajar os homens para que sejam responsáveis por

seus comportamentos sexuais, papéis sociais e familiares são recomendações algumas vezes encontradas nos últimos anos.

A família formada por pessoas do mesmo sexo tem se tornado um fato visível em todas as sociedades, a partir do momento em que começaram a lutar por direitos. Num período bem recente, o movimento dos homossexuais pleiteava o “direito à diferença”, rejeitavam a família, por considerá-la lugar de opressão – aquela que impedia a liberdade sexual. A partir da segunda metade do século XX, eles passaram a reivindicar o direito de filiação e “inventaram uma cultura da família que não passava, sob muitos aspectos, da perpetuação do modelo que haviam contestado e que já se encontrava ele próprio em plena mutação” (ROUDINESCO, 2003, p. 181). Nota-se que os modelos que predominam estão presos ao tradicional de família heterossexual, monogâmico, hierárquico e com ênfase no biológico.

Segundo a autora, “o que assistimos hoje não é uma revolução que conduziria ao desaparecimento da família, mas a uma evolução que, ao contrário, a torna perene: o desejo dos homossexuais de entrar na ordem procriativa, ou seja, na ordem da qual haviam sido excluídos”⁸. Caminhando contra alarmismos e inquietações, que a família não se dissolveu, e apesar de uma crise do princípio da autoridade no Ocidente, ela se reorganizou de forma horizontal e em redes, garantindo a reprodução das gerações.

4.1 CONCEITOS DE FAMÍLIA: UM BREVE RELATO

Família enquanto instituição social é o elemento central a qualquer sociedade e pode variar de acordo com o tempo e o espaço em que se encontra. Torna-se um terreno fecundo para os estudos dos fenômenos biológicos, sociais e culturais. Sua forma de organização, as relações e interações estabelecidas no dinamismo interno e com a realidade exterior, os desenhos elaborados pelos seus membros referenciadas em cada classe social, as mudanças ocorridas ao longo do tempo, as interações são alguns dos elementos que me leva a estudar as significações de paternidade para a juventude homossexual, partindo dos múltiplos conceitos sobre família.

⁸Intervenção de Elisabeth Roudinesco na Assembleia Nacional da França, a propósito do projeto de lei Casamento para todos, em debate no país. Publicada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, em 26/11/2012 por Vitor Hugo.

O conhecimento científico sobre família me permite evidenciar, nesse momento, algumas teorias as quais se discutem de acordo com o cuidado metodológico e as intervenções ideológicas marcadas pelo momento histórico, social e cultural nesta realidade. No mundo presente, a família abandona o caráter natural – unidade de reprodução biológica – e assume uma nova feição que atende aos fenômenos culturais interdisciplinares da sociedade contemporânea, marcada por relações complexas, plurais, abertas, multifacetárias e globalizadas. Nesse momento, é preciso levar em consideração também o peso das diferentes categorias sociais nela agindo. Nas camadas sociais mais altas, ela prevalece como a linhagem, enquanto para as camadas sociais média e baixa aparece, ainda, na forma nuclear, identificada com a modernidade, mas para as camadas populares, ela está ancorada nas atividades domésticas e nas redes de ajuda mútua.

Através de diferentes óticas, a família é estudada sob as mais diferentes configurações. Se para alguns teóricos é preciso pesquisar as famílias de classe média, nelas estão inseridas aquelas que são brancas e aquelas que são negras; aquelas famílias têm nível superior e aqueles que com dificuldade chegam à conclusão do ensino fundamental, não reduzindo, assim, observar a família à reduzida unidade linear. Portanto, o arsenal teórico, que trabalho aqui, pode ajudar nessa pesquisa à medida que criou uma série de noções das quais tenho consciência de não dar conta de uma única definição, até porque discutir família na contemporaneidade requer tratar das dinâmicas que fazem parte das relações familiares, e estas extrapolam a unidade doméstica.

Começando pelos estudos de Bruschini (1989), a família é ser vista como uma unidade sintética na medida em que a realidade não cabe por inteiro no modelo. Na sociedade ocidental machista, o que predomina é um grupo composto por marido, mulher e filhos. A relação conjugal continua sendo o elo mais forte e mais importante, o papel do pai identifica-se com o fator biológico, em que o controle da sexualidade feminina é âncora que garante a paternidade biológica. As reflexões sobre família estudadas a partir da década de 1950 através de correntes teóricas determinantes do funcionalismo, principalmente das escolas americanas que tinham como expoente Parsons, identifica a família como uma agência social cujas funções básicas estão centradas na socialização dos filhos e na estabilidade do adulto. A tese reforça a ideia

da família nuclear, aquela que opera e interage mediada por papéis diferenciados, assimétricos e definidos sexualmente como complementares.

Através da teoria Segalem (1999), a família a partir da abordagem socioantropológica é parte da perspectiva histórica e etnológica das mudanças e divisão sexual do trabalho no seu interior. Chama atenção para o fato de que tais mudanças ocorrem mais intensamente, quando na década de 1970, os estudos femininos abordam temas relacionados à família, principalmente aqueles ligados aos trabalhos domésticos e às relações de parentesco. Observa que daí se intensifica a crise da família. Em Sociologia da Família, Segalem (1999) mostra o poder de resistência e adaptação que a instituição familiar teve que atravessar face às mudanças econômicas e sociais da época e como se reconfiguraram as relações conjugais com a divisão sexual dos papéis. Chama a atenção para que não haja uma homogeneização diante da crise de divisão de papéis, por ser um aspecto meramente cultural e só uma parte dessa divisão tem raízes biológicas. Assim, “o que numa sociedade é definido como tarefa masculina, pode ser classificada como tarefa feminina noutra” (SEGALEM, 1999, p. 244).

O estudo sobre família, segundo Sarti (2000), é percebê-la num universo em transformação, mas não uma transformação totalizante, mas que se permite dimensionar o peso de cada elemento que se transforma nela. Isto comporta pensar como as relações entre pais e mães e filhos mudam, as novas relações entre homem e mulher, homem-homem, mulher-mulher com reivindicações às individualizações. Cada elemento em metamorfose contribui para que haja a promoção dos novos arranjos familiares, de modelos não convencionais daquele tradicional nuclear com dinâmica hierárquica de gêneros. Isso necessariamente não quer dizer que as relações familiares tenham extinguido o caráter tradicional da família, mas o que observamos é que, com o aparecimento de modelos monoparentais, multinucleares, homoparentais, houve um rearranjo de aparato social e legal que deu a esses padrões a sustentação de novos desenhos de família.

Singly (2007) traz uma grande contribuição quando traça análises focadas nos comportamentos conjugais e parentais, mas salientando as relações interpessoais. A chave do processo é perceber a individualização, à medida que as pessoas são interdependentes.

[...] A família moderna é uma instituição na qual os membros têm uma individualidade maior do que nas famílias existentes anteriormente. Essas divergências individuais se acentuam se consolidam e, como elas são os cerne da personalidade individual, esta vai necessariamente se desenvolvendo. Cada um constrói uma fisionomia própria, sua maneira pessoal de sentir e pensar. O fato dos indivíduos terem cada vez mais sua lógica própria tem como efeito diminuir o comunismo familiar, pois este supõe, ao contrário, a identidade, a fusão de todas as consciências em uma mesma consciência comum, que os envolve. (SINGLY, 2007, p. 35)

Com isso, atenta para o fato de que a família como espaço de socialização e das relações afetivas “[...] revela contradições internas: é pela mediação do outro que o indivíduo pode ser (ter a sensação de ser) ele mesmo” (SINGLY, 2007, p. 134). Adiante acrescenta que na família “os elos de independência são ao mesmo tempo necessário e negado”. (SINGLY, 2007, p. 135).

Em relação aos novos modelos de família na sociedade contemporânea, o autor seleciona elementos-chave que contribuíram para o aparecimento de novas formas de vida familiar: questões relativas à reprodução humana – controle da fecundidade por meio da contracepção –, caráter temporário dos vínculos conjugais, crescimento do número de pessoas morando sozinhas, crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, uniões livres e de recomposições familiares. Portanto, para ele, o pluralismo familiar é o “[...] resultado de uma profunda transformação das relações de gênero e da emergência de um novo equilíbrio entre autonomia individual e pertencimento familiar” (SINGLY, 2007, p. 76). É importante observar que o autor não trabalha o fenômeno familiar na sua totalidade homogênea, mas como um universo de relações diferenciadas, guiada por distintos modelos, variantes nas expectativas da própria sociedade e às necessidades de cada membro que dela faz parte.

De acordo com Petrini (2009), estudos de famílias das classes populares, por exemplo, observam a família como rede de solidariedade, valorizando o parentesco como fator de proteção, a significação das relações familiares e dos vínculos de pertencimento para enfrentar situações adversas. No entanto, afirma-se nos ambientes mais modernos e escolarizados a tendência à individualização, que reduz a importância dos vínculos e torna mais frágeis as relações interpessoais e familiares.

Nos estudos de Bourdieu (1999), a família é considerada como responsável pela transmissão de um patrimônio econômico e cultural, mas não se pode furta em

dizer que o que mais a define são as estratégias. Pela predisposição do *habitus*, atua em uma série de processos que estão, a todo tempo, construindo e desconstruindo relações sociais. Seus agentes obedecem constantemente às regularidades, mas agem de acordo com os seus próprios interesses. Bourdieu (1999), ao conceber sujeitos como agentes, os percebe à medida que atuam como produto de estruturas profundas, produto da experiência biográfica individual, histórica, coletiva e da interação entre essas experiências, aqueles que são dotados de um senso prático, um sistema adquirido de preferências, classificações e percepção.

A partir de tal análise, as estratégias familiares não podem ser definidas meramente pelo parentesco, domicílio ou coabitação. São dimensões que fazem parte de um grupo real onde os agentes nelas inseridos produzem e reproduzem biológica como socialmente suas opções, objetivos, escolhas, decisões que lhes conservam posições na vida cotidiana. Entretanto essas estratégias não rompem ou criam novos modelos de família, isto porque os agentes estão a todo tempo dissolvendo e recriando grupos familiares no curso de situações concretas.

O estudo sobre família envolve uma rede de conformações. Também aponto em Roudinesco (2003) quando afirma que o que une o casal, nos novos modelos familiares, seria uma busca de realização sexual. Hoje, podemos falar que o tipo de união existente é a união vista como temporária, na qual o casal busca uma satisfação no relacionamento, mas que, ao menor sinal de insatisfação, esse pacto conjugal pode ser quebrado. Equivalente, posso afirmar que existem outras situações que precisam ser levadas em consideração, como: a regularização da sexualidade por parte do Estado que deve atuar conjuntamente com os padrões das relações de trabalho, por sua vez tem consequências nas escolhas feitas pelos indivíduos na sua vida pessoal, como a decisão de casar, separar, ter ou não filhos. Por fim, não se pode deixar de considerar as formas assumidas pelas relações de gênero na organização dos novos arranjos familiares.

4.2 A FAMÍLIA HOMOPARENTAL ENTRE OS NOVOS ARRANJOS DE FAMÍLIA

Dentre as múltiplas famílias que se reconfiguraram a partir da metade do século XX, destaco nesse trabalho o modelo de família homoparental, caracterizada

pelo vínculo conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo. Casais homossexuais que vêm conquistando direitos não só relativos ao reconhecimento das uniões estáveis, mas da possibilidade de adoção e procriação medicamente assistida (PMA), promovendo importantes reconsiderações sobre as relações parentais.

A homoparentalidade, ou seja, situação na qual pelo menos um indivíduo homossexual assume a responsabilidade por uma criança é um termo que foi empregado pela primeira vez em 1997, em Paris, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) (ROUDINESCO, 2003), que tem levantado polêmica na sociedade, por colocar em discussão a orientação sexual dos pais ao mesmo tempo em que refere ao cuidado dos filhos, a ausência de papéis fixos entre os membros, a inexistência de hierarquias e a circulação das lideranças no grupo. A diferenciação sexual assume um dos fatores de maior questionamento em virtude da condição de que são o pai e a mãe os atores imprescindíveis na construção da identidade da criança. Noções de alteridade e diferenças estão tão arraigados no imaginário social que atrelam ao fator cuidado a necessidade da polaridade dos gêneros heterossexuais, como se os homossexuais fossem destituídos dessas diferenças.

Pesquisa desenvolvida por Zambrano (2006) sobre parentalidade entre homens homossexuais e através das análises das entrevistas e do grupo focal dessa pesquisa em debate, reconhece-se, entre os atores, a importância do sexo feminino para ajuda no cuidado e educação das crianças; todavia, tal aporte pode ocorrer não necessariamente na célula familiar e nem em virtude de um casamento heterossexual. Os participantes desta pesquisa, definem a parentalidade e o papel feminino na conjuntura, a partir do vínculo consanguíneo, mas ratificam, mediante todos os conflitos, que a expectativa gira em torno da ligação afetiva que une as pessoas. A figura da mãe aparece em vários depoimentos, no papel da avó, como aquela que espera participar do cuidado e criação do neto. Assim, foram encontradas no grupo (entre outras) as seguintes alusões:

Tatá: *A questão de minha mãe que ela sempre falou assim comigo “poxa queria ter um neto, você me daria um neto” eu falei assim: não, tem um problema, eu te dar um neto não, o negócio é eu ter condições de manter o meu filho. Não adianta um filho com uma mulher, seja lésbica ou mulher mesmo e não conseguir sustentar meu filho.*

Angico: *Aí ver minha mãe como ela fala “ah eu sempre quis ter um filho homem, filho homem e você é gay”, não é que ela fala*

desfazendo, ela fala referente a um neto, um casamento na igreja, eu, eu creio que seja por conta disso.

É possível observar nos depoimentos os choques que se estabelecem nos vínculos afetivos da relação mãe-filho. O comportamento materno é de grande relevância para se entender como os jovens adquirem significados específicos em função dos seus projetos de vida e trajetórias individuais. Se por um lado ela acreditou, apenas, na possibilidade heterossexual como via normativa de escolha sexual na vida do filho e posteriormente ele vir, na vida adulta, dar continuidade ao nome 'de família', e quando percebem que sua inclinação sexual é para as pessoas do mesmo sexo, isto se torna para ela um choque, principalmente quando procura no silêncio o sentido da 'culpa', onde errou ou falou na educação do filho. Por outro lado, abre-se para inúmeras outras experiências diante da realidade apresentada e leva em consideração as percepções sensoriais e emocionais de identificação com o filho desde os primeiros cuidados efetuados quando criança.

A mãe, na relação familiar, é o sujeito capaz de suprir a expectativa no sentido de entender e traduzir os conflitos do filho. Na intimidade estabelece a reciprocidade, desenvolve uma conexão estreita e contínua que assegura confiança e assim pode levar em consideração responsabilidade pelo filho em qualquer situação e assume entre seus inúmeros deveres maternos, o de amar e proteger mesmo quando este não atende as suas expectativas. Importante ressaltar que ela permite que o filho viva suas experiências salvaguardando seus direitos dentro de casa.

Os planos com netos e casamento mencionados pelos depoentes desencadeiam uma atmosfera de incertezas sobre a constituição familiar. Para Roudinesco (2003) todos os pais têm o desejo de que os filhos sejam idênticos a eles e desejam uma vida estável onde incluem o matrimônio e a filiação dentro dos padrões heterossexuais, não percebem a possibilidade dos filhos homossexuais virem atender as mesmas expectativas da procriação através da reprodução assistida ou da adoção e se tornem pais tão capazes de cuidado quanto aqueles considerados heteroparentais. A parentalidade pode atingir a dimensão da coparentalidade, em que os jovens podem agir conjuntamente com outras pessoas que interagem no núcleo familiar e podem cooperar tendo em vista o exercício do cuidado e da educação daquela criança.

No caso das avós citadas pelos depoentes, as mães redefinem a posição que irão ocupar entre o cuidado do filho e o desenvolvimento do neto através da disponibilidade de prestar atenção, de transmitir valores e rituais de família. Segundo Zambrano (2006), devido à variação de papéis sociais da função parental, o sentido da procriação aparece como fator biológico associado à parentalidade como exercício cotidiano da criação e do cuidado. São elementos combinados que representam escolhas. O que se evidencia, no contexto, é uma socialização através das práticas sociais que incluem, no arranjo da vida cotidiana, espaços para novas figuras parentais. Assim, o modelo tradicional continua a servir de referência, mesmo que haja a incorporação das novas configurações familiares.

Ancorados nos valores que caracterizam uma realidade presente e que não transcende os fenômenos exclusivamente biológicos, os jovens depoentes buscam, através de novas configurações familiares, alimentarem toda expectativa gerada pela família e a própria realização pessoal para o exercício da paternidade:

***Astral:** Eu sempre sonhei em ter um filho com uma lésbica.... É... Tipo assim, eu sei, todo gay, toda lésbica se tiver um filho não vai querer que seu filho seja um gay ou uma lésbica porque sabe o que vai se passar, ele vai passar porque ele já passou, então assim eu já tendo um filho com uma lésbica, eu sou gay, ela é lésbica, se meu filho ou filha ser um gay ou uma lésbica já vai ser mais fácil pra ele entender, tá treinando o psicológico dele [...], entendeu?*

Embora seja mais comum entre nós os vínculos serem formados através da família nuclear, monogâmica, heterossexual e com finalidade procriativa (ZAMBRANO, 2006), o sonho do jovem acomoda-se na multiplicidade de novos arranjos familiares. Num primeiro olhar, a função parental parece ancorada na constituição de uma família homoafetiva, em que a criança deve ter pai e mãe na mesma condição sexual, mas um olhar mais clínico revela, em termos de vínculos de família, que o filho vai atar laços com a família reconstituída decorrente de uma recomposição afetiva, marcada por uma estrutura complexa, conformada por uma multiplicidade de vínculos e nexos. Além da paternidade e maternidade biológica, a criança estará ligada essencialmente à paternidade e maternidade socioafetiva que representa o convívio de carinho e participação do companheiro ou companheira dos pais ou mães biológicas que mantêm verdadeira entidade familiar. Desses arranjos, sobressai o cuidado e a reciprocidade de compartilhamento das funções parentais.

O que o jovem não observa é que o seu sonho pode traduzir-se em ambiguidades nas regras, originando conflitos pela oposição entre as atitudes manifestas e os desejos encobertos, produto da falta de clareza dos lugares, direitos e deveres de seus integrantes. O filho aparece a partir da perspectiva pessoal, mas coloca em questão as categorias básicas para a parentalidade e parentesco na formação familiar da criança, na medida em que seu discurso se aproxima muito do modelo de família no qual foi criado.

Esses cruzamentos de fronteiras e informações levam-me a pensar as mudanças que se processaram nas estruturas familiares até então respaldadas nos laços de consanguinidade e nas posições do homem, da mulher e dos filhos na estrutura familiar. A presença do filho na vida do jovem “Astral” não aparece como um projeto de vida, mas nutre um “familiarismo redescoberto” (ROUDINESCO, 2003, p. 9), ou seja, a busca da igualdade de direitos em matéria das práticas sexuais. Ele não rompe com a ordem estabelecida da família, mas gera forte vontade de integração a partir dos laços de afinidade e pertencimento. A família aparece, portanto, como tradicional naturalizada, todavia, nela é reconhecida outras formas de compensações através de arranjos simbólicos que consagram espaços ou redutos das realizações pessoais.

Existe também no depoimento uma imersão na “coparentalidade entre gays e lésbicas, que pode ser tanto de dois casais, como de um casal de lésbicas com um gay ou um casal de gays com uma lésbica” (GROSSI, 2003, p. 269-270). O importante é apreender na fala uma alusão ao conceito cujo fenômeno é relativo na medida em que pode ou não variar o envolvimento dos pais nas relações conjugais; daí se pensar o modo como os parceiros dos pais irão se ajustar às novas funções e responsabilidades inerentes à criança. O posicionamento do jovem me leva a buscar o significado do termo família entre os inúmeros conceitos estabelecidos na pós-modernidade marcados pela individualização e conflitos dos pares.

Considerada um fenômeno universal, a família moderna supõe uma aliança entre as partes, e a filiação aparece como processo sobre qual repousa a concepção naturalista da diferença entre os sexos, dando, por conseguinte, continuidade ao processo social das alianças; transforma-se, assim, a família em um tecido relacional. Para Petrini (2009), a noção de bens relacionais nasce do fato de existirem bens que o mercado não pode oferecer e necessidades que não podem encontrar resposta fora das relações familiares, como a paternidade e a filiação. Este fator aponta paradoxalmente sua fragilidade por

não ser possível saber antecipadamente a duração de sua existência, pois há, apenas, um desejo de união pela maioria das pessoas.

No Brasil, o levantamento demográfico de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perguntou, pela primeira vez, a opção sexual dos casais entrevistados e apontou que há mais de 60 mil casais homossexuais, ou seja, um número considerável de famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo; e estas começam a ganhar visibilidade social. A região Sudeste é a que tem mais casais que se assumiram homossexuais, com 32.202. Em seguida, está a região Nordeste, com 12.196; e a Sul, com 8.034. Pelo levantamento, a região Norte é que tem menos, com 3.420, seguido pela região Centro-Oeste, com 4.141 casais homossexuais.

Pesquisa da Folha de São Paulo, em 2013, revela 67 mil casais homossexuais, em que 55% dos lares dos entrevistados a responsabilidade do domicílio é compartilhada – os dois contribuem para arcar com os gastos. Esse percentual é menor (39%) nos lares dos 37,6 milhões de casais heterossexuais, segundo o IBGE. Diz Renato Meirelles, presidente do Data Popular:

Os casais homossexuais são mais escolarizados, ocupam empregos melhores e, por essa razão, têm renda mais elevada. Como a maior parte é de casais sem filhos, concentram menos gastos em itens básicos e têm renda disponível para os mais sofisticados.⁹

Nesse sentido, Roudinesco (2003) ressalva que dezenas de pesquisas realizadas na França e publicadas entre os anos de 1973 e 1995 também revelaram que os homens homossexuais vêm demonstrando ser pais tão comuns quanto qualquer outro, e nada permite afirmar que seus filhos, sejam biológicos ou afetivos, encontram-se em estágio mais perturbados, quanto às diferenças sexuais, que os filhos de casais heterossexuais.

A família homoparental começa a se estruturar a partir dos anos 80; começa a ganhar visibilidade entre os novos modelos de família, incluindo os novos perfis masculinos, não apenas da virilidade, mas incluindo o novo perfil dos “novos homens”, mais participativos na vida afetiva e familiar, dividindo com as mulheres os espaços públicos e privados. Tais mudanças hierárquicas no comportamento dos homens redesenha uma nova formação familiar, que vem a possibilitar também novos

⁹ Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/06/1288155-gastos-de-casais-gays-devem-movimentar-cerca-de-r-69-bi-em-2013.shtml> Acesso em: 09 set. 2014.

questionamentos em relação aos gêneros nas definições de papéis maternos e paternos. A concepção de paternidade, por exemplo, se depara com uma demanda de questões subjetivas advindas do perfil de pai, ou seja, aquele que é ativo, atuante e comprometido com a educação e cuidados dos filhos.

Os estudos de Gato (2014), sobre homoparentalidades nas perspectivas psicológicas, identificam que a família, mesmo na modernidade, tem um lugar de destaque na vida dos indivíduos, por estar relacionada diretamente à questão do afeto, respeito e bem-estar pessoal. Nesta medida, a família está longe de ser uma instituição prestes a desagregar por trazer consigo os valores mais elementares que dão identidades aos indivíduos. As transformações que ocorreram desde o final do século XIX em termos econômicos, sociais, culturais caracterizaram também a modernização da família e a variedade de modos de vivê-la. Assim, é possível se perceber que é cada vez menor o número de pessoas que se encaixam no modelo nuclear tradicional, relativamente ao qual as outras configurações são comparadas.

4.3 O SENTIDO DE FAMÍLIA: UM OLHAR PESSOAL DA JUVENTUDE HOMOERÓTICA

A família, como unidade de análise, requer debate em várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, Direito, Psicologia, entre outras, por ser uma entidade complexa que envolve não só a estrutura social, mas as articulações entre os gêneros, as relações de parentesco, de alianças e as gerações. Enquanto unidade biológica está diretamente ligada às relações entre os sexos, mas se for tratada pelo fator social, entra em consonância com as relações de poder, pelos direitos de obrigações dos seus membros. Segundo Therborn (2006), ela é sempre o resultado das relações sexuais passadas e correntes, porque sem sexo não há família.

O autor vai mais além e ratifica que, mesmo com os avanços na emancipação feminina, o patriarcado está longe de extinção. O que existe é uma nova ordem familiar e diferentes tipos de família quando a análise sobre ela recai sob três pontos de vista: o patriarcado, quando se aprofundam questões ligadas ao poder familiar; o casamento, referente às relações sexuais entre as partes, e o terceiro elemento é a

procriação. A família como instituição social pode ser considerada uma das mais antigas, portanto, pode ser definida por normas edificadas na sua constituição.

Na Constituição Federal do Brasil, no artigo 226, parágrafo 4º, define-se entidade familiar aquela entidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988). Tal definição abrange aquelas decorrentes do casamento, as uniões consensuais e monoparentais. De acordo com Gonçalves (2007), o Código Civil (Lei nº 10.406/02), quanto à parte de Direito de Família, apenas reconhece o direito de sucessão, que em linha reta abrange cônjuges, companheiros e colaterais. O importante é observar que não há também na legislação brasileira uma uniformidade no conceito de família, porque muitos elementos estão ligados às relações de afinidade, descendência e consanguinidade.

A família matrimonializada e sacralizada do início do século XX, tutelada pelo código civil de 1916, com a modernização cede espaços às novas formas de família que foram se distanciando muito do modelo formado pela família organizada no sistema patriarcal. Com o código civil de 2002, aqui no Brasil, a família contemporânea se pluraliza, não se restringe mais tampouco às famílias nucleares. A afetividade passa ser o ponto central para os conceitos que irão ser construídos sobre família, agora não mais uma instituição fechada com as características de uma entidade política, obediente ao patriarca, mas como uma instituição unida por laços de liberdade e responsabilidade.

Atentando para mais um conceito de família incluindo a veracidade da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, o Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente, nos julgamentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, ao conferir interpretação conforme o art. 1723 do Código Civil, admitindo a possibilidade de união estável formada por casais do mesmo sexo, com os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis heteroafetivas, bem como gozar de toda proteção.

Neste contexto, é possível afirmar que família advinda tão somente de um casamento heterossexual, vem cedendo espaços para as novas noções de família, entre elas a homoparental, constituídas não pelo caráter biológico, mas sobretudo pelas relações de afeto entre os seus membros. Todavia, há de se evidenciar que tais conceitos, no senso comum, são recheados de expressivas experiências singulares e

fundamentais à construção das identidades dos indivíduos. Assim, entre muitas vozes, a mesma com tanta modernidade, ainda aparece como aquela capaz de emergir não somente o código genético ou o afeto, mas acima de tudo o respeito, o amor, a significação de compartilhamento e cumplicidade.

Para pensar família na contemporaneidade, podemos utilizar a interessante reflexão de Singly (2007), quando realça que historicamente a família desempenhou funções de reprodução biológica, reprodução social e construção de identidade. Embora as duas primeiras dimensões continuem essenciais, a última tende a se sobressair atualmente. A família se constitui, portanto, num espaço, em princípio, onde se configura a disponibilidade de amor gratuito e incondicional, alimentam a construção do indivíduo nas diferentes etapas da vida, cabendo-lhe, portanto, a produção de pertencimento, uma vez que, em suas cátedras, há um compartilhamento de tarefas com a sociedade e com o Estado. Passa a ser “um órgão secundário do Estado que controla, apoia e regula as relações dos membros da família” (SINGLY, 2007, p. 29). Se por um lado ela aparece como espaço de afetividade e intimidade dos indivíduos, por outro emerge como instituição capaz de articular múltiplas formas de convivência e faz emergir novos modelos e arranjos que lhes garante a estabilidade como conceito de família.

Durante as entrevistas questioneei o sentido do casamento, constituição familiar e o que pensavam da vida a dois:

Ananda: *Penso sim... Ai meu casamento eu penso eu tudo do bom e do melhor, seja na igreja, papel assinado, seja a lua de mel, festa, uma festona assim, pra todos os gostos e estilos, como segue a tradição.... Do homem, da mulher.... Quero casar com um hetero mesmo...É isso que eu sonho pra meu casamento.*
Silêncio

Ananda: *Ele trabalhando a gente, eu também trabalhando, depois que a gente ter tudo na nossa casa, tudo que a gente quer, eu penso em adotar uma criança, uma menina, que é o que eu mais gosto é menina, adoro muito criança e aí a vida segue.*

Tito: *Então, o casar eu deixo em standbay, eu deixo em standbay. Eu não penso muito na ideia do casar. Eu penso na ideia de eu ter um companheiro fixo, morar junto. O filho a questão do filho é eu penso em ter ai um amigo meu falou assim você vai ter como? Eu vou adotar.*

Anderson: *Sim, sim, sim. Não, eu tô falando do meu eu, tô falando do eu, eu [...] não vejo isso. Pra eu chegar e me, me direcionar a um fórum*

pra assinar um papel, tem que ser uma coisa muito séria, mas muito, muito séria mesmo.

Ruan: *Eu penso e aí a gente vai (risos) Ele fala isso sempre “bora casar?” eu falei agora não..... Pra gente, não sei, é bom que a gente quando se casar no papel é bom que você não vai poder se separar assim de mim não (risos).*

Daniel: *Por isso mesmo, por a gente viver tão bem, seria mais um motivo de a gente tá dois em um só. Não é bem assinando um documento, mas a partir daquele documento pra mim iria mudar muita coisa, sei lá, eu ia achar eu, ele faz parte de mim, eu faço parte dele, se arrancar um pedaço dele tá arrancando um pedaço de mim, então pra mim, como eu to dizendo: dois em um só... Um proteger o outro, um tá do lado da, do outro, compreender o que o outro no que o outro pensa e tá ali pra ajudar até o fim da morte, até quando a morte vim. Um ajudando o outro ali, lado a lado.*

Apesar de hoje a juventude ser mais informada sobre questões que envolvem vida a dois, nada impede que estejam confusos ou divididos sobre debates que envolvem namoro e casamento. Os depoimentos trazem consigo o modelo idealizado da família padrão, sobretudo, a família matrimonial onde os mitos e os tabus ainda são muitos. Eles próprios entram em conflito consigo próprios, quando expressam valores e princípios morais com relação a sua sexualidade. Vivenciam nos relacionamentos os comportamentos mais arraigados de uma cultura extremamente voltada aos padrões heterossexuais. Existe uma grande procura para regularizar os direitos matrimoniais, porque ali, para eles, está constituído o sentido de linhagem.

Interessante pensarmos como é difícil para os jovens desconstruírem um modelo tão bem estruturado como é a família matrimonial que se torna para a sociedade o modelo ideal. Assumir o casamento tende a ser uma grande responsabilidade por ser um ato solene, celebrado entre duas pessoas sob a promessa de fidelidade e amor recíproco. Há nos depoimentos uma idealização do “amor romântico”, em que se reproduzem papéis tradicionais do enlace. A vida a dois reflete um romantismo compartilhado, ideal, regada pelo afeto mútuo, que concentra a expectativa de felicidade.

Entretanto, esse amor romântico vem regado também de individualidade quando expõe o seu desejo emocional cimentado na satisfação plena, mas pessoal. Para Singly (2007), tais indivíduos querem ser livres em conjunto. Desejam ter uma vida conjugal, ou seja, ser com o outro do qual depende muitas vezes de maneira excessiva a construção do seu estado de pertencimento; em contrapartida prezam por uma vida pessoal

autônoma. No contexto, Giddens (2003) contribui quando afirma serem posições marcadas pelo amor confluyente, ou melhor, as performances do amor romântico vêm acompanhadas do igualitário, negociado e centrado na satisfação mútua.

Os relacionamentos dos jovens estão imersos na noção do casal moderno que enfrenta os desafios crescentes da igualdade de gênero, da dinâmica da realização e a valorização da individualidade. Os pós-modernos desejam ter segurança, como afirma Singly (2007), querem uma estabilidade no presente. Para ratificar tal posicionamento, reporto-me a Heilborn (2004), quando alega que eles negociam permanentemente a continuidade do vínculo que, tal qual um contrato, pode ser quebrado a qualquer momento quando qualquer um dos parceiros assim decidir. Percebe-se, portanto que a ideia de fidelidade tão evidente na fala dos jovens é cada vez menos praticada pelos parceiros, porém ainda permanece como um ideal.

Ousei em perguntar o que eles consideravam um relacionamento estável, Entre eles dois depoentes chamaram mais atenção para o debate por mencionarem a palavra noivado com tradicionalismo para o ato em si, e mencionar a expressão “ele me tirou de casa”:

***Tatá:** Hoje sim, mas com 3 meses, 4, antes não. Porque hoje, hoje ele falou comigo em noivar, hoje ele pretende noivar comigo.*

***Ruan:** Foi, ele me tirou de casa, aí eu fui viver com ele... O que? Foi o meu primeiro... Foi. Sério mesmo, foi ele. E até hoje.*

Noivar passa a significar para ele maturidade do relacionamento, o primeiro passo para a formação da sua família. É um compromisso social e moral que envolve responsabilidade entre as partes. Ser pedido em noivado pode significar o andamento da vida em família. Observa-se, portanto, a tendência dominante do processo de extensão e garantia dos direitos. Ao mencionar que o companheiro lhe pediu para noivar, na ordem tradicional esse ocupa o lugar do masculino nas representações sociais do sexo, uma razão simbólica que se reatualiza também nos novos arranjos familiares. Em seu depoimento, o jovem reproduz aquilo que uma parte da sociedade, hoje, não almeja mais em chegar, como namoro, noivado e casamento, tendo como consequência os projetos de filiação na vida do casal.

“Tirar de casa” em tempos de permissividade, como os atuais, a virgindade é contemplada como um valor moral e indica a necessidade de haver não só o envolvimento amoroso, mas o compromisso do outro na relação. São valores

carregados de conservadorismo e de machismo por parte do jovem, através dos quais demonstra que para a sociedade ainda existe uma supervalorização da honra, ao mesmo tempo em que acredita está se igualando ao simbolismo da perda da virgindade feminina e dê um valor especial à fidelidade conjugal a formação da própria unidade familiar.

São expressões que retratam o período em que a mulher era limitada a uma relação direta de submissão ao pai e ao marido, reflexo do discurso hierárquico entre os gêneros, em que a valorização da virgindade é retratada como um zelo à posição dos valores morais que exerce sobre o controle do corpo feminino. Tanto o noivado como o “tirar de casa” destacam a importância que os jovens ainda dão, mesmo que simbolicamente, à honestidade e ao medo de terem a reputação maculada – um posicionamento cujas representações reforçam os princípios da ideologia patriarcal alicerçada nos valores da honra, respeito e moral dos sujeitos.

As relações são expostas e assumem significados simbólicos, entre os quais os acordos entre duas pessoas que celebram juntas a cumplicidade, o amor e fidelidade. Entretanto, outros fatores apontam contradições pela fragilidade como são expostos até porque não é possível sabermos antecipadamente a duração de uma relação, e sua força, pois há na fala dos jovens um desejo de união a qual a maioria das pessoas deseja (SINGLY, 2007). Nota-se que a presença do ideário romântico se faz presente quando simboliza o momento de acolhimento. Interessante observar que, nesse tipo de ritual, a liberdade individual fica ameaçada com a possibilidade de simbiose ou de uma carência afetiva.

Coletando outros depoimentos sobre relacionamento estável, além do já coletado no capítulo anterior, muitos ratificam não se sentirem preparados para vivenciar tal experiência, por ser um grande passo para a vida adulta:

Angico: *Eu, eu, eu ainda não penso em, em casamento, não penso em casamento porque eu ainda acredito que eu não tô preparado ao ponto de sair de casa, pretendo terminar, concluir o ensino médio, fazer um curso técnico de radiologia ou senão (eh) dependendo de como eu me saía no vestibular, faça Fisioterapia, mas eu não me vejo ainda com essa maturidade ao ponto de assumir uma relação estável, um casamento eu ainda não me vejo...*

Rique: *Eu, eu pretendo terminar os estudos assim, eu pretendo seguir alguma coisa na carreira artística, eu faço dança[...], arranjar um trabalho pra ganhar muito bem, pra ter uma casa como eu quero, como eu sempre sonhei, sair da casa do meu pai pra poder ter meu canto,*

no caso, que eu bote quem eu quiser (eh) relacionamento, amigo, a hora que eu sair, que eu entrar, só e só isso mesmo.

Anderson: *Pro meu viver a dois eu acredito que seja (eh) o respeito né? (eh) o respeito, as, a, a reci, como é? Ser recíproco, nunca parei pra imaginar assim viver a dois, né? Uma pessoa assim, um companheiro do meu lado, né? Mas assim parar assim pra pensar o que é viver a dois, o que é realmente de fato viver a dois eu nunca parei pra analisar isso não.*

Ananda: *Eu nunca namorei não. Porque eu acho que namoro quebra muito a cabeça, interfere muito nos estudos, então eu disse mesmo pra mim que não quero, quando eu terminar meus estudos eu posso até arranjar um namorado.*

Tito: *Porque eu pretendo, eu não pretendo me relacionar com um parceiro, até porque geralmente não dá certo, casar é coisa do sexo.*

Com isso talvez possamos dizer que os jovens trazem implícito na sua fala o caráter de transitoriedade da juventude decorrente da compreensão que têm da vida adulta, como estágio estável do ser humano. Revela uma preocupação quanto ao sentido de trabalho, vida profissional e não sair cedo da família de origem. Esses os jovens são considerados pertencentes à “geração canguru” (HENRIQUES; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004), apesar de estarem aptos para a vida profissional, em vista de já terem alcançado uma faixa etária considerada de jovens adultos e estarem no último ciclo da educação básica, parecem, ainda, não estarem prontos para a vida fora dos limites da casa dos pais. Revelam desejar uma vida social com mais autonomia centrada nas relações que estabelecem entre a família e a escola.

Para esse outro lado do pensar jovem, num relacionamento estável há o acréscimo de tensões entre reconhecer-se como indivíduo e a necessidade de se afirmar enquanto grupo. São mais expressivos os projetos de vida que centralizam outros interesses, como a formação escolar e o mundo do trabalho, ou outros projetos que irão fazer parte de outros interesses do grupo de que faz parte, como os lazeres e o “ficar”, caracterizando situações de instabilidade, o que não significa, necessariamente, que irá abandonar o projeto de vida a dois, mas a prioridade e que demarca as fronteiras para a vida adulta está mais relacionada a garantir a estabilidade financeira, como ter a casa própria, uma boa educação, para depois pensar na vida conjugal e na presença dos filhos em suas vidas.

Somado a tudo isso, é importante levar em consideração que a família ainda é considerada prioridade na vida desses jovens. Apesar dos conflitos, eles reconhecem

outros fatores que são aceitos, como o acolhimento, que acabam por determinar os vínculos familiares. Nos seus discursos, a grande questão dos conflitos entre eles e os pais ou entre a família como núcleo de convivência está ligado, sobretudo, à sexualidade, por ter suas escolhas como um ponto difícil principalmente para os pais, por serem de gerações diferentes da deles. Em muitas passagens revelam a idealização da mesma, mas ao mesmo tempo em que aparece como uma referência, se torna um problema por viverem em épocas e com valores diferentes de seus pais.

Ananda: *Meu pai me discriminava muito, como até hoje ele não aceita muito né? Mas minha disse que não é pra eu ligar porque quem me dá tudo é ela e isso e pronto. Ele dá um dinheirinho que ele acha que é muito, de vez em nunca, que dá pra até pra ajudar um pouquinho né? Mas quem me dá tudo e sempre me deu foi minha mãe.*

Ruan: *Minha mãe, eu perdi minha mãe em 2010, não tenho mais mãe, meu pai, ah ele ficou, ele entrou em depressão, porque isso e aquilo, foi embora, aí foi deixou a gente aqui e foi embora pro interior.*

Tito: *E aí meu pai sempre teve muito problema comigo, até uma vez que estourou uma coisa na família e aí foi um problema, foi uma barra, mas depois passou, tudo foi passando, mas meu pai ficou retado, ele é retado até hoje comigo por causa disso, mas o que me salvou foi os estudos.*

Todos os que participaram da pesquisa fazem parte da família monoparental, com exceção de dois que vivem com os pais, os demais têm na figura materna ou nos avós o grande referencial de família, mas todos apresentam fortes vínculos de dependência econômica e não demonstram pressa em sair de casa para constituir uma nova vida. Com destaca Sarti (2000), a família sinaliza reciprocidade e ultrapassa os limites da casa envolvendo uma rede de parentesco mais ampla que contribuem para a criação e educação de seus filhos. Outros problemas enfrentados pela família na execução de seus papéis, diante de fatores como a instabilidade financeira ou empregos incertos, também contribuem para desenvolver outros arranjos que envolvem a rede familiar como um todo.

Outro fator a ser levado em consideração nos vínculos familiares dos jovens homossexuais é, sobretudo, a homofobia, que se constitui carro-chefe para uma boa parte deles. Em muitas passagens das entrevistas, o medo se consagra pelas tensões da família em não os aceitar como homossexuais e precisar prestar conta a sociedade sobre tal, que com certeza iriam rotulá-los com termos pejorativos que desqualificam a própria imagem da família, quando utilizarem os termos “viado”, “bicha”, “lacraia”,

entre outros tantos que poderíamos estar citando. Construções simbólicas que codificam e remetem às diferenciações expressas de valores, regras e lógicas que deixam marcas e traumas no consciente que se inscrevem na memória. Assim quando muitos pais descobrem, por exemplo, que o filho é gay, o instintivo ato de evitar leva-os a insultar, espancar ou expulsar de casa, cria-se uma situação-problema dramática, que se traduz para as partes em angústia.

Diante de tal posicionamento, procurei lançar a problemática buscando, na fala dos jovens, compreender a angústia da família quando estes resolvem se declarar homossexuais. Nas entrevistas, os jovens mostram uma família compreensiva, que acolhe, é receptiva, mesmo quando no primeiro momento o choque ser traduzido como negação. No grupo focal, os discursos mudam de figura, e as colisões aparecem simultaneamente, conforme relatos abaixo dos dois momentos da pesquisa:

Ananda: *As outras pessoas nenhuma, só meu pai assim que tinha preconceito logo no começo assim, mas depois mainha foi conversando com ele, que ele tinha que entender que era aquilo mesmo que não ia ser ele que ia mudar, aí mudou hoje em dia (eh) a opção dele, a palavra dele já é outra.*

Thiffany: *A relação com meu pai agora é boa, me dá conselho, agora, mas antes minha relação, minha relação era péssima com ele, agora, agora ele conseguiu entender mais, principalmente que ele é pastor, imagine aí, evangélico.*

Daniel: *Quando meu pai pegou muito no meu pé, eu parei e pensei: Meu Deus, será que é isso mesmo que eu quero, minha família contra mim e eu persistindo nisso? Mas aí a diante eu fui ver que a vida é minha, eu não vou poder viver pelo que até minha família pensa, então eu resolvi, sou gay, e meu pai vai ter que aceitar isso, como ele aceitou e hoje ele me defende de unhas e dentes.*

Silêncio

Daniel: *No começo minha mãe ainda ficava de cara feia comigo, ela não, não se abria muito comigo, mas aí em diante depois ela começou a se chegar, se chegando, perguntando muitas coisas, ela chegou e me perguntou se era isso mesmo que eu queria, eu disse que era, nesse dia eu pensei que ela ia mudar de vez, e não, desse dia pra cá que ela se apegou mesmo comigo a mim.*

Moranguinho: *Porque logo no começo assim meu pai ficava falando das minhas amizades, aí eu me prendia mais, mas chegou certo tempo que não dava mais pra prender, eu comecei a me soltar. Aí ele pegou e falou que não queria eu no meio de baixaria, no meio de baderna.*

Angico: *Com quem você anda, nunca os familiares de fato lhe ajudam dessa forma, eles sempre desviam do caminho, do assunto, nunca tá*

ali disponível pra tá conversando... Algumas situações que familiares se empenham muito pelo ouvido por conta da vizinhança e aí que termina trazendo um transtorno pra nós, que transtorno é esse? “Ah meu filho é gay? ... seria bom se as famílias entendessem isso e lhe ajudasse, lhe explicasse, mas você acaba querendo ou descobrindo as coisas sozinhos, a família não ajuda, a família gosta de um outro gay, mas não gosta do gay da família.

Em outros depoimentos:

Astral: *O meu problema maior é meu pai, porque eu percebi que quando eu não era assumido era tudo normal, ele tratava, me tratava normal como tratava minhas irmãs, depois que eu me assumi ele começou a me tratar com indiferença, como me trata até hoje.*

Tatá: *Não, só a família de meu pai e eu acho que ele é o único que não aceita, ele sabe, mas não aceita, tem preconceito com todos os gays, [...] ele choca qualquer um gay que tiver perto dele, sentado ele aqui no ônibus ele levanta e sai, um, é homofóbico total. Eu moro com ele atualmente, mas minha convivência com ele normal ainda, mas ele sempre solta piadinha às vezes “cadê a namorada?”*

É interessante observar que a vida familiar vem vinculada à violência simbólica que se comunica com a intolerância, mas que é permissível na concepção dos jovens. Pais e mães se apoderam de todo amálgama de sentimentos contrários à opção sexual de seus filhos no sentido de evitar “o mal”. Tais comportamentos se configuram num extenso campo cultural, capaz de criarem a necessidade de punições para com os filhos homossexuais, que vai desde um puxão de orelha em espaços públicos, diversos tipos de exclusões, até a violência mais bruta. Portanto, precisamos perceber que a “[...] família é o espaço cercado de campos de batalhas abertas pelo sexo e o poder [...]”. (THERBORN, 2006, p. 11); uma instituição apoiada pelas forças biológicas e sociais, e responsável por regular as condutas de gênero entre seus membros.

As atitudes dos pais e mães são contrárias à sexualidade dos filhos porque decorrem daí as representações da família idealizada, chamada de família estruturalista, cimentada na figura do pai, da mãe e do filho como modelo universal, inalterável e na diferença de gênero – uma família que se delimita simbolicamente a partir do discurso do próprio indivíduo e entendida como formulação discursiva em que se estrutura dentro dos parâmetros biológicos o sentimento do amor, tendo em vista a perspectiva do acolhimento e o afeto em relação ao outro.

Outras reações adversas dos pais podem aparecer mediante determinadas reações dos filhos, como é o caso do relato do jovem abaixo:

Tiffany: [...] imagine, eu cheguei lá pinteí minhas unhas de vermelho, cheguei lá ele falou que eu ia tirar, eu falei eu não vou tirar, ele “você vai tirar”, eu falei não vou, aí começou a briga, ele pegou o negócio pra tirar e começou a me empurrar e ficou aquela perturbação, minha vó tava dentro de casa passando mal, eu falei que não ia tirar foi uma briga desgramada e eu disse e acabei não tirando, de noite eu fui pra rua.

O pai apresenta dificuldades de aceitar o transformismo do filho por não atender o ideal de masculinidade, além da inclusão de novo desempenho, mais de caráter feminino, se tornar insuportável e injustificável perante os olhares maldosos de parentes, vizinhos e conhecidos. Pintar as unhas passa a ser sinônimo, para o pai, de travestismo do filho. Contudo, mesmo na zona de conflito, é importante observar, no modo de agir do pai, o sentido de proteção, mediante a incompatibilidade que se configura nas atitudes do filho, não consideradas normais para um homem. A ordem heteronormativa contida no cotidiano reitera, estabelece e hierarquiza identidades, assim como gera situações dramáticas ligadas à extrema violência física, psicológica e sexual, que ele, na condição de pai, não quer ver o filho vivenciar.

Nas pesquisas de Castro, Magalhães e Abramovay (2011), o conceito de proteção, entendido como cuidar, “evitar riscos”, pode sugerir outros antagonismos. Os jovens, nas suas trajetórias de vida criam impulsos, qual seja o de modelação e exercício da autonomia. Buscam ser sujeitos de direitos, mas com o direito a inventar direitos, principalmente quando os fenômenos se relacionam aos desejos e prazeres. O conceito de autonomia aqui também reflete a extensão na qual o indivíduo pode exercer controle sobre sua própria vida dentro do âmbito privado e âmbito público. Tal conjugação conceitual, para as autoras, entre vulnerabilidades, proteção e autonomia, mais se complica quando se aterrissa no debate sobre sexualidade, e nesta se destaca um tipo de orientação que encontra resistências, na tradição e nos aparatos ideológicos básicos da cultura.

De acordo com Roudinesco (2003), é justo admitir que a relação pai-filho está imersa numa ideologia que impõe o primado da paternidade biológica à qual devem obrigatoriamente corresponder às funções simbólicas religiosas de como Deus que criou Adão, proporcionou o mérito da perpetuação da espécie. A conservação dos valores soa como um protesto, não contra o desejo do filho em viver um gênero diferente ao seu sexo, mas contra a exploração e a ameaça que o filho venha vivenciar de fatores externos. O papel do pai marca um episódio tenso e carregado de conflitos

e responsabilidades de ambas as partes, porque o jovem se contrapõe a ele e busca no cenário familiar a dissolução de valores e dos interditos sociais.

Discutir a relação pai-filho para compreender as fronteiras criadas pelos jovens quando questionados sobre seus projetos de paternidade e filiação é importante na medida em que é possível verificar como os jovens, mesmo nas classes sociais menos favorecidas, vivenciam a autoridade do pai fundada em códigos regidos e repressivos, mas também como se formam as redes de apoio que amenizam a situação, sobretudo, aquelas sustentadas pelo “acolher”, assegurar, proteger e cuidar, legada ao feminino. No encadeamento, é deliberada a forte presença feminina na figura da mãe, da irmã, da madrinha, da tia, da amiga que entram como mediadoras no processo dos conflitos.

É através dos laços de parentesco que elas exercem praticamente a mesma função na vida dos jovens; para eles, elas são consideradas o elemento agregador na família, de forma que compõem uma rede social e afetiva complexa, mas com relações de poder, de gênero e com tendência a uma maior horizontalidade nas relações familiares. A afetividade vem acompanhada da cumplicidade, da solidariedade nos projetos de vida comum. Tal posicionamento, eu ratifico através das declarações abaixo:

Tiffany: *Minha irmã, muito tempo, meus irmãos também antigamente era esse critério de, de dizer que eu tinha que ser homem de qualquer jeito, mas hoje meus irmãos tudo gosta de mim.*

Anderson: *Minha mãe na verdade ela, ela acha, ela tem a, ela não tem a certeza, ela acha que ela sabe que eu sou gay... mas minhas irmãs já sabem né? ... Acredito, mas tenho medo de acabar, minha mãe ela vai aceitar entendeu? Ela não vai me criticar, ela vai dar todo apoio do mundo, meu pai eu já não sei né? Que meu pai é mais fechado, mas eu tenho medo de acabar (eh) deixando minha mãe triste.*

Ananda: *Todas as minhas tias, todas as minhas tias... Todas as minhas tias parte de mãe, todos meus tios, a que mais me deu apoio assim foi minha tia Sônia, que ela sempre soube, que eu sempre conversei com ela mesmo, ela veio conversando com mainha essas coisas até eu mesmo me assumir.*

Daniel: *Uma prima minha me apoio muito. Porque ela assim, ela acha assim que aqui não tem ninguém pra julgar ninguém, se foi, se eu quis optar pela essa opção não vai ter ninguém pra me julgar, ela me apoiou, ela quer que eu seja independente do que seja que eu seja feliz, então dessa forma se ela achou que eu ia ser feliz, então foi aí que ela me apoiou.*

Moranginho: *O relacionamento com a minha mãe é superaberto, superbom, gosto muito, tudo o que eu faço ela me pergunta, manda levar meus namorados pra ela conhecer, pra apresentar a ela, ela é superaberta, super gente boa, pergunta sobre, pergunta a mim quando eu fico tipo assim, quando eu faço sexo, quando, ela pergunta como foi, como foi minha primeira vez, com quem foi e pergunta isso tudo.*

Através de outros depoimentos é possível comprovar como as mulheres retroalimentam as redes de apoio aos jovens, principalmente na relação mãe-filho:

Tito: *Minha mãe também que de alguma forma também sempre tentou atenuar, porque eu sempre tive na minha cabeça ninguém aceita o filho, ninguém quer ter um filho gay, ninguém quer ter, ninguém quer ter. [...] Como minha família tem muito mais mulher que homens, então a pressão não é tanto.*

Tatá: *[...] aí com meus 15 anos eu conheci esse rapaz e aí eu experimentei (eh) a penetração tal e tal e aí eu me assumi com 16 anos pra minha família, minha mãe, meu pai até hoje ele não sabe e é isso aí, hoje em dia já me considero gay.*

Angico: *Quando eu tinha 15 anos, que eu já tinha certeza de que eu era homem que eu gostava, eu tive meu primeiro namorado ele tinha 22 anos e eu conversei com ela (a mãe), expliquei tudo a ela, ela já percebia, mas não tinha certeza, passou a ter certeza no ato e aí desde então não, foi um relacionamento melhor [...]*

Com todas as mudanças que vêm ocorrendo na dinâmica social em relação à família na contemporaneidade, a situação da mulher, apesar de ter se modificado no que se refere a mercado de trabalho, nível educacional, direitos civis e equidade nos comportamentos sexuais, assume o lugar de cuidadora e se coloca voluntariamente, mesmo inconsciente, como elemento agregador nas relações conflituosas da vida familiar. Compartilha responsabilidades, diferente do homem que, por sua vez, neste contexto, sempre encontrou dificuldades para superar determinados entraves que compõem a vida familiar. O homem-pai é visto como opressor por passar a maior parte do tempo cobrando, ou seja, cobrando poder, que por sua vez pode ser entendido como a cobrança da virilidade do filho-macho.

As mulheres citadas pelos jovens, se objetivarmos compreender o universo das desigualdades como patriarcado, em relação às desigualdades de gênero, elas conferem aos sujeitos o sentido fraternal do acolhimento, do cuidado, mas também maneiras de formularem estratégias de enfrentamento a dominação do macho. Elas utilizam linguagens subjetivas e simbólicas para elencar que elas também são vítimas de preconceitos e de violência da dimensão política do patriarcado.

Em um determinado momento da entrevista, questionei como foi revelar à família sobre sua orientação sexual. Apesar de demonstrarem claramente que são homossexuais, em determinados momentos negam a orientação sexual para as famílias, ou não tem coragem de revelar por inúmeros fatores de repressão social da qual a família poderia sofrer. Nas expressões e nos silêncios também há certo temor na revelação:

Anderson: *Não. Nunca, nunca, então assim, (eh) eu nunca cheguei nem que fosse assim com, pra dizer aos meus pais, meus familiares... Medo, medo de não saber qual seria a reação de minha família com a minha, com a minha pessoa e até mesmo de uma outra pessoa... Medo, porque assim, (eh) eu tenho, eu tenho essa mentalidade né? Hoje eu, eu estudo né? Então claro que para mim as informações ela vai ser muito mais fácil de se entender, mas pra meu pai e minha mãe que tiveram uma, uma tradicional né? (eh) eles até hoje pra eles entenderem isso, eles, vai ser complicado, então eu tenho medo de acabar magoando meu pai, de acabar magoando minha mãe.*

Daniel: *Quando meu pai pegou muito no meu pé, eu parei e pensei: Meu Deus, será que é isso mesmo que eu quero, minha família contra mim e eu persistindo nisso? Mas aí a diante eu fui ver que a vida é minha, eu não vou poder viver pelo que até minha família pensa, então eu resolvi, sou gay, e meu pai vai ter que aceitar isso, como ele aceitou e hoje ele me defende de unhas e dentes.*

Tito: *Ninguém quer ter, é bonito, porque quando você, por exemplo, se o, muitas famílias acham legal você ser gay, mas na, no, no, numa outra família, numa outra família, o amigo da sua filha é gay, mas não o seu filho é gay porque ele não sofre as pressões que a família sofre, porque eu sou gay, mas a pressão não recai sobre mim, recai sobre meu pai, recai sobre minha mãe, recai sobre minhas irmãs, vai recair sobre meus sobrinhos, entendeu?*

Fica visível os conflitos pessoais que os jovens experimentam na relação com a família por serem homossexuais:

Angico: *Isso, isso também e aí tem algumas situações que familiares se empenham muito pelo ouvido por conta da vizinhança e aí que termina trazendo um transtorno pra nós, que transtorno é esse? “Ah, seu filho é gay? Ah seu filho tava com menino aí é namorado dele?”*

Astral: *Não, no meu caso, minha família tento de meu pai e minha mãe sempre me aceitaram, sempre assim foi liberal comigo em casa, agora (eh) eu mesmo que me bloqueio, evito o máximo estar com minha família até porque mesmo pra não ter comentários [...]*

Rique: *Minha família aceitou normalmente, só a família de meu pai, a família de minha mãe não sabe ainda.*

Tatá: *Eu moro com meu, hoje com meu avô, mas fui criado pelos meus avós desde cedo, desde quando eu nasci. [...] até hoje meu avô não*

sabe por, por conta da idade, por ele ser, por ele ser idoso, mas ele é lúcido e, e como ele é preconceituoso, não assim, ele não tem preconceito com meus amigos que vão e ele sabe que se, ele, ele sabe quem são, mas eu pretendo, eu pretendo não contar.

A omissão para a família é marcada pela percepção do preconceito social, fazendo com que muitos jovens reprimam ou neguem sua orientação sexual. Em alguns momentos repassam viverem para os pais ou avós uma vida convencional, entretanto, desencadeia-se ansiedade acompanhada de sofrimento nas falas. Aqui cabe traçar alguns paralelos quando nas entrelinhas revelam temer a “vergonha” da família, como se esta fosse sinônimo de ofensa à família perante o grupo social a que pertence. Ou refugiar-se no segredo é um gesto significativo para não alterar a rotina da família e pode funcionar como uma forma de preservação da relação interfamiliar como intrafamiliar.

O sentido de família, como categoria analítica, durante toda a trajetória da pesquisa é retratado como algo de grande valor, espaço de pertencimento. Tanto que a revelação da homossexualidade pode apontar processo de definições, fronteiras e colocá-los perante a família em posição marginal. Através dos estudos de Zambrano (2006), a família, principalmente a nuclear, procriativa parece se impor como verdade incontestável, por estar ligada ao fator biológico. Apesar das diferentes formas de expressões nela contidas, ela é pensada como a mais natural e de grande influência na constituição desses jovens ou na representação da parentalidade.

A omissão também pode representar o que Singly (2007) discute no conceito de família, ou seja, ela se constitui no espaço pela qual os indivíduos acreditam proteger a sua individualidade. Mesmo existindo o paradoxo entre a busca da autonomia versus a dependência do indivíduo em relação à família, é nela que a concepção de individualização se processam não de forma egoísta, mas com o pressuposto de interligar o indivíduo da vida privada com a esfera pública, entre outras palavras, a família se torna uma rede de proteção. Como coloca muito bem Roudinesco (2003), ser espaço da família onde cada um se sente autônomo e funcionalizado e Singly (2007, p. 176), ratifica quando aponta que nela os indivíduos querem ao “mesmo tempo ter asas e criar raízes”.

Entretanto, é importante observar, como salienta as autoras, que a relação dos jovens com a família é fortemente marcada pela busca da autonomia que se constrói através de práticas de negociações constantes, mas procede salientar que

tal autonomia é relativa, por requerer através de outras instâncias, entre elas a escola, assegurar aos indivíduos a emancipação sexual. Assim, a família tende a representar o espaço de conflitos cooperativo para os jovens, pois ao mesmo tempo em que nega conviver com as sexualidades não consideradas “normais”, propicia os aportes afetivos, materiais, os valores éticos e humanitários, logo, tornam-se o porto seguro onde eles criam laços de solidariedade e alimentam suas individualidades.

É importante observar que o vínculo familiar serve como parâmetro para se pensar o sentido do cuidado, como também estabelece os limites para as relações entre gerações, adaptando, com isso, os indivíduos ao convívio social; reforça a identidade de gênero e favorece as discriminações por sexo se levar em consideração que a expectativa paira sobre o varão em virtude dos projetos de posteridade, daí a maior tensão quanto à sexualidade do macho. A perda ou o rompimento do vínculo familiar pode representar, para os jovens, situações e problemas entrelaçados a serem encarados na sociedade, como preconceitos.

Os vínculos familiares estão ligados a laços emocionais fortes, como por exemplo, o amor de mãe, de pai, a relação entre irmãos se pensado na esfera privada, mas que, ao ultrapassarem as fronteiras, incluem na relação as redes de contato onde estão parentes, vizinhos, amigos entre outros, em que a opinião alheia torna-se o elo de agregação familiar. Acresce à análise a ancoragem dos discursos às relações de manutenção de outros elos ligados a origem, como os avós que permitem um diálogo de ajuda. Tudo isso constitui uma teia de relações complexas, com ramificações configuradas em uma trama de obrigações morais.

Portanto, pode-se perceber que família vem acompanhada de múltiplas significações e se constitui para os participantes da pesquisa num discurso internalizado da noção sobre si, quando relatam as suas singulares experiências e expectativas de vida familiar. Os depoimentos atendem a uma ordem simbólica aprendida através da realidade social que reproduz a noção de família biológica, que atende a ordem da natureza. Em poucos momentos mencionam a família afetiva cujos laços estão na ordem da cultura. Dão sempre sentido aos projetos que tendem a identificá-la por meio da possessão, ou seja, “minha família”. Assim, constroem o “eu” ao lugar a que pertencem, constituindo, com isso, um terreno fértil para os discursos normativos.

4.4 O PROJETO DE PATERNIDADE PARA OS JOVENS HOMOERÓTICOS

A visibilidade recentemente dada ao tema das famílias *gays*, por mais inapropriada que parecer ser a denominação, tem vindo atrelada às várias exigências de mudanças na legislação do País, que favorecem as uniões homossexuais. Paralelamente, o assunto vem ganhando destaque em bandeiras de luta de Paradas Gays e em vários lugares do mundo os movimentos de reivindicações políticas e noticiários internacionais reforçam a condição. No Brasil, revistas dirigidas ao público homossexual e o Centro Latino Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM) já publicam trabalhos de pesquisas sobre o assunto. A mídia brasileira, atenta a essas transformações, dá mostras de um crescente interesse pelo tema, procurando discutir a situação das "famílias *gays*" no Brasil. Vale notar que também no campo dos movimentos organizados podemos encontrar diversas posições políticas favoráveis para que uma nova categoria social ganhe estatuto de realidade.

Hoje, no Campo das Ciências Humanas, antropólogos, sociólogos, psicanalistas, historiadores vêm demonstrando, à luz das ciências, que os homossexuais manifestam o desejo de normalizar na sociedade seus projetos de família quando reivindicam o direito ao casamento, à adoção e à procriação, seja ela assistida ou não. Roudinesco (2003) traz uma grande contribuição à análise quando questiona o porquê de nos últimos trinta anos, na sociedade ocidental, os sujeitos qualificados como sodomitas, invertidos, perversos ou doentes tenham desejado não apenas o reconhecimento da sua cidadania, mas os seus direitos de constituírem família e principalmente o direito de adotarem.

Nesse contexto, é importante apreciar entre os diferentes projetos de vida dos jovens homossexuais que participaram dessa pesquisa o sentido de ser "pai", sem negar a sua sexualidade numa sociedade marcada pela ortodoxia da reprodução e dos cuidados como funções básicas do par homem-mulher na constituição familiar para a criança. Como se constroem através de suas próprias experiências de vida, os discursos sociais sobre as famílias homoafetivas? Tal inquietação pode ser ancorada através das palavras de Roudinesco (2003, p. 11), quando questiona sobre os lugares dos sujeitos. Assim se posiciona:

Se o pai não é mais o pai, se as mulheres dominam o processo de procriação e os homossexuais assumem um lugar no processo de filiação [...], pode-se dizer que a existência da família está ameaçada?

Nos debates sobre família, esta sempre aparece como um fenômeno universal que supõe aliança entre as partes, especificamente entre os sexos distintos e filiação. O processo das alianças, por sua vez, adéqua o sentido como um bem relacional para a sociedade, principalmente por sacralizar não só o casamento, mas também a ordem simbólica da masculinidade. Através da inquisição de Roudinesco (2003), é favorável pensar que, no senso comum, essa desordem familiar, em que se incluem as novas constituições familiares, entre elas a homoafetiva, a sociedade esteja experimentando no futuro a viver sem a ordem paterna, o que a autora chama de “família mutilada” ou “pervertida” em sua função de célula básica do organismo social.

Os discursos ideológicos sobre família, ancorada principalmente no modelo nuclear, atentam para uma arena discursiva com diversas significações sobre o papel do pai e o lugar que este tem nos debates sobre família, quando historicamente foi pensado dentro de uma hierarquia, cujo poder incidia sobre a mulher e os filhos, e assumia a função de “provedor”. Assim, o

[...] homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte [...] juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens. (NOLASCO, 1995, p. 151)

Evidencia-se a constituição por meio de construções sociais de gênero no que tange às atribuições do masculino e do feminino, a partir da concepção das diferenças sexuais. As construções de gênero, baseadas no modelo patriarcal, concedem ao homem heterossexual o poder de ser pai e ocupar um lugar de respeito e de autoridade sobre a família.

No imaginário social, o discurso comum se apropria do fator biológico para as funções do homem e da mulher na vida da criança, além de criar representações de gênero como verdades absolutas. Dentro dessa concepção, a criança precisa da imagem do pai e da mãe para o seu bom desenvolvimento físico e psicológico; ou a figura do pai e da mãe é imprescindível para que a criança tenha em si o sentido de família e pertencimento. São discursos construídos e que vêm ratificar a disputa de poder na organização simbólica da família.

As diferentes composições familiares, hoje, têm como foco de atenção o indivíduo. Como qualquer processo de identidade, constrói-se no plano simbólico no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. A multiplicação das formas familiares atuais na sociedade traduz a ideia

de um indivíduo que se relaciona consigo e estabelece um diálogo a partir da nova realidade que se forma no interior da sua família e das novas relações sociais que esta constitui com o espaço público.

Portanto, a nomenclatura “família gay” e seus meandros quanto à questão da parentalidade, deve dissolver a singularidade do conceito de família e passar a percebê-la como criação humana mutável, com variadas estruturas em diversas sociedades ou em diferentes momentos históricos. Estudos etnográficos mostram que existem sociedades em que o grupo doméstico coincide com a unidade de reprodução, mas não com a unidade de parentesco; em outras sociedades, o grupo formado por marido, mulher e filhos é uma unidade de reprodução, herança e descendência, mas não de produção, residencial, pois imperam na aldeia de habitações coletivas como referências.

A paternidade para os jovens homossexuais tende a ser pensada a partir da construção social da sexualidade, como é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social. Segundo Carrara (2005), as transformações sociais que atravessam o Brasil atualmente, os processos de importantes redefinições da ética social e da política sexual, a crescente organização e o aumento da visibilidade das “comunidades homossexuais brasileiras” começam a colocar mais incisivamente inúmeros desafios institucionais. Utilizando os estudos de Uziel (2007) sobre adoção e homoparentalidade, alude à ideia que essas novas constituições familiares estão imersas nas relações de rede e vêm adquirindo cada vez mais visibilidade no cenário social, assim o homem-pai-gay aparece nesse cenário como estudo das representações sociais dos novos arranjos familiares que têm por base o afeto e/ou o vínculo biológico.

Pensar a posição paterna na vida dos jovens homossexuais, ou procurar entender o lugar social do pai na vida desses atores é procurar dialogar com as múltiplas formas significativas da presença de um filho nos seus projetos de vida. São os modelos masculinos advindos da rede de interações entre gênero e orientação sexual revelam as diferentes concepções que a juventude traz nos aspectos sociais da paternidade, principalmente no que concerne aos afetivos na relação pai-filho.

A paternidade, não como um fato da natureza, se radica na base biológica, entretanto, ela se categoriza em três linhas distintas: a biológica, a socioafetiva e a

jurídica. A paternidade biológica por estar relacionada à consanguinidade é associada ao fator biológico, por trazer maior expressão fenotípica dos genes para o filho; tem como base o fator fecundação. Contrapõe-se à paternidade socioafetiva cuja expressão está vinculada aos fatores culturais que defendem o verdadeiro pai como aquele que ama independente de consanguinidade; assume para si os deveres de guarda, cuidado, educação e proteção.

A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. [...] As transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável reforço ao esvaziamento biológico da paternidade. (VILELA, 1979, p. 400)

Registra-se que tal entendimento encontra sólida acolhida na Jurisprudência brasileira, quando equipara o pai à posição de provedor em relação ao “pátrio poder”, que implicava direitos e deveres decorrentes do caráter protetor, para as relações afetivas e de solidariedade que decorrem não somente dos laços de sangue. Nasceram, a partir da segunda década do século XX, as novas configurações familiares, e “o pai provedor” começa a ceder espaços ao “pai novo”, aquele que compartilha com a parceira os cuidados da prole.

Em relação aos homens homossexuais, tais discussões se polarizam entre os determinismos biológico e social, e questiona-se a ideia baseada na masculinidade hegemônica. A paternidade, se pensada pela ótica da masculinidade hegemônica e reprodutiva, aproxima bastante os sujeitos para os conceitos tradicionais de gênero e paira no debate crítico no qual esses homens vêm sendo pensados. Se pensada sob a ótica social, não pode ser concebida, apenas, como a função de “fazer filhos”.

A paternidade aparece como uma confirmação da masculinidade e de sentido de pertencimento ao universo adulto. Em algumas culturas ela está fortemente relacionada à responsabilidade da parentalidade. “São os desejos, as fantasias, os projetos idealizados que preparam o homem para o exercício da função paterna” (MORIN, 2008, p. 20). Isso implica pensar no homem, os conflitos estabelecidos entre a relação antes da procriação, à decisão da concepção e o exercício do cuidado, ou seja, a função parental pós-concepção.

Durante as entrevistas, inquiri os jovens sobre os seus projetos de paternidade e o sentido de um filho em suas vidas:

Daniel : Casar? Penso em casar, mas eu e ele só, não ter filhos... Tenho medo.... Por muitas coisas que eu passei assim, eu tenho medo de que amanhã ou depois ele sofra bullying, discriminação isso tudo, eu tenho medo. Silêncio.... Tá mudando bastante, tá mudando bastante, mas só que eu ainda tenho medo, ainda tenho medo. Silêncio..... Assim é porque eu nunca parei assim pra eu quero ter um filho, meu, eu sempre achei assim minha cabeça não, não, não, não vai dar certo, não vai dar certo, não vai dar certo.

Tito: O filho a questão do filho é eu penso em ter. Ai um amigo meu falou assim você vai ter como? Eu vou adotar. Porque você não faz? Ah eu não sei, não sei. Eu tenho decidido eu não quero fazer, mas não quer dizer que eu não tenha um... Eu pretendo adotar e aí a preferência é por menina.

Ruan: Pra mim o que vim tá ótimo, mas eu quero mais assim se for uma menina.

Anderson: Não penso, a minha mentalidade que eu tenho hoje é de não ter ninguém, nem filhos, quero sim um companheiro, mas eu não quero filho né?... Ser pai pra mim é você poder, é você ter condições pra criar aquela criança, certo? É você poder dispor de, de condições pra dar uma educação de qualidade, uma alimentação adequada né? Uma, uma palavra amiga na hora que necessária, for necessária, eu entendo assim..... Ao se preocupar, que amanhã ou depois ele possa olhar e vê que ele tem, existe, tem na sociedade um, um ser através dele.

São pontos de vistas diferentes, cada um regado pelas realidades que os sustentam:

Thiffany: Gosto de crianças, cuido super bem de minha sobrinha, de meus sobrinhos, trato super bem, mas ainda não penso não, não ter criança não, pelo amor de Deus.... A população tem critérios de que não faz bem pra criança crescer com dois pais homens ou duas mulheres que é estranho [...]

Johnty: Eu trabalhando a gente, eu também trabalhando, depois que a gente ter tudo na nossa casa, tudo que a gente quer, eu penso em adotar uma criança, uma menina, que é o que eu mais gosto é menina, adoro muito criança e aí a vida segue.

Rique: Eu acho que acima de tudo é o carinho e o cuidado, um carinho que talvez por muitas vezes a gente não tenha recebido esse carinho, esse cuidado pelo fato de muitos cedo como eu não tive esse carinho de meu pai por ser gay, por ele, por ele ser separado de minha mãe.

Angico: [...] eu pretendo sim ter um, ter um filho, uma menina e só isso referente a filho e a casamento, já conversei sim algumas vezes com pessoas que eu fico, não que eu tenho um relacionamento sério, e sim futuramente a gente (eh) embarcar mesmo em algo mais sério se pensa em adotar ou em ter um filho, o que é que eles pensam sobre isso (eh) pensam como todo, como a grande maioria dos gays que se pretendem se, o problema que sempre as pessoas questionam é referente a estrutura, a base da família, entendeu? A estrutura, o, o

trabalho que possa (eh) tá dando na estrutura escolar pro, pra criança, creche, essas coisas, todos se questionam só por causa disso.

Mais adiante na coleta dados em outros depoimentos:

Astral: *Todo homem quer ser pai e todas as mulheres querem ser mãe e se um dia (eh) ele, se um dia acontecer que venha, que venha gerar ou venha ter um filho mesmo não estando no plano ele vai ser um bom pai [...] e biologicamente porque assim, um, um, um homossexual que ele venha a ser passivo, ele tem, ele tem uma mente feminina, ele vai amar, dar carinho, ele vai, aquele homossexual passivo ele vai saber qual o gosto, ele vai saber o gosto, ele vai saber, não que o ativo não venha saber, mas o passivo a, a mente deles tá mais pro lado feminino, a criação, o jeito, a tolerância.*

Tatá: *Eu gosto de pessoas mais velhas porque assim entrando já, já entrando no plano de vida, no plano família. Eu penso em, em, continuar estudando, ter o que eu possa ter, conseguir, e ter 4, filhos. Sempre, sempre foi, sempre foi o, o meu objetivo, meus pais sempre souberam disso, a, eles falam até mais “4 filhos” eu falo é, é por isso que eu to estudando porque assim, eu quero ter 4 filhos e quero está com outra pessoa do mesmo sexo comigo, que me ajude a criá-los, ou fazendo, ou adotando, como seja, mas que eu pretendo ter 4 filhos.*

Entre os jovens entrevistados, o sentido do filho em suas vidas pode se concretizar pela ordem do acaso ou através de todo procedimento ligado ao planejamento familiar que inclui experiências subjetivas, mas consciente, ligado ao fato de desejarem vir a ser pai e preencher os papéis inerentes às funções parentais. Nos depoimentos dos mais jovens, aqueles que estão entre 18-22 anos, os projetos de paternidade estão no lugar da expectativa e de forma conflituosa, pautada no estigma homossexual. Para Goffman (2008), o estigma se caracteriza como referência a um atributo depreciativo. A pessoa é profundamente desacreditada, reduzida a um indivíduo maculado. Na lógica heteronormativa, os homossexuais são vistos como menos capazes, pervertidos, irresponsáveis. Os jovens sofrem significativas representações expressas em cobranças, assim, quando se nomeiam homossexuais, seus projetos não podem sair desse espaço. A colocação em que se enquadram são supostamente feminilizados, através dos seus corpos e gestos, e o simples fato de ir para cama com outro homem, os coloca no lugar depreciativo para um homem. São conteúdos homofóbicos internalizados que se confrontam com a ordem social.

Um dos depoentes enfatiza o problema do bullying como um reflexo na vida do filho; entretanto, um projeto está associado ao drama vivido por ele mesmo, quando excluído não só na escola, mas no seu grupo social e até na própria família por ser homossexual. A expressão está ligada às questões da homofobia que muitos

homossexuais vêm sofrendo, e é resultado de ações negativas fruto do machismo que engloba não somente a superioridade masculina, como também uma série de definições do “ser” homem e mulher na sociedade (CASTAÑEDA, 2006). Com tal discurso, o jovem rompe com o projeto que pode criar o vínculo de filiação mediante a condição que ele atenua ao vir a ser o estado do filho. A paternidade é pensada sob múltiplas significações, portanto, a partir da construção social da sexualidade, como é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social.

Entretanto, no depoimento dos jovens quase entrando na fase adulta, entre 24-29, a paternidade pode ser entendida como o desejo prazeroso, em que eles criam ritos que reforçam a relação conjugal e o desejo de transmissão de bens patrimoniais culturais e afetivos. Vivem as suas próprias particularidades paternas e ter filhos envolve a relação amorosa e estável com o companheiro. Atentam para o vínculo construído nas relações conjugais como imprescindíveis para o exercício parental e não consideram questões que envolvem as categorias de masculinidades, até porque não conhecem tais conceitos, para o exercício paterno.

Estão intrinsecamente pautados, e não posso negar, na heteronormatividade que rege o modelo tradicional de família, em que o pai aparece como provedor; entretanto, é admirável observar através dos depoimentos que integram nos seus sonhos e projeto o artefato da dedicação, da troca de afeto, a proximidade e o cuidado mais direto e necessário à criança, que recai sobre a imagem social da mulher. Esses jovens sofrem e compreendem que vão sofrer os estigmas sociais pela condição sexual, porém à maneira deles criam estratégias de resistência, mesmo que não mude a sociedade, conseguem ter trajetórias de acordo com seus desejos. Utilizam a reciprocidade como princípio que orienta as interações como fator essencial para suas estratégias e as ações individuais.

Goffman (2009) acredita que as interações assumem diferentes formas nos mais diversos contextos e motiva os sujeitos a dar sentidos as suas ações e representá-las na vida cotidiana. Desta forma, os jovens são sujeitos conscientes de sua capacidade de projetar uma determinada imagem desejada, nesse caso a presença do filho ou não em suas vidas, mas durante a interação eles manipulam suas ações a fim de expressar a ideia em si mesmos e a sensação de que a mesma causa nos outros, sendo observável através das expectativas dos comportamentos.

Para o autor, nas representações esses sujeitos assumem o papel social e expressam as informações sobre o que desejam transmitir como:

[...] a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas. (GOFFMAN, 2009, p. 24)

Mais uma vez, não se podem desconsiderar as diferentes formas de perceber a paternidade, incluindo a opção de escolha, podendo, inclusive, ser considerada uma realização pessoal. Entre os silêncios e a dúvida, suas afirmativas ou negativas quanto à presença de um filho em suas vidas, evidenciam o sentimento de ser pai e como deve ser um pai na vida de um filho mediante o modelo que tiveram na relação entre seus pais e eles. Para eles, a paternidade oferece o suporte emocional para que os filhos possam enfrentar determinadas situações, as quais eles vivenciaram de forma muito violenta ao se assumirem homossexuais. São alocações em que ser pai, apesar de plurais considerações, é pensado de forma singular, com uma relação muito próxima e participativa por tudo que diz respeito ao filho – reflexo de uma realidade não experimentada no seu universo como filho.

Quando negam o exercício da paternidade, idealizam uma relação pai-filho envolvida nos atributos do cuidado, mas atribuem também como fator a perda da liberdade. Eles demonstram uma imensa ansiedade em relação à responsabilidade de cuidar, de preparar-se para estabelecer novos papéis e relações. Há nessa conjuntura uma mudança de valores que são significativos para a vida a dois e com a chegada de um filho, para a vida a três. São discursos carregados de atuações em que não conseguem desafiar a ordem prescrita, nem inverter situações, por isso, um dos maiores temores é o filho não vir a sofrer homofobia por causa deles, na condição de pais.

Do ponto de vista sociológico e jurídico, é importante pensar também o lugar simbólico desses jovens com suas múltiplas incorporações, imagens e personificações. Uma trajetória histórico-social que trafega desde a construção demoníaca, anormal, doentia, viciada do homem homossexual até chegar a debates que contemplam o “Estado de Direito”, numa sociedade não uníssona, mas de coação e autoritarismo que fere muitas vezes o princípio da dignidade da pessoa e discorda de opiniões que pleiteiam defender o direito de isonomia.

Apoiada nos estudos Butler (2010) sobre gênero, existe certo sentido na resistência desses jovens quanto ao exercício da paternidade. Eles instituem continuidades entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, ou seja, nutrem-se no plano do imaginário social. A homossexualidade como via de regra foi por muito tempo identificada, ou seja, como uma incoerência entre os gêneros e um corpo através do sexo biológico, argumento básico que compreende o princípio ético de preservação da espécie, além de ser por muito tempo considerada doença física ou mental.

Hoje, as posições sociais atribuídas à paternidade permitem novas possibilidades de agenciamento do gênero, abrindo outros caminhos no trânsito das hierarquias sociais. Na análise do processo histórico-social e dos contextos políticos e nexos simbólicos, busca-se, na contemporaneidade, compreender a lógica da oposição entre as condições reais de cuidado, formação e educação entre os pais heterossexuais e homossexuais. O vínculo afetivo talvez seja um dos fatores para esse novo repensar a família. “Isso equilibra as referências, ainda que pesem as violências cotidianas que comportam mescladas a afetos, dádivas e sacrifícios por parte dos seus integrantes” (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 60).

A paternidade responsável se expressa através do vínculo sentimental entre pais e filhos que pode, muitas vezes, se sobrepor às relações de consanguinidade, transformando a família em um núcleo socioafetivo que transcende a todas as formalidades. A família formada por marido, mulher e filhos é, apenas, mais uma unidade de reprodução, herança e descendência. As formas de família que se apresentam na sociedade, atualmente, o vínculo afetivo acaba tornando-se um elo extremamente importante. Desta feita, o conceito de paternidade, compreende, hoje, o parentesco psicológico, ou seja, a paternidade afetiva, que prevalece sobre as demais formas de filiação.

Outro fator a ser considerado nos depoimentos dos jovens em relação à construção do gênero está quando definem o sexo dos seus supostos filhos, ou seja, a predileção por menina, nesse momento refletem como pensam de si e como são pensados pelos outros. Há uma grande expectativa do desejo pelos laços maternos. Não adentrando com profundidade no campo da psicanálise, instauram-se neles os conflitos edipianos quando percebem na menina o equivalente ao desejo de “ser mulher”. Para eles, a menina divide o segredo com as mães, o filho homem não, ele

se inscreve na lógica de negação cuja identificação primária é o avatar da identificação do pai, conforme depoimento:

Tito: *Eu não sei, mas é reflexo do que eu fui passando ao longo da minha vida, minha proximidade das mulheres. Então eu acho que eu vou conseguir ter um contato mais puro, eu vou conseguir eh, construir melhor ajudar na construção individual, coletiva da menina. Em algum momento, menino, os dois vão criar consciência, mas em algum momento vai ter um conflito com o menino. O menino vai começar a perceber que ele de alguma forma eu, eu não sei, eu não to dizendo que isso será negativo, que o menino vai me discriminar. Eu não tô, eu não cogito essas coisas, mas em algum momento vai haver um conflito. Mas aí o pressuposto que eu tenho é que pelo meu contato ser mais fácil com mulheres eu acho que eu vou ter uma facilidade maior eu acho. Pode ser que aconteça do contrário que eu tenho uma facilidade maior de me de me de relacionar.*

A presença da filha reflete o cuidado emocional que envolve além do afeto na relação mãe-filho, a amizade, a delicadeza, o carinho, o companheirismo atribuído à mulher, entretanto, eles não percebem que na natureza das relações entre mãe e filhas paira também o universo da raiva, da rivalidade, da cobrança, do conflito, da disputa. Uma relação que os lados se observam, se analisam e se cobram num nível intenso. Pelas colocações dos jovens há uma falta de consciência das implicações do desejo pela filha, porque eles não observam que, apesar de ser uma relação extremamente próxima, a afinidade pode se dar de forma menos sensível, em virtude das expectativas de ambas serem distintas.

Dialogando por outros vieses, pesquisas sobre a homoparentalidade (Gato, 2014; Uziel, 2007; Zambrano, 2006; Tarnovski, 2002), é possível argumentar que esses indivíduos constroem, através do sentido subjetivo de família, as formas de ser e de relacionar-se, estimulando ações próprias que envolvem vivência de papéis e funções, assim como geram extensões parentais por parte das suas próprias redes de apoio. Nesse sistema, acopla-se o sentido de solidariedade, o que flexibiliza muito a associação que fazem sobre função parental e gênero. Há uma relação muito forte de troca que permite a eles, nos seus projetos de vida familiar, criarem estratégias de reprodução biológica, quando pensam em ter um filho com uma lésbica, ou social, quando visam à reprodução da família, quer no seu sentido de agregado doméstico, quer no seu sentido de rede de parentesco.

Segundo Gato (2014), nas gerações mais recentes a parentalidade parece fazer parte do projeto de vida de muitos jovens gays, mas há de se levar em

consideração que as barreiras biológicas ou o caráter social dão à identidade gay processos de negociações com as diversas instâncias sociais. Nos projetos de paternidade, argumentei sobre questões relacionadas a reprodução e adoção, fixando minha curiosidade para o fator biológico, por termos agora possibilidades do homem gay, através da reprodução assistida ou das barrigas de aluguel, vir a ser pai independente de uma relação sexual.

Ruan: *Ele já pensou assim.... Ele já pensou como assim, uma ex-cunhada minha falou "você quer que eu faça isso pra vocês? Aí eu fiquei pensando assim, fiquei em dúvida assim não sei se eu vou ou não e falei é deixe eu completar meus 20 anos e aí eu decido mesmo o que eu quero da minha vida.*

Tito: *Não surge a possibilidade de eu ter que fazer. Não, mas você não precisa ter o contato físico com a mulher você pode doar o sêmen. Eu falei mulher eu sei disso tudo só que tanta criança para doar pra que colocar mais uma no colo para fazer a doação pra que colocar mais uma no mundo aí se seu companheiro quiser aí a gente conversa. Se ele quiser fazer um filho, ter um filho com uma mulher conversa-se e tem-se. Se eu chegar a concordar. O ponto principal é a doação. Doação o que adoção.*

Anderson: *E por que você não tenta um filho biológico, inseminação, barriga de aluguel? Porque como eu tava falando pra mim tanto faz porque pai não é quem faz é quem cria.*

Moranquinho: *Nunca pensei numa barriga de aluguel. Quero ter filho adotado mesmo.*

Mais adiante em outros depoimentos:

Thiffany: *Não, porque eu não sonho mesmo, eu não penso em ter.*

Ananda: *barriga de aluguel? Ai sei lá, eu acho que não encaixa não em mim isso aí.*

Tatá: *então assim, eu tinha que, eu tinha, eu tinha relação com uma menina (eh) não usei camisinha, ela ficou pré-grávida, isso ela disse que tava... Tipo assim ela não, não tá menstruando depois, depois, depois das relações que a gente tinha e achava que tava grávida, então eu falava pra ela que esse filho não é meu, esse filho não é meu, achando que eu não podia engravidá-la, entendeu?*

Existem três possibilidades de o homem homossexual vir a ser pai, seja tendo um filho em uma união heterossexual, seja através das tecnologias reprodutivas, seja pela adoção. Verifica-se que a última se constitui no modo mais evidenciado pelos jovens durante os depoimentos. Pelas pesquisas realizadas por Uziel (2007), a adoção constrói um tipo peculiar de filiação, tanto do ponto de vista social, como

psicológico, porque permite que a criança encontre uma nova família e um ambiente satisfatório para o seu desenvolvimento e possibilita aos pais o exercício da paternidade. A filiação se constitui um ato voluntário e trata-se de um sistema de representação.

Adotar um filho é reconstituir o espaço mental que diz respeito a esse filho que virá desde as suas características físicas até sua historicidade. Um ser transformado em uma realização desejante que se inscrevem numa dinâmica a dois. A paternidade como um projeto individual também é vista com reservas, porque eles alimentam no desejo de adotar a consolidação da união fortalecendo, com isso, a exclusividade monogâmica da relação. De acordo com Uziel (2007), o que transforma o casal em família é a ampliação da rede somada ao desejo de continuidade.

Entretanto, o que se observa entre os entrevistados é que tal desejo pela adoção se torna uma porta aberta para satisfazerem os seus sonhos familiares, por não desejarem a presença de um filho em suas vidas pela reprodução natural. Apenas um dos jovens expôs o desejo ter o filho biológico, contudo, que fosse com uma mulher lésbica. Um discurso ingênuo marcado pelo mecanismo fácil de entendimento para a criança, uma vez que os pais conviviam com a mesma realidade sexual. O jovem não se deu conta de que estava construindo uma nova realidade familiar, ou seja, o filho iria fazer parte das famílias reconstituídas, cujas realidades estão pautadas nas relações em que cônjuge se sinta pai ou mãe do filho do outro. Esse sentimento simboliza a existência de uma rede de solidariedade e assistência entre os membros presentes no cotidiano familiar. O jovem não evidenciou, mas pelo depoimento o processo deveria ser fundamental na fecundação assistida e não na barriga de aluguel. Para Corrêa (1998), o desejo de ter um filho utilizando a reprodução assistida emerge uma rede social, sociotécnica que se soma aos condicionantes sociais tradicionais. O processo só tem eficácia se os sujeitos envolvidos quiserem ter um filho, caso contrário todo o processo é anulado.

Diante deste posicionamento, recorro a Gato (2014) quando debate que, se os papéis sociais de homens e mulheres não estão irrevogavelmente ligados ao sexo biológico, a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo e a parentalidade tornam-se pensáveis e possíveis na constituição de um núcleo familiar do homem-pai. Os métodos anticonceptivos começam a possibilitar maior libertação sexual das mulheres, a maternidade passa a ser uma opção, e as diversas maneiras de viver a

sexualidade substitui a procriação como expressão legítima, pelo referencial afeto. A procriação medicamente assistida permite a fecundação sem o coito heterossexual, liberta os pares da reprodução. Simbolicamente a procriação deixa gradativamente de ser relacionada, apenas, à heterossexualidade e passa a ser através do afeto como princípio fundador da família.

Inclui-se, nessa análise, que não se pode mais pensar que os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo não possam ter tido incursões pela constituição de vida familiar, nem que o homem homossexual não tenha em seus projetos de vida a imersão pela paternidade, ou a sua escolha sexual é obrigação na vida do filho. Falar de paternidade, hoje, permite avançar em novas possibilidades de agenciamento do gênero, compreendendo a lógica da oposição entre as condições reais de cuidado, formação e educação entre os pares. Tudo atrelado às relações afetivas, como caminho para se chegar à definição de núcleo familiar.

O exercício da paternidade para os jovens, nesse contexto, apesar de todas as transformações que vem sofrendo as estruturas familiares, da pressão sobre a aprovação da guarda compartilhada, o desejo de muitos se tornarem pais biológicos ou afetivos, ainda é mais comum, está sob a vigência da conjugalidade. Butler (2010) ajuda bastante na análise quando reitera que a problemática está diretamente ligada à noção de gênero ligada à ideia que ele decorre do sexo, não no âmbito da biologia, mas no poder discursivo da cultura. O sexo/gênero aparece como operador importante que legitima os modelos elegíveis das orientações sexuais dos pais para se legitimar a parentalidade.

A homoparentalidade no masculino, segundo Gato (2014), enfrenta maior preconceito em relação ao feminino pela gestação, pelas qualidades para cuidar da criança, domínio ainda tradicional associado à mulher e o estereótipo do abuso sexual que poderiam mudar a orientação sexual do filho. Esses mecanismos giram em torno da preocupação do social quanto à presença do pai e da mãe no desenvolvimento da criança. Entretanto, o mais importante a ser observado no exercício do cuidado da filiação é como se estabelecem o relacionamento pai-filho ou mãe-filho no processo, e não a questão de gênero, que a um primeiro olhar pode parecer imprescindível quanto à questão do pertencimento para a criança, mas que não permeia o debate sobre as identidades na função parental.

Para Uziel (2007, p. 13), “hoje o desafio parece outro. Manter um relacionamento e compor uma família exige decisões, disponibilidade, projeto comum”. Tudo está imerso na evolução dos valores culturais que operam nos sistemas histórico-sociais e impõem que os ditames comportamentais sejam alterados. O vínculo afetivo talvez seja um dos fatores para se repensar, sim, projetos de vida familiar. Por isso mesmo, parece ser importante compreendermos a família para além das estruturas consagradas e buscarmos novas interpretações e, a partir delas, desconstruir, entre outros conceitos, o binarismo da sexualidade e do gênero.

5 AS FRONTEIRAS EDUCACIONAIS ENTRE SEXO, SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA

Nesse capítulo sobre educação, dialogo com as fronteiras entre sexo, sexualidade e gênero, percebendo a escola como o espaço em que diversas relações se constroem se desenvolvem e atendem a aprendizagem instrumental, é o mesmo lugar onde ousadias são modeladas, intercambiadas e reformatadas. A juventude escolar é, portanto, uma população que precisa ser vista com sensibilidade, por estar inserida numa dinâmica onde são desenvolvidas competências e habilidades diversas.

Partindo de vivências dos jovens que se propuseram a participar da pesquisa e diferentes fontes teóricas, procuro decolar discussões de experiências, tabus, estereótipos que se apresentam no cotidiano das escolas, que direta ou indiretamente repercutem nos projetos de vida familiar dos jovens em questão. Mais ainda, como o foco dessa parte da pesquisa está voltado para o lado educacional, levo em consideração a construção dos currículos, a formação de professores, as propostas das políticas públicas em educação cujo propósito é de otimizar discussões e reflexões para a melhoria da qualidade da educação em relação às questões ligadas às sexualidades e gênero e a interdisciplinaridade nos saberes sistemáticos para a orientação sexual na educação básica.

Comecei a parte da entrevista que trata sobre as relações escolares, arguindo a afinidade deles com os colegas, professores e direção e questão de bullying na escola:

Anderson: *[..] Ó tinha uma época na escola que eu procurava me envolver com, com os meninos mais, mais bagunceiros da escola pra ninguém me abusar.*

Ananda: *Eu acho assim, na sociedade (eh), na sociedade que a gente vive hoje existe muito preconceito como família, na escola, na rua, mas graça a Deus eu nunca sofri sobre isso, entendeu? Todos meus parentes me aceitam, todo mundo da minha escola gosta de mim, todo mundo da minha rua também.*

Thiffany: *Dizia que eu merecia morrer, né? Como isso, sempre diz né? Não consigo entender porque né? Mas é a mente dos outros. Cheguei todo mundo me olhou, mas hoje em dia todo mundo me considera, todo mundo gosta de mim, diretora, tudo, funcionários, todas, colegas, tudo, não tem discriminação na minha escola, não sofro.*

Moranginho: *Nunca sofri discriminação nenhuma no colégio. Ah eu acho também porque eu conheço todo mundo no colégio, conheço todo mundo fora do colégio e depois eu vim saber que todos estudaram aqui, conheço praticamente o colégio todo.*

Decompondo as falas acima, percebo o cuidado dos jovens em tratar a escola como o lugar da não discriminação, mesmo enfrentando situações delicadas e vulneráveis de internalização da homofobia. Acrescento que tais procedimentos são observáveis no cotidiano da escola. Questiono-me, por que será? As respostas imediatas são: o despreparo desses jovens em lidar com as dificuldades do enfrentamento à homofobia e como pode ser um apelo ao senso das oportunidades de viver o exercício da autonomia. A segunda resposta em virtude de a sexualidade na escola e nas demais instituições ser regida por preceitos. A autonomia aqui requer o pensar os princípios do respeito mútuo, do cuidado deles com o próprio corpo, com o prazer e a igualdade de condições, ponderar como forma de resistência aos tabus que enfrentam no dia a dia nas escolas.

Para tais interrogações reporto a Louro (2010), que traz debate imperativo de que questões ligadas a sexualidade e gênero devem romper a rígida polaridade binária e passar a identificar juntos com os jovens a forma como são constituídas ou valorizadas. Este é um ponto de decolagem de um processo ensino-aprendizagem de jovens que estão construindo uma formação básica, ou seja, atentar para o desempenho de como são definidos os lugares e as relações de homens e mulheres, bem como o que socialmente se constrói sobre os sexos. A autora, nas entrelinhas dos argumentos, direciona para um olhar pedagógico mais sensível que deve envolver qualquer observador, ou seja, esquadrinhar as paredes, percorrer os corredores e as salas; deter-se nas pessoas e nos seus gestos, nos sons e nas falas, especialmente ficar atento aos silêncios, pois eles gritam. Enfim, atentar que os espaços escolares não são concebidos por todos os sujeitos do mesmo modo; cada um dentro da sua individualidade vai dando vida a esse universo que constrói saberes.

Certamente há de se esperar a necessidade de desempenhos nas mais diferentes áreas do conhecimento para perceberem currículos, normas e teorias que orientam os trabalhos pedagógicos, sobretudo as linguagens utilizadas quando são problematizadas questões inerentes a gêneros e sexualidades. Volto a Louro (2010) quando diz que a linguagem é seguramente o campo mais eficaz e persistente no processo por se constituir na maioria das vezes o veículo prático mais natural do

educador. "[...] as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos [...]" (Louro, 2010, p. 14), entretanto, é preciso atentar que a linguagem não apenas expressa relações, mas institui poderes, produz diferenças e designa lugares.

Concomitantemente com tal posicionamento de Louro, procurei outros teóricos como Gadotti (2012), que analisa a escola como um espaço não neutro, mas vinculado à política. A escola atende a todo um sistema essencialmente reprodutor do aparelho ideológico da classe dominante onde as ações pedagógicas não se preocupam apenas com os conteúdos e formas do que pretendem ensinar, mas, sobretudo, com o contexto no qual ela ensina. Bourdieu e Passeron (2008) também declaram que é possível compreender que no interior das sociedades de classe, a escola ignora as diferenças socioculturais, seleciona, privilegia as estimações estabelecidas pela classe dominante. Com tal atitude, constitui normas de falar e de conduta. Toda a ação pedagógica se torna uma violência simbólica que impõe um poder arbitrário que tende à reprodução cultural. Para tais impasses, as ações pedagógicas se fundam em vigilâncias constantes ou, como bem coloca Foucault (2009, p. 133), produz corpos dóceis e disciplinados, assim “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”.

Em contrapartida, Gadotti (2012) defende que, mesmo com tantas resistências, é no interior das escolas que as politizações acontecem. Estudantes e professores politizados atuam dentro e fora dos seus muros e passam a exigir mais qualidade do que deve ser ensinado e aprendido. A partir de tais posturas, a escola transforma-se num local onde impera o provisório, o diferente, as diferenças, todas as ideias possam ser discutidas e as críticas têm audiência. Em uma perspectiva transformadora, educa para ouvir e respeitar. O próprio Gadotti acrescenta que não basta respeitar os diferentes, é preciso valorizar as diferenças como uma grande riqueza. No campo da sexualidade, o processo de politização desmitifica o tema e abre os olhos para a descoberta, apesar de que tal atitude ainda não é compreendida pela grande maioria.

No campo das sexualidades, segundo Castro¹⁰, na literatura a vivência e os sentidos são codificados por perspectivas de gênero e construções sociais do ser

¹⁰ CASTRO, Mary Garcia. Sexualidades, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Palestra proferida no seminário internacional “Enlaçando Sexualidades”, no dia 29 de maio de 2009.

homem e mulher. Essas codificações são culturais, que configuram aprendizagens, práticas e representações diversificadas, tendendo a assimetrias de poder nas relações sociais entre os sexos. São identidades formadas por um construto instável, mutável e volátil, numa relação contraditória e não finalizada. Pode-se afirmar, portanto, que são construções a partir de um conjunto de referências de identificações que cristalizam ou remodelam o indivíduo dentro de um sistema de representações. A escola pode ser definida como um universo em que

[...] a identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo (SILVA, 1999, p. 96-97).

Dentro de um sistema simbólico, as sexualidades e gêneros na escola podem ser observados a partir das extensões que conformam o ser humano, estão ligados à biologia, como também às estruturas subjetivas de cada indivíduo, que por sua vez se constituem em culturas, em sociedades, por múltiplos sistemas de relações. São crianças e jovens que experimentam as mais diversas fantasias, desejos, tipos de erotismo e crenças que envolvem não somente os seus corpos, mas suas vivências íntimas, relacionadas às marcas singulares da vida privada. Uma aula de orientação sexual deve ser sensível a essas sutilezas, porque nelas podem estar contidas informações ligadas a sentimentos, corporeidade, possibilidade de autoconhecimento e, principalmente, projetos de vida que o indivíduo só alcança quando se permite.

Abro um parêntese para elucidar o recurso ao termo “orientação sexual” e não “educação sexual”. Baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o termo “orientação sexual” está mais ligado ao papel e à postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias à melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia da “educação sexual”, dado ao tratamento da questão no ambiente familiar. Como tema transversal, “[...] a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico”. (BRASIL, 1998, p. 308). Na escola, através de intervenções pedagógicas formais e sistematizadas, cria-se um espaço privilegiado para trabalhar “questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista” (BRASIL, 1998, p. 293).

Na perspectiva de Louro (2007), a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, com o advento do vírus HIV/AIDS, passou-se a discutir muito mais a sexualidade, com atenção especial à homossexualidade em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação com o combate à doença fez com que organismos oficiais, entre eles o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passassem a estimular os projetos de educação sexual. Em 1996, o MEC incluiu a temática como tema transversal nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como nova diretriz para a educação. Para Louro (2007), tais condições possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade, como também tiveram efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida.

Os temas trabalhados na orientação sexual, como transversais, deveriam perpassar todas as áreas do conhecimento fundamentadas numa nova concepção de currículo e na orientação sistêmica dos conteúdos, de acordo com os objetivos propostos pela escola. Na visão da autora, é através da pedagogia da sexualidade que transversalidade das ações tecnológicas de governo é contemplada, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou "jeitos de viver" sua sexualidade e seu gênero. Contraponho e afirmo que a pedagogia da sexualidade, nem transversalidade das ações governamentais contemplam em seus postulados a muitas formas de fazer-se mulher e homem, como também não dão visibilidade as várias possibilidades de se viver prazeres e desejos do corpo. Entre as duas instâncias, há carências que afetam, sem dúvida, outras formas dos sujeitos construírem identidades de gênero e sexuais.

Diante de tais posturas, procurei, durante as entrevistas, questionar os jovens quanto ao espaço específico e sistematizado para trabalhar questões polêmicas que envolvem sexualidades e gêneros. A pergunta ficou pautada em: "você na escola têm aula específica para trabalhar com orientação sexual"? Seus rostos mostravam um sorriso de indiferença e alguns negaram com tranquilidade e sarcasmo:

Tito: *Se o povo acha que mostrar figura com as doenças é aula de orientação sexual eu vi isso na rua muito antes de ver na escola. Eu vi na rua que os agentes iam lá mostrar as doenças sexualmente transmissíveis, mostrava como colocava uma camisinha isso tudo. Na escola eu não tive nada da orientação sexual. Muito da orientação sexual é nos papos, e não é nem orientação, é o papo que alguns adolescentes mais experimentados tinham já naquela época.*

Ananda: *Trabalha pouquíssimo assim, fala das discriminações das classes sociais altas, classes sociais baixa, fala dos negros que sofrem muito preconceito hoje no mercado de trabalho...Nunca teve, só em Biologia assim que tem de vez em quando, mas aquela coisa, aquela coisa boba mesmo, entendeu? tem muitos professores que evitam falar.*

Daniel: *Nunca tive. Inclusive eu tive professor gay, mas também nunca tocou no assunto...nunca”.*

Os depoimentos revelam a insegurança, o medo e o próprio despreparo dos educadores para desenvolver as propostas do tema transversal do PCN sobre orientação sexual. A negação pode ser interpretada como a fronteira para não interferir na subjetividade das pessoas. Temas que envolvem sexualidades e gênero requerem apropriação de debates que envolvam questões relacionadas às identidades, por não se constituir apenas da parte biológica do ser humano, mas por envolver aspectos históricos e culturais.

Em outro depoimento, um jovem afirma que na sua escola tem aula de orientação sexual, mas ministrada pelo professor de Sociologia, Física e Arte. Então indaguei como eles trabalhavam a questão de orientação sexual na sala de aula:

Ruan: *Ela, eles perguntam como é a vida da gente, como eles, como eu falei que eles param pra conversar da gente, eles param pra conversar com a gente como é a nossa vida gay, se a gente gosta, se a gente não gosta, se a gente pensa em desistir, entendeu? Se a gente pensa em mudar o que vai... Eles conversam na sala, mas pra conversar assim sobre questão da sexualidade de uma forma geral, não ...*

Volto aos estudos de Louro (2010) sobre sexualidades no ambiente escolar e observo como é imprescindível nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas uma formação sistematizada, que desse ao educador ferramentas para que trabalhasse o corpo em todas as suas dimensões: biológica, social, cultural, psicológica. O que observo são possibilidades, em alguns cursos de Pedagogia e Ciências Biológicas de traduzir dos comportamentos sexuais através dos desenhos em que são produzidos os corpos biológicos. Os discursos são perfeitos para sentir o limite do educador em transitar pelas identidades onde homens e mulheres vivenciam suas múltiplas formas de contemplar os gêneros que lhes são mais apropriados, assim como vivenciam suas sensações eróticas, seus desejos, suas relações interpessoais em que as desigualdades estão no núcleo central das interações face a face. Talvez caiba aqui enfatizar que o trabalho com o campo das sexualidades requer, agora, do profissional da educação ouvir as vozes de homens e mulheres homossexuais, suas

experiências, projetos, sonhos e ambições. Não cabe mais uma prática cujos discursos pairam sobre certezas únicas, estáveis e infalíveis.

Entretanto, os métodos ainda utilizados para trabalhar sexualidade na escola ratificam práticas educativas que se enquadram em trabalho genérico e centralizado em mecanismos sociais que operam no binarismo sexual, e assim são dirigidos os olhares para os sujeitos, com expressiva arquitetura de arranjos físicos e disposições simbólicas sobre os comportamentos. Como bem afirma Louro (2010), pratica-se a pedagogia dos corpos, em que são ensinadas formas de comportamento, legitimadas como corretas, os gestos e as diferenças entre os corpos masculinos e femininos dentro de uma lógica naturalizada para cada sexo que atende a um processo estritamente social e material dos corpos sexuados.

Tais colocações atentam para as considerações de Bourdieu (1999) quando aponta o mundo social como construtor do corpo por meio de um trabalho permanente de formação. Imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação, onde as diferenças socialmente construídas acabam sendo consideradas naturais e inscritas no biológico legitimador de uma relação de dominação. Os sistemas escolares não apenas refletem a ideologia sexual dominante da sociedade, mas também produzem ativamente uma cadeia de masculinidade e feminilidade uniformes e hierárquicas pautadas nas diferenças de sexo.

Considero pertinente atentar, nesse momento, para as considerações de Castro, Abramovay e Silva (2004) quando afirmam que os debates contemporâneos a respeito das sexualidades na escola têm sido desenvolvidos por duas perspectivas: de um lado a visão higienista onde os corpos são reduzidos aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, convocando o indivíduo a ser responsável pela higiene do corpo, pela sua integridade física. Por outro lado, são pensadas de forma singular como parâmetro transversal, na tentativa de descentralizar os saberes em diversos campos disciplinares como um dispositivo da “pedagogia preventiva”, que procura estabelecer o discurso da proteção e prevenção sexual, tornando-se o maior entrave quanto aos reais significados dos corpos e sua relação com o desejo e o prazer.

Ao adentrar nos campos disciplinares, as autoras me remetem a dialogar novamente com Foucault (2009) quando aludem os corpos docilizados, aqueles que estão presos no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações. Isto significa pensar a educação através dos mecanismos

de legitimação e efetivação dos saberes e na formatação de sujeitos adequados às estratégias vigentes. No cenário educacional, as relações disciplinares produzem tipos específicos de saberes que atuam de forma poderosa sobre os corpos em formação. São na verdade complexos campos de atuação cujos discursos vão conduzir a ações curriculares e, por conseguinte, a exercícios ancorados na ordem das coisas.

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que faça, o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

A partir desses conjuntos de argumentos em relação aos saberes disciplinares e sistematizados, os PCN, através das temáticas consideradas relevantes, vão conferir à política educacional uma sexualidade concebida como algo inerente à natureza humana, mas dentro de uma “pedagogia higienista, moralista e disciplinar”. O texto em si, apesar de falar de desejo, erotismo e corpos sexuais plurais – hetero, bi e homoeróticos plurais –, não abandona, por certo, o aspecto biologista dos corpos, apenas procura incorporar através dos debates teóricos propostas para as práticas pedagógicas, mas o faz de maneira generalizada, ou seja, atenta para os processos sistematizados da ação pedagógica, sem, para tanto, invadir a intimidade do estudante. Em outras palavras, posso afirmar se tratar de mais um elemento pedagógico que auxilia estudantes e professores a desenvolverem práticas diretamente ligadas aos comportamentos estabelecidos pela sociedade.

Caminhando um pouco pelas estradas dos PCN, a orientação sexual ministrada na escola apenas norteia questões que pertencem à ordem do que pode se apreendido; para tanto são selecionados conteúdos cujos eixos básicos incluem apenas as dimensões biológicas do corpo, as relações de gênero e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS na sua discussão. Questões relacionadas à homossexualidade, por exemplo, são considerados “temas polêmicos, que envolvem questões complexas e demandam tempo para serem aprofundadas, com ampla participação dos alunos, além de exigirem maior preparo do educador” (PCN, 1998, p. 47).

Observo que na proposta dos PCN para temas que envolvem formas plurais sobre afetividade, desejo, prazer, existe a fronteira dos aspectos cognitivos próprios

para cada faixa etária e o não descuidar ao inserir as relações de gênero, como ele é organizado e ordenado para dar significado às diferenças biológicas. Outro aspecto que considero relevante é como comporta vários olhares e em diferentes áreas do conhecimento, sem que para isso crie debate sobre as técnicas de sensibilização e facilitação para inclusão de novos métodos de combate aos estágios discriminatórios e aos estereótipos presentes no dia a dia das escolas. Propostas de trabalho que flexibilizem mecanismos que quando o professor venha a trabalhar as múltiplas possibilidades de se vivenciar a sexualidade e o gênero, o estudante possa questionar com segurança os seus próprios valores, respeitando a diversidade que existe no outro.

Exemplifico tal posicionamento através da fala de um dos depoentes:

Astral: *No caso na minha escola, quando eu era 5ª série, que eu ainda era no caso a, meio assumido, meio não assumido, eu nunca sofri preconceito, mas depois sofri entre aspas, depois que o povo começou a perceber que eu era gay aí começava a me dar quio, a soltar piadinha aí eu não gostava porque eu era revoltado, aí rumava pedra, brigava mesmo.*

Mesmo sendo local de produção das sexualidades, a escola, dentro de legislação educacional, não avança na problematização de identidades sexuais não normativas, contribuindo para sua inviabilização. A pedagogia da sexualidade acaba por legitimar algumas identidades e práticas sexuais, enquanto através do silêncio marginaliza outras. Os estudantes que fazem parte dos grupos que se declaram homossexuais na escola conseguem “[...] reconhecer-se numa identidade, supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (LOURO, 2007, p. 6), contudo, seus corpos são traduzidos como ridículos ou excêntricos; geradores de conflitos ou tensões.

Em determinadas instâncias sofrem violência física e verbal, sendo alvos de brincadeiras ou expressões verbais pejorativas. Nas análises de Junqueira (2009, 2010) esses estudantes estão inseridos na “pedagogia do insulto”, fundamentada nas piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões que desqualificam, e são poderosos mecanismos de dominação simbólica:

A escola configura-se, assim, como um espaço institucional de opressão, o que deve, ainda, à participação ou à omissão dos sistemas de ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, as instituições e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p. 166)

A “pedagogia do insulto” permite, segundo o autor, um tratamento hostil e expressões de aversão aos sujeitos homossexuais, e, na maioria das vezes, os estudantes não sabem o significado real do termo “homossexualidade”. Pude perceber essa afirmação quando questionei aos jovens o que eles entendiam por sexualidade:

Moranginho: *Eu acho que sou homossexual porque eu já nasci assim, não foi coisa de dizer que aconteceu com o tempo, eu já nasci assim eu tive esse jeito desde pequeno.*

Ananda: *Pra mim, sexualidade é entre homossexuais é uma pessoa que sente atração pela pessoa, pelo, pelo sexo oposto.*

Daniel: *Normal, normal, isso independente de um homem com outro homem ou mulher com outra mulher pra mim isso é normal.*

A dificuldade de formar o conceito de sexualidade para os jovens está no encadeamento da prática pedagógica em que o corpo é pensado para o homem e para a mulher heterossexuais. Assim ele aparece como o ideal de virilidade e força. Elas assumem o lado da fragilidade e da doçura. Entre eles e elas criam-se fronteiras do masculino e do feminino que negociam entre si através das interações discursivas sobre as sexualidades, com ênfase na instauração do binarismo. Os mecanismos que atuam nesse campo de força, silenciosamente, levam jovens travestis, gays e lésbicas a sofrerem negativamente os reflexos de tais mecanismos, e muitos desistem da escola no ensino fundamental, só retornando posteriormente, na faixa etária onde estão como jovens-adultos, para concluir a educação básica por imposição do mercado de trabalho.

Suas orientações sexuais, mesmo sem estarem no anonimato, ficam presas a categorias preconceituosas, e às vezes, os sujeitos articulam em seus discursos posições que tornam tais condições como situação normal. A escola, por sua vez, em sigilo, transfere os comportamentos para a “pedagogia do armário”. Por pedagogia do armário entende-se um “[...] conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos de diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual” (JUNQUEIRA, 2013, p. 481). O termo “armário” pode ser entendido como “a mais conhecida metáfora dos problemas subjetivos, sociais políticos da homossexualidade enquanto categoria de identidade e de discriminação” (VALE DE ALMEIDA, 2009, p. 14).

Os jovens, nesta circunstância, podem não querer assumir sua sexualidade perante os outros, concentrando-se na dependência de comportamentos que tendem atender aos projetos heterossexuais. Muitos reprimem e suprimem seus impulsos e fantasias sexuais e negam a si mesmos como homossexuais e tentam namorar e manter relações eventuais com garotas para suprir as expectativas da família, dos parentes, dos amigos. Segundo Isay (1998), são atividades mecânicas que futuramente provocam cansaço físico e conflitos internos.

Nos depoimentos abaixo, as posições ratificam os problemas colocados por Junqueira (2009) em relação às pedagogias do insulto e do armário quanto aos problemas pessoais que os jovens homossexuais enfrentam no cotidiano das escolas:

Daniel: *Porque era, era preconceito mesmo que eles tinham que não adiantava, o professor saía da sala, quando saía era pior ainda, que aí que eles começava mais ainda, às vezes quando chegava, o diretor chegava na sala pra reclamar eu ficava com medo, “tomara que o diretor não fale nada” porque quando o professor saía era pior ainda, era pior ainda. A turma caía matando.*

Tito: *[...] eu já recebi nome assim Titinha, ehh! Antônio essas coisas do tipo, Dita, então assim, eu não gosto, se eu não quero que faça comigo eu não faço com o próximo, nunca gostei. Então assim, a sala de aula ela legitima muito o professor ver aquilo inclusive nessa sala de aula eu vi as piadinhas pra mim. Eu não sei se a professora ouvia, percebia ou fazia vista grossa. Eu fiz de conta que não estava acontecendo. Porque o ambiente não é meu. Se a professora viu quem tinha que partir, de quem tinha que partir a iniciativa era da professora, minha supervisora, como não partiu, não seria eu que iria iniciar uma discussão e iria atrapalhar o conteúdo da aula.*

A pedagogia do armário interpela a omissão por parte dos professores que não se consideram envolvidos ou responsáveis por relações com as quais eles não sabem lidar, ou que possivelmente mexem com preconceitos próprios. Implica atitudes de fronteiras onde atuam todos os dispositivos de controle que agem como forças de dominação, ou seja, além de ignorar corpos e identidade não heteronormativos, os submetem, marginalizam e excluem do processo de releituras, reelaborações, diálogos sobre outras formas de viver as sexualidades e gênero.

É importante ressaltar que a omissão não parte somente dos professores por estarem no dia a dia da sala de aula, mas de todos os envolvidos com o processo educacional. Inclui-se, no processo, discentes e toda a comunidade escolar, quando sobre diversos olhares vigiam e tecem expressões desqualificadas à pessoa homossexual, do tipo: “viado da escola”.

Em um dos depoimentos fica claro que além da mágoa do jovem pela indiferença da professora, o sentimento de que ele é o culpado, pois se for reagir a algo injusto vai atrapalhar a aula. Tais procedimentos são compreendidos como resultado de todo um conjunto de práticas de vida que ensejam formas de conviver, ensinar, aprender em favor dos direitos da pessoa.

Entretanto, sobre diferentes óticas, analiso que os depoimentos indicam igualmente uma forma de enfrentamento que seria romper com a pedagogia do armário, daí os sentidos do termo 'assumir', reiterado em uma das declarações abaixo. Fica evidente que, diante de todos os mecanismos de controle, eles reagem aos processos que os coloca como vítimas do processo e procuram 'sair do armário'. Como bem afirma Vale de Almeida (2009, p. 14), "significa fazê-lo e assim estabelecer um ritual performativo que simultaneamente reinstitui o sujeito enquanto homossexual e obriga o entorno social a reconhecer a existência." De tal premissa parte-se para afirmativa de que a invisibilidade e o silêncio nos espaços escolares não são absolutos, os insultos são vigiados por esses atores, e a heterossexualidade não se apresenta como tão hegemônica, face ao "assumir-se" nos espaços públicos, como a escola e privado, enquanto família.

***Astral:** [...] aí depois que eu vim a me assumir, percebi que isso parou, então assim eu acho que até mesmo amigos da escola queria realmente saber o que era, se eu era gay ou não aí depois de quando eu me assumi isso tudo parou; hoje em dia, eu estudo de noite, o tratamento é normal, eu entro na escola os meninos brincam comigo normalmente, conversa comigo normalmente, as professoras, as meninas também.*

***Angico:** Na convivência com, no colégio é muito, é muito saudável com eu e meus colegas de sala porque assim, além de ter um outro gay [...] assim eu percebo tratamento dos professores mesmo com ele e como é comigo, quando fala "bicha, viado, não sei o que, vai viado não sei o que" comigo já não são assim, os de entendeu? Falam normal, entro boa noite, boa tarde, falo, brinco, dou risada, todos sabem que eu sou gay.*

Mesmo atravessando situações dentro da escola que dão significado às práticas de controle, vigilância, fronteiras e dimensões à política heterossexual, os discursos revelam que, ao admitir a homossexualidade, esses sujeitos se tornam "[...] verdadeiros instrumentos políticos para a crítica e transformação do sistema homofóbico, para a obtenção de igualdade de direitos e para a famigerada transformação de mentalidades." (VALE DE ALMEIDA, 2009, p. 16). Tal afirmativa se

dá em virtude de observar nas expressões, no momento dos depoimentos, que eles não se sentem presos aos danos causados à sua autoestima. São jovens que, ao se declararem homossexuais, geram oportunidade de planejar a própria vida sem serem coagidos pelas expectativas e convenções sociais (ISAY, 1998).

Considero importante nessa trajetória, refletir como o corpo, as questões de gênero e sexualidades estão inseridas no currículo escolar. Não se trata aqui de expandir o debate sobre currículo como uma lista de conteúdos as serem vencidos pelas disciplinas, em suas áreas específicas, nos duzentos dias de ano letivo, mas sim entendê-lo como uma proposta educacional comprometida com a constituição dos sujeitos. Na apreciação de Silva (2003), o currículo passa a ser um instrumento cuja operacionalização não está limitada ao fator meramente cognitivo, nem destinado a extrair uma essência humana pré-existente à linguagem, ao discurso ou à cultura. Para o autor, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre indivíduos e sociedade, os constitui como sujeitos também particulares.

Concordo com Silva (2003) quando afirma:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja a identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2003, p. 150)

Conceber corpos, gênero e sexualidades na escola não é apenas compreender a materialidade biológica das genitálias, mas, sobretudo, compreender como os sujeitos vivem e articulam seus desejos e prazeres numa constituição histórica, cultural e social. Nos estudos de Lima (2011), questões relacionadas a gênero e sexualidades na escola, o currículo aparece dentro das teorias pós-críticas em que não se permite uma visão tecnocrata, focada apenas na instrução e nas categorias psicológicas relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento do indivíduo; isto porque este envolve relações sociais que estão permeadas de poder que constituem a construção do conhecimento. No currículo, segundo a autora, estão inseridos, além das relações socioeducativas, as experiências e aprendizagens que corporificam o “currículo em ação”, as regras e padrões cuja ideologia implícita leva a efeito determinadas relações de poder, em sala de aula, que delinham o “currículo oculto”.

No contexto contemporâneo, o currículo não pode ser pensado como um artefato ingênuo e desinteressado. Longe de ser um instrumento técnico e burocrático das instituições de ensino, ele manifesta, sobretudo, os valores e a ideologia de uma sociedade, especialmente daqueles que a produzem. (LIMA, 2011, p. 29-30)

É necessário aprofundarmos um pouco mais quanto às questões que envolvem o currículo como arsenal que regula as práticas pedagógicas quanto à questão das sexualidades e do gênero, colocando sobre vigilância os corpos e os saberes, e a homofobia que, segundo Junqueira (2013), tem sido comumente empregada como um conjunto de emoções negativas em relação aos homossexuais, mas, no entanto, precisa ser entendida como um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminações e violência contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressões ou dissintonia em relação à norma de gênero e à heteronormatividade. Na ação podem ser identificados os gays, os afeminados, os bissexuais, as lésbicas, os ativos-passivos, os transformistas, os andrógenos, os *drag queens* entre outros. São sujeitos que, segundo Louro (2007), estão no circuito da pedagogia do insulto e sofrem todo tipo de discriminação por meio de brincadeiras, apelidos, insinuações, expressões que desqualificam, ameaças e agressões físicas e verbais.

5.1 OS SABERES INTER(DISCIPLINARES) SOBRE SEXUALIDADES E GÊNERO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

No cotidiano escolar, o currículo se associa a distintas concepções de aprendizagem, interage e interfere no conjunto de saberes e práticas que envolvem o processo pedagógico. Também, diferentes fatores socioeconômicos, assim como políticos e culturais, contribuem para que o mesmo incorpore, ao universo do conhecimento, as aprendizagens que conformam substâncias que deverão ser apreoadas e sobre as identidades que são preteridas na formação básica. A palavra currículo, portanto, denota a ideia do caminho a ser seguido e, na educação, ganha o sentido que norteia e possibilita o acesso aos diversos saberes escolares. Historicamente, constitui-se em uma palavra empregada desde os tempos da Grécia Antiga, trazendo a concepção de uma educação capaz de promover a formação

integral do homem, dentro de um processo sistematizado e organizado dos conhecimentos.

Na conjunção dos saberes organizados e disciplinados, existem níveis de complexidade crescentes de conteúdos e conhecimentos que devem ser exigidos dos aprendizes no período da formação básica. De acordo com os PCN, é comum no ensino fundamental nos primeiros ciclos (1º e 2º) que compõem o 2º e 3º anos a curiosidade sobre concepção e parto, relacionamento sexual ou Aids. Muitas vezes a curiosidade se expressa de forma direta, em outras surge através das brincadeiras erotizadas, piadas, expressões verbais, músicas. Nos ciclos seguintes (3º e 4º) quando eles estão no 4º e 5º anos, com o desenvolvimento e as aprendizagens que lhes favorecem, essas manifestações vão se transformando, e outras curiosidades surgem envolvendo questões ligadas a sensualidade, desejo e erotismo. No ensino médio, a curiosidade aparece no sentido da prevenção. Pelas propostas apresentadas pelos PCN, em todos os ciclos, compete ao educador identificar essas manifestações como curiosidades acerca dos aspectos relacionados à sexualidade e intervir pontualmente, permitindo que as dúvidas possam ser colocadas e o assunto possa ser tratado de forma clara e direta.

Partindo de tais premissas, questionei aos jovens a respeito do processo ensino-aprendizagem nas escolas ligadas às questões das identidades sexuais e de gênero:

Anderson: *A educação na proporção que ela foi avançando que foi mudando o, o seu, o currículo (eh) foi mudando as formas dos profissionais e tudo... Hoje existe, hoje existe um fluxo muito grande de profissionais (eh) que trabalham com essas situações, mas existe também um fluxo muito grande de, fluxo muito grande quando eu falo assim da sociedade né? Da sociedade para (eh) para aceitar isso, não, não tá sendo fácil não, não foi fácil, não tá sendo fácil e até que a sociedade (eh) amadureça essa ideia vai ser complicado.*

Tito: *[...] do portão da escola e gritou “vai bicha” aí eu olhei pra menina e continuei, aquilo me comeu por dentro de raiva porque eu não pude voltar pra dizer umas boas a ela. [...] Assim a 5 série é uma série muito complicada as crianças elas vêm carregadas de preconceito na 5 série. Eu acho que você deve se voltar pra o ensino médio porque a pressão sobre você da 5 à 8 série vai ser muito grande.*

Tito: *Orientação sexual ao longo do que eu vi é só mostrar os tipos de doenças, mostrar como se usa uma camisinha e se duvidar pegar um menino daquele ensina um homem a colocar muito melhor uma camisinha com muito mais praticidade. Com muito mais praticidade. Tem assunto ainda que não se discute abertamente e tem crianças*

que pode fazer qualquer um desses caras na sala de aula engasgar se perguntar sobre masturbação, se perguntar sobre isso.

Moranguinho: *É uma vez ou outra que a gente puxa o assunto assim em alguma aula de um professor que eles pega e dá o lugar a gente e começa a falar também, que raramente quando acontece mais isso, essas coisas foi o ano passado na aula de português e também na aula de geografia, esse ano eu não, não aconteceu porque esse ano tem muitos professores novos que não foram meus do ano passado, alguns só que foram meus do ano passado, o professor de matemática, de geografia do ano passado que começaram e que eu posso até conversar com eles depois né? Falar com eles, puxar assunto na sala de aula e todo mundo começa, que todo mundo. É, eu realmente sempre nas aulas era eu que puxava o assunto, aí todo mundo começava a perguntar.*

A reflexão sobre a construção das identidades sexuais por meio do diálogo curricular entre as áreas do conhecimento, a saber: códigos e linguagens, ciências naturais, humanas e exatas, na educação básica requer um repensar as necessidades básicas que venham atender de fato as curiosidades, nos determinados ciclos de desenvolvimento cognitivo, mas se pensarmos não através das matérias disciplinares, todavia a partir do caráter multidimensional e complexo que abrange o processo pedagógico sobre sexualidades e gêneros, presentes no campo interdisciplinar por meio do estreito laço de relacionamento, que se estabelece entre indivíduo e sujeito.

Enquanto artefato político, Junqueira (2010) explica que o currículo é uma produção cultural discursiva e um campo de permanentes disputas e negociações em torno de cada disposição, princípio da visão e de divisão do mundo. Portanto, a escola deve ser pensada como o espaço onde situações formais e não formais de aprendizagem estão vinculadas a processos sociais por meio dos quais se desdobra e aprofunda a produção e distinções sociais que interfere na formação, no desempenho e desigualdade de cada sujeito que dela faz parte.

Em outros encontros, voltei a questionar sobre as mesmas dúvidas ligadas ao processo ensino-aprendizagem das identidades sexuais e de gênero nas aulas das matérias disciplinares:

Angico: *Não, eu não vejo nenhum cuidado ou nenhum assunto que venha fazer com que as pessoas se conscientizem do que é o homossexualismo, eu não vejo nada disso nos colégios não, estudei no Landulfo, tinha assim no Landulfo ainda teve umas palestras, tinha assim algumas coisas, hoje eu to no Duque, estudando no noturno, mas não, não existe mais isso, além de noturno ser mais pra algumas pessoas descuidadas, enfim, mas eu não vejo esse lance de, dessa preocupação de tá passando informação até mesmo da questão da*

relação sexual, de hetero, de gay, eu não vejo mais isso, eu já não vejo mais isso, então, não tem é realmente a, a educação aqui não, não passa 100% como eu acho que deveria passar.

Tatá: *Eu, eu, eu ouvi em um jornal que foi, foi aprovado a lei dos travestis (eh) ser chamado pelo nome feminino por conta dessa discriminação, eu achei interessante, eu acho que tem que existir sim porque infelizmente isso acontece, então é grosseiro, eu conheço travestis que realmente tem aparência, tem tudo que uma mulher tem, tem tudo que uma mulher tem e é um pouco grosseiro ser chamado pelo nome biológico, mas, mas é um nome, é o nome que ele é do sexo masculino, ele optou por ser um travestir, mas eu não vejo, fora essa lei, eu não vejo nenhuma estrutura não é a palavra certa, eu não vejo nem um.*

O currículo oculto aparece, mais uma vez, nesse cenário porque envolve de maneira dominante as atitudes e projeções que são transmitidos de forma simples e pelas relações sociais que codificam em rituais e práticas os comportamentos. Percebo, com isso, que o cotidiano da escola sutilmente vai transformando os comportamentos em relações hierarquizadas, cria regras, procedimentos modos de organizar o espaço escolar de forma que possa controlar, mas ao mesmo tempo distribuir mensagens implícitas daquilo que é subjetivamente centrado no “normal”.

“Através de seus quadros, crucifixos, santos ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconhecem (ou não) nesses modelos” (LOURO, 2010, p. 58). Assim no campo das sexualidades são cultivadas as marcas permanentes das dimensões heteronormativas e através do currículo a escola cria ações que garantam com êxito uma aprendizagem que atenda de forma satisfatória a heterossexualização compulsória e o binarismo para as normas quanto ao gênero, quando instaura, segundo Junqueira (2010), pesados regimes de controle e vigilância das condutas sexuais, das expressões e identidades de modelo para o feminino quanto para o masculino.

Nesse sentido, o currículo oculto é pensado como um jogo de forças que estabelece critérios de validade e legitimidade, em que no cotidiano da escola é capaz de produzir representações. Nela existe um jogo de forças internalizado pelos sujeitos e representado de certa forma, que passa se constituir e reconstruir através do sistema cognitivo, de modo que os sujeitos tende a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido (MOSCOVICI, 2010). Entretanto, há de se pensar também a influência social em fator genuíno de mudança quando a minoria influencia a maioria

por seu estilo de comportamento e pela consistência deste estilo. Para o autor, o poder da minoria é influenciar e transformar a maioria “[...] mediante um comportamento consistente que acaba criando conflito e dúvida entre os membros da maioria, conduzindo-os a reavaliar sua própria postura, cognitiva e, por conseguinte, valorativa.” (MOSCOVICI, 2010, p. 9)

Os saberes articulados e normatizados obedecem a uma ordem que lhes confere significados, atitudes e vigências tradicionalmente concebidos como propostas de construção do conhecimento; para tanto, as relações de gêneros e sexualidades não se encaixam com tanta amplitude no currículo escolar por se tratar de temas plurais e complexos, que incluem discussões através de vários vieses e exposições das múltiplas possibilidades de se vivenciar os gozos e os prazeres. São conteúdos limitados por inúmeros fatores que dificultam o rompimento das barreiras onde estão sedimentados preconceitos e discriminações, os próprios PCN limitam o processo ensino-aprendizagem ao caráter informativo.

A priori, a proposta do tema transversal é trabalhar os saberes sobre sexualidade onde o corpo não seja visto como mero fator biológico, mas como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer, desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Entretanto, os conteúdos convergem para: os mecanismos de concepção, gravidez, existência de métodos contraceptivos; mudanças decorrentes da puberdade; a diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; o conhecimento da existência de doenças sexualmente transmissíveis; a compreensão das formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS; a comparação entre as formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvem riscos.

No campo interdisciplinar a proposta surge no contexto contemporâneo para vislumbrar possibilidades de diálogo entre as ciências, em que o corpo pode ser trabalhado sobre vários pontos de vista e em diversas situações. Segundo Japiassu (1976, p. 74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.” Na educação básica, a interdisciplinaridade propõe entre as disciplinas que compõem o currículo escolar ligar diferentes olhares sobre um mesmo

objeto, ultrapassando, com isso, a construção do conhecimento fragmentado e em via de mão única.

Reporto-me aos estudos de Castro (2012) sobre interdisciplinaridade quando fala sobre família, sua colocação serve de base para entendermos no ambiente escolar como se deve relacionar as disciplinas no momento de enfrentar temas de estudo. A autora fala que a família é a um tempo uma relação social singular, mas que está inserida e modelada por várias relações e sistemas sociais que a compõem, como gênero, gerações, raça/etnicidade e classe social. Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade na educação é uma perspectiva que potencializa saltos paradigmáticos, mas depende dos interesses e dos tipos de saberes que são combinados. Tem a ver com a procura de um equilíbrio entre o conhecimento fragmentado das disciplinas específicas marcadas pela lógica racional e instrumental, mas, sobretudo, pelas experiências pessoais que envolvem o cotidiano escolar.

O pensar interdisciplinar, segundo Fazenda (2002; 2011) permite perceber que o conhecimento em si não é racional. Ele requer diálogo com outras formas de informação, deixando-se interpretar por ela. Essa proposição nos leva à busca das fronteiras onde cada disciplina precisa ser analisada, não apenas pelo lugar que ocupa na matriz curricular, mas, sobretudo, nos saberes que contemplam nos conceitos enunciados. Para aulas sobre sexo, gênero e sexualidades emerge a adoção de um olhar interdisciplinar, por abraçar questões complexas, como autoformação, heteroformação, corpo, desejos, sexo, entretanto, não se pode sublimar que determinados conceitos requerem noções específicas disciplinares, principalmente aqueles ligados aos fatores biológicos e psicológicos. Para isso faz-se necessário um cuidado epistemológico e metodológico nas intervenções e dos registros das ações, ou seja, “o saber perguntar, próprio de uma atitude interdisciplinar envolve uma arte cuja qualidade extrapola o nível racional do conhecimento” (FAZENDA, 2011, p. 16).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o trabalho interdisciplinar precisa “[...] partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 2002, p. 88-89) sob o mesmo objeto. De tal modo, através da pedagogia do sexo, as dimensões biológicas se delineiam sob o prisma das estruturas psicológicas e nas

relações interpessoais dos indivíduos para consigo mesmo e para com o outro, além das identidades femininas e masculinas que são construídas pelas sociedades no processo histórico-cultural. No conjunto para formação do “ser humano”, o sexo aparece dentro de um processo desnaturalizado, composto por mecanismos e articulações que perpassam as fronteiras biológicas e se insere em um sistema de regulação social.

No imaginário social criou-se a pedagogia para o sexo, assim como a imagem do corpo feminino e do masculino, da homossexualidade e heterossexualidade, os perigos físicos e morais para cada sexo, as condutas de procriação, as condutas normais e patológicas. Todos esses fatores são dispositivos, segundo Foucault (2009), ligados ao biopoder que controla os corpos dos sujeitos e instituem lugares socialmente diferentes para os gêneros. A partir das contribuições de Foucault, podemos afirmar que as práticas discursivas que alimentam a pedagogia do sexo, produzem identidades, concepções de indivíduos enquanto sujeito de uma sexualidade, estabelecem verdades em relação ao corpo e aos prazeres, mas, sobretudo, controlam as perversões sexuais nos indivíduos através de uma série de intervenções e modulações nos corpos e nas formas de estar em sociedade.

Cria-se no processo ensino-aprendizagem uma série de formatações que é cobrada em torno do sexo que frequentemente confunde expressões ligadas a gênero e identidades sexuais. O antropocentrismo, por exemplo, confere ao macho bravuras associadas a masculinidade hegemônica e viril. Tal conceito não só minimiza ou desvaloriza a fêmea, como também a todos os sujeitos que não se enquadram no perfil socialmente estabelecido para o macho. A prerrogativa leva a observar que tal conceito, no espaço escolar, se constitui um dos fatores ponto de partida para a homofobia, a lesbofobia e transfobia, quando sustenta a ideia do homem associado ao masculino, a mulher ligada ao feminino, à supremacia do macho sobre a fêmea, as relações intrínsecas e reprodutivas que alimentam a lógica binária, que ganha valoração e relações de assimetria entre os sexos.

Concebo tais debates imprescindíveis por trazerem discussões que abrangem questões relacionais aos machos e fêmeas com suas experiências individuais e coletivas. Como analisa Bourdieu (2007, p. 33), trata-se de

[...] um trabalho de construção prática que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende

a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero.

Dentro da construção sociocultural, o gênero opera representações e estereótipos de feminilidade e de masculinidade no processo educacional.

A sexualidade extrapola qualquer finalidade biológica, pela procura do prazer pelo prazer do desconhecido, do impossível e pelo próprio desejo. O corpo aparece como uma espécie de substrato ao qual a cultura se sobrepõe, alterando, modelando os comportamentos, as experiências sexuais. Não se nega pedagogicamente a valorização da diferença entre o feminino e o masculino; a diferença anatômica entre as genitálias e características secundárias de homens e mulheres; esperma, ejaculação, pelos corporais versus menstruação. O que leva ao debate sobre currículo e interdisciplinaridade no campo das sexualidades e gênero são os agregados fatores que incluem na dinâmica a “pedagogia do insulto”, defendida por Junqueira (2010), em que, sob a base das normas de gênero e da matriz heterossexual, sujeitos são marginalizados, desqualificados e desumanizados, expostos a múltiplas estratégias de poder e regimes, ajustamento e exclusão, que o autor traduz em “pedagogia do armário”.

Em contrapartida, atentando para os estudos de Gadotti (2012) sobre educação e poder, tais incidências sobre gênero e sexualidades no ambiente escolar podem ser discutidas através da “pedagogia do conflito”, ou seja, por um lado temos uma escola essencialmente conservadora e reacionária, que tem como prática a domesticação, mas, por outro lado, temos uma escola que também não reproduz integralmente a sociedade da qual depende. Nela há uma luta interior entre a necessidade de transmitir uma cultura existente, que o autor chama de ciência, valores, ideologia, que é a tarefa conservadora da educação e, paralelamente a isso, vive a necessidade de criar uma nova cultura com tarefas revolucionárias, numa pedagogia que caminhe lado a lado com as transformações da sociedade.

Diante dessa realidade, as marcas biológicas e socioculturais para os sexos que são definidos desde o nascimento estão na ordem conservadora do processo ensino-aprendizagem ligado por um sistema de representações determinada pela anatomia e fisiologia (natureza). Enquanto as instâncias sociais que modelam os comportamentos para o feminino e masculino enquanto gênero e a orientação do desejo sexual, que eroticamente nos atrai para a sexualidade, passam a ser postulados que se formam no interior de uma educação conservadora, entretanto,

atendem as ordens revolucionárias da educação quando propõem através dos próprios PCN a inclusão da temática sexualidade no currículo escolar.

Não se pode reduzir a educação sobre sexualidades nas escolas, entre as áreas do conhecimento, apenas pelo prisma dos aspectos biológicos, sem atentar para os apelos corporais, afetivos e relacionais que extrapolam a anatomia dos corpos. Diante deste quadro, cito Bourdieu (2007, p. 138) quando diz que “[...] é preciso mudar de forma irreparável as condições de produção dessas disposições, dessas estruturas incorporadas [...] é preciso mudar a ordem simbólica” e as concepções dicotômicas que determinam as posições que devem ser ocupadas pelo homem e pela mulher, assim como as características predominantes para o masculino, como para o feminino. Nessa estrutura conservadora, o homossexual passa a ocupar outra posição na construção das identidades.

Advogando através de Misse (1981), o homossexual, para a maioria dos educadores, trai a sua condição “natural” do passivo/ativo, atributos sexuais binários. A identidade de gênero que molda a masculinidade e a feminilidade a partir de redes de relação de poder da própria sociedade é reproduzida nas escolas. “Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos” (LOURO, 2010, p. 61). As masculinidades e feminilidades construídas nos ambientes escolares são dispositivos estratégicos impostos e articulados concretamente na vida social. Os mecanismos fisiológicos e de reprodução são gamas de símbolos que ordenam os comportamentos e geram tensões, ao mesmo tempo em que respondem às exigências culturais na constituição de papéis sociais para a sexualidade.

Em suma, atribui-se a tudo o que Junqueira (2010) nos traz à reflexão, quanto às normas de gênero que cumpre papel central na pedagogia que denomina de “armário”, a constituição de dispositivos e práticas curriculares em que o controle, o sigilo, a invisibilidade e o ocultamento agem como força heterorreguladora de dominação simbólica que marginaliza e exclui. As sexualidades que não atendem a heterossexualidade hegemônica são por vezes censuradas e violentadas. Não atenta, por exemplo, a gama de possibilidades de masculinidades e feminilidades, que representam distintas posições de poder nas relações quer entre homens e mulheres, quer entre os próprios homens e as próprias mulheres (CONNELL, 1995).

A educação escolar, no entanto, investe através das áreas do conhecimento nas polarizações dicotômicas, no binarismo de gênero, nas segregações e na naturalização da heterossexualidade que reitera as hierarquias opressivas quanto às plurais identidades no seu entorno. Talvez aqui caiba abrir um parêntese para fazer um recorte temporal da educação sexual nas escolas do Brasil, procurando compreender como as pedagogias foram criadas e sustentadas para articular identidades de gênero e sexualidades, quando um bom observador pode perceber as inúmeras dificuldades apresentadas pelos educadores quando a mesma é implantada nas escolas.

Sem que o processo ensino-aprendizagem consiga sair do conhecimento conservador e superficial dos corpos anatômicos, fisiológicos, ou das doenças transmissíveis, como são criadas as condições revolucionárias que procuram atender a temas tão relevantes e como se processam as desconstruções do machismo e feminismo que se instaurou nas escolas e tonam invisíveis as condições de vidas de sujeitos que estão nas fronteiras consideradas minorias; como as pedagogias que envolvem ações transformem os corpos “sem desejos” em “corpos desejanter”. Evidencio a necessidades de tais diálogos mediante a pluralidade de interpretações e de construções de subjetividades com significados múltiplos, contraídos a partir da fala dos jovens que participaram dessa pesquisa.

5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: UM RECORTE TEMPORAL

Dentro de um processo histórico-cultural, a educação sexual no Brasil esteve voltada para a repressão entre crianças e jovens da sua sexualidade. Gondra (2007) revela que do final do século XIX e início do século XX existiu uma forte relação entre a medicina higienista e os projetos de educação sexual nas escolas. Durante esse período, o Brasil presenciou a expansão da medicina científica que agregou sobre o corpo os instrumentos de aprimoramento da saúde, que acaba se traduzindo em ações educativas. “A higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcada na razão médica que ao constituí-lo retiraria do espaço privado [...] o monopólio sobre a formação de meninos e meninas [...]” (GONDRA, 2007, p. 526). A sexualidade é apresentada como assunto higiênico, dissociado do afeto e do prazer.

Determinadas práticas eram consideradas promíscuas, outras de origem divina dentro da escola. A masturbação, por exemplo, era reprimida, e a prática sexual era orientada para o casamento, associada à procriação e concepção moral. As aulas de ciências voltavam-se cientificamente para as características físicas de cada sexo, naturalizando-o. No corpo do homem preserva-se a força, o poder, a austeridade, o vigor físico. O machismo lhe realça a condição de Senhor. Enquanto à mulher, a castidade, a doçura, a fidelidade tem legitimidades inestimáveis. A ideia de fragilidade conferia a feminilidade. A “distinção entre os gêneros faz surgir, por exemplo, o machismo do homem e as categorias de mulher-fácil, adúltera, venal, irresponsável, amante, mulher” (BONATO, 1996, p. 82).

As escolas entre as décadas de 1920 e 1930 se tornam espaços de intervenção preventiva, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes com o fim de produzir “comportamentos normais” ou normalizados de acordo com padrões hegemônicos, socialmente impostos. Até os anos de 1960, os tabus do corpo eram ligados a religiosidade a ponto de fazerem com que muitos jovens acreditassem que as sensações eróticas estavam ligadas ao pecado. Segundo Foucault (2009), todos os sistemas disciplinares, entre eles a escola, funcionam como pequeno mecanismo penal. Assim, eles qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos e repreendem do corpo atitudes consideradas incorretas e gestos não conformes; na sexualidade atitudes consideradas libertinas.

Na concepção de Cavalcanti (2007), as práticas educacionais de caráter religioso esmeravam-se muito nas regras, punições e vigilância. Antes, o que qualquer um podia ensinar para todos (meninos e meninas), passa para as mãos de um profissional da educação que modela as posturas marcadas e programadas para um ou para outro sexo. A escola como mecanismo de controle, a aprendizagem livre transfere-se para os campos políticos e ideológicos de determinados grupos sociais que impregna valores, conhecimentos e posturas corporais considerados aceitáveis para o homem e para a mulher.

Entre as décadas de 1960 e 1970, período em que o País passa por forte repressão política, a educação sexual nas escolas foi interrompida, assumindo-se a posição de que a família é a principal responsável pela educação sexual, podendo a escola criar apenas programas de saúde. Apesar dos movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos *gays e lésbicas*, os regimes ditatoriais produziram

marcas no discurso sobre a escola. Segundo César (2009), no início da ditadura militar, o secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e contracepção.

Nas últimas décadas do século XX, é visível a demanda por trabalhos ligados à sexualidade, em virtude da alta incidência de gravidez na adolescência e o crescimento dos índices de contaminação pelo vírus HIV. Heilborn (1999) enfatiza que a desvinculação de sexualidade e reprodução biológica da espécie, a partir do desenvolvimento dos métodos contraceptivos hormonais, nos anos 60, e o advento da epidemia de HIV/AIDS¹¹, na década de 80, deram novo impulso às investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais ligados à sexualidade.

Os novos pressupostos epistemológicos sobre a sexualidade permitiram às Ciências Sociais diminuir as diferenças entre os sexos, como natureza única (corpo) defendida pelas Ciências Biológicas, e perceber as diferenças a partir dos arranjos sociais. A procriação se dissocia do casamento e passa a ser uma escolha pessoal do indivíduo; a orientação sexual, a biologia do sexo, o uso adequado da sexualidade, as uniões homoafetivas e as novas constituições familiares começam a ter representatividade no Brasil.

Na segunda metade da década de 1990, o ensino brasileiro, ao passar por reformas, incorpora, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a “Orientação Sexual”, que tem como um dos objetivos contribuir para que haja reconhecimento e respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, às diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão. De acordo com os PCN (1998), o corpo deve ser entendido como um sistema interligado que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer.

A educação sexual, portanto, precisa ser trabalhada na construção do corpo, não mais sob as bases biológicas, mas se inclua nele os aspectos psicológicos e sociais inerentes aos seres humanos. Isto implica um currículo com base

¹¹ AIDS é uma sigla, em inglês, que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Síndrome é um conjunto de sinais e sintomas. Imunodeficiência indica que o sistema de defesa da pessoa está deficiente. Adquirida significa que a pessoa infectou-se no decorrer de sua vida. HIV significa, em inglês, vírus da imunodeficiência humana. É o agente causador da Aids. O HIV pode ser transmitido pelo sangue, secreção espermática, secreção vaginal e o leite materno.

interdisciplinar que tende a contribuir para a construção do corpo por meio das diversas dimensões da sexualidade.

Em História, por exemplo, a inclusão de conteúdos a respeito de como a sexualidade é vivida em diferentes culturas, em diferentes tempos, em diferentes lugares e como se expressa pelo vestuário, cuidados pessoais, regras, interdições e valorização do comportamento a inclusão de conteúdos a respeito de como a sexualidade é vivida em diferentes culturas, em diferentes tempos, em diferentes lugares e como se expressa pelo vestuário, cuidados pessoais, regras, interdições e valorização do comportamento. Em Ciências Naturais, ao ser abordado o corpo (da criança e do adulto, do homem e da mulher) e sua anatomia interna e externa, é importante incluir o fato de que os sentimentos, as emoções e o pensamento se produzem a partir do corpo e se expressam nele, marcando-o, e constituindo o que é cada pessoa. (BRASIL, PCN, ORIENTAÇÃO SEXUAL, 1998, p. 317-318),

Entretanto, consolidam-se ainda as marcas do corpo biológico, em que o aspecto fundamental se reflete na natureza do corpo que está diretamente apontada para suas funções fisiológicas, anatômicas e ortopédicas, não sendo entendido como um signo intencional pautado num jogo de possibilidades que o social faz dele leituras plurais sobre identidades. “[...] É preciso notar que elas (as identidades) se interferem mutuamente, se articulam” (LOURO, 2010, p. 51), não podem ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras.

Em estudos sobre vulnerabilidades, proteção, autonomia, direitos humanos e homoafetividade, Castro, Magalhães e Abramovay (2011), avaliam que levar o debate sobre sexualidades, em suas múltiplas modelagens simbólicas e relacionais para a escola, seria também subversivo por estimular o pensamento crítico que colabore no fazer escolhas que combinem o reconhecimento de vulnerabilidades e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas de vulnerabilidades sociais como oportunizem a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas.

Na perspectiva crítica, consideram a irreverência da educação por sentidos da arte que poderia ser acionada para desestabilizar as tendências que consideram um “desprezo projetivo”, ou seja, aquele que possa ameaçar verdades que alicerçam poderes, incrustações em identidade assumidas. Assim atentam que a diferença envergonharia, produziria ansiedades, indicaria vulnerabilidades do modelo seguido, devendo, portanto, ser estigmatizado. Ponderam que a escola como instituição pode

capacitar para o diálogo crítico com as demais instituições, o que implicaria rever não somente currículos, mas, sobretudo, pedagogias.

5.3 GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

As novas propostas de escolarização para a educação básica preveem práxis pedagógica na qual a experiência prévia dos estudantes esteja presente na construção do conhecimento através da valorização de suas vivências individuais e coletivas, fazendo com que percebam as múltiplas relações que permitem a construção do tecido social em cada época. Entretanto, em relação ao estudo da sexualidade, tal construção fica restrita aos aspectos biológicos do corpo, sob a responsabilidade dos professores de ciências para o ensino fundamental e biologia para os professores do ensino médio, que particularizam os conteúdos na área de conhecimento das ciências da natureza, privilegiando os aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo.

O que percebo na prática, através das observações nas escolas como professora da educação básica, são abordagens que normalmente não abarcam as ansiedades e curiosidades das crianças e dos jovens, pois enfocam parte do processo de construção dos conhecimentos sexuais. Há uma dicotomia entre o processo ensino-aprendizagem sobre sexo, sexualidade e gênero por envolver ações complexas nas dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nos corpos sexuados, mesmo que os PCN adotem que o papel da educação e dos educadores é dar sentido ao processo de significações, que corporificam os nexos entre saber, poder e identidade.

Na totalidade, a orientação sexual nas escolas considerada um dos componentes que deve compor o currículo da educação básica, com conteúdos sistematizados e organizados de acordo com os ciclos de aprendizagem, ainda não representa o caminho mais seguro para atender aos múltiplos anseios de uma população em processo de construção de identidades, isto em virtude de inúmeros fatores no texto já evidenciados e ratificados através de Louro (2010), quando afirma que a escola ainda se serve de símbolos e códigos que separam e instituem os modelos permissíveis dos sujeitos, naturalizando o sexo como sinônimo de

sexualidade. Tudo isso impede a visibilidade das diferenciações dos gestos, identificações e representações marcadas pela desconexão do corpo biológico e do corpo social enquanto produto da cultura. “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 2010, p. 21).

Se o olhar para a sexualidade ficar fixo apenas nas ciências da natureza, a tendência da educação sexual é seguir a linha positivista, em que a visão exata, com possibilidades de isolar categorias de fenômenos, tende a convergir todas as áreas do conhecimento para o caminho da natureza, sem atribuir a cada uma a especificidade que lhe compete. No positivismo, nega-se o caráter ativo e histórico do sujeito, bem como as influências recíprocas em relação ao seu meio sociocultural, não reconhecendo o que é mutável, observável, contraditório, ambíguo ou ambivalente. “[...] o positivismo só retoma por sua conta uma caricatura do método das ciências exatas sem ter acesso *ipso facto* a uma epistemologia exata das ciências do homem” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p. 16).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o processo histórico das ciências da natureza leva para o cenário escolar, através do ensino tradicional, o conhecimento científico das ciências com um caráter neutro, onde não se questionava a verdade científica. Os professores acompanharam por muito tempo nas suas aulas a metodologia científica, como a metodologia do ensino de ciências. A aprendizagem era de cunho empirista/indutivista, que se pautava nas experiências diretas com os fenômenos naturais, através dos quais era possível descobrir as leis da natureza.

A sexualidade aparece, nessa conjuntura, como um conjunto de signos criados por fatores externos à dimensão sexual-biológica, que condiciona papéis e funções e constrói comportamentos adequados a atenderem as peças diferentes que compõem os corpos humanos. Estes, por sua vez, assumem a organização social e as normas culturais, onde o masculino e o feminino de maneira distinta possuem importâncias, diferenças, posições e posturas, ou seja, características consideradas naturais para cada sexo. A escola, por meio de suas aulas de ciências, tende a refletir tal ideologia, produzindo as masculinidades e feminilidades dentro do caráter dominante da heterossexualidade como articulação do fator biológico, impedindo, com

isso, a formulação de outras identidades sexuais de se conceber para o homem, assim como para a mulher.

É importante reconhecer, e reconheço, que as abordagens sobre sexualidade entre as áreas do conhecimento, na educação básica, requerem uma reformulação nos currículos, para que se possa sair dos debates restritos às funções do corpo biológico e dos papéis de gênero, para a formação das complexas identidades sexuais presentes nas escolas, que não aparecem nos currículos, e são tratadas ocultamente como “ameaças às famílias e à normalidade heterossexual” (WEEKS, 2007, p. 76-77).

A identidade aqui discutida constitui a partir de um conjunto de referências de identificação dos indivíduos, podendo ser cristalizada ou remodelada pelas relações sociais e inseridas num contexto grupal, tornando-se sujeita a tal construção coletiva. Se o próprio grupo social pertence à categoria do outro, é necessário ter a percepção das diferenças mediante as trocas e mediações que se estabelecem com o outro, que também possui identidade própria.

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja ela da natureza, seja da cultura. [...] A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo. [...] A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 1999, p. 96-97)

Ao falar sobre corpo, inevitavelmente, aproximo-me da discussão sobre identidade sexual, seja ela homo ou heterossexual. Vejo como um processo em que o indivíduo não pode apenas ser olhado de dentro, sobre si mesmo e seu corpo, mas da relação que se estabelece com o olhar do outro, do que está de fora. Uma espécie de contraste, negociação, troca e diálogo permanente e conflitante em que estão implícitos estimas, crenças, mitos e linguagens. Comungo com a ideia de que a interpretação que o indivíduo faz de si mesmo é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência das ações. Nenhuma identidade é construída no isolamento, pelo contrário, é negociada por meio do diálogo permanente com os outros, seja através da família, da escola, da igreja, da comunidade. Assim, na fala dos meus entrevistados, suas identidades pessoais estão contaminadas dos conceitos e visões sociais dos lugares onde vivem, estudam, se divertem, enfim... São diálogos formados, não abertos, que dependem da maneira como as relações acontecem.

A sexualidade é tratada pela maioria das famílias como algo divinizado, em que são inclusas as leis da perpetuação da espécie e a hierarquização dos sexos. Isto implica em afirmar que a troca de experiências sexuais entre pais e mães para com os filhos se dá em um delicado sistema interligado por signos e códigos que dificultam um diálogo aberto. Por mais moderna que a família apresente diante da sociedade na contemporaneidade, o tabu é uma transposição difícil de ser concluída, porque existem apreços não desconstruídos em relação aos sexos. Esses reflexos chegam à escola, e de maneira indiscutível as orientações sexuais serão centradas na heterossexualidade. Utilizar novos diálogos ou traçar novos caminhos para vislumbrar o universo de possibilidades que há para as sexualidades e gênero, para muito educadores, que também são pais e mães e têm filhos em idade escolar, é uma ameaça para a base de formação desses sujeitos.

Os discursos são gerados a partir da existência dos pares opostos e fortalece o papel da masculinidade como suporte ideológico da humanidade, o que naturaliza e justifica as posições e a dinâmica das relações entre os sexos, além de acentuar as diferenças de papéis entre homens e mulheres e ratificar a heterossexualidade como conduta normal nas relações afetivo-sexuais entre os sujeitos.

O corpo se torna um objeto de atenção, o componente emocional, entre a natureza e a cultura, ocupando um papel sempre mais importante na experiência dos sujeitos e como objeto de estudo (MELUCCI, 2005, p. 30).

Transporto-me para a outra margem, onde existem as possibilidades de trabalhar as diversidades no ambiente escolar e traço o discurso de que é possível, sim, a escola romper a singularidade como é tratada a sexualidade e procurar introduzir no seu currículo a maneira plural de trabalhar com as categorias, sejam elas de gênero, raça/etnia, classe social e a própria sexualidade. Lendo a tese de doutorado de Lima (2011) sobre currículo, gênero e formação de professores, pude analisar a importância de defender as identidades que envolvem gênero e sexualidades e suas peculiaridades não trazidas para dentro do muro das escolas, nem para as salas de aula. Identidades essas centradas nas intersecções das categorias, por sua vez, manifestam diferentes experiências historicoculturais. Assim, “do mesmo modo que “gênero” não pode ser visto como uma categoria fixa e universal, as categorias “raça” e “classe social” precisam ser interseccionadas (LIMA, 2011, p. 164).

Questiono-me: o que dificulta o aprofundamento de tais abordagens? Não é simples de responder. Se por um lado existem as vaidades pessoais, por outro, existem o medo do diferente e as possibilidades de sucumbir ao novo que se apresenta. Realmente, são as categorias fracionadas que são trabalhadas nas escolas. Não há uma conjunção para o estudante perceber, por exemplo, que todas as mulheres não são femininas, assim como todos os homens não são masculinos. Que existem mulheres masculinizadas e homens feminilizados; também existem mulheres masculinizadas que não são homossexuais, nem homens masculinizados que são heterossexuais. O que existe, de fato, são as construções engessadas para os corpos do macho e da fêmea.

É o medo de atender aos construtos sociais para as funções de cada sexo, que faz a escola permitir uma pedagogia em que meninos e meninas não se percebam ao mesmo tempo e no mesmo corpo como sujeitos ativos e passivos, viris e submissos, feminino e masculino independente dos seus sexos morfológicos. Daí atribuir às áreas disciplinares fazer essa assepsia de considerações. Mas no campo das ciências da natureza, questões ligadas aos gêneros e às sexualidades estão muito ligadas às genitálias e reprodução, que juntas se associam ao ato sexual, em que são classificados os opostos. É também no corpo biológico que as ciências da natureza padronizam a libido e a transforma em expressões de afetos e emoções e criam as formas de representação do macho e da fêmea. Através da verdade reprodutiva e determinista, transforma os corpos anatômicos e fisiológicos em significados e acuidades sociais dentro de uma simbologia em que os mesmos se tornam campos que abrigam de forma distinta e singular o masculino e o feminino.

Como agente equalizador das condutas sociais, é através do corpo biológico que meninos e meninas aprendem distinguir os lugares diferentes para os gêneros e sexualidades; os educadores, através de métodos e procedimentos de controle dos corpos, criam expressões rígidas ligadas não só aos gêneros, mas principalmente a outros fatores como o androcentrismo e a heteronormatividade que mantém a ordem das sexualidades. Através de estratégias heterossexistas, fortalecem os processos de exclusão e ou tornam invisíveis dissidentes que não se conformam com tais estratégias. Isso é percebido quando na organização da prática pedagógica as tensões são criadas ao trabalhar o corpo biológico entre o plural e o singular, que através deles se compõem as diferentes subjetividades.

Ao atravessar o campo das ciências humanas e sociais, as tensões não estão desvinculadas das representações sociais e vida cotidiana dos estudantes e professores. As identidades, normas, poder e repressão são elementos significantes com múltiplas dimensões para investigações científicas. Ao se tratar de sexualidades, segundo Heilborn (1999), o campo das ciências sociais têm investido em grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população e tem respondido pelas descrições detalhadas de valores e práticas de grupos sociais demarcados. Primeiro, aquelas pautadas por referenciais das identidades, o que demanda entendimento não só das diferenças como também das desigualdades e das possibilidades de diálogos entre as realidades distintas. Segundo, trata de ver a sala de aula como um espaço que acolhe sujeitos que cultivam sentimentos de pertença a determinados e diferentes grupos sociais, cujas inclinações morais são alimentadas por diferentes trajetórias e múltiplos projetos de vida. Isso permite entender ser a sala de aula um agente catalizador de diferentes agenciamentos simbólicos cujas relações são de reciprocidade e conflitos.

É inegável, no conjunto aqui tratado, observar que existe hoje todo um trabalho de desconstrução por parte da educação, e os Parâmetros Curriculares ratificam isso quando indicam que a organização das práticas pedagógicas não fique atada no trabalho sobre orientação sexual somente às concepções “naturalizadas” do corpo, que o mantêm ligado ao fator biológico da espécie, mas deve buscar no corpo social os sentidos que marcam os corpos no que diferem as questões de gênero e o binarismo sexual. No campo da educação, o binarismo sexual impõe limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade a forma compulsória da sexualidade, mas por trás desses fatores existem também a condição da pessoa para consigo mesma, em que estudantes e professores vivenciam as suas subjetividades. São estratégias que atendem aos apelos e normas inquestionáveis produzidos pelo social e acatado pela educação institucionalizada; por isso, na escola os sentidos são treinados, e as lições são atravessadas pelas diferenças (LOURO,2010).

Na concepção de Castro, Magalhães e Abramovay (2011), os currículos decolam da necessária preocupação de vulnerabilidades, mas apelam para a noção de proteção que facilmente confunde com controle e repressão, afastando um dos princípios mais caros, em particular aos jovens, que é o da autonomia, para que de

fato possam vir a ser tanto sujeitos de direitos e de desejos, como criadores de formas diversas de vivenciarem sexualidades.

Nos discursos de educadores(as), de maneira geral, a homossexualidade no ambiente escolar é socialmente aceita, geralmente as propostas das escolas estão ligadas à desconstrução de todas as formas de preconceitos, em lidar com as sexualidades numa trajetória natural, sem preconceitos, mas com respeito às diversidades. Todavia, apoiada em uma das inúmeras pesquisas em relação à violência e homofobia nas escolas, no ano de 2009, a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 501 escolas públicas de todo o País, baseada em entrevistas com mais de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 87,3% dessas pessoas ainda demonstram preconceito com relação à orientação sexual da população que não atende aos padrões heterossexistas.

Para os participantes da pesquisa do FIPE/INEP, nas escolas os professores não *gays* são mais respeitados pelos estudantes do que os *gays*; é muito difícil aceitar a homossexualidade masculina, e uma *lésbica* é mais aceita na escola do que um *gay*. Ainda segundo a pesquisa, as maiores vítimas de agressão física, assim como de humilhação, são os estudantes homossexuais negros e pobres. Como afirma Louro (2007, p. 29),

[...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia; [...] expressando certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa.

Em contraposição ao tecer críticas sobre tal situação, é preciso primeiro compreender e enfrentar as diferenças na educação em sua dimensão estrutural, e não apenas em suas manifestações. No processo, deve-se perceber como a política educacional atenta para a formação dos profissionais em educação para que saibam trabalhar pedagogicamente com diferenças que geram as desigualdades, que põem em risco a construção de identidades no ambiente escolar. Para muitos professores, a educação sobre sexualidades se constitui num grande desafio por não conseguirem fazer essa desconstrução. Além dos limites formativos, estão implicadas as afeições pessoais, familiares e religiosas que não podem deixar de serem percebidas.

5.4 GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As sexualidades e os gêneros humanos atualmente vêm sendo colocados em pauta nas questões educacionais por envolverem, no contexto social, situações diversas sobre comportamentos, relações e identidades relacionadas ao corpo, que vão além dos aspectos reprodutivos, fisiológicos ou anatômicos. São representações que proporcionam diálogo permanente entre o “eu” e o “outro” através de experiências individuais e coletivas. Como aponta Weeks (2007, p. 42),

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder.

Dentro de um processo histórico-social e cultural, as representações, os significados e importâncias atribuídos aos sexos sempre foram marcadas por fortes influências que os associavam às características sexuais, limitados a uma perspectiva biológica, centrada na fisiologia do aparelho reprodutor, e associados a uma filosofia moral.

Embora tais temáticas envolvam iniciativas emancipatórias nos debates acadêmicos, no senso comum “o sexo é compreendido como uma dádiva, cedida na expectativa de uma aliança, que é a sua contrapartida” (HEILBORN, 1999, p. 54); logo, trabalhar gêneros e sexualidades sem sair do âmbito biológico no cotidiano da vida escolar é enfrentar problemas de toda ordem que vêm não só da má formação do professor nos cursos de licenciaturas e pedagogia, estão principalmente nas coordenadas de poder que envolvem outras instituições sociais além da escola, como família, igreja, comunidades que percebem o corpo através de agentes biológicos, sagrados e éticos quando envolvem valores morais que determinam comportamentos, costumes culturais e sociais.

Louro (2010), quando analisa as questões de gênero e sexualidades nas pedagogias contemporâneas, ressalva que tais pressupostos são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, compreendidas por várias instâncias que insinuam as mais distintas situações que provêm de campos conservadores e tradicionais, reconhecidas pela ciência, religião e a própria justiça. Essa compreensão é importante, na medida em que observamos, nos currículos dos cursos de formação de professores, existirem limites para trabalhar os novos saberes que dialogam

constantemente com as antigas e sólidas certezas do corpo e os novos comportamentos que envolvem técnicas e novas formas de relacionamentos afetivos e amorosos. Ancoro ainda no posicionamento quando ela enfatiza que é cada vez mais perturbadora a problemática, porque a sociedade contemporânea vivencia experiências que desprezam as dimensões do espaço, do tempo, do próprio gênero e sexualidade, nas quais o anonimato e a troca de identidades fazem parte desse jogo.

Segundo Abramovay, Castro e Silva (2004), a pesquisa “Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada pela Unesco, entre abril e maio de 2002, em todas as unidades da federação brasileira, na qual foram entrevistados cinco mil professores da rede pública e privada, revelou, entre outras, que 59,7% dos professores(as) não admitem como normal uma pessoa ter relações homossexuais. Dos entrevistados, 21,2% não gostariam de ter vizinhos homossexuais. Tais posicionamentos me fazem questionar o papel do ensino superior na formação de educadores que deverão introduzir nas suas práxis pedagógica orientações e instrumentalizações do corpo dentro de uma ética fundada no respeito à diversidade. Como os professores com tais perfis podem intervir em situações que envolvem preconceito, homofobia, intolerância, se os seus discursos são carregados desses pressupostos? Se para uma educação de qualidade na perspectiva da instrução requer uma aprendizagem cujos mecanismos devem abolir qualquer tipo de preconceito e incluir ações pedagógicas não discriminatórias e educativas inclusivas pautadas no respeito ao outro e aos direitos humanos?

Diante das minhas inquietações, recorro aos estudos de Lima (2011), mais uma vez, para entender a formação de professores no que diz respeito às questões de gênero, e eu incluo sexualidades nesse debate, por exigir certo despojamento para as revisões de paradigmas sexistas construídas historicamente na nossa cultura, que foram mistificados e sofreram encadeamentos lógicos em todas as instâncias sociais. Para ela, está no limite dos educadores perceberem de forma “normal” as sexualidades existentes na escola além da heterossexualidade; a necessidade de desconstruir conhecimentos, intepidezes e práticas que operam em contextos discriminatórios que excluem. Nas relações sociais, encontram-se construtos de identidades inseridos em redes de poder que subjagam e destituem liberdades individuais; tais reflexos são percebidos no universo da educação, e, através dos depoimentos dos professores que

participaram de sua pesquisa, é possível perceber que há um forte desvelar que distingue os sujeitos de acordo com os seus atributos sexuais.

Em relação às questões sobre homofobia na educação básica, a pesquisa da Unesco constatou um percentual significativo de 48% dos professores(as) declararam não saber como abordar temas relativos à homossexualidade em sala de aula. Professor com titulações de mestre, numa faixa de 20%, acreditam, ainda, que a homossexualidade é uma doença. Volto aos estudos de Lima (2011), quando expõe que pensar as interfaces que envolvem questões de gênero e educação na formação de professores, implica levar a efeito a autoformação, a heteroformação e as transformações dos sujeitos para consigo e para com o mundo. O corpo é pensado como espaço repressor, em que muitos professores não se sentem à vontade de lidar com o próprio corpo, isto gera insegurança, dúvidas, medos e tabus, frutos de suas próprias histórias de vida e precária educação sexual.

Dialogar com sexualidades e gêneros em sala de aula exige dos professores e dos educadores, em geral, conhecimentos e habilidades os quais não vivenciam nas faculdades durante as graduações. A ideia básica que sustenta os currículos das licenciaturas é que os discentes fortaleçam seus conhecimentos científicos nos conhecimentos específicos, tendo como parâmetro a “racionalidade técnica”, inadequadas, hoje, às demandas que a realidade social oferece, ou seja, uma educação horizontal e integral. As disciplinas e áreas de conhecimento não dialogam entre si, os saberes que envolvem gênero e sexualidades estão ausentes dos currículos. Em algumas situações, fazem parte de atividades complementares ou seminários, porém sem uma definição clara de como serão exploradas em sala de aula quando nos momentos de prática.

Tais temáticas se tornam complexas no contexto escolar, visto que no período de formação o docente encontra dilemas que no ensino superior precisavam ser discutidos, compreendidos, entendidos o necessário, até para superar os próprios preconceitos. Isto porque, na vivência em sala de aula, eles vão perceber que ensinar e aprender vai muito além da “racionalidade técnica”, existem processos que exigem resultados de interação em que se relacionam saberes e tenacidades que darão sentidos e significados à apropriação do conhecimento. Na visão de Gadotti (2012), a relação professor-aluno é certamente um problema importante na educação, e as pedagogias não diretivas são reacionárias justamente pela forma como nivelam o

professor e os alunos como se fossem os dois lados da mesma moeda. O que se observa nessa relação é a atuação de uma pedagogia reacionária, do colonizador, que forma gente submissa, obediente e incapaz de participar.

O espaço escolar, e em especial a sala de aula, se constituem lugares ricos de diversidades; entretanto, o observável é que se tornam ambientes singulares, com tratamentos uniformes, em que as diferenças são tratadas como fator negativo. Alguns professores, por falta de experiência e de conhecimento, trazem consigo uma definição pronta de comportamentos exemplares. Transformam-se ainda, segundo Gadotti (2012), em espaços que promovem uma pedagogia da omissão que faz o jogo da ideologia dominante cujo objetivo fundamental é a docilidade e a subserviência. Nesse ponto a pedagogia conservadora tem cumprido com êxito a sua tarefa. No campo da sexualidade, a pedagogia conservadora parte da ideia de heterossexualidade, e constrói, quanto aos corpos femininos e masculinos, o sentido normal e natural e, é lógico, a função para os sexos. A lógica é tão naturalizada, que os professores, na maioria das vezes, não observam ou não querem tomar conhecimentos que no interior das escolas “[...] onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentam, circulam e agrupam de formas distintas” (LOURO, 2010, p. 60).

Na visão de Castro, Magalhães e Abramovay (2013), o papel da educação e a função do espaço escolar, na construção e desconstruções de culturas, é questionar como no senso comum a sexualidade é codificada e vivenciada. Esses códigos são passados para e pela educação e através da formação de professores, dos conteúdos pré-estabelecidos de forma linear e dos materiais didático-pedagógicos selecionados para cada série específica em que padronizam linguagens e justificam as desigualdades entre os sexos ou marginalizam o que é considerado “diferente”. Valendo-se do silêncio, as escolas alimentam o preconceito, a discriminação e a violência física e simbólica quando não denunciam ou capacitam os seus profissionais para o combate de práticas homofóbicas no seu interior e principalmente capacitam para discussões, críticas sobre tradições.

A promoção de tal debate parte da ordem de trabalho dentro de uma pedagogia crítica, aqui compreendida como parâmetro em que toda e qualquer expressão da sexualidade deve ser valorada, ou as experiências sexuais significadas. Seria para Gadotti (2012) a educação revolucionária, em que o professor e aluno

devem aprender a caminhar lado a lado com as transformações que vêm ocorrendo na sociedade, não se tornando entes abstratos, nem ausentes, mas atuantes, que organizam e cimentam a ideologizada classe que representam. A educação, dentro deste paradigma, passa a ocupar os espaços de luta entre várias tendências ou grupos, assumindo uma verdadeira pedagogia dos conflitos, através do respeito às contradições, sem camuflá-las. No entanto, “as tensões e conflitos são necessários na educação para que ela não se transforme em nenhum sistema social, nem mecanismo de opressão de classe” (GADOTTI, (2012, p. 84).

É notável observar como os debates relacionados às pedagogias incidem na constituição de identidades no espaço educacional. São instâncias que procuram sob vários vieses superar as concepções hegemônicas de maneira que se possa compreender como as “[...] velhas identidades, que por tanto tempo se estabilizaram no mundo social, estão, em declínio, fazendo surgir novas identidades se fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7). Vale ressaltar que os autores citados produzem sistema de significações e representações das práticas pedagógicas, nas quais se movimentam as mais variadas de poder, dentro de um nexos de relações em que a educação em si adquire contextos inconstantes. A partir da categoria cultura, gênero e sexualidades passam a ser questões que, através de uma “pedagogia revolucionário”, tendem a promover, na formação do educador, saberes interculturais que irão se contrapor aos diálogos permanentes da “pedagogia reacionária” – uma pedagogia conflituosa, observada num intenso silêncio em torno das temáticas.

5.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A HOMOFOBIA NA ESCOLA

A discussão sobre políticas públicas contra a homofobia no ambiente escolar, não se apresenta, nessa pesquisa, de forma ampliada por não ser utilizada como parâmetro, nem meta para compreender o sentido de paternidade pelos jovens homoafetivos, que dela fazem parte. Todavia, considero natural trazer ao enfoque por conta do fôlego que vem tomando no encadeamento social e porque esses jovens se veem na arte a terem direitos e saírem das zonas de exclusão e marginalização por conta da definição da sua própria sexualidade.

Estudos realizados por Castro, Magalhães e Abramovay (2011) revelam que a problemática da homofobia nas escolas requer mudanças de paradigmas, porque surge a necessidade de se repensar situações, romper com certezas e evidenciar as necessidades e buscas de alternativas ou outras formas de interpretação sobre sexualidade. Para as autoras, falar sobre aversão aos homossexuais seria a um determinado nível uma vulnerabilização, já que o indivíduo LGBT é representado pela sociedade por estigmas, o que pede tanto a desconstrução por lei da educação simpática às diferenças, como também a ação coletiva dos movimentos sociais e das sexualidades não hegemônicas.

Em relação aos programas criados pelo governo para o combate à homofobia, as autoras evidenciam que, no Brasil, em termos de políticas públicas de sexualidades, os três poderes se modelam pela não dialógica, com adoção de sinais desconstruídos sobre direitos humanos e, entre esses, sobre os direitos a humanidade LGBT. Programas aprovados pelo poder executivo como: Brasil sem Homofobia e Escola sem Homofobia¹², leis por direitos civis dos homossexuais, não são acompanhados por uma cultura crítica que os legitimem.

Tais posicionamentos levaram-me, no momento das entrevistas, questionar aos jovens sobre a problemática, como eles a definiam e qual o conhecimento que possuíam sobre as políticas públicas contra a homofobia nas escolas:

***Tito:** na verdade o professor quando não faz vista grossa ele não sabe como agir e às vezes o próprio professor legitima pra algumas situações, por exemplo, a partir do momento, eu pelo menos pretendo pelo menos agir assim, a partir do momento que eu ouço uma piada com um colega que é homossexual eu tenho que parar a aula e abrir pra esse assunto, eu tenho que parar a aula e abrir pra esse assunto porque a sala de aula legitima muito do bullying ela legitima muito da homofobia que tem, ela legitima muito da, da discriminação do racismo ela legitima muito porque os professores também acham normal acham inclusive que é brincadeira, uma coleguinha que xinga o coleguinha gay, expõe o coleguinha por ser gay acham assim normal e não é.*

¹² O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada na tentativa de garantir o direito à diversidade sexual, por meio de projetos que combatessem a violência tanto em instituições governamentais como não-governamentais para a promoção do respeito ao outro. O foco do programa no âmbito escolar é colaborar para a modificação do comportamento de profissionais, gestores da educação como professores, diretores das instituições e toda equipe envolvida no trabalho escolar. O Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação”.

Ananda: *Eu acho bom, eu acho muito interessante lá, no GGB, fala tudo sobre gay, preconceito, essas coisas assim, homofobia, o que mais fala é homofobia, o que tá mais hoje no Brasil, muita morte de gay por nada. Olhe, nas escolas que eu estudei eu nunca vi isso não, mas já vi muito passar em televisão sobre homofobia assim, entendeu?*

Astral: *Não tem hoje em dia comunicação, né? A comunicação que tem é só tipo assim eventos, parada gay, eventos grandes que fala “ah que tem homofobia, isso, isso” mas até mesmo no próprio evento da parada gay, no caso alguns, 100%, 90% dos gays não se dá o valor, respeito, aí que vem a sociedade, a própria sociedade que dá oportunidade, espaço ao evento é a própria sociedade que discrimina e que recrimina a gente*

A partir das falas dos jovens, procurei nos estudos de Ramos e Carrara (2006) sobre o problema da homofobia nas escolas, e é possível afirmar que desde 1980 a violência contra os homossexuais tem representado um dos problemas centrais para os ativistas e o poder público. Grupos militantes que surgiram em meados da década de 1970 tinham no movimento dos homossexuais o reflexo da contracultura que demarca fortemente uma época de luta pelos direitos civis, foco alternativo pelos espaços políticos, valorização da liberdade individual. Havia, entre os homossexuais da época, a consciência de luta pela desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, com seus consequentes tabus e pela construção de identidades mais positivas, embasadas na revolução pelas vivências das sexualidades no contexto social. Uma das primeiras demandas do movimento na época foi retificar o termo “homossexualismo”, elencada pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), pela “homossexualidade”. Por entenderem que o sufixo “ismo” denota a ideia de “doença”, enquanto o sufixo “dade” remete ao “modo de ser”.

É um período marcado pela glorificação da marginalidade, mas de crescente visibilidade dos homossexuais nos projetos sociais, principalmente nos setores comerciais e o surgimento de uma moderna subcultura gay. Como define MacRae (1990, p. 33-34), é o período da dupla alteração que motivava os grupos de militância gay, ou seja, elaborar “novas formas de representação do homossexual na sociedade, através de grupos de reflexão”, mas também “difundir pelo resto da sociedade os novos valores criados”. Somente em 1985 é que o Conselho Federal de Medicina analisa o termo homossexualidade, e somente em 1999, através do Conselho Federal de Psicologia, o termo torna-se uma variedade da sexualidade humana.

Surgida também nos anos 80 a epidemia de HIV/AIDS, conhecida como “câncer gay”, contribui como um fator de reação e intolerância por parte da sociedade aos homossexuais. Foi um período de grande tensão na sociedade e no plenário do Congresso Constituinte, quando as representações sociais começam a identificar os homossexuais masculinos como vetores da epidemia. A onda moralista alastra pela sociedade que a prática sexual sem fins reprodutivos era uma prova incontestada da natureza humana que fugia aos princípios religiosos, traduzindo-se em castigo para a humanidade.

No campo político, durante a aprovação da nova Constituição Federal, de 1988, quando é colocada no plenário para a aprovação da emenda que deveria proibir a discriminação por orientação sexual, a mesma é por unanimidade reprovada, dando a bancada evangélica força para ratificar as representações moralistas que defendiam como incosequente essa modalidade de viver a sexualidade, denominando tal emenda de “emenda dos viados” ou “emenda da desorientação sexual”. Na perspectiva de Ramos e Carrara (2006), dentro das políticas públicas, tais posições desencadeiam ondas de violência e repressão quanto aos direitos humanos e individuais de se viver a própria sexualidade.

O termo homofobia foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em meados dos anos 1970 e, a partir dos anos 1990, teria sido difundido ao redor do mundo, como uma espécie de “medo irracional”. Com os avanços das teorias *queer* e com o aumento de pesquisas sobre HIV/AIDS, as ciências humanas, sociais e as políticas públicas retomam a categoria homofobia e passam a articulá-la em pesquisas sobre sexualidade, minorias e preconceitos. No Brasil, através do movimento homossexual e da mídia, a expressão ganha força no período por se caracterizar pelas violências sofridas pelos homossexuais, em especial a violência letal.

Posterior à década de 1990, a expressão “homofobia” se desloca da categoria descritiva para uma mais ampla que engloba expressões como: discriminação, preconceito e vulnerabilidades; simultaneamente abrange questões relacionadas a direitos humanos, elaboração e implantação de políticas públicas que atendam as demandas da população LGBT. A Conferência de Durban, em 2001, para discutir assuntos relacionados à discriminação racial, racismo e xenofobia traz uma análise das ações implementadas no Brasil, com o objetivo de viabilizar os avanços na

discussão e protestos pela igualdade social e o respeito pela individualidade de grupos sociais e seus reflexos sobre os “direitos humanos” das populações LGBT.

De acordo com o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), durante a Conferência Mundial de Durban, o Brasil introduziu o tema da discriminação sobre a orientação sexual em plenária, bem como um diagnóstico sobre a situação nacional e uma lista de propostas, ambos incluídos no relatório nacional. A proposta brasileira para a inclusão da orientação sexual entre as formas de discriminação que agravam o racismo foi apoiada por várias delegações, sobretudo, do continente europeu. Entretanto, não foi incorporada ao texto final da Declaração de Plano e Ação da Conferência de Durban. Para as políticas públicas no Brasil, tais atitudes se constituem o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados.

Em 2008, quando completou trinta anos, o movimento homossexual realiza a Primeira Conferência Nacional LGBT, entre vários objetivos podemos destacar a garantia dos direitos humanos e de cidadania. Em 2010, acontece a Segunda Conferência, onde o Governo Federal sanciona o “Disque Direito Humanos – Módulo LGBT” (disque 100), que acolhe denúncias de todo o território nacional de violação de direitos humanos sofrida pela população em destaque. O “Disque Direitos Humanos” demonstra mais uma vez ações concretas realizadas pelo poder público e as ações ativistas contra a fobia em relação aos homossexuais. Porém, ainda há uma necessidade de ouvir a população e identificar quais as novas diretrizes precisam ser implementadas para combater as fobias de todas as ordens contra a homossexualidade.

As propostas apresentadas pelas ações afirmativas da sociedade civil e pelas demandas do poder público, seja a nível nacional, estadual ou municipal, não erradicam os crimes hediondos, nem de ordem moral presentes na sociedade na qual estão indivíduos que apresentam uma orientação sexual homoafetiva. Toda a breve trajetória histórica, aqui narrada, serve para que possamos perceber que, em termos de sexualidade, a sociedade e todas as instituições ligadas ao poder político continuam repressoras quanto à homossexualidade, a bissexualidade e a transsexualidade, por divinizar a heterossexualidade como a naturalização dos corpos.

De acordo com o Levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2013, foram contabilizados 312 assassinatos e suicídio de gays, travestis, lésbicas e transexuais vítimas das homofobias e transfobia. As mortes aumentaram 14,7% nos

últimos quatro anos. Ainda de acordo com as informações prestadas pelo grupo, Pernambuco e São Paulo são os estados onde mais LGBT foram assassinados, a Bahia ficou em quarto lugar, junto com o Rio de Janeiro. A cada 28 horas, um homossexual brasileiro foi barbaramente assassinado em 2013, vítima da homofobia. No mesmo estudo, a região Nordeste concentrou 43% das mortes, seguida de Sudeste e Sul, com 35%, e 21% foram contabilizados para as Norte e Centro-Oeste¹³.

A minha focagem cronológica e os dados estatísticos aqui evidenciados têm um propósito pedagógico quando debato os reflexos que trazem para a educação. Em pleno século XXI, a orientação sexual é o grande desafio das políticas de identidades no nosso país. O mundo em que vivemos parece estar numa explosão de tendências com o efeito da globalização: a virtualização, a informação e a mediação cada vez mais presente e em tempo real, conectando e convidando a humanidade a viver de forma plural todas as inclinações do mundo contemporâneo; mas, quanto às tendências que envolvem sexualidades, o jogo demonstra sérias dificuldades de sobreposições. O tabu social parece não compreender as especificidades que o envolvem. O próprio movimento e comunidades LGBT reproduz a mesma contradição e, ao assumir algum tipo de essencialismo, mantém viva a categorização da divisão entre heterossexualidade e homossexualidade. Isso não deixa de representar um problema na área da educação que, de acordo com a conjuntura social, retroalimenta os mecanismos do patriarcado. Semelhante reconhecimento posso atentar para as questões de gênero como algo que tem a ver, apenas com as dimensões dos sexos.

Tito: *Por que os meninos do turno da tarde eram maiores, a turma da manhã eram os meninos mais novos e a turma da tarde os meninos mais velhos. Já na 5 série já tinham meninos de idade avançada, então quando eu entrei na escola e aí você já cria, eu já ia todo engessado que naturalmente eu sempre andei me requebrando. Então quando eu entrava na escola de tarde com aqueles meninos todos, todos prontos aí eu me engessei para passar mais não passar despercebido, não passa é tipo um farol de neon aceso.*

Tito: *Chamando de viado, de bichinha, de baitola, perturbando, às vezes cercava numa roda. Isso não acontecia só comigo porque eu não era o único gay da escola, então eu via muito, eu mirava muito no que acontecia com os outros para criar um comportamento pra mim na escola, mas eu era, eu não conseguia porque eu sempre fui muito espontâneo.*

¹³ Fonte: ALMEIDA, Luana. Bahia registra 14 casos de morte por homofobia e transfobia. A Tarde On-Line. Disponível em: < <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1625217-bahia-registra-14-casos-de-morte-por-homofobia-e-transfobia> > Acesso 03/Dez/2014.

Thiffany: *Muitas... Passar na rua soltar piadinha, falar esse termo ridículo viadinho e parece que não estuda as pessoas né? Esses termos eu sofri muito não só na rua como dentro de casa também.*

Ruan: *Eu boto assim entre aspas, alguns amigos. Na escola, não se, porque tem muitos aqui que não gostam de mim.*

Eles trazem em suas vozes fatores que encadeiam os processos de homofobia dentro dos muros escolares. A homofobia aparece sustentada pelo tripé dominação masculina, ideal de virilidade e dogma da sexualidade, vértices que norteiam os ditames morais da heterossexualidade. No conjunto, as agressões verbais, físicas, discriminação para com os homossexuais passam a ser situações comuns no ambiente educacional.

Na mesma pesquisa citada anteriormente, promovida pela Unesco, Castro, Abramovay e Silva (2004), envolvendo crianças, adolescentes e jovens de 11.442 escolas de ensino fundamental e médio de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal, constatou-se que "bater em homossexuais" é considerado menos grave do que usar drogas e roubar. A pesquisa revela que o problema da homofobia é um construto decorrente dos discursos que são produzidos e reproduzidos constantemente pelas instâncias sociais e reafirmados dentro de uma lógica dicotômica para os sexos. A situação de desvalorização e abjeção a que são submetidos os que não compartilham da norma heterossexual é o resultado de ações que silenciam, proíbem, agridem, agem com indiferença com todos aqueles e aquelas que são consideradas inferiores.

Em 2009, outra pesquisa realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 501 escolas públicas de todo o País, baseada em entrevistas com mais de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 87,3% dos entrevistados demonstram claramente preconceito em relação à homossexualidade. Para os participantes da pesquisa, nas escolas os professores não *gays* são mais respeitados pelos estudantes do que os *gays*; é muito difícil aceitar a homossexualidade masculina, e uma *lésbica* é mais aceita na escola do que um *gay*. Ainda segundo a pesquisa, as maiores vítimas de agressão física, assim como de humilhação, são os estudantes homossexuais negros e pobres.

Mais uma vez as pesquisas revelam a naturalidade homofóbica das práticas heteronormativas e como elas estabelecem coerência com as práticas discursivas. O professor "gay" é aquele que condiz com o "outro", que não se enquadra no povo da

“normalidade”. Ele representa a ameaça, pode desvirtuar a orientação dos estudantes que ainda estão na educação básica. Tal posicionamento também se aplica à lésbica, quando são chamadas de “sandalinhas”, “ladys”, “sapatas”, “entendidas” e “sapatões”, mesmo que seguindo a linha de Mott (2003), quando afirma que: ser “gay” não é exatamente ser afeminado, e nem lésbica tem que ser necessariamente uma “machona”, a aparência externa nem sempre traduz as intenções do indivíduo.

Reporto-me à linha de pensamento de Junqueira (2013) para ratificar que dentro da Pedagogia do Insulto tanto homens como mulheres são alvos de sentenças que desqualificam. Estão inseridos num poderoso mecanismo discursivo e de dominação simbólica, traduzidos como pecado, que sutilmente são adequados às normas sociais presentes na escola, entre elas as normas heteronormativas vigentes nas preleções hegemônicas, restringindo sua sexualidade, na maioria das vezes, somente à vida pessoal. Mesmo respeitando o “direito do cidadão”, a escola não mede esforços em reforçar a vigilância e, por meio de uma identidade específica para as sexualidades, legitima saberes, condutas e práticas disciplinares.

Outras pesquisas foram desenvolvidas dentro da perspectiva da homofobia na escola que revelam o mesmo quadro anteriormente discutido, como é o caso da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS), entre 2008 e 2009, em 150 municípios brasileiros em todas as regiões brasileiras, com um público-alvo de 2014 pessoas. Os resultados revelam um alto índice de preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil, contrariando, segundo os pesquisadores, as expectativas de compreensão da juventude em relação a questões que envolvem acuidades morais, abrindo parênteses para a homossexualidade. O que traz diferente nos dados da pesquisa é a diferença significativa nos percentuais quanto às atitudes preconceituosas, ou seja 52% entre quem nunca foi à escola, contra 10% em relação àqueles que concluíram o ensino superior.

Toda a discussão envolve e se concentra no espaço escolar enquanto fronteira simbólica que envolve, além de reações físicas, sentimentos desconfortáveis corporificados em mal-estar, nojos e aversão expressa no desejo social a todos que divergem da norma heterossexual. O próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconhece que o espaço escolar seria instância de reprodução homofóbica. Tanto que, entre as metas previstas na tentativa de amenizar a situação de discriminação contra

os homossexuais na escola, o MEC lança em 2009 o livro “Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, cujo objetivo era de promover ações que fornecessem aos profissionais da educação diretrizes, orientações pedagógicas e orientações à diversidade sexual e de identidade de gênero, assim como estimular a produção e difusão de estudos e pesquisas nestas áreas.

Paralelo ao lançamento do livro, O MEC propõe o Kit anti-homofobia, um produto do projeto Escola sem Homofobia, planejado para subsidiar o programa Brasil sem Homofobia cujas metas eram promover a cidadania homossexual e reduzir os índices de discriminação por orientação sexual da população LGBT. Em 2008, através de seminários em diferentes regiões do País, os quais contaram com a presença de profissionais da educação e representantes da sociedade civil, o projeto procura dar continuidade ao programa. Mais ainda, realiza pesquisas em onze capitais do País, em diferentes regiões, contando com professores, estudantes, gestores, secretarias envolvidas em atividades nas instituições escolares, no sentido de criar um material educativo com referenciais teóricos, conceitos, dinâmicas e oficinas que contemplassem os estudos sobre homofobia no contexto escolar.

No final de 2010, as redes sociais e televisivas começam a divulgar o kit anti-homofóbico e as secretarias de educação aguardam a liberação do Governo Federal para a capacitação de profissionais e utilização do kit pelas escolas públicas do País; entretanto, em 2011, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, se pronuncia dizendo que cartilhas e vídeos com conteúdo contra a homofobia ainda não foram distribuídos pelo ministério para escolas do País porque estão em análise. Segundo ele, todo material produzido para coibir o preconceito contra homossexuais não é oficial, e que apenas o que está no site do MEC é piloto. Ou seja, a então presidente Dilma Rousseff, por pressões da bancada religiosa, veta o material e passa a considerá-lo inadequado aos objetivos aos quais se propunha, avalia como uma proposta de propaganda de opções sexuais e alega não admitir em seu governo.

A tomada de decisão da então presidente teve repercussão nas escolas entre professores e toda equipe que trabalha com a educação escolar, incluindo diretores, coordenadores, secretárias, entre outros. No papel de observar os comportamentos e opiniões no âmbito escolar, pude notar que a vedação do Kit foi um alívio para determinados educadores, com forte atuação religiosa, por defenderem que crianças e jovens, na educação básica, ainda estão no processo de formação, por conseguinte,

não têm uma opinião formada, nem maturidade necessária para entender a situação, devendo levar também em consideração que eles estão numa faixa etária em que são influenciáveis. Portanto, falar de sexualidade é complicado, trabalhar com o kit seria abalar os conceitos de moral e do que é natural, dado pelas leis divinas.

Outro grupo de educadores, em suas conversas na sala de professores, expressam que a suspensão do kit pode ser considerada um retrocesso no combate aos preconceitos e discriminações. Debater diversidade sexual na escola é levar em consideração que essas crianças e jovens já trazem do mundo privado os estigmas do estupro, dos abusos sexuais por parte de pais, irmãos, tios, vizinhos, ministros de suas religiões. O kit contra a homofobia não iria influenciar os jovens a serem homossexuais, iria esclarecer que as diferenças não devem, ou não deveriam significar pendências quanto aos direitos de ir e vir de cada um, sem sofrer privações no campo social.

Aqui parto para uma opinião própria, que a questão é relevante, uma vez que o Brasil é um país laico, não devendo estar sujeito aos preconceitos de representantes de bancadas religiosas, nem aos próprios profissionais devotos, quando da constituição de leis e tomadas de decisões que envolvem segmentos da sociedade. Como estado laico, nessas decisões os acordos políticos não levam em consideração que uma parcela da sociedade pagará o preço da frenagem causada por outra pequena parcela que detém o poder de decisão. Na escola, se houver capacitações de profissionais para trabalhar com o kit, os estudantes aprendem sim a se representarem e a representarem o outro no social sem crerem que estão num universo influenciável.

O kit anti-homofobia é uma parte de um projeto do MEC que teve o orçamento total de R\$ 1,8 milhão aprovado por uma emenda parlamentar que inclui ainda a realização de seminários, capacitação de educadores e pesquisa sobre homofobia nas escolas¹⁴. Em relação à capacitação de professores, vale ressaltar que num universo de 2.045.351 docentes que já conformava o universo da pesquisa do Censo Escolar da Educação Básica em 2011, fornecida pelo Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e A Diretoria de Estatísticas Educacionais (MEC/ INEP/DEED), apenas na realização da pesquisa qualitativa, em 2009, sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais das 5 regiões do País, apenas 1406 profissionais,

¹⁴ Disponível em: <http://maracanenet.webnode.com.br/products/mec-cortou-beijo-em-filme-diz-coordenadora-do-kit-anti-homofobia/> >. Acesso em: 8 dez. 2014.

envolvendo professores, estudantes, gestores, secretárias participaram da pesquisas sobre homofobia; das seis capacitações sobre o material do kit anti-homofóbico, três em São Paulo e três em Salvador nos meses de agosto e setembro de 2010, não se tem uma estimativa oficial dos profissionais capacitados. A Revista Veja (2011)¹⁵ publicou um artigo onde afirma a realização de seminários para treinamento de cerca de 200 pessoas no final de 2010 – são profissionais de todos os estados que devem servir como multiplicadores da proposta em suas cidades de origem.

É um número muito irrisório para a quantidade de profissionais estatisticamente divulgados pelos órgãos oficiais. Outro contraponto é o número de multiplicadores, que não daria conta de atingir todos os profissionais da educação básica, desde aqueles que trabalham na modalidade da educação infantil, ensino fundamental I e II, educação de jovens e adultos, até chegar àqueles que trabalham no ensino médio. Mais uma observação pertinente para, eles deveriam levar a proposta nas suas cidades de origem, mas os professores não seriam obrigados a utilizar o Kit em suas aulas, este deveria ser apenas entendido como uma ferramenta auxiliar na prática docente nas aulas de orientação sexual. Observa-se que, mais uma vez, caímos no reducionismo e sigilo. Quando questões envolvem estatísticas, revelam as dificuldades plurais que se relacionam a debates sobre sexualidades nas escolas, quando estas diferem da cultura heterossexual. P

Por fim, as Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam ser estudantes homossexuais negros e pobres “as maiores vítimas de agressão física, assim como de humilhação” nas escolas. A violência se expressa na linguagem dos códigos e signos que hierarquizam os sujeitos quanto às questões étnicas e de classe social. Ainda está presente no imaginário coletivo que o negro é indolente, malandro – na maioria das vezes associado à marginalidade –, fruto de todo o processo histórico que dá ao negro a condição de escravizado. São pessoas pobres, com carências materiais, mais vulneráveis ao poder institucional e a rotulações discriminatórias.

¹⁵ 'Kit gay' será reformulado e lançado até fim do ano, diz Haddad. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/kit-gay-sera-reformulado-e-lancado-ate-fim-do-ano-diz-haddad> > Acesso em: 8 dez. 2014.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No conjunto entra em debate a figura do “novo pai”, com aporte nos estudos das masculinidades e dos múltiplos significados naturalizados nos discursos dominantes das funções do homem-pai. O debate sobre identidades e tempo, o corpo como território para tal, me ajuda a compreender como o sentido do patriarcado ainda está tão enraizado nas mais diferentes concepções de ser machos e fêmeas e como são construídas as hierarquias de poder entre os distintos grupos humanos e suas masculinidades. Sendo assim, os jovens desta pesquisa estão vivendo o momento de transitoriedade em suas identidades, que pode ser definida na concepção epistemológica como o período da “crise”.

Jovens que no momento da pesquisa vivenciam a busca individual, integram o que pensam com o que sentem e o que fazem; estão sedimentados no modelo de uma sociedade que converge para as representações do homem e da mulher os atributos que lhes foram transmitidos pelo processo natural. Vale aqui ressaltar que suas identidades sexuais e de gênero, apesar de ser uma constituição individual, são marcadas pela construção simbólica psíquica que compõe o sujeito, ou seja, é distinta pelas relações estabelecidas a partir da percepção e esquemas classificatórios que compõem as diferenças biológicas entre os sexos.

São significações entrelaçadas como os jovens estabelecem e distinguem relações de gênero e sexualidades fundamentadas em categorizações. Eles não compreendem os esquemas classificatórios fundados nas oposições, nem se dão conta das diferentes naturezas com as quais eles se identificam. Assim, se permitem discutir as posições das mulheres e dos homens na relação sexual de maneira generalizada, e fazem questão de deixar claro o papel passivo que assumem, tornando o companheiro, como sujeito “ativo”, sem se darem conta do universo de possibilidades que envolve o ativo e passivo dentro do relacionamento a dois. É um conflito pessoal para eles quando rompem com a posição passiva, considerada por que eles a posição exclusiva da mulher e passam a tornarem-se “versáteis”, ou seja, experimentam, pela própria exigência do companheiro, posições em que são ativos e passivos em determinadas situações.

Durante as entrevistas, as identidades aparecem como atributos e significados marcados pela observação das escolhas que começam desde a faixa etária considerada infância. A maioria afirma que desde os dez anos já se sentiam atraídos por pessoas do mesmo sexo. Tais afirmações entram em convulsão com as ciências dos comportamentos quando se posicionam que não podemos afirmar que indivíduos serão homossexuais quando adultos, só por terem gostos e jeito do sexo oposto. São fases em que é normal a presença de estereótipos, facilmente copiados e repetidos nos gestos, nas falas, entre outros atributos inerentes aos comportamentos considerados homossexuais. Ademais, eles estão ainda em formação total da personalidade, isto inclui a definição sexual.

Mesmo assim, os jovens indicam que sempre suas inclinações do desejo afetivo e erótico direcionaram-se como principal objeto pessoas do mesmo sexo. Nos seus depoimentos, quando entraram na adolescência e na juventude, foram bombardeados de comportamentos heterossexuais a ponto de sentirem-se perdidos e oprimidos nas suas escolhas, em algumas situações precisaram adaptar-se às regras do namoro com meninas, dos jogos e brincadeiras próprias para os meninos, por medo dos estigmas e rótulo através de palavras e gestos insultuosos. Para eles, romper com tais barreiras afetou, a princípio, o processamento íntimo, traduzido em violências, principalmente por experimentarem psicologicamente todo tipo de discriminação.

Destaco que esses jovens estão na faixa da vida em que convivem social e psicologicamente com vários desafios relacionados ao que eles são ou o que podem chegar a ser na vida adulta. Há, portanto, coexistência de valores tradicionais e hierárquicos nos seus comportamentos, observados quando mencionam relacionamentos ligados a namoro e casamento versus os valores, modelos e igualitários que estão na confluência – condutas que estão ligadas ao gênero e não ao sexo. Do ponto de vista individual, constroem o homoerotismo sem seguir modelos; suas práticas sexuais, sentimentos e desejos não diferem do universo heterossexual. Nas suas relações amorosas, também progridem em etapas previsíveis para cada idade. Observo que ao conversar com jovens entre 18-23 anos, as experiências afetivo-sexuais estão condicionadas ao 'ficar', a passividade na relação e uma masculinidade subordinada, diferente dos jovens de 24-29 que apresentaram versatilidade e projetos de vida a dois em relacionamentos estáveis.

Concluo que lidar com o corpo como território de identidades para tentar compreender nos projetos de vida dos jovens que participaram da pesquisa as significações que podem leva-los ao exercício da paternidade, é mergulhar num oceano de possibilidades, por não envolver na análise somente sentimentos eróticos, sobretudo, por ter que considerar as influências das categorias inerentes às sexualidades presentes na cultura e atitudes desses sujeitos. Nelas estão inclusas a produção dos discursos que constituem os lugares determinados para os níveis de sexualidades e as categorias de gênero na estrutura de uma formação social, em que os sentidos não são os mesmos para todos.

Nos depoimentos, pude notar o lugar que é imposto a eles na nossa sociedade, mas, em contrapartida, como eles lutam e defendem a liberdade de serem o que são, o que desejam ser e a consciência de que são impossibilitados de agir de forma mais incisiva na identidade para si e como carregam as tensões entre o corpo sexualizado e as aspirações inscritas nas construções sociais sobre eles.

A análise sobre família dentro da perspectiva da juventude homoerótica, demanda abordagens que contemplam, nessa fase da vida, relações múltiplas que vão desde a dependência do capital financeiro dos pais até as que demandam autonomia e escolhas individuais. Durante toda a trajetória da pesquisa, o registro das falas e as expressões enaltecidas no momento dos nossos encontros, a família enlaça situações econômicas pautados na dependência do capital financeiro, por não terem ainda terminado os estudos e viverem sob manutenção dos pais, tios ou avós, e sociais no sentido que dão condições favoráveis que a família lhes proporciona em relação à socialização da vida em sociedade, mas, sobretudo, é nela que eles vivem os maiores dilemas ligados às questões afetivas, por estarem carregadas de conflitos e recusas, como também de rede de apoio e expectativas.

Nos depoimentos, fica clara a relação complexa estabelecida entre eles e a figura paterna, marcada por fortes tensões ligadas à masculinidade que atua no campo discursivo como uma estrutura de poder. Para os pais, os filhos devem possuir uma formação identitária fundamentada historicamente em estimas específicas do homem, um lugar simbólico e imaginário que resulta na forma hegemônica do “sexo forte”, o que permite comportamento dos agentes de reprodução e manutenção da descendência da família. A autoridade do pai é entendida como poder que impõe limites e autoritarismo, tornando-se projeções danosas na relação pai-filho e, como

consequência, eles criam resistências à figura paterna, em resposta opõem esse exercício à vida pessoal.

A paternidade em seus projetos de vida é descrita como um desejo em segundo plano, podendo ser levada adiante ou não, dependendo de motivos diversos na relação conjugal. Se tomarem como referência a figura paterna, encontram entraves com as mais nítidas oposições a organização da vida familiar. O interessante nesse estudo é que os jovens revelam com naturalidade o entendimento do comportamento agressivo do pai em relação a eles, por este atender a masculinidade hegemônica, própria dos homens que permeiam as vivências entre gênero e sexos. Também não descartam em suas vidas que o pai ausente deixa esvaziado as significações da função paterna.

Diferente do pai, a mãe assume lugar de destaque em suas vidas. Para todos os depoentes, ela é a principal provedora da família, nesse sentido, a autoridade, a mediação e o contato com o mundo externo. São mais participativas e presentes, mesmo não aceitando a escolha sexual deles, procuram múltiplas possibilidades para manter, através dos laços afetivos, o respeito à individualidade. Em paralelo à figura materna, eles procuram apoio material, psicológico e afetivos em outras mulheres, daí a convivência mais próxima com as madrinhas, irmãs, primas, tias, avós e amigas. Considero, dentro da dimensão de gênero, que elas, para eles, estão enquadradas nas desigualdades e violência de seus próprios direitos, enquanto mulheres – uma violência decorrente das relações entre mulheres e homens. Tal compreensão é uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos, expressa através de relações de poder e subordinação, representada pela discriminação de funções, atividades, normas e condutas esperadas para homens e mulheres em cada sociedade. Nesse processo eles criam estratégias de fortalecimento e garantia da manutenção dos seus direitos de escolha na unidade familiar.

Vale ressaltar que esses jovens vivem comprimidos entre um passado que apregoa a família nuclear, indissolúvel e uma nova realidade que aponta mudanças na composição familiar. Nos depoimentos eles apresentam a imagem da família tradicional, monogâmica, formada a partir dos laços heterossexuais, mesmo ratificando como escolha pessoal a homossexualidade. Alimentam o desejo do casamento e da convivência a dois dentro dos modos heteronormativos e temperado pelo amor romântico e pelas dificuldades que envolvem construção de uma vida a

dois. Um casamento idealizado, e entre os mais jovens o modelo de domesticidade das mulheres, é um aparato de realização pessoal por entenderem ser mais próximo do universo feminino, embora valorizem também o trabalho e o espaço público, associando-os à autonomia como concretização dos interesses individuais.

A família se constitui o espaço organizado das relações de autoridade centrada na imagem masculina da casa, mesmo sendo a mãe, o pai ou o companheiro que se constitui na figura do provedor, o mais forte, o mais agressivo e o dominador. Nesse espaço estão subordinadas às necessidades da unidade doméstica, na qual se destacam, sobretudo, as estratégias de sobrevivência; portanto, as fronteiras de identidades entre os dois sexos são fluidas e permeáveis, com possibilidades plurais de representação. Seria a imagem construída no mundo interior dos jovens, a partir de suas relações originais; um lugar privilegiado, que, apesar de tantos conflitos e contradições, lhes dá a noção de pertencimento, permeia a própria história pessoal e lhes permite criar o próprio espaço íntimo.

O que procurei construir no capítulo educação é fruto do processo de observação das escolas, entrevistas com jovens e um trajeto compartilhado com vários autores que procuram no campo educacional as raízes que firmam o estudo das sexualidades e gênero na formação básica. Trago o debate entre teoria e prática para mostrar a complexa rede das quais se constroem as identidades, os padrões de referência estruturadores dos quais se fixam pesos que polarizam a aprendizagem das masculinidades e feminilidades. É deficiente e deficitária a formação superior de pedagogos e licenciados nas instâncias do ensino das plurais maneiras de fazer meninos e meninas viverem suas sexualidades, sem medo, ameaça e deficiências.

O mais interessante na trajetória é que não encontrei nem na prática, nem na teoria, um referencial que dê aos jovens homossexuais a possibilidade, de através da orientação sexual, construir em seus projetos de vidas o desejo da paternidade. Alguns jovens colocam importante a aula de orientação sexual, mas no sentido de prevenir contra as doenças; outros aludem para o fato de serem respeitados; outros, porque já passaram por processos rígidos de discriminação, mas nenhum, em momento algum das entrevistas, elucidou a perspectiva de, através da escola, das aulas sobre sexualidades, despertarem para o desejo, independentemente de suas orientações, da paternidade em suas vidas.

Percebo que as escolas não produzem tais perspectivas nos jovens homossexuais, os quais fizeram parte da minha pesquisa, por não saberem lidar com o problema. As escolas os organizam, uma percepção minha, dentro da lógica que considero das diferenças, ou seja, assim como muitos, meus jovens estão imersos na linha tradicional dos grupos tradicionalmente considerados minoritários e marginalizados. Fazem parte daqueles que implicitamente ocupam a condição da masculinidade subordinada, não se encaixam na lógica da paternidade que exige o exercício do pai-marido. Esses jovens tendem a se conformar com o que é previamente estabelecido para sua condição sexual.

Outro fator relevante a ser considerado aqui é a grande diversidade de conteúdo trabalhado nas aulas de orientação sexual no sentido “do evitar”, não só as doenças transmissíveis, a gravidez indesejada, mas, sobretudo, a homoparentalidade, fruto dos múltiplos fatores socioculturais que pesam sobre a própria situação paternal, a condição do filho e a relação pai-filho na estrutura familiar. Posso sustentar a minha colocação, quando na condição de professora jamais tomei conhecimento das múltiplas pedagogias que envolvem o “evitar”, seja ela do “armário”, “do insulto”, “do conflito”. Mas posso garantir, pelas minhas leituras, que todas elas se sustentam nas raízes da vigilância e do medo. Se assim me coloco, assumo o lugar de muitos professores e professoras que jamais ouviu falar da “pedagogia do insulto, muito menos da “pedagogia do armário”.

Na escrita da tese, mergulhando em autores até então desconhecidos na área de educação, pude perceber, através desses conceitos novos, o quanto estamos limitados a discutir em sala de aula questões ligadas aos gêneros e às sexualidades que atendam as reais necessidades de conhecimentos de uma juventude que vive momentos de acelerados atrevimentos. Posso concluir que os debates passam por várias instâncias conflituosas que vão desde a formação do educador até a construção individual das identidades, em virtude da formação engessada que nós temos nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, e na educação básica, visto as escolas não darem conta sozinhas da complexidade das demandas que envolvem tais ações.

Trago o olhar voltado sobre a escola como local de construções e identificações, especialmente no que diz respeito ao currículo. Segundo Silva (2007, p. 270), “o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está certamente envolvido naquilo que somos, naquilo

que nos tornamos. ” Interessante discussão porque questões sobre gênero e sexualidade estão acessíveis a diferentes áreas do conhecimento, é um caminho que necessita ser percorrido. Primeiro porque implica sair do conceito comum das duas categorias, daquilo que vemos e como nos parece, e adentrar nas representações em seu significado mais do que parece ser, principalmente por se tratarem de conceitos ligados às instituições complexas como a escola e a família, onde as linguagens assumem naturalmente funções ideológicas centralizadas nos programas e objetivos de forma bastante utilitarista, apropriando-se das dimensões políticas e econômicas nas quais a escola está inserida.

Mesmo tendo como linha mestra as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com o tema transversal “Orientação Sexual”, a problemática requer mais atenção das reais necessidades dos jovens que na formação básica precisam de conhecimentos relevantes dentro e fora das escolas, por estarem numa fase de construção de projetos de vida, cujas extensões dependem das intersecções institucionais, nas quais passem para eles a vivência de uma sexualidade segura, para que não criem estereótipos sobre si próprios ou desconstruam o bem-estar do seu próprio corpo, de seus desejos mais subjetivos e a posição firme na vereda social.

7 CHEGAR E PARTIR SÃO SÓ DOIS LADOS DA MESMA VIAGEM

Chegamos ao término de mais uma das muitas etapas da longa viagem na terra das sexualidades. Eu e a companheira de viagem tivemos, na trajetória atual, muitos encontros e reencontros com famílias, amigos, colegas de trabalhos e a juventude. Tivemos, também, momentos de despedidas, quando colegas pesquisadores, participantes do grupo de pesquisa, partiram para outras estações, envolvidos com as suas novas descobertas. Isso lembra a canção de Milton Nascimento – Encontros e Despedidas – que permite fazer uma analogia entre a academia com a estação: “A hora do encontro é também despedida. A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar”. Lugar dinâmico, de movimento, expectativas e novas oportunidades.

Nesse vai e vem da minha viagem no doutorado, não poderia deixar de registrar as impressões que ficaram depois de quatro anos em que me hospedei na casa da juventude homoafetiva para observar, pesquisar e fazer novas leituras do objeto, ainda para mim não muito bem explorado. Como mencionei no começo da trajetória, tive a paternidade como anfitriã; mas, quando cheguei na casa da juventude, encontrei-a silenciada num canto da sala, fazendo parceria às incertezas. Novos questionamentos surgiram, entre eles: qual o sentido da paternidade na vida desses jovens? Ela parece também acomodada nesse cantinho! Às vezes parece imperceptível! Mas pouco a pouco fui percebendo os inúmeros sentidos que ela fazia na vida de cada um daqueles jovens que ali estavam me acolhendo nessa nova viagem.

Passei a conviver com eles mais intensamente e ler nas entrelinhas das suas ações, que ela, a paternidade, não era insignificante, nem imperceptível. Cada um deles a descrevia de uma forma singular em suas vidas. Ela marcava as identidades dos seus corpos; ela estava nos valores da família; ela transitava pelos corredores da escola; tinha um lugar incerto nos seus projetos de vida. Mesmo acompanhada da incerteza, ela não deixou de existir para eles. Temperei, que com certeza, a paternidade, que nessa fase da vida não é prioridade para nenhum jovem. Seus projetos de vida estão focados no mercado de trabalho ou em busca de uma profissão que lhes assegure a estabilidade e o bem-estar social.

Considerarei que eles eram diferentes dos homens adultos, aqueles dos quais trabalhei nos dois anos iniciais da minha caminhada pelo mestrado. Para os homens adultos, a paternidade tinha o sentido de realização pessoal, em que a estabilidade profissional já lhes garantia a estabilidade familiar. Residindo temporariamente com os homens adultos, pude examinar uma nova fase de experiências na vida se formando: a dos avós. Eles estavam se preparando para a chegada dos netos. Seus projetos de vida tinham se solidificado. O filho era uma realidade em suas vidas. Eram autônomos para ostentarem suas orientações sexuais diante da família, dos amigos e da sociedade e contrapor no conjunto com os seus direitos civis.

Quando passei a residir na casa da juventude homoafetiva, o olhar não era o mesmo, as expectativas se diferiam e muito; havia outras ansiedade e expectativas. Fantástico! Novos horizontes se descortinavam diante da sexualidade! Ali estavam, à minha frente, corpos viris e com variados elementos de representatividade em suas identificações, marcadas por microvivências da homossexualidade. Eram corpos másculos, bonitos, bem delineados, que atraem qualquer fêmea e macho. Silenciosamente mapeei cada um deles e ressalvei que ali, naqueles corpos, existiam vários territórios de identidades sexuais e de gênero.

Notei que, atrás daquele corpo biológico que lhes dá a característica de macho, existiam outros que lhes davam conformidades sexuais e de gênero diferente do natural. Havia momentos em que eles variavam as predileções na relação sexual entre o ativo e o passivo; hora se consideram masculinos, há poucos minutos se pareciam ao feminino; queriam ser pais, mas acreditavam que seus atributos estavam mais próximos da afetividade que a mulher deposita na relação mãe-filho; não mantinham relações sexuais com homossexuais, mas se definiam homossexuais, entre outros que aparecem em suas falas nas entrevistas e grupo focal. Foram essas dicotomias que me levaram a fazer leituras diversas sobre a paternidade para os jovens homoafetivos, a partir de seus corpos como território de identidades.

Nesse momento, a ansiedade tomou conta de mim, e novos questionamentos vieram à minha cabeça: como pode o ser humano viver sexualmente na fronteira? Ou ele é heterossexual ou ele é homossexual! Esses jovens às vezes querem algo, depois não querem, são homens e ao mesmo tempo se sentem mulheres, querem ser pais, mas se sentem mães e por aí prosseguem os seus caminhos? Procurei a companhia de viagem, que já estava envolvida com outras pesquisas na casa da juventude – não

esqueçam, leitores, que ela era a minha orientadora. Conversei sobre minhas observações, e toda solícita me encaminhou a novas leituras sobre estágios e modelos de sexualidades e gênero que o ser humano pode experimentar na trajetória de vida. Foi um mergulho no desconhecido! Havia inúmeras classificações sobre sexualidade.

A partir do momento em que tomei conhecimento da escala da sexualidade entre homossexuais e heterossexuais exclusivos, ponderei que não existem na totalidade entre os seres humanos sexualidades exclusivas; por isso, eles oscilavam nas suas predileções. Suas experiências ou relacionamentos com homens heterossexuais, como narram nas entrevistas e grupo focal, nos dá a nítida visão de que, em algum momento, consciente ou inconsciente, cada humano alimenta um tipo de desejo ou sensação erótica pelo outro, seja do sexo oposto ou do mesmo sexo. Nas narrativas, não podemos deixar de ressaltar que seus parceiros heterossexuais eram homens casados, com filhos, ou seja, viviam uma vida heteronormativa e normal para o imaginário social. Acredito que aqui seja um ponto inconcluso da tese, por se tratar de questões complexas que envolvem a heterossexualidade, mas deixemos para a próxima viagem.

Na categoria gênero, presenciei situações instáveis e marcadas pelo determinismo do que venha a ser um “homem de verdade”. No início das entrevistas e grupo focal, quando questionei sobre gênero, os jovens foram unânimes em afirmar que eram homens por serem do sexo masculino, mas suas almas estavam alocadas no universo feminino. Não expressavam cobiça pelo masculino hegemônico, pelo contrário, se tinham autonomia para escolher, ficariam abrigados na masculinidade subordinada, aquela ligada à trajetória histórica da mulher submissa. Eles alimentam, principalmente os mais jovens, a dependência da mulher em relação ao homem. Nas suas falas e expressões, eles assumem ainda o lugar de inferioridade agora tão debatidos pelas mulheres. Achei impressionante, como alimentam o outro, no caso os companheiros, como os provedores da relação – na trajetória, questões que envolvem atividades ativas e passivas na relação, eles se colocam sempre na posição passiva, por sentirem-se mulheres e estarem na condição feminina.

Como tudo não são generalizações, os jovens que já estão na fase mais adulta conseguem ter uma relação volátil, entretanto, expressam os momentos de conflito por não se perceberem na possibilidade de assumirem as duas posições (ativas ou passivas) com o companheiro. Fiquei tonta nessa hora com tantas

informações e questioneei: será que isso acontece com as mulheres? Calma! São outras respostas. Fica para a próxima viagem. Agora o interessante é evidenciar como as sexualidades e os gêneros são modelados e modelam os corpos e comportamentos desses jovens a partir da visão heteronormativa. Eles assumem determinadas situações que deveriam ser inerentes ao papel da mulher, não ignoram seus corpos de homem, mas veem no outro o lado o que não gostariam de ter prazer. Lembrei da leitura sobre a poética do corpo, quando Rabinovich declara que “a casa e o corpo podem ser vistos como objetos especializados e suportes objetiváveis de uma representação socializada de si e de uma comunicação com o outro” (RABINOVICH, 2012, p. 23).

As reproduções do corpo e a comunicação com o outro procura um lugar nas instâncias organizadoras da vida social desses jovens. O primeiro lugar onde se instala é na família. Através dos valores familiares, em que são construídos padrões rígidos de ser homem e mulher, fui procurar o sentido de paternidade. Nela, os pais e as mães se transformam, para esses jovens, em símbolos vivos, de um extraordinário poder de influência em suas vidas. Mesmo experimentando conflitos em relação à orientação sexual, para eles, os valores de família ocupam o porto seguro das suas sobrevivências e proteção.

A figura do pai é marcada por fortes tensões ligadas ao conflito das masculinidades que atuam no campo discursivo como uma estrutura de poder, tornando-se projeções conflitantes, eles criam resistências à figura paterna, não a ignoram, mas não a têm como exemplo para desejarem o lugar e o papel de pai em suas vidas. Diferente da imagem do pai, a mãe tem lugar de destaque – é uma relação recheada da sensibilidade. As mães são para eles mais presentes em suas vidas, o que lhes dá a sensação de acolhimento. Mesmo não aceitando a orientação sexual do filho, elas procuram o afeto, o respeito e a cumplicidade como mecanismos de acolhimento. Paralelo com as mães, outras mulheres criam redes, como as madrinhas, irmãs, primas, tias, avós e amigas. A paternidade aparece nesse momento, mas com a sensibilidade da maternagem para viverem plenamente suas feminilidades. Eles, em trechos das entrevistas e grupo focal, são enfáticos que se optarem no futuro a terem um filho, só desejariam a ter uma filha, porque a mulher é mais sensível, a mãe na relação com o filho é mais compassiva do que o pai. Pelas experiências pessoais que tiveram e têm com os pais, a paternidade para eles não

ocupa lugar de destaque. Ela seria alocada num canto, não com as incertezas, mas com as ausências da função paterna.

Além da família, a escola também se constitui em instância organizadora da vida sexual desses jovens. Nela são produzidos valores e intenções. Corpos e mentes são disciplinados. Existem limites para se trabalhar o corpo como território em que os níveis de desejos e prazeres são plurais. Para eles, a escola é o lugar do encontro, mas também do silêncio. Se ela acolhe, ela também cria fronteiras. Falta na escola um “sentir pensante’ e crítico que colabore com o fazer escolhas.

Procurei, em novas leituras, na esperança de combinar vulnerabilidades e proteção e responder aos jovens o lugar do silêncio de que tanto falavam, quando se referiam as suas sexualidades. Através de alguns debates teóricos, me percebi no universo das castrações. Essa era a minha experiência profissional – por falta de formação, eu como tantos outros profissionais da educação, alimentava o silêncio através das nossas pedagogias disciplinares de sexualidade; produzíamos linguagens sistematizadas em códigos e justificávamos as desigualdades entre os sexos, sem responder os níveis de diferenças entre todos os componentes que contemplam a vida sexual.

Através das falas e expressões dos jovens, percebi seus sofrimentos quando sutilmente, nas brincadeiras inocentes e descontraídas, alimentamos o preconceito, a discriminação, a violência física e simbólica contra eles. Volto ao poema de Fernando Pessoa: “a vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos.” A homofobia se acomodou risonha como uma das grandes integrantes dessa excursão, e não nos damos conta de que, como educadores, também estamos nas zonas de conflitos sexuais. Sei que é uma discussão complexa por envolver o “eu” e o “outro” que se estruturam a partir de valores, normas e crenças e das clivagens sociais que fabricam os sujeitos. Deixo a problemática para trabalhar em outra viagem. Agora quero deixar registrado que, na escola, a paternidade para jovens homoafetivos não aparece como matriz educacional, ainda não vivemos nas escolas as pedagogias do conflito, nem do armário, logo, não estamos capacitados como educadores a desenvolver o que Paulo Freire tanto discutiu na pedagogia da autonomia: “o sentido, ensinar não é transferir

conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, alma a um corpo indeciso e acomodado”¹⁶.

Os projetos de vida familiar aparecem em suas vidas, mas a paternidades não assumem lugar de destaque. Para eles, família é aquele núcleo formado por pai, mãe e filhos; em que o sistema de parentesco lhes dá o verdadeiro sentido de identidade social; onde o namoro e o casamento lhes conferem status social. A paternidade é algo questionável, não só por ser homossexuais, mas pelas suas próprias experiências de vida como filhos. Na família e na escola, suas vidas são marcadas pelo modelo criado por contextos socioculturais e simbólicos heteronormativos. Sendo assim, tornar-se pai, biológicos ou adotivos, acompanha todas as normas e valores marcados pela heterogeneidade constitutiva da sociedade.

Gostaria de pedir permissão para terminar não com um ponto final, mas reticências, porque já embarcamos rumo a novas pesquisas... logo, essa tese ficou inconclusa. Volto a citar a canção de Milton Nascimento, Encontros e Despedidas: “assim: chegar e partir são só dois lados da mesma viagem. O trem que chega é o mesmo trem da partida.”

¹⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Luana. **Bahia registra 14 casos de morte por homofobia e transfobia**. A Tarde On-Line. Disponível em: < <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1625217-bahia-registra-14-casos-de-morte-por-homofobia-e-transfobia> >. Acesso em: 03 dez. 2014.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Coleção pesquisas qualitativas. Porto Alegre, Artmed, 2009.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Educação sexual e sexualidade: o velado e o aparente**. 1996. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BONOMA, Thomas V. **Case research in marketing: opportunities, problems, and process**. Journal of Marketing Research, v. XXII, May 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: NOGUEIRA; CATANI (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude; Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRANDÃO, Eliane Reis. Desafios da contracepção juvenil: interseções entre gênero, sexualidade e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.14, p. 1063-1071, jul/ago, 2009.

BRANDÃO, Eliane Reis. **Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência**. 2003. 320f. Tese (Doutorado em Medicina Social) – UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **IBGE: Senso Demográfico, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRARA, Sérgio. O centro latino-americano em sexualidades e direitos humanos e o "lugar" da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam. BECKER, Simone; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes; PORTO, Rozeli Maria; MULLER, Rita de Cássia Flores. (Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CASTÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CASTRO, Mary Garcia Castro; MAGALHÃES, Selma Reis; ABRAMOVAY Miriam. **Vulnerabilidades, proteção e autonomia: direitos humanos e homoafetividade na escola: difíceis combinações**. In: I Colóquio sobre Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente. "Diversificação das infâncias e adolescentes na sociedade brasileira contemporânea de acordo com direitos sexuais e reprodutivos". Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. **Entre a intenção e o gesto ou quão interdisciplinar somos?** Ensaio sobre a perspectiva interdisciplinar e estudo de caso sobre uma produção de estudos no campo de família. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

CASTRO, Mary Garcia. **Sexualidades, direitos sexuais e direitos reprodutivos.** Palestra proferida no seminário internacional “Enlaçando Sexualidades”, no dia 29 de maio de 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO, Brasil, 2004.

CASTRO, Mary Garcia; MIRANDA, Marlene Barreto Santos; ALMEIDA, Nadir Oliveira Galvão Leite de. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: CASTRO, Mary Garcia BORGES, Ângela. **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais.** São Paulo: Paulinas, 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, História e Religião: Ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas.** Revista Aulas (UNICAMP), v. 4/5, p. 1-28, 2007.

CESAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia".** Educ. rev. [online]. 2009, n.35, pp. 37-51. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a04.pdf> > Acesso em: 12 dez. 2014.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Contemporânea**, v.3, nº2, p. 405-427, jul-dez 2013.

COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luis Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira. (Org.), **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude *et al* (Org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2013, vol.21, n.1, pp. 241-282. ISSN 0104-026X. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf> >. Acesso em: 01 ago. 2014.

CONNELL, Robert. **Masculinities.** Cambridge: Polity, 1995.

CORRÊA, Marilena Cordeiro Dias Vilela (1998). “**Novas tecnologias reprodutivas: bem-vindas reflexões feministas**”. Estudos Feministas, 6(1): 126-38. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12038>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

COSTA, Vani Maria de Melo. Corpo e História. **Revista ECOS**, v.10, n.1, p.245-258, 2011.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental**: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. Interdisciplinaridade, São Paulo, v.1, n. 1, out. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. V.2 Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar**: um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, Sandra Maria. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, UNBEHAUM, Sandra G., e MEDRADO, Benedito (Orgs.). **Homens e Masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ecos 34, 1998.

GATO, Jorge Julio de Carvalho Valadas. **Homoparentalidades**: perspectivas psicológicas. Coimbra: Almedina, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2. ed. Unesp, SP, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: direito das sucessões. Vol. VII São Paulo: Saraiva, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GROSSI, Miriam Pilar et al. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. **Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil**. Cadernos Pagu, Campinas, IFCH/ Unicamp, n. 21, p. 261-280, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a08v14n2.pdf> . Acesso em: 20 out. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz (Org.) **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 8. ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Sexualidade**: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza et al. **O Aprendizado da Sexualidade**: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. São Paulo: Ed. Garamond, 2006.

HENRIQUES, Celia Regina; JABLONSKI, Bernardo; FERES-CARNEIRO, Terezinha. (2004) "**Geração Canguru**": algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. Psico, 35(2): 195- 205. Disponível em: <

file:///C:/Users/Selma/Downloads/gera%C3%A7%C3%A3o+canguru%20(2).pdf>.
Acesso em: 12 dez. 2014.

IANNI, Octavio. A metáfora da viagem In: _____. Enigmas da Modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-31 ISAY, Richard A. **Tornar-se gay**: o caminho da autoaceitação. São Paulo: Summus, 1998.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, Denise. Conferência de Denise Jodelet por ocasião do recebimento do título de doutor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: **Representações sociais**: estudos metodológicos em educação. (Org.) SOUSA, Clarilza Prado et al.. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D.(org.). **As Representações Sociais**. Trad.Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre Homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

_____. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Espaço do Currículo, v.2, n.2, p.208-230, Setembro de 2009 a Março de 2010.

_____. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 05 out. 2014.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da Cultura. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. (Org.) **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na idade média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP, 1976.

LIMA, Tatiane Lucena. **Currículo, gênero e formação**: uma compreensão densa da proposta curricular do Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas; 2011; Tese (Doutorado em Educação) - FACED - Universidade Federal da Bahia, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. **Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas**: o viés científico. Rev. Estud. Fem. [online]. 2000, vol. 08, n. 01, pp. 145-158. ISSN 0104-026x Disponível em: <
<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n01/v08n01a11.pdf> >. Acesso em: 25 nov. 2014.

MACRAE, Edward, **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; GALVÃO, Karla; NASCIMENTO, Pedro. Homens por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**, v. 3, p. 12-16, 2000.

MELUCCI, Alerto. **Busca de qualidade, ação social e cultura**: por uma Sociologia reflexiva. Petrópolis; Vozes, 2005.

MENEZES, José Euclimar Xavier de; CASTRO, Mary Garcia. (Orgs). **Família, população, sexo e poder**: entre saberes e polêmicas. São Paulo: Paulinas, 2009. – (Coleção famílias na sociedade contemporânea)

MESSEDER, Suely Aldir. **As relações de masculinidades transnacionais de imigrantes negros e autóctones na Comunidade Autônoma de Galícia**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**: um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas do século XX**: o espírito do tempo II – necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MORIS, Vera Lúcia. **Preciso te contar?** paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos. 2008. 205 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC. São Paulo, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade:** mitos e verdades. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S.(org.). **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOVAES, R e VANNUCHI P. **Juventude e Sociedade.** Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **Afetos manifestos na sala de aula.** São Paulo: Annablume, 2005.

PAIS, JOSÉ MACHADO. Culturas **Juvenis.** Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PETCHENIK, Bárbara Bartz. **Cognição e cartografia.** Geocartografia. 6 ed. São Paulo: USP, 1995.

PETRINI, Giancarlo. **Significado social da família.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.16, n.18 -19, 2009.

PETRINI, Giancarlo. Paternidade e família: rumo a uma reorganização. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros (Orgs.). **O pai na sociedade contemporânea.** Bauru, SP: EDUSC, 2010.

RAMOS, Silvia e CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis** [online]. 2006, vol.16, n.2, pp. 185-205.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUDINESCO, Élisabeth. **A família em desordem.** RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo. In: Heleieth Saffioti. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Contribuições feministas Pará o Estudo da Violência de Gênero.** *Cad. Pagu* [online]. 2001 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf> >. Acesso em: 28 nov. 2014.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade:** o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SARTI, Cynthia. A Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. In: **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 11ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. **Salvador**: pobreza, figurações e territórios. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – Desigualdade, Diferença e Reconhecimento – Campus UFPE – Recife-PE, 2007. Disponível em: <http://www.contatosociologico.crh.ufba.br/site_artigos_pdf/SALVADOR%20Pobreza,%20Figura%C3%A7%C3%B5es%20e%20Territ%C3%B3rios.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SOARES, Dulce Helena Penna. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

SOUSA FILHO, Alípio. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009.

SOUZA, Audrey Setton Lopes de. **Pensando a inibição intelectual**: perspectiva psicanalítica e proposta diagnóstica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

SPOSITO, Marília P. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STAKE, Robert E. Case studies. In: Denzin Norman K. Lincoln Yvonna S. (eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2000.

TARNOVSK, F. L. **Pais assumidos**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** 5. ed. 18 reimpressões. São Paulo: Atlas, 2009.

UZIEL, Ana Paula. **Homossexualidade e adoção.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **A chave do armário: homossexualidade, casamento, família.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

VILLELA, João Baptista. **A Desbiologização da Paternidade.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, ano XXVII, n. 21, maio 1979.

WEEKS, Jeffrey. Corpo e sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBRANO, E. **Direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais.** Porto Alegre: Vênus, 2006.

ANEXO

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Eu, _____, declaro que consinto em participar como voluntário da pesquisa, cujo objetivo é analisar o significado da paternidade para a juventude homoafetiva, em seus projetos de vida familiar, tendo como pressuposto a relação família-escola nesse universo, sob a responsabilidade da doutoranda, Selma Reis Magalhães, discente do programa de Pós-Graduação do Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), tendo como orientadora a Professora Dra. Mary Garcia Castro.

Declaro, também, que fui satisfatoriamente esclarecido (a) que:

1. Sobre os instrumentos e técnicas que serão utilizados na pesquisa para a coleta das informações;
2. Estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
3. Todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão usados e tabulados segundo critério a ser adotado pela pesquisadora;
4. Na publicação dos resultados desta pesquisa, minha identidade poderá ser divulgada ou preservada. No segundo caso, a pesquisadora, a meu pedido, deverá usar nome fictício.
5. Não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
6. Esta pesquisa é importante para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico.

Assim, reafirmo meu consentimento em participar da pesquisa em questão.

Salvador, ____ de _____ de 2014.

Voluntário

Pesquisadora

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ALUNO**

1. **Gênero:** () Masculino () Feminino
2. **Idade:** _____ anos.
3. **Cor/raça (AUTO DECLARADA):** () preta () parda () branca () amarela () indígena
4. **Série:** _____

1. BLOCO I – IDENTIDADE SEXUAL

1. Desde quando você se percebeu gay?
2. Qual o seu maior conflito relação a sua sexualidade?
3. Você gosta de relacionar com pessoas mais velhas, da sua idade ou mais novas? Por quê?
4. Seu relacionamento com pessoa do mesmo sexo é estável ou não? Por quê?

2. BLOCO II – RELAÇÃO FAMILIAR

1. Quantos membros compõem a sua família? Qual a sua posição na família?
2. Em casa, você tem orientação sexual por parte de seus pais?
3. Quem orienta você quanto à sexualidade? Como se processa?
4. Qual foi reação de sua família quando você optou pela homossexualidade? Quem mais lhe deu apoio?
5. Você acredita que a sua família lhe dá proteção e autonomia para viver plenamente a sua sexualidade? Por quê?

3. BLOCO III – RELAÇÃO ESCOLAR

1. Como é a sua relação com os seus colegas, professores e direção?
2. Já sofreu algum tipo de bullying na escola por ser homossexual? Qual?
3. Qual a atitude tomada pela escola para solucionar o problema?
4. Na escola, você tem aulas de orientação sexual?
5. Acha que deveria ter? De que tipo? (Em caso de resposta negativa)
6. Como a sexualidade é trabalhada na escola?

4. BLOCO IV – RELAÇÃO PROJETO DE VIDA X SEXUALIDADE

1. Você pensa em casar, ter filhos constituir família? Fale-me um pouco dos seus projetos de vida.
2. Como é a sua relação com o seu pai?
3. Como é a sua relação com a sua mãe?
4. Para você, o que é viver a vida a dois?
5. Já conversou com o seu companheiro a possibilidade de terem um filho? Como ele se posiciona diante da possibilidade? (SE TIVER COMPANHEIRO)
6. Já conversou na escola, com colegas, professores, sobre os seus projetos de vida familiar? Qual foi o comportamento, a resposta deles quanto a questão?
7. Você acredita ser importante a presença de um filho na vida de homem gay? Qual a sua opinião a respeito?